



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RENATA CORRÊA RIBEIRO

**AS RELAÇÕES DA RÚSSIA COM A UCRÂNIA E A MOLDÁVIA: UMA
PERSPECTIVA COMPARADA DA POLÍTICA EXTERNA RUSSA PARA
A CRIMEIA E A TRANSNÍSTRIA**

SALVADOR

2015

RENATA CORRÊA RIBEIRO

**AS RELAÇÕES DA RÚSSIA COM A UCRÂNIA E A
MOLDÁVIA: UMA PERSPECTIVA COMPARADA DA
POLÍTICA EXTERNA RUSSA PARA A CRIMEIA E A
TRANSNÍSTRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia - UFBA, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Guedes Vaz Sampaio

SALVADOR

2015

RENATA CORRÊA RIBEIRO

**AS RELAÇÕES DA RÚSSIA COM A UCRÂNIA E A
MOLDÁVIA: UMA PERSPECTIVA COMPARADA DA
POLÍTICA EXTERNA RUSSA PARA A CRIMEIA E A
TRANSNÍSTRIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia - UFBA, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Aprovada pela seguinte Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marcos Guedes Vaz Sampaio
Orientador

Prof. Dr. Daniel Maurício Cavalcanti de Aragão
Examinador interno

Prof. Dr. Laumar Neves de Souza
Examinador externo

Salvador/BA, 23 de Abril de 2015.

“Russia had and has to be something special in the world, not a mere nation like the European nations which are dwarfed by its immensity, but a world, as Dostoevsky and many others saw it, capable of subsuming nations. The Russian landscape itself adds to the sense of boundlessness as men are swallowed up by plains that extend as though forever into space. Russian culture became impregnated with this sense of the empire”.

*Robert Wesson
“The Russian Dilemma: a political and geopolitical view”*

Dedico este trabalho a duas pessoas especiais na minha vida:

À minha querida avó Vera, que infelizmente não está mais neste plano, mas que me ensinou o valor do estudo e contribuiu para a minha paixão pelas Relações Internacionais.

E ao meu grande amigo, companheiro e incentivador, que, para minha sorte, é também meu marido: Rodolpho Vasconcellos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço imensamente a Deus por ter me a direcionado a esse caminho que eu nem imaginava que pudesse trilhar há um ano atrás. Durante todo o período do mestrado, encontrei no plano espiritual o alívio das dúvidas e incertezas que surgiram durante essa jornada, além de conforto e sabedoria para seguir adiante.

Ao meu querido marido Rodolpho, pelo apoio incondicional e incentivo para que este trabalho se realizasse. Agradeço sinceramente por estar presente em todos os desafios que tenho me proposto a enfrentar, pela companhia, confiança, paciência e pelo amor. Seu aplauso e sua torcida dão mais sentido à minha vida.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcos Guedes Vaz Sampaio, pela paciência e apoio para que esta dissertação fosse possível. A você toda minha admiração e gratidão por abraçar o meu projeto de vida e se empenhar para que tudo desse certo no final.

Também não poderia deixar de agradecer ao Prof. Dr. Daniel Maurício Cavalcanti de Aragão, uma fonte de inspiração e exemplo como professor e pesquisador da área de Relações Internacionais, e que tanto contribuiu para a conclusão deste trabalho.

Aos meus colegas do mestrado, especialmente Milton – que além dos prazerosos papos sobre Rússia, foi meu anjo da guarda com suas caronas – mas também Paula, Breno, Fernando, Laura, Juliana, Flávio, Vilson, Moisés e Antônio Carlos pela troca de conhecimento e pelos momentos de descontração nas horas mais tensas desta árdua jornada como mestrandos.

A toda minha família – país, irmãos, tios, primos, avós e sobrinhos –, meu sincero agradecimento pelo apoio incondicional e por serem a força que me leva a ir sempre mais além. Espero que sintam orgulho de mim.

A todos aqueles que, enfim, colaboraram, direta ou indiretamente, para a realização desta dissertação: meu muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho objetiva comparar as relações entre Rússia e Ucrânia e Rússia e Moldávia a fim de identificar o porquê de haver distinções no tratamento da política externa russa em relação aos casos da Crimeia e da Transnístria. O interesse primeiro desta pesquisa foi verificar se as circunstâncias são similares e se Vladimir Putin, após a anexação da Crimeia, faria o mesmo com a Transnístria. Este trabalho, no entanto, concluiu que os conflitos não se assemelham e que o interesse da Rússia é distinto nos dois casos, motivo pelo qual se considera a anexação improvável. De forma a auxiliar a investigação, a análise se baseou em três fatores – a identidade, a geopolítica e a economia –, os quais são fundamentais para se compreender a singularidade das relações russo-ucranianas e russo-moldavas. Além disso, a pesquisa contou com o suporte da teoria dos Complexos Regionais de Segurança, de Barry Buzan e Ole Wæver, para interpretar a atual conjuntura da região do espaço pós-soviético.

Palavras-chave: Rússia. Ucrânia. Moldávia. Transnístria. Crimeia. Identidade. Geopolítica. Economia. Energia. Complexos Regionais de Segurança.

ABSTRACT

This work aims at comparing the relations between Russia and Ukraine and Russia and Moldova in order to identify why Russian foreign policy behaves differently toward the cases of Crimea and Transnistria. The main goal of this research is to verify if both cases are similar and if Vladimir Putin, after the annexation of Crimea, could do the same in Transnistria. Nevertheless, this work concluded that these conflicts are dissimilar and that Russian interest is distinctive concerning the two events, reason why the annexation is considered to be unlikely. In order to support the investigation, the analysis was based in three factors – identity, geopolitics and economy –, which are essential to understand the peculiarity of Russian-Ukrainian and Russian-Moldovan relations. Furthermore, this research relied on the Regional Security Complex Theory, of Barry Buzan and Ole Wæver, which can be used to explain the current circumstances of the post-soviet space.

Keywords: Russia. Ukraine. Moldova. Transnistria. Crimea. National identity. Geopolitics. Economy. Energy. Regional Security Complex.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E GRÁFICOS

Ilustração 1: Padrões de segurança regional do pós-Guerra Fria.....	35
Ilustração 2: Rus de Kiev em 1246.....	40
Ilustração 3: Processo de expansão da Rússia pelas terras ucranianas durante o reinado de Catarina (1762-1796).....	51
Ilustração 4: A Grande Romênia (1919-1940).....	58
Gráfico 1: Taxas de crescimento econômico anual da Federação Russa (1992-2010)....	67
Ilustração 5: Divisões administrativas da Ucrânia.....	85
Ilustração 6: Divisão étnica na Ucrânia de acordo com o Censo de 2001.....	91
Ilustração 7: Porcentagem de falantes de russo nas regiões ucranianas.....	95
Ilustração 8: Principais gasodutos na Ucrânia.....	99
Ilustração 9: Divisão étnica da população da Crimeia de acordo com o Censo de 2001.....	101
Ilustração 10: Expansão da OTAN para o Leste.....	106
Ilustração 11: Expansão da União Europeia para o Leste.....	109
Ilustração 12: Rota do gasoduto Voyany-Uzhgorod.....	120
Ilustração 13: Destinação do gás natural russo (2012).....	121
Ilustração 14: Caminho do Nord Stream da Rússia até a Alemanha.....	124
Ilustração 15: Caminho do Blue Stream da Rússia até a Turquia.....	125
Ilustração 16: Caminho do projeto do Turkish Stream da Rússia até a Turquia.....	126
Ilustração 17: Caminho do Yamal-Europe da Rússia até a Alemanha.....	127
Ilustração 18: Mapa da Moldávia, com destaque para a região da Transnístria e da Gagáuzia.....	128
Ilustração 19: Sistema de gasodutos na Moldávia.....	156
Ilustração 20: Rota do gás russo até os gasodutos da Moldávia.....	156
Ilustração 21: Rota do projeto AGRI.....	166

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Os Complexos de Segurança Regionais e seus supercomplexos.....	35
Tabela 2: Evolução do PIB da Ucrânia entre 1991 e 1994.....	113
Tabela 3: Divisão étnica da Moldávia de acordo com o Censo de 1989.....	139
Tabela 4: Evolução da população na Transnístria de 1897 a 1989.....	141
Tabela 5: Comparação das línguas exibidas em sinalizações públicas e privadas em Tiraspol.....	144
Tabela 6: Características dos projetos identitários rivais pró-Moldávia e pró-Romênia.....	153
Tabela 7: Principais rotas dos gasodutos localizados no território da Moldávia.....	157
Tabela 8: Evolução do PIB da Moldávia entre 1993-2014.....	159
Tabela 9: Quadro sinóptico comparativo das principais semelhanças dos casos da Crimeia e da Transnístria.....	174
Tabela 10: Quadro sinóptico comparativo das principais características da Ucrânia e da Moldávia em relação à Rússia.....	178

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AGRI	Azerbaijan-Georgia-Romania Interconnector
BCM	Billion cubic metre
CEI	Comunidade dos Estados Independentes
CIS	Commonwealth of Independent States
CRS	Complexo Regional de Segurança
DCFTA	Deep and Comprehensive Free Trade Area
EAPC	Euro-Atlantic Partnership Council
EEC	Eurasian Economic Community
EEU	Eurasian Economic Union
EIA	U.S. Energy Information Administration
EU	European Union
EUA	Estados Unidos da América
GDP	Gross Domestic Product
GUAM	Georgia-Ukraine-Azerbaijan-Moldova <i>(Organization for Democracy and Economic Development)</i>
IEA	International Energy Agency
KFOR	Kosovo Force
LNG	Liquefied Natural Gas
MASSR	Moldovan Autonomous Socialist Soviet Republic
NATO	North Atlantic Treaty Organization
NED	National Endowment for Democracy
NEE	New Eastern Europe
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCE	Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PEV	Política Europeia de Vizinhança

PfP	Partnership for Peace
PIB	Produto Interno Bruto
UE	União Europeia
UEE	União Económica Eurasiática
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
U.S.	United States
WWF	World Wide Fund for Nature

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1: O COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA PÓS-SOVIÉTICO COMO ABORDAGEM PARA A ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA, UCRÂNIA E MOLDÁVIA.....	24
1.1 A CONCEPÇÃO AMPLIADA DE SEGURANÇA NA ABORDAGEM DA ESCOLA DE COPENHAGUE.....	25
1.2 OS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA.....	33
CAPÍTULO 2: PANORAMA HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA, UCRÂNIA E MOLDÁVIA.....	39
2.1 AS ORIGENS DOS ESTADOS	39
2.1.1 Rus de Kiev e a formação dos Estados eslavos orientais.....	39
2.1.2 A emergência do principado da Moldávia.....	46
2.2 A CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO RUSSO E O DOMÍNIO SOBRE AS TERRAS UCRANIANAS E MOLDAVAS.....	48
2.3 A ERA SOVIÉTICA	54
2.4 AS REPÚBLICAS INDEPENDENTES APÓS O COLAPSO DA UNIÃO SOVIÉTICA.....	65
2.4.1 A Federação Russa.....	65
2.4.2 A República Ucrâniana.....	68
2.4.3 A República Moldava.....	73
CAPÍTULO 3: DA VINCULAÇÃO COM A EX-METRÓPOLE À APROXIMAÇÃO AO OCIDENTE: AS RELAÇÕES DA UCRÂNIA COM A RÚSSIA.....	76
3.1 VLADIMIR PUTIN E O RETORNO DA GRANDE POTÊNCIA: O EXTERIOR PRÓXIMO E A IMPORTÂNCIA DA UCRÂNIA.....	77
3.2 A IDENTIDADE COMO FATOR DETERMINANTE DA RELAÇÃO ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA.....	82
3.2.1 As divisões regionais.....	85
3.2.2 Os critérios identitários.....	88

3.3 A GEOPOLÍTICA ENQUANTO INSTRUMENTO DE AÇÃO SOBRE A UCRÂNIA...	95
3.3.1 A localização estratégica para a política energética russa.....	98
3.3.2 A península da Crimeia e a base de Sebastopol.....	100
3.3.3 A influência dos atores extra-regionais.....	105
3.3.3.1 A expansão da OTAN.....	105
3.3.3.2 O alargamento da União Europeia.....	108
3.4 AS RELAÇÕES ECONÔMICAS: A ENERGIA COMO MOTOR DA DEPENDÊNCIA RECÍPROCA.....	111
3.4.1 A economia ucraniana pós-1991: entre a Rússia e o Ocidente.....	112
3.4.2 A dependência recíproca em termos energéticos.....	116

CAPÍTULO 4: ENTRE A RUSSIFICAÇÃO E A ROMENIZAÇÃO: AS RELAÇÕES DA MOLDÁVIA COM A RÚSSIA.....128

4.1 A IMPORTÂNCIA DA MOLDÁVIA PARA A POLÍTICA DE GRANDE POTÊNCIA DE VLADIMIR PUTIN.....	130
4.2 A IDENTIDADE COMO CRITÉRIO DE ANÁLISE DAS RELAÇÕES RUSSO-MOLDAVAS.....	133
4.2.1 Os fatores identitários.....	135
4.3 A MOLDÁVIA E SEU PAPEL DE “BUFFER ZONE”: A GEOPOLÍTICA COMO FATOR DETERMINANTE PARA AS RELAÇÕES RUSSAS COM O PAÍS.....	145
4.3.1 A localização privilegiada para a política de contenção dos atores extra-regionais.....	148
4.3.1.1 A OTAN.....	148
4.3.1.2 A União Europeia.....	150
4.3.1.3 A Romênia.....	153
4.3.2 A importância do território moldavo para a política energética russa.....	155
4.4 AS RELAÇÕES ECONÔMICAS: UMA INTERDEPENDÊNCIA ASSIMÉTRICA EM TERMOS ENERGÉTICOS.....	158
4.4.1 A economia moldava pós-independência: vulnerabilidade e dependência.....	158
4.4.2 A energia como propulsora da interdependência assimétrica.....	161

CAPÍTULO 5: ASSIMETRIAS NA POLÍTICA EXTERNA RUSSA PARA A CRIMEIA E A TRANSNÍSTRIA.....167

5.1 A CRISE UCRANIANA E A ANEXAÇÃO DA CRIMEIA.....	168
5.2 A QUESTÃO TRANSNÍSTRIA.....	171
5.3 AS SEMELHANÇAS INTRÍNSECAS NOS CASOS DA CRIMEIA E DA TRANSNÍSTRIA.....	173

5.4 AS PARTICULARIDADES DOS CASOS DA CRIMEIA E DA TRANSNÍSTRIA.....	177
5.4.1 Assimetrias nas relações russo-ucranianas e russo-moldavas.....	178
5.4.2 Distinções na abordagem para a Crimeia e a Transnístria.....	181
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	185
REFERÊNCIAS.....	189

INTRODUÇÃO

A dissolução da URSS, em 1991, mudou sobremaneira a configuração do sistema internacional. Extinguiu-se o embate de forças entre as duas superpotências do pós-Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos (EUA) e a União Soviética (URSS), além de impactar profundamente nas repúblicas que faziam parte do espaço soviético. Quinze novos países se originaram com a dissolução, alguns que nunca haviam sido independentes anteriormente, como foi o caso da Moldávia e da Ucrânia. Muito havia que ser feito interna e externamente, sendo necessário um longo período de adaptação para se recriar suas próprias legislações e instituições, uma economia própria baseada no sistema capitalista, além do estabelecimento de relações antes inexistentes com outros Estados. Naquele mesmo ano, foi criada a CEI (Comunidade dos Estados Independentes), composta por onze repúblicas que pertenciam à antiga URSS, com o objetivo de se criar uma união política entre as ex-repúblicas, porém sem grandes pretensões integrativas.

Das quinze novas repúblicas surgidas com a dissolução, o maior destaque cabe à Rússia. Centro do poder da superpotência soviética, após o fim dessa, o país permaneceu com grande extensão territorial, dotado de vastos recursos naturais (principalmente no campo energético), herdou a maior economia e o maior exército entre todos os Estados do espaço pós-soviético, além de ser a depositária de todo o arsenal nuclear da URSS. Esses são motivos suficientemente fortes para que a Rússia mantenha um papel diferenciado no sistema internacional.

Desde a chegada de Putin ao poder, em 2000, a política externa russa tem-se voltado para a envolvimento nos destinos dos países que outrora dominara imperialmente. Dois dos países mais próximos – Ucrânia e Moldávia – importam de forma acentuada aos interesses do líder russo. De um lado, a Ucrânia, devido ao seu passado compartilhado, às similaridades étnicas e culturais, e, em especial, à sua localização geográfica estratégica e a importância econômica para a Rússia. Do outro lado, a Moldávia, por sua localização geográfica que a torna um “*buffer zone*” entre o Ocidente (sua vizinha, Romênia, é parte da OTAN desde 2004 e da União Europeia desde 2007) e a Ucrânia; pela dependência das exportações russas (principalmente de energia) e pela grande presença de russos na região.

A parceria com a Ucrânia é de vital importância para a política externa russa. Desde a sua independência, em 1991, o país tem avançado em uma política de afirmação nacional, apesar da constante alternância entre políticas de aproximação e de afastamento para com Moscou. Há uma

clara dependência ucraniana dos recursos energéticos russos, pois o país eurasiático é o seu maior parceiro comercial, o que confere à sua independência uma certa dependência. Entretanto, a Rússia reconhece que necessita manter boas relações com Kiev, devido à localização estratégica do país, à presença expressiva de minorias russas e ao seu mercado em crescimento, enquanto simultaneamente trata a aproximação da Ucrânia com o Ocidente como contrária aos seus interesses (FREIRE, 2011, p. 69).

Assim, a manobra política ucraniana de deposição do presidente pró-russo Viktor Yanukovich, em 2014, foi percebida pelo Kremlin como uma tentativa do Ocidente de minar a influência russa na região. Como consequência, Putin não hesitou em anexar a península da Crimeia à Federação Russa, após um referendo conduzido pelo Parlamento local, por temer que essa importante base para a esquadra russa no Mar Negro pudesse ser constantemente ameaçada pelos desígnios ocidentais. Vale ressaltar que a Crimeia fez parte da URSS até 1954, quando o então dirigente russo Nikita Khrushchev decidiu fazer um gesto simbólico para garantir o apoio dos ucranianos: ofereceu a Crimeia à Ucrânia.

No entanto, atualmente, 60 anos depois dessa decisão, o debate sobre a legalidade da deliberação finalmente veio à tona entre juristas e historiadores russos. Eles alegam que no artigo 33 da Constituição da República Socialista da Rússia não havia a previsão de alterar as fronteiras físicas do país. Contudo, o artigo autorizava a organização de um referendo sobre a questão – o que, na época, não aconteceu na Crimeia e nem na URSS. Assim, defende-se que a Crimeia pertence historicamente e juridicamente à Rússia, e a decisão da maioria dos habitantes – através do referendo – acaba por legitimar a iniciativa russa de reunificação da península ao restante do país (KOROLKOV, 2014, p. 33).

A situação da Moldávia distingue-se da Ucrânia. A região autônoma da Transnístria – uma região ao Leste do país de apenas 4.000 Km² – permanece o foco de tensão e instabilidade, constituindo um elemento central no relacionamento bilateral Rússia-Moldávia. O apoio russo ao governo autoproclamado e não reconhecido de Tiraspol complica o relacionamento, onde pesa também o reconhecimento de Chisinau da necessidade de boas relações com Moscou. A declaração de independência da Transnístria se deu quase um ano antes da independência formal da Moldávia, que ocorreu em 1991. A independência da região é atribuída ao fato de esse pequeno território ser historicamente eslavo, ao temor de haver uma unificação da Moldávia com a Romênia e à indefinição no que tange às reformas políticas e econômicas, que poderiam extinguir o modo de vida socialista, além dos privilégios e prestígios da elite transnístria (FREIRE, 2011, p. 81).

O governo central de Chisinau não reconheceu a declaração de independência, ocorrendo uma guerra civil entre a região separatista e a Moldávia, em 1991. A intervenção militar da Rússia

impediu o massacre da população de etnia russa, estimulando o cessar-fogo em 1992, assinado pelo governo moldavo, os separatistas transnístrios e a Federação Russa. Até o momento, há uma grande presença de tropas russas na região, motivo de críticas por parte de Chisinau e das potências ocidentais. A ascensão de Putin à presidência russa, em 1999, não conseguiu resolver a situação transnístria e diversas tentativas de negociação tem sido conduzidas pelo mandatário russo, que, no entanto, ainda não renderam frutos.

O ponto de partida para o desenvolvimento desta pesquisa está no relacionamento entre esses três países. É possível perceber a diferença de tratamento conferido por Putin ao analisar os fatos recentes quando comparamos os casos da Transnístria e da Crimeia. A Rússia se recusa a reconhecer a independência transnístria, preferindo apoiar futuras negociações que decidirão o *status* da região autônoma. Em 2006, foi convocado um referendo para decidir sobre o futuro da região em relação à Rússia, quando cerca de 97% dos habitantes decidiram pela independência e anexação da Transnístria à Federação Russa, pedido que, até o momento, permanece sem a resposta de Vladimir Putin. Vale ressaltar que em 2014, após a anexação da Crimeia, representantes do Parlamento transnístrio adotaram uma resolução solicitando novamente à Duma a admissão da Transnístria à Rússia (KASHI, 2014; TRANSDNISTRIA, 2014).

De forma semelhante ao caso da Transnístria, o referendo de 2014 na Crimeia teve aprovação de cerca de 97% dos habitantes, que também decidiram pela independência e anexação à Federação Russa. Entretanto, diferentemente do que foi visto na Transnístria, o pedido foi prontamente atendido por Vladimir Putin, justificando a iniciativa como uma defesa da maioria étnica russa na região e a já citada ilegalidade da cessão da Crimeia para a Ucrânia, em 1954, por Nikita Krushev.

A questão central a que esse trabalho se propõe é: por que tal distinção? O que faz a Crimeia ser tão relevante para a Rússia a ponto de seu desejo de anexação à Rússia ser prontamente atendido, enquanto a Transnístria aguarda pelo mesmo destino há mais de 20 anos sem ao menos ser reconhecida pela Rússia como um Estado independente?

A escolha do tema recai, em grande medida, à especulação do comando da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da imprensa internacional que, após a anexação da Crimeia, Moscou poderia seguir os mesmos caminhos na Moldávia, interferindo no conflito da Transnístria com o objetivo de anexá-la. O interesse primeiro desta pesquisa se alicerça na tentativa de desmitificar o temor dos analistas ocidentais de que Putin anexaria também a Transnístria. Parte-se do pressuposto que os conflitos não se assemelham e que o interesse da Rússia é distinto nos dois casos.

A justificativa para este estudo se assenta na identificação de uma carência de estudos acadêmicos sobre a questão moldava. Muito pouco é escrito no Brasil – e também em outros países

de língua portuguesa – sobre as relações Rússia e Moldávia, em especial sobre o conflito transnístrio. O ineditismo do tema foi o ponto crucial de estímulo a esta pesquisa. Contudo, quando se trata da questão ucraniana, a situação é distinta. São inúmeras as dissertações de mestrado acerca desse tema, mas, devido à sua atualidade, nenhuma pesquisa foi identificada sobre a Crimeia. Por esse motivo, optou-se pelo estudo de um assunto não tradicional, mas que está sendo muito discutido na atualidade: as relações russas com os chamados “Estados não reconhecidos” do espaço pós-soviético. Apesar de o interesse, nos últimos tempos, voltar-se mais ao caso ucraniano, que tem recebido grande destaque da imprensa, optou-se por examinar outro caso de extrema relevância para a problemática da região. Além da motivação de trazer o assunto à discussão acadêmica, já que pouco se conhece no Brasil sobre o conflito na Moldávia, entende-se que a confrontação da política externa russa para os dois casos será mais elucidativo do que o estudo de um caso único.

A relevância do estudo decorre da atualidade e destaque do tema nas relações internacionais contemporâneas. O recente engajamento russo no conflito ucraniano trouxe à tona a discussão de que está em curso um nova Guerra Fria. Moniz Bandeira, influente cientista político brasileiro, defende a tese de que a crise da Ucrânia está demonstrando que há uma Segunda Guerra Fria em jogo, que se difere do conflito original por agora se tratar de interesses estratégicos dos EUA e da Rússia e não mais de interesses ideológicos (BARROCAL, 2014).

Entende-se, portanto, que há diferenças de tratamento em relação à Moldávia e à Ucrânia, em especial no que tange às duas regiões separatistas de maioria russa: a Crimeia e a Transnístria. O objetivo dessa pesquisa é comparar as razões que levam a Rússia a atuar de forma distinta nos dois países e apontar quais são os elementos que explicam essa distinção. Assim, faz-se necessário esclarecer que a pesquisa não se concentrará em abordar apenas os casos da Transnístria e da Crimeia, uma vez que, para obter a resposta adequada para a pergunta, deve-se analisar as relações da Rússia com os países dos quais elas fazem parte como um todo.

Além disso, para se alcançar uma resposta satisfatória da problemática, parte-se do pressuposto que não é possível analisar apenas um fator causal. Por esse motivo, optou-se por um tratamento multicausal do problema, visto que há três elementos conectados que levam à resposta do questionamento. Para se alcançar tal intento, utilizou-se a abordagem feita por Gabriel Pessin Adam em sua dissertação de mestrado, que analisou a distinção do tratamento dado pela Rússia em relação à Ucrânia e Belarus. Adam apontou a identidade, a geopolítica e a economia como parâmetros justificadores da particularidade da Ucrânia e de Belarus para a Rússia. Acredita-se que são esses mesmos três fatores que conferem destaque às relações russo-moldavas, por isso optou-se por esse modelo de análise por acreditar que esses elementos conseguem abarcar de forma satisfatória a singularidade das relações entre os três países, uma vez que representam as principais

questões de política externa que estão em pauta hodiernamente.

Destarte, levanta-se a hipótese de que a resposta diferenciada dada ao caso da Crimeia e da Transnístria assenta-se nas distinções identitárias, geopolíticas e econômicas que cada um dos países tem para a Rússia. A opção por essa abordagem multicausal da questão evita que se chegue a uma resposta inconclusiva e desconectada do fenômeno, pois assim seria se a hipótese se baseasse em apenas um elemento. Assim, a pesquisa pretende fazer uma investigação comparada minuciosa desses três elementos para os dois países de forma a apresentar resultados mais completos e coerentes ao final do trabalho.

De forma a conectar todas as partes deste estudo, utilizou-se a teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS), de Ole Wæver e Barry Buzan, autores influentes da Escola de Segurança de Copenhague. A preocupação central era encontrar uma única base teórica que dialogasse com os três elementos em discussão. Chegou-se à conclusão que a teoria dos CRS traz um arcabouço teórico que responde aos anseios desta pesquisa. O modelo consegue explicar todos os três fatores elencados de forma ampla, afastando a necessidade de uso de mais de uma teoria para a explicação para cada uma das partes deste trabalho. Uma das razões pelas quais se optou pela utilização dessa teoria é o fato de ela estabelecer uma concepção de sistema internacional que inclui o nível regional, algo pouco explorado nas demais teorias de Relações Internacionais.

A inserção desse nível de análise – que, todavia, não afasta os níveis sistêmico e subnacional – possibilita que se analise com maior precisão os movimentos de política externa de Rússia, Ucrânia e Moldávia. O Complexo Regional de Segurança Pós-Soviético do Teatro Ocidental é o objeto de estudo deste trabalho, justamente por abarcar os dois países em análise, Moldávia e Ucrânia, mais Belarus, que, no entanto, não será tratada na pesquisa em voga. A adoção da perspectiva regional de Buzan e Wæver possibilita entender melhor as atitudes dos três países que não poderiam ser captadas em toda a sua profundidade caso o foco de análise fosse o âmbito sistêmico ou subnacional.

No tocante à metodologia utilizada neste trabalho, utilizou-se os métodos de estudo de caso e o comparativo para responder à pergunta de pesquisa. Optou-se pela utilização de um estudo de caso múltiplo auxiliado pelo método comparativo por entender que a análise de caso único (no caso, da Transnístria) não conseguiria explicar com satisfação a problemática da questão moldava. Entende-se que confrontar o caso da Moldávia com o caso da Ucrânia – país em que os três elementos causais em discussão nesta pesquisa são identificados como em vinculação estrita com os objetivos russos – seria mais satisfatório e explicativo.

Para subsidiar a investigação pretendida, o trabalho reuniu ampla base bibliográfica e documental. As tendências que norteiam o estudo do tema puderam ser identificadas graças à

pesquisa de fontes secundárias, que incluem dissertações, teses, livros, *papers*, artigos e periódicos produzidos pela comunidade acadêmica primordialmente em inglês, e, eventualmente, em português, espanhol e francês. Foi utilizada, também, a análise de fontes primárias, como os discursos dos presidentes e dos Ministros das Relações Exteriores dos três países. Dado que o assunto se encontra em intenso debate na atualidade, frequentemente se recorreu a revistas de publicações semanais, a jornais e a publicações atualizadas de agências de notícias, tomando cuidado para utilizar sempre fontes creditáveis.

A dissertação foi estruturada em cinco capítulos. O primeiro deles dedica-se ao modelo teórico dos Complexos Regionais de Segurança, dando destaque, também, à concepção alargada de segurança da Escola de Copenhague. Como se verá no desenvolvimento do capítulo, a teoria dos CRS consegue dialogar com todos os elementos a partir dos quais se investigam as relações entre os países em destaque e com os autores que ilustram os critérios identitários e geopolíticos, como é o caso de Andrei Tsygankov. Entende-se que a utilização exaustiva das ideias desses autores em nada comprometerá a utilização da teoria, uma vez que seus pontos de vista complementam as ideias de Buzan e Wæver. É importante salientar que a teoria dos CRS, de uma forma ou de outra, dialogará com todos os capítulos seguintes, pois, a partir dela, se pode analisar a implicação da problemática da segurança para as relações russo-ucraniano-moldavas.

No segundo capítulo, é feita uma recapitulação histórica de como se construíram e se desenvolveram as relações russo-ucranianas e russo-moldavas. Entende-se que esse capítulo tem uma importância fundamental para a compreensão dos capítulos seguintes, motivo pelo qual se optou por um aprofundamento e detalhamento dos fatos históricos que contribuíram para a particularidade das relações entre os países.

O terceiro capítulo é dedicado às relações entre Rússia e Ucrânia. Como já se destacou, aqui será utilizada a abordagem dos três elementos de Adam para se identificar as particularidades de Kiev em relação a Moscou. Faz-se necessário ressaltar que esse capítulo tem uma estrutura similar ao estudo feito por Adam em relação à Ucrânia; no entanto, foi imprescindível aprofundá-lo e atualizá-lo, uma vez que a aplicação se dá em um contexto diverso e com novos acontecimentos, como a crise ucraniana e a conseqüente anexação da Crimeia. Dessa forma, a pretensão com esse capítulo é de demonstrar como se construíram e têm se desenvolvido as relações da Rússia com a Ucrânia nos campos identitários, geopolíticos e econômicos. Entende-se que, do ponto de vista russo, esse país é diferente dos demais países do espaço pós-soviético justamente em função desses fatores.

O quarto capítulo tem uma estrutura semelhante ao capítulo três, mas com a aplicação para as relações entre Rússia e Moldávia. Será utilizada a mesma abordagem dos três elementos, pois

percebe-se que, no caso da Moldávia, esses fatores conseguem explicar o porquê da distinção de tratamento do governo russo em relação ao caso específico da Transnístria. É também nos campos da identidade, da geopolítica e da economia que se consegue responder a pergunta de pesquisa.

O quinto e último capítulo se dedica a apresentar as assimetrias nos casos da Crimeia e da Transnístria, através do estudo comparativo. Pretende-se apresentar os resultados da comparação com as inferências do autor a partir da interpretação e análise dos dados apresentados nos quatro capítulos anteriores. É importante ressaltar que esse capítulo é orientado, principalmente, às questões específicas da Crimeia e da Transnístria, enquanto os capítulos prévios se dedicaram ao estudo macro-orientado da estrutura maior onde estão inseridos esses dois casos específicos, a Moldávia e a Ucrânia. Ressalta-se, também, que, nas considerações finais, os resultados da pesquisa são retomados, aprofundando-se as inferências sobre as distinções no tratamento da política externa russa para os dois casos em destaque.

CAPÍTULO 1: O COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA PÓS-SOVIÉTICO COMO ABORDAGEM PARA A ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA, UCRÂNIA E MOLDÁVIA

“Security is about survival; it is when an issue, presented as posing an existential threat to a designated referent object, justifies the use of extraordinary measures to handle them”.

Buzan et al. (1998)

A dissolução da URSS alterou consideravelmente a forma de se relacionar da Rússia com os novos Estados ucraniano e moldavo. Além de Moldávia e Ucrânia terem se tornado repúblicas independentes, os dois países passaram a interagir com atores internacionais com os quais não tinham contato direto quando eram vinculados à URSS. A Rússia também precisou alterar seus padrões de contato com os demais Estados, pois não era mais a superpotência de antes. Com isso, a interação entre os três atores foi fortemente transformada nos primeiros anos da década de 1990.

Uma das características principais da Rússia é a ausência da concepção política de nação para designar o país. Devido à contínua expansão desde os seus primórdios, não houve a formação de um Estado-nação propriamente dito. A ideia russa, pode-se dizer, era formar um império eurasiático universal, uma noção que influencia a mentalidade e o *way of life* russo até os dias de hoje. A identidade à qual o Estado russo hodierno faz referência é, portanto, um império e uma civilização, e não uma nação. É por esse motivo que a atuação de Moscou na área em que se localizam as ex-repúblicas soviéticas é praticamente uma missão, pois se entende que, tendo influência sobre aquela área que antes dominava, a Rússia será reconhecida como a grande potência de outrora (BUZAN & WÆVER, 2006, p. 408).

Por conseguinte, exercer o controle sobre seu “Exterior Próximo”¹ se tornou a prioridade máxima da Rússia alguns anos após o colapso da URSS, quando ficou perceptível que o país havia perdido o seu *status* de superpotência com o conturbado processo de transição para uma economia de mercado e para a democracia. Já em 1993, uma atuação mais assertiva em relação a esse espaço se tornou a política prioritária russa, o que domina a agenda até os dias atuais. As ex-repúblicas soviéticas eram definidas como as esferas de influência de Moscou, o que se justificava pela

1

Exterior Próximo é a tradução para “*Near Abroad*”, termo pós-comunista que se refere às repúblicas que se tornaram independentes após o colapso da URSS. O uso do termo implica a existência de relação especial da Rússia com os países do espaço pós-soviético.

necessidade de proteção dos mais de 25 milhões de russos que viviam nessas regiões, além dos fortes interesses geopolíticos e econômicos da Rússia, que estavam ameaçados devido às relações cada vez mais próximas entre os países do ex-espaço soviético e o Ocidente.

Essa breve contextualização objetiva demonstrar o porquê da escolha da teoria dos Complexos Regionais de Segurança (CRS) – desenvolvida pela Escola de Copenhague e aprimorada, principalmente, por Buzan e Wæver no livro “*Regions and Powers: The Structure of International Security*” – ser a mais acertada para o entendimento deste trabalho. A visão do sistema internacional sustentada por esse referencial teórico confere destaque à dimensão regional, pouco abordada nas demais teorias de relações internacionais, mas que é bastante funcional ao estudo das relações russo-ucraniano-moldavas. Além disso, os autores utilizam um conceito ampliado de segurança que se coaduna com as ameaças recentes enfrentadas pela Rússia com relação ao seu Exterior Próximo. Mesmo se tratando prioritariamente de assuntos de segurança, os escritos de Buzan e Wæver são balizados sobre considerações tanto culturais quanto geopolíticas, que dialogam com os elementos propostos na presente pesquisa como causadores da singularidade da dinâmica tripartite observada.

A fim de apresentar de maneira consistente o modelo teórico dos CRS utilizado para compor este trabalho, o presente capítulo, em um primeiro momento, fará uma breve análise da Escola de Copenhague e sua concepção ampliada de segurança. Acredita-se ser necessário compreender os seus fundamentos para, posteriormente, adentrar no debate específico dos Complexos Regionais de Segurança, em especial o CRS Pós-Soviético do Teatro Ocidental (um dos quatro subcomplexos desse CRS, que inclui Rússia, Ucrânia, Moldávia e Belarus).

1.1 A CONCEPÇÃO AMPLIADA DE SEGURANÇA NA ABORDAGEM DA ESCOLA DE COPENHAGUE

O *Centre for Peace and Conflict Research* – que atualmente se chama *Conflict and Peace Institute* (COPRI) – conhecido informalmente como Escola de Copenhague, foi criado em 1985. Essa Escola é uma das mais influentes contribuições no campo da segurança internacional nos últimos anos e é de fundamental importância para esta pesquisa, tanto por apresentar um conceito ampliado de segurança que se coaduna com os objetivos propostos, quanto por ter desenvolvido conceitos que permitiram a criação de uma teoria dedicada ao estudo das dinâmicas regionais securitárias, os Complexos Regionais de Segurança.

Como afirma Tanno (2003), eventos históricos costumam influenciar o desenvolvimento das

teorias das Relações Internacionais. Foi assim, aliás, que teve início a disciplina, no período pós-Primeira Guerra Mundial, quando se estabeleceu a sua primeira cátedra, na Universidade de Aberystwyth, no Reino Unido. A análise das motivações para a Grande Guerra e as formas de prevenir que um novo conflito de grandes proporções voltasse a ocorrer constituíram os vários debates do campo das teorias das relações internacionais nos anos seguintes. Portanto, era de se esperar que o fim da Guerra Fria acompanhasse o desenvolvimento de um novo debate teórico (TANNO, 2003, p. 47), que teve como destaque os estudos de segurança internacional da Escola de Copenhague. O diferencial dessa Escola reside na renovação dos estudos de segurança, disassociando o tema da abordagem estritamente realista para aproximá-la do construtivismo social.

Em meados dos anos 1980, a instalação de novas armas nucleares na Europa pela OTAN e pelo Pacto Varsóvia e a construção do escudo antimísseis anunciavam o reinício da bipolarização das relações entre URSS e EUA nos moldes dos anos 1950 e 1960, após mais de uma década de *détente*. Como consequência, surgiram preocupações com a competição militar e a publicação do livro “*Theory of International Politics*”, de Kenneth Waltz, em 1979 renovou o interesse pela corrente realista das Relações Internacionais (DUQUE, 2009, p. 463).

No entanto, começaram a ser publicados inúmeros trabalhos críticos da priorização das esferas militar e estratégica, como reação ao rearmamento internacional. Um desses críticos era Barry Buzan, principal expoente da Escola de Copenhague na atualidade, que publicou, em 1983, “*People, States and Fear*”. Nessa edição, Buzan já demandava a ampliação do conceito de segurança, de forma a incluir novos temas, uma vez que a concentração em aspectos unicamente militares negligenciava a importância de outras grandes ameaças à segurança internacional:

O alargamento da concepção de segurança passou a ser demandado para incluir questões relativas a: (i) recursos, meio ambiente e demografia; (ii) ameaças não militares e internas; e (iii) economia, ecologia, fatores domésticos da segurança e ameaças transnacionais. A produção da corrente (neo)realista como um todo, dessa forma, parecia insuficiente para o estudo dos fenômenos da política internacional (DUQUE, 2009, p. 464).

Duque (2009) analisa que a desintegração da URSS foi um divisor de águas, pois resultou em uma grande perda de credibilidade na utilidade de previsão dos estudos puramente estratégicos, dado que não se poderia explicar o evento dentro do paradigma realista (DUQUE, 2009, p. 464). Além disso, a ocorrência de guerras étnicas no Leste Europeu demonstrava que o Realismo deveria ser atualizado, pois ele era incapaz de analisar a segurança de outras instituições além do Estado. Foi esse processo que incitou a gradual desvinculação do conceito de segurança da lógica meramente estratégica e estadocêntrica e sua consequente vinculação com as identidades nacionais. Passou a ser inevitável que os pesquisadores da Escola de Copenhague incluíssem também a

segurança societal em seus estudos de segurança (TANNO, 2003, p. 56).

Em virtude desses questionamentos, novas abordagens teóricas começaram a ganhar mais legitimidade acadêmica, como o construtivismo e o pós-modernismo (TANNO, 2003, p. 57). Assim, aproveitando as contribuições do debate teórico em relações internacionais, a Escola de Copenhague passou a adotar uma perspectiva de segurança que mesclava elementos realistas com construtivistas e, a partir da publicação do livro “*Security: a New Framework for Analysis*”, de Wæver, Buzan e de Wilde, em 1998, “a identidade da Escola de Copenhague aparece, com a emergência de uma vertente teórica que se localizaria entre os estudos estratégicos tradicionais e os estudos críticos” (SANTOS & VILLA, 2011, p. 120).

A vertente tradicional, consonante com as premissas teóricas realistas, defende que os estudos da área devem se restringir às questões militares e resguardar o Estado como unidade básica de análise; a vertente abrangente (do inglês *widener*) sustenta que os estudos de segurança devem incorporar tanto as ameaças militares quanto aquelas advindas das áreas política, econômica, ambiental e societal, como afirma Buzan; a perspectiva crítica, associada aos trabalhos da Escola de Frankfurt, propõe que as pesquisas de segurança devam colaborar para a emancipação humana. Os teóricos críticos salientam que outros valores como a igualdade e a liberdade, além da segurança, devem ser priorizados pelos acadêmicos. A perspectiva teórica formulada pela Escola de Copenhague pode ser caracterizada como abrangente, por sustentar que as ameaças à segurança se originam não apenas da esfera militar, mas também das esferas política, econômica, ambiental e societal. Mas [...] a teoria proposta pela Escola não poderia ter sofrido um desenvolvimento efetivamente criativo se não houvesse incorporado as críticas formuladas pelos autores vinculados às demais perspectivas (TANNO, 2003, p. 50).

Foi com a reedição do livro “*People, States and Fear: an agenda for international security*”, em 1991, que Buzan passou a defender, de forma definitiva, a ampliação dos setores na conceitualização de segurança. De acordo com Huysmans (1998), a proposta de ampliação do tema tinha duas motivações principais: a primeira era o interesse em relação à tendência verificada nas agendas de segurança da Europa² de considerar as questões não militares como questões de segurança. Em segundo lugar estava o interesse acadêmico em formular uma contribuição original para os debates teóricos realizados na área de segurança internacional.

Na edição do livro de 1991, portanto, Buzan descreve os cinco setores que formam a agenda ampliada dos estudos de segurança: o militar, o político, o societal, o econômico e o ambiental, sendo que a sistematização ocorreu sete anos mais tarde, com a publicação de “*Security: a new framework for analysis*”. É necessário salientar que essa vertente multidimensional é o ponto inovador da Escola de Copenhague, o que a torna fundamental para entender a problemática securitária das relações do CRS Pós-Soviético, que não se restringe apenas ao setor estratégico-

² Duque (2009) afirma que, diferentemente dos EUA, que centravam seus estudos nos aspectos estratégicos e na segurança nacional, na Europa prevaleciam os estudos para a paz, que enfatizavam as concepções de sociedade internacional e segurança internacional.

militar, em especial para os atores da pesquisa em voga: Rússia, Ucrânia e Moldávia.

[...] seen from Russia, the ‘near abroad’ is important to security partly for specific reasons, partly for strategic ones. The specific reasons are externalities of various kinds (disorder, crime, environmental threats), the threat to infrastructure and thus often to production chains (because these were in Soviet days constructed across several republics), and the fate of the approximately 25 million ethnic Russians who landed outside Russia when the Soviet Union dissolved. The bottom-line strategic threat is that, if Russia is to remain a great power able both to defend itself and to assert some influence globally, it needs to retain its sphere of influence in the CIS [Commonwealth of Independent States] (BUZAN & WÆVER, 2006, p. 409).

Sobre a importância destacada da região do Teatro Ocidental, Buzan & Wæver afirmam:

The western ‘theatre’ is both the least and the most security-intense of the four subregions: least because states are more stable and conflicts fewer than in the Caucasus and Central Asia, and most because it is the subregion most important to Russia. Thus, even if security issues are fewer, they are vested with more significance. This is primarily because Ukraine and Belarus raise identity questions for Russia. In contrast to the newly independent states to the south, these states were seen as integral parts of Russia itself and hardly separate nations/nationalities. [...] A second reason is that Europe is Russia’s most valued interregional link, and therefore the western CIS states are strategically located. Politically, the subregion contains both the most pro-Russian republic, Belarus, and the leading counterbalancer, Ukraine (BUZAN & WÆVER, 2006, p. 416).

Essa abordagem multissetorial faz uma distinção analítica entre os cinco setores nos quais a securitização pode ocorrer, e que “são definidos de acordo com os objetos referentes possíveis de cada um” (DUQUE, 2009, p. 485). Por objeto referente, Buzan *et al.* (1998) denominam “as unidades cuja existência o ator securitizador³ declara ameaçada, para demandar que se tomem medidas com vistas a protegê-las”⁴.

Na análise dos setores, cabe destaque à concepção militar de segurança. Tanno (2003) sustenta que, no estudo detalhado realizado no livro “*Security: a New Framework for Analysis*”, “o processo de securitização encontra-se mais institucionalizado e destacado no setor militar”. Esse setor refere-se às capacidades ofensivas e defensivas do Estado e das percepções dos Estados sobre as intenções dos demais Estados (SANTOS & VILLA, 2011, p. 129). Buzan *et al.* (1998) apontam que, no pós-Guerra Fria, há uma tendência de regionalização dos conflitos, o que condiciona a

³ Buzan *et al apud* Duque(2009) explica que ator securitizador é o autor das iniciativas de securitização, que utilizam a estrutura retórica da segurança com o objetivo de chamar atenção para a necessidade de se tomarem medidas emergenciais, a fim de proteger um determinado objeto referente da ameaça que identificam.

⁴ No setor militar, o objeto referente é, na maioria das vezes, o Estado, embora possam ser outros tipos de entidade política, como é o caso das Forças Armadas. No setor político, o objeto referente é geralmente a soberania estatal, mas, em alguns casos, também é uma ideologia; além disso, segundo os autores, vários objetos referentes supranacionais (como, por exemplo, a UE) está surgindo no Ocidente, onde há relações interestatais mais interdependentes e institucionalizadas. [...] No setor econômico, os objetos referentes podem ser supranacionais ou o próprio mercado. No setor societal, o objeto referente são identidades coletivas, como nações e religiões. Por fim, no setor ambiental, há vários objetos referentes possíveis, abrangendo desde a sobrevivência de espécies ou habitats até o clima planetário e a biosfera propícios à vida humana (BUZAN *apud* DUQUE, 2009, p. 485).

formação dos CRS. Verifica-se que, em algumas regiões, a ausência da rivalidade bipolar facilitou o processo de desecuritização das questões – como na África Meridional e no Sudeste Asiático – enquanto em outras houve um incentivo à securitização, como no complexo regional da sub-região do Cáucaso e do Teatro Ocidental, objeto desta pesquisa (TANNO, 2003, p. 63).

A região do Teatro Ocidental é, atualmente, o palco central das ameaças à segurança russa. A constante ameaça de ocidentalização da Ucrânia – manifestada pela aproximação do país com a União Europeia (UE) e a OTAN – tem ensejado reações da Rússia, como se consolidou, em 2014, com a anexação da Crimeia, região estratégica para os interesses econômicos e militares russos, e com a manutenção de forças militares nas regiões separatistas no Leste ucraniano. O mesmo tem sido percebido na Moldávia, que também cimentou sua aproximação com o bloco ocidental a partir do Acordo de Associação com a UE. A reação russa é sentida na região da Transnístria, enclave pró-russo que, desde a década de 1990, mantém uma presença constante de tropas russas em seu território. É necessário salientar, também, que, desde o conflito na Ossétia do Sul, em 2008, a OTAN intensificou os exercícios militares nas regiões que fazem fronteira com a Rússia, sendo que, em 2014, esse número aumentou consideravelmente em razão da crise ucraniana.

[...] la OTAN es cada vez más activa. En mayo del año pasado [2014] se llevaron a cabo en Letonia los ejercicios navales Partnership for Peace 2014, en donde participaron 700 personas. En junio de 2014 Baltops concentró a 1.400 participantes de 13 países en el Báltico. Spring Storm, uno de los mayores ejercicios de la OTAN, se realizó en mayo de 2015 en Estonia y Steadfast Javelin, en Polonia y los países bálticos contaron con 6.000 participantes. Solamente en 2014 la OTAN llevó a cabo más de diez ejercicios militares en países que hacen frontera con Rusia, desde Ucrania a Noruega. Este año [2015], tropas estadounidenses, letonas y estonias han realizado ejercicios en las isla de Saaremaa con el objetivo de prepararse a un potencial ataque anfíbio y para preparar a las fuerzas aéreas estonias (KUREEV, 2015).

Moscou interpreta a atividade militar da aliança como uma demonstração de força do bloco ocidental, que põe em risco a segurança de suas fronteiras. Como consequência, o Kremlin se viu forçado a aumentar a capacidade ofensiva de suas forças armadas. Nesse sentido, em 2014 e 2015, foram mobilizados exercícios com uma maior frequência, muitos dos quais nem estavam programados (KUREEV, 2015).

No tocante ao setor político, Duque (2009) aponta que esse, “junto com o setor militar, constituem a agenda tradicional dos estudos de segurança, por conterem os objetos referentes identificados com mais frequência ao longo do século XX”. Buzan (1991) identifica que as ameaças políticas objetivam atingir a estabilidade organizacional do Estado, do sistema de governo e das ideologias que o legitimam. Por isso, podem impactar em um ou mais dos seus três componentes: as ideias de Estado, a sua base física e suas instituições. Tanno (2003) complementa que, “em geral, as

ameaças políticas dirigem-se à soberania do Estado e podem ocorrer na forma de pressões para se adotarem certas políticas, pedidos de substituições de governo e incentivos à secessão”.

Politicamente, identifica-se, também, uma forte ameaça à estabilidade da região do Teatro Ocidental. Como afirma Mearsheimer (2014), o “pacote triplo” de políticas do Ocidente em relação à Ucrânia – mas que também se aplica à Moldávia –, que incluía tanto o alargamento da OTAN e da UE quanto a promoção da democracia, tinha a clara função de modificar o *status quo* político do país, o que afeta os interesses russos de manter a sua esfera de influência sobre seu Exterior Próximo:

The West’s final tool for peeling Kiev away from Moscow has been its efforts to spread Western values and promote democracy in Ukraine and other post-Soviet states, a plan that often entails funding pro-Western individuals and organizations. [...] In September 2013, [Carl] Gershman⁵ wrote in *The Washington Post*, “Ukraine’s choice to join Europe will accelerate the demise of the ideology of Russian imperialism that Putin represents” (MEARSHEIMER, 2014, p. 04).

Os três setores que serão discutidos a seguir – econômico, societal e ambiental – são os representantes da agenda ampliada de segurança, que, como já foi visto, foi demandada a partir do final da década de 1980 e adotada e desenvolvida pela Escola de Copenhague (DUQUE, 2009, p. 485).

O mais inovador nesse conceito ampliado é, sem dúvida, o ambiental. O destaque que esse conceito tem recebido nas últimas décadas é atribuído, sobretudo, à conscientização de que a intensificação das atividades industriais, nos séculos XIX e XX, afetou enormemente as condições de vida no planeta. Dessa forma, diversas organizações internacionais e ONGs, como o *Greenpeace* e o WWF (World Wide Fund for Nature), vêm tentando securitizar questões importantes no setor ambiental. Essa ameaça, no entanto, apesar de ser uma das questões prioritárias na agenda internacional atualmente e de causar preocupações a Rússia, Ucrânia e Moldávia quanto à manutenção da biosfera local e do planeta, não está na pauta da problemática de destaque desta pesquisa. Entende-se que as ameaças securitárias reais na região do Teatro Ocidental giram em torno, principalmente, de dois setores da concepção ampliada: o econômico e o societal.

Em se tratando da segurança econômica, Santos e Villa (2011) afirmam que ela se refere aos “recursos naturais e financeiros, além dos mercados necessários à manutenção de níveis aceitáveis de bem-estar e poder estatal”. Tanno (2003) assevera que a insegurança econômica pode se tornar uma ameaça no momento em que transcender a esfera econômica, estendendo-se para as esferas militar e política. Assim, seriam ameaças aquelas direcionadas aos setores econômicos que mantêm

⁵ De acordo com o artigo de Mearsheimer (2014), Carl Gershman é o presidente do National Endowment for Democracy (NED).

a sobrevivência física do Estado (como o fornecimento de materiais estratégicos e indústrias de base) e que são essenciais em casos de guerra.

Compreende-se que a situação econômica de um país há de ser encarada como um fator de sua segurança, não somente porque assim poderá financiar seu poderio militar, mas porque, em algumas instâncias, o poder é obtido ou exercido a partir das capacidades econômicas dos adversários. No momento em que o poderio econômico passa a ter destaque nas relações entre os Estados, a defesa da economia de um país torna-se uma preocupação no que tange à segurança nacional. A securitização de um Estado pode ser econômica, o que quer dizer que estar seguro significa a não submissão econômica e política diante de um Estado com maior poderio (ADAM, 2008, p. 147). Para a Rússia, manter Ucrânia e Moldávia sob um viés de dependência econômica e energética é essencial para a dominância do país sobre aquelas populações, impedindo uma eventual cooptação ucraniana e moldava pelo lado Ocidental.

No plano regional, Ucrânia e Moldávia são importantes para os interesses geoeconômicos russos, principalmente no que tange à energia. A ameaça de perda de influência na Ucrânia e na Moldávia deixaria a Rússia vulnerável na distribuição dos seus combustíveis fósseis para seus principais consumidores – já que os dois vizinhos são países de trânsito por onde circula a maior parte do gás russo –, fazendo com que Moscou utilize medidas mais assertivas para a região.

Wallander e Levgold (2004) também destacam a relação entre economia e segurança, validando a concepção estabelecida pela Escola de Copenhague. Segundo os autores, para que um país mantenha sua segurança nacional, ele necessita ter poder político. Esse poder político ergue-se, sobretudo, a partir da capacidade produtiva de sua economia, e esta, por sua vez, origina-se do crescimento econômico. Em suma, o crescimento econômico pode ser compreendido como uma das maneiras de se chegar ao poder, o qual é essencial para a segurança de um país. Enfim, quando se destacam os aspectos econômicos que a política externa da Rússia mantém com Moldávia e Ucrânia, estão envolvidas disputas de poder e projeção de influência relacionadas a preocupações quanto à segurança.

Por último, a análise recai sobre o setor societal, no qual se verifica, também, uma das chaves para se compreender o CRS do Teatro Ocidental. Esse setor foi introduzido pela Escola de Copenhague no livro “*Identity, Migration and the New Security Agenda in Europe*”, de Wæver, Buzan, Kelstrup e Lemaitre, de 1993. Os autores defendem que a sociedade é mais do que as somas das partes, mas não pode ser reduzida ao indivíduo porque depende da existência de uma identidade coletiva, que geralmente está organizada sob a forma de tribos, clãs, nações, civilizações e religiões. As ameaças à sociedade existem, portanto, quando essas entidades estão em perigo (TANNO, 2003, p. 65). Buzan *et al* (1998) definem a segurança societal:

Podemos concluir que no sistema internacional contemporâneo, segurança societal se refere à habilidade de uma sociedade de permanecer com suas características essenciais sob condições mutáveis e ameaças possíveis. Especificamente, é sobre a sustentabilidade dentro de condições aceitáveis para a evolução de padrões tradicionais de língua, cultura, associação, identidade e costumes religiosos e nacionais [...] segurança societal se refere a situações em que sociedades percebem a ameaça em termos de identidade (TANNO, 2003, p. 65).

Assim, a segurança societal se refere à capacidade da sociedade preservar suas características essenciais em face a circunstâncias variáveis e apesar das ameaças potenciais ou reais. Essa segurança encontra-se comprometida quando uma comunidade percebe que uma ameaça pode pôr em risco a sua identidade (PANIC, 2009, p. 31). A partir dessa definição, é possível identificar que a segurança societal é um dos componentes em destaque quando se toma como base as relações entre Rússia, Ucrânia e Moldávia. Há uma ameaça identitária na Crimeia e na Transnístria – regiões de maioria étnica russa – que veem na aproximação dos países ocidentais um risco à sua individualidade. Assim, a Rússia utiliza essa ameaça como justificativa para uma ação mais incisiva sobre seus vizinhos, que culminou na anexação da Crimeia à Federação Russa em 2014.

A expansão da agenda de pesquisa em segurança internacional, com a adoção de uma análise multidimensional, a Escola de Copenhague argumenta que a concepção de segurança internacional é uma construção social que depende de ação de agentes e estruturas. Segundo os autores, é a securitização que deve fazer com que um tema seja considerado pela academia como um tema de segurança.

De acordo com Buzan, no início da Guerra Fria, quando foi formulado o conceito, os desafios concebidos pelo Ocidente em relação à URSS tinham natureza não apenas militar, mas também ideológica, social e econômica. No entanto, a corrida armamentista e as teorias de *deterrence* dominaram os estudos securitários, centralizando a agenda no âmbito estratégico-militar. Somente com o fim da Guerra Fria foi possível dar destaque a uma agenda mais abrangente, conforme os aspectos não militares da segurança adquiriram novo caráter. A guerra já não era considerada uma boa opção para alcançar vários dos objetivos políticos e econômicos nas relações entre a Europa Ocidental, Japão e América do Norte (DUQUE, 2009, p. 487).

Assim, a abordagem multissetorial proposta pela Escola de Copenhague decorre da noção de que o conceito de segurança é historicamente contingente e está, portanto, sujeito a modificações com o passar dos anos. A Escola não podia negligenciar as ameaças vindas de outros setores – como o societal, econômico e ambiental – “de onde, por vezes, vinham ameaças tão ou mais intensas que as dos setores militar e político” (SANTOS & VILLA, 2011, p. 130).

1.2 OS COMPLEXOS REGIONAIS DE SEGURANÇA

Complexo Regional de Segurança é um conceito que vem evoluindo desde o início dos estudos da Escola de Copenhague, o que expressa a maturidade da teoria, que tinha uma análise essencialmente realista, em seus primórdios, para a incorporação da abordagem construtivista nos últimos anos. Em 1983, na primeira versão de *“People, States and Fear”*, o CRS foi definido por Buzan como “a set of states whose major security perceptions and concerns are só interlinked that their national security problems cannot reasonably be analysed or resolved apart from one another” (BUZAN *et al*, 1998, p. 12). Como pode ser visto, o destaque dado à concepção de segurança nacional demonstra que a ideia inicial de Buzan era essencialmente restrita aos setores político e militar, o que demonstra a forte influência realista de sua ideia de segurança.

É somente mais tarde, em 1998, em *“Security: a New Framework for Analysis”*, que Buzan, Wæver e De Wilde concebem uma definição de CRS mais abrangente, sem uma ênfase excessivamente estadocêntrica e focada na segurança nacional: “um complexo de segurança é definido como um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização e desecuritização, ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira separada” (BUZAN *et al apud* TANNO, 2003, p. 70). Buzan *et al* (1998) destacam que deve-se ir além da concepção clássica da teoria dos CRS, pois não se pode mais privilegiar apenas o Estado e os setores político e militar; é necessário abrir a análise para um ampla gama de setores (BUZAN *et al*, 1998, p. 16).

Apesar de a definição dos CRS, no livro de 1998, já incorporar aspectos realistas e construtivistas, a Escola de Copenhague foi ainda mais ambiciosa e tentou criar uma teoria geral da segurança internacional, o que demandou maior refinamento conceitual e novas definições. Esse passo foi alcançado com o livro de Buzan e Wæver de 2003, *“Regions and Powers: The Structure of International Security”*, obra mais densa que, de acordo com Santos & Villa (2011), é “possivelmente o esforço teórico holístico mais acabado da Escola”.

Nesse livro, Buzan e Wæver (2006) definem os CRS por padrões duráveis de amizade e inimizade que tomam a forma subglobal, ou seja, padrões geograficamente coerentes de interdependência securitária. A característica particular de um CRS local geralmente será afetada por fatores históricos – como as inimizades de longa data ou as culturas compartilhadas (que se relacionam com o elemento identidade, um dos três vetores de análise desta pesquisa).

Os dois autores também afirmam que a formação dos CRS deriva da interação entre a estrutura anárquica do sistema e as consequências dessa estrutura para a balança de poder, além das

pressões provocadas pela proximidade geográfica entre os atores. A proximidade tende a gerar mais interações de segurança, pois muitas ameaças viajam mais facilmente por curtas distâncias do que pelas longas, sendo muito mais óbvias nos setores militar, societal, político e ambiental – aqui a correlação é feita com o elemento geopolítico, outro vetor de análise desta pesquisa (BUZAN & WÆVER, 2006, p. 45).

Para Adam (2008) “a característica que torna um Estado pertencente a um CRS é a maior intensidade da interdependência de seus assuntos políticos e de segurança com os demais partícipes do mesmo agrupamento, em comparação com um patamar menor de interdependência dos mesmos problemas com Estados que se encontram fora da região”.

A questão central do livro, de acordo com Buzan e Wæver (2006), é que, desde a descolonização, o nível regional de segurança se tornou mais autônomo e mais proeminente na política internacional, e o ocaso da Guerra Fria só veio a acelerar esse processo. Com o fim da bipolaridade – já que não mais há uma rivalidade entre duas superpotências que leva à intromissão excessiva em todas as regiões – as potências locais tem mais espaço para manobra. Assim, a autonomia relativa da segurança regional constitui um padrão de relações internacionais de segurança radicalmente diferentes da estrutura rígida da bipolaridade de superpotências que definia a Guerra Fria (BUZAN & WÆVER, 2006, p. 03).

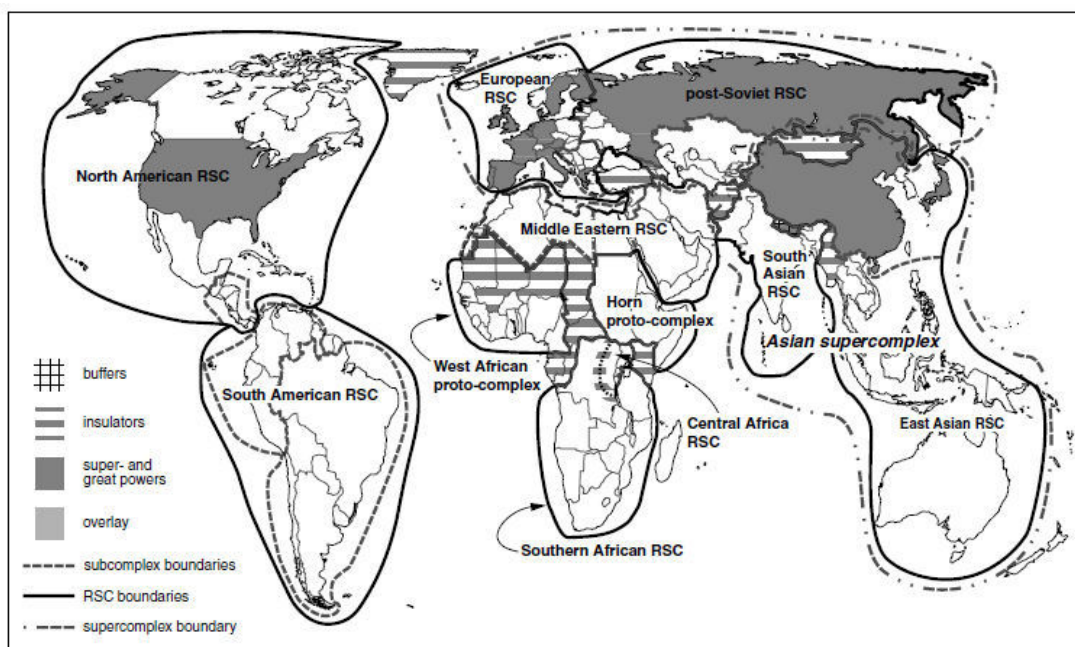
Buzan e Wæver (2006) afirmam que o sistema de segurança pós-Guerra Fria é baseado em uma estrutura $1 + 4 + x$. No topo estão os EUA – que os autores identificam como a única superpotência remanescente –, seguidos pelas quatro grandes potências da atualidade: UE-Europa (Grã-Bretanha, França e Alemanha), Japão, China e Rússia. O “x” é representado pelas potências regionais, que são inúmeras e exercem influência apenas naquela região onde estão localizadas. O poder é uma variável central na diferenciação das regiões que são conceitualizadas como complexos de segurança. São 11 os CRS na atualidade, que são divididos em três categorias principais, de acordo com Acharya (2007):

Three of them are called *centered* (North America, the CIS, and the EU-Europe [European Union]). These are created either by a global-level power or by some collective institution that allows the RSC to act collectively at the global level. One is a *great power complex* (East Asia), so called because of the presence of more than one global-level power. The remaining seven are *standard* (South America, South Asia, the Middle East, the Horn of Africa, West Africa, Central Africa, and Southern Africa). These latter are characterized by the absence of any global-level power in the complex, thereby allowing local polarity to be defined exclusively by regional powers (ACHARYA, 2007, p. 631).

Os autores consideram haver 11 CRS, que estão dentro de complexos mais amplos – os supercomplexos – e são divididos em complexos mais restritos e localizados dentro de um CRS –

os subcomplexos. A ilustração 1 e a tabela 1 trazem uma esquematização dos CRS e seus respectivos supercomplexos de forma a facilitar a compreensão da dimensão regional de cada um dos CRS existentes pelo mundo.

Ilustração 1: Padrões de segurança regional do pós-Guerra Fria



Fonte: (BUZAN & WÆVER, 2006, p. 28)

Tabela 1: Os Complexos Regionais de Segurança e seus supercomplexos

SUPERCOMPLEXO	CRS
Europa	Pós-Soviético
	EU-Europa
Américas	América do Norte
	América do Sul
Oriente Médio e África	Oriente Médio
	África Ocidental
	Chifre da África
	África Central
	Sul da África
Ásia	Sul da Ásia
	Leste Asiático

Fonte: (BUZAN & WÆVER, 2006) – elaborado pelo autor

Desses 11 CRS acima listados, o destaque deste estudo caberá ao CRS Pós-Soviético, localizado no supercomplexo ampliado da Europa. Esse CRS é dividido em quatro subcomplexos:

Cáucaso, Países Bálticos, Ásia Central e Teatro Ocidental. Esse último é o foco da pesquisa em voga justamente por abarcar os três países em análise: Rússia, Ucrânia e Moldávia. Entende-se que o modelo teórico do CRS Pós-Soviético – com ênfase no subcomplexo Teatro Ocidental – consegue explicar os fatores elencados como a base analítica das relações russo-ucraniano-moldavas de forma satisfatória, principalmente por duas razões.

A primeira deve-se ao fato de o foco da análise recair sobre o nível regional. Um dos principais méritos dessa teoria é justamente a inserção de dois níveis de análise pouco explorados pelas demais teorias de relações internacionais: o regional e o inter-regional. O destaque é dado à região como um lugar real e privilegiado, do ponto de vista geográfico e conceitual, onde a segurança acontece e os fenômenos de ação securitizadora desenvolvem-se com maior intensidade. O nível regional também é o local da convergência entre a segurança nacional e a internacional, segundo Buzan e Wæver (2006), pois é nele que os extremos dos níveis global e nacional interagem e onde a maior parte da ação ocorre.

No entanto, a ênfase dada ao nível regional pelos autores não ignora as esferas globais, inter-regionais e nacionais. Pelo contrário, “os quatro níveis estão constantemente em interação, operando de forma simultânea e fazendo com que cada Estado precise observar todos eles na elaboração de suas políticas” (ADAM, 2008, p. 53). Buzan e Wæver (2006) afirmam que esses quatro níveis de análise constituem uma constelação de segurança⁶. A teoria dos CRS assevera que o aspecto regional sempre será operativo e, algumas vezes, dominante, o que não quer dizer que ele deve ser *sempre* dominante, pois os quatro níveis de uma constelação de segurança estão simultaneamente em jogo (BUZAN & WÆVER, 2006, p. 52).

The theory offers the possibility of systematically linking the study of internal conditions, relations among units in the region, relations between regions, and the interplay of regional dynamics with globally acting powers. It also provides some structural logic, most notably the hypothesis that regional patterns of conflict shape the lines of intervention by global level powers. Other things being equal, the expectation is that outside powers will be drawn into a region along the lines of rivalry existing within it. In this way regional patterns of rivalry may line up with, and be reinforced by, global power ones, even though the global power patterns may have had little or nothing to do with the formation of the regional pattern (BUZAN & WÆVER, 2006, p. 52).

Quando se analisa as relações russo-ucraniano-moldavas, entende-se que não se pode desprezar os quatro níveis de análise. Apesar de o foco se concentrar nas interações regionais (a política prioritária de Vladimir Putin para seu Exterior Próximo), a combinação com um fator inter-

⁶ A ideia de constelação de segurança abordada no livro “*Regions and Powers*”, se refere a um padrão mais amplo de securitização, que atravessa todos os níveis de análise, setores e estruturas sociais. O conceito de constelação evita o isolamento dos diferentes processos de securitização das identidades sociais e processos políticos de outros níveis (SANTOS & VILLA, 2011, p. 128).

regional (a aproximação da UE e da OTAN de Ucrânia e Moldávia) faz emergir ameaças latentes, desde o final da Guerra Fria, no nível doméstico de Ucrânia e Moldávia, que geram instabilidade política e risco de perdas territoriais (efetivadas, na Ucrânia, com a secessão da Crimeia e os separatismos no Leste do país). Também não se pode afastar uma ameaça maior, no nível global, de que o ressurgimento de um conflito Leste-Oeste ponha em risco a segurança mundial.

O segundo motivo pelo qual se entende ser essa teoria a mais indicada para analisar os países em foco refere-se à base sobre a qual ela está erigida, que é materialista e construtivista. O aspecto material decorre da territorialidade dos países e das distribuições de poder que são estabelecidas entre si dentro da região na qual se encontram (BUZAN & WÆVER, 2006, p. 04). Tal característica aproxima a teoria dos CRS da abordagem geopolítica, pois os elementos fundamentais desta, como o espaço e o poder, estão também presentes naquela.

Pode-se afirmar que a geografia é uma variável marcante na construção teórica dos CRS. Adam (2008) identifica elementos observados na teoria que comprovam essa alegação. Em primeiro lugar está no foco de observação centrado no nível regional, o que leva à divisão do globo terrestre em regiões bem definidas; em segundo lugar está a ideia de que as ameaças reais ou potenciais de um Estado viajam mais rápido e mais facilmente por curtas distâncias do que por longas e o destaque à segurança entre países vizinhos. Em último lugar, destaca-se a crítica de Buzan e Wæver à teoria realista clássica, que eles afirmam ser baseada em uma compreensão geográfica e histórica que não se coaduna com a realidade atual, uma vez que as regiões nas quais os Estados estão inseridas importam para as políticas que desenvolverão em relação aos seus pares. Para os autores, o realismo não se importa muito com os níveis abaixo do sistêmico (BUZAN & WÆVER, 2006, p. 30).

Já o construtivismo é explicado porque os Estados desenvolvem padrões de amizade e de inimizade baseados no passado histórico que compartilham e na percepção que guardam uns dos outros. Para Buzan & Wæver (2006), a cooperação e o conflito são normalmente melhor entendidos ao fazer uma análise a partir do nível regional, uma vez que as aproximações históricas, culturais, políticas e materiais estão mais presentes internamente na região do que globalmente, o que é facilmente identificado quando se analisa a região do Teatro Ocidental (BUZAN & WÆVER, 2006, p. 47). A abordagem de Andrei Tsygankov (2001), por exemplo, que perpassará toda a análise identitária das relações russo-ucranianas e russo-moldavas, é ideal para se compreender como se formam essas relações de cooperação ou conflito entre os países do espaço pós-soviético em relação à Rússia, o Estado que outrora os dominava imperialmente. Tsygankov (2001) apontou os critérios étnicos, religiosos, linguísticos e históricos como formadores da identidade nacional de um Estado, influenciando o seu grau de afastamento ou de aproximação com a ex-metrópole. A decisão de utilizar

os critérios arrolados por Tsygankov para analisar o elemento identitário da Ucrânia e da Moldávia foi intencional, pois se entende ser complementar à teoria dos CRS, reforçando os principais parâmetros que explicam a amizade e a inimizade entre países.

O CRS Pós-Soviético, como já brevemente explicado, é caracterizado como centralizado (*centered*), por existir um núcleo central de poder, no caso a Rússia, que é descrita como uma das grandes potências. Essas, de acordo com Buzan & Wæver, são menos poderosas que as superpotências, mas sua influência não se resume aos assuntos de sua região; elas inserem-se em dinâmicas de outras regiões do globo de forma semelhante. Uma grande potência precisa reconhecer em si mesma tal *status* e desejar se tornar uma superpotência. Esse reconhecimento também precisa vir de fora, com as demais grandes potências tratando àquela como tal e incluindo-a em cálculos estratégicos sistêmicos (BUZAN & WÆVER *apud* ADAM, 2008, p. 55).

No CRS Pós-Soviético, o poderio da Rússia é muito superior ao dos demais países, o que a legitima como a líder daquele CRS. É necessário salientar que Buzan & Wæver (2006) afirmam que a Rússia possui um duplo papel no cenário internacional atual: ela é a potência central do complexo de segurança da ex-URSS e é também uma grande potência global, junto com China, Japão e UE (BUZAN & WÆVER, 2006, p. 398). Os demais países desse CRS – como a Ucrânia e a Moldávia – por serem Estados mais fracos que a potência central, não conseguem se firmar como potências regionais, mesmo que tenham condições formais para isso. As tentativas de aproximação de Kiev e de Chisinau com a UE e a OTAN podem ser compreendidas como uma materialização do desejo ucraniano e moldavo de sair da sombra de Moscou, mediante a penetração de outras potências na região. Buzan & Wæver denominam “penetração” a ação na qual potências externas alinham-se política e/ou securitariamente a um ou alguns dos partícipes de um CRS (BUZAN & WÆVER, 2006, p. 46) .

Em suma, outras grandes potências e/ou superpotências podem intervir nos assuntos de um CRS diverso do seu, aproveitando oportunidades geradas a partir das balanças de poder regionais e dos padrões de amizade e de inimizade dentro de uma região para intervirem nos assuntos desta. É justamente o que tem acontecido com o alargamento da UE e da OTAN, que tentam adentrar aquele espaço que sempre foi dominado pela política externa russa. A UE e a OTAN utilizam suas bases de apoio localizadas nos grupos identitários moldavos e ucranianos que desejam se afastar da Rússia para exercer uma forma de penetração na política desses países. A Rússia, em contrapartida, utiliza de todos os artifícios necessários para manter Moldávia e Ucrânia sob sua esfera de influência, dado que sua segurança está em jogo. A mais recente atitude russa que tem gerado animosidades inter-regionais (e o reforço da penetração do CRS UE-Europa e da superpotência EUA) é a anexação da região ucraniana da Crimeia, considerada essencial para os interesses russos.

CAPÍTULO 2: PANORAMA HISTÓRICO DAS RELAÇÕES ENTRE RÚSSIA, UCRÂNIA E MOLDÁVIA

“A História é, de fato, com toda a propriedade, uma força profunda da geopolítica da Rússia e dos espaços soviéticos”
Luís Tomé (2007)

A história ocupa um lugar central na definição das relações entre Rússia, Ucrânia e Moldávia. Foi através dos longos anos em que estiveram sob o domínio russo que aqueles dois países do CRS Pós-Soviético do Teatro Ocidental receberam influências identitárias, geopolíticas e econômicas que determinam as relações entre as três nações até os dias de hoje. É por esse motivo que se entende ser necessário fazer uma análise dos acontecimentos históricos envolvendo os três países, para, então, realizar uma discussão mais detalhada a respeito dos três elementos-chaves para essa pesquisa.

De modo a abarcar todo o período relevante para se compreender as histórias ucranianas e moldavas, tentou-se dividir de forma didática este capítulo. Em um primeiro momento, tratar-se-á das origens dos Estados da Rússia, Ucrânia e da Moldávia que, como se verá, não são unificadas. Na segunda parte, o foco recairá na formação do Império Russo e, conseqüentemente, na absorção da Ucrânia e Moldávia como seus Estados vassalos. Em seguida, analisar-se-á a Era Soviética, época em que, também, Ucrânia e Moldávia estiveram sob o domínio russo. Por fim, será feita uma breve exposição dos anos pós-soviéticos, em que Rússia, Ucrânia e Moldávia seguem como Estados independentes. É importante ressaltar que essa última parte é foco deste trabalho e, portanto, os capítulos seguintes servirão como complemento dos registros apontados nesse último tópico do capítulo.

2.1 AS ORIGENS DOS ESTADOS

2.1.1 Rus de Kiev e a formação dos estados eslavos orientais

A história da Rússia e da Ucrânia se inicia com uma unidade política chamada de Rus de

Kiev, também conhecida como Rus Kievana, a antecessora da Rússia e Ucrânia modernas. O Rus abrangia uma grande área que se espalhava por toda Belarus, o Centro e o Noroeste da Rússia europeia e a metade setentrional da Ucrânia, motivo pelo qual todos esses três países reivindicam a Rus Kievana como as origens do seu Estado (BUSHKOVITCH, 2014, p. 25).

Ilustração 2: Rus de Kiev em 1246



Fonte: (PERRIE, 2006, p. 124)

Na época, ainda não existia a diferença entre grãos-russos, pequenos russos e os russos brancos (respectivamente, os russos, os ucranianos e os belorussos de hoje), pois os habitantes do Rus representavam um só povo. A origem comum e o fato de Kiev ser o berço das culturas russa e ucraniana explicam a polêmica quanto ao *status* do Rus de Kiev. A maior parte da historiografia russa trata a Rus Kievana como parte da história nacional do país, e Kiev, a capital da Ucrânia, como a “*mãe de todas as cidades russas*”⁷. A maior parte das antigas cidades da Rússia – como

7

Muitos ucranianos, no entanto, contestam essa versão. Historiadores do país argumentam que há uma história separada da Rus Ucraniana e da Rus Russa, baseada, principalmente, na etnicidade. Mykhailo Hrushevsky, por exemplo, afirma que os povos que viviam em torno de Kiev eram etnicamente distintos daqueles que residiam no

Novgorod, Rostov e a até mesmo a capital Moscou – faziam parte do Rus de Kiev (KUBICEK, 2008, p. 27).

O nascimento do Rus de Kiev é datado formalmente, por um grande número de historiadores, no ano de 862⁸. Anteriormente, na região das florestas, habitavam principalmente eslavos, que constituem a etnia que formou o principal núcleo da história russa e ucraniana.

De acordo com Adam (2008), o surgimento dos eslavos ocorreu entre 1000 e 6000 a.C., mas foi somente no século VI a.C. que eles se dividiram nos três grupos anteriormente mencionados, sendo que os eslavos orientais se ramificaram por um grande território. Eles eram o grupo predominante ao longo do eixo central de Rus de Kiev até Novgorod já em 800 d.C., e ainda estavam se deslocando para o norte e leste, colonizando novas terras. Apesar de não terem desenvolvido uma organização que os permitisse enfrentar os inúmeros invasores de suas terras, eles mantiveram sua unidade étnica, o que viria a ser essencial quando da fundação de um Estado próprio.

A origem da Rus Kievana, em 862, está envolta em lendas. A versão mais conhecida é a Crônica Primária Russa⁹, que afirma que fundadores do Rus eram estrangeiros: guerreiros mercadores vindos da Escandinávia conhecidos como varegues¹⁰. Foi somente com a presença do viking Rurik, que veio com seus dois irmãos para reinar em Novgorod¹¹, que se tornou possível a construção do primeiro Estado russo. Após a morte dos dois irmãos de Rurik, em 864, ele passou a ser o único soberano, inaugurando a dinastia que governou o Rus de Kiev¹². Vinte anos depois, o príncipe Oleg¹³, sucessor de Rurik, conquistou a cidade de Kiev, inaugurando, assim, a Rus Kievana sob a centralidade do príncipe de Kiev. Oleg trouxe outras tribos eslavas orientais para o seu domínio, e Kiev se tornou o centro de uma federação de cidades-Estado descentralizada. Rus seria

Norte e, portanto, aqueles que habitavam a área que hoje equivale ao território ucraniano forneceram o estoque étnico da Ucrânia de hoje. Para Hrushevsky e outros historiadores que defendem essa versão, as tradições liberal e uma política e cultura mais voltadas para o Ocidente foram melhor disseminadas no território ucraniano do que no território sob o domínio dos déspotas de Moscou, mais influenciados pela cultura política mongol (KUBICEK, 2008, p. 28).

⁸ A data, no entanto, encontra versões controversas na historiografia. Para George Vernadsky (1944), a data correta seria 856, apesar de a maioria dos historiadores atribuírem a data de 862 para a fundação da Rus Kievana.

⁹ Essa é uma lenda clássica de fundação, datada do século XII, que é a primeira fonte conhecida da historiografia russa. De acordo com a Crônica, devido às constantes brigas entre as tribos eslavas orientais, três irmãos varegos foram convidados para governar a região. De acordo com Kort (2008), as tribos eslavas fizeram o seguinte convite aos varegues: “nossa terra é grande e rica, mas há desordem. Venham governar e serem nossos reis” (TRADUÇÃO NOSSA).

¹⁰ Esse era o nome dado pelos bizantinos para designar os *vikings* ou escandinavos da região na época.

¹¹ Novgorod era uma cidade comercial no noroeste da Rus Kievana, próxima ao Mar Báltico.

¹² A dinastia Rurikovich esteve no poder na Rússia até 1613, quando caiu o seu último governante, Teodoro I. Após a eleição, pela Assembleia da Terra, de Miguel Romanov como czar da Rússia, a dinastia Romanov chegou ao poder e ali ficou até as Revoluções de 1917.

¹³ De acordo com Segrillo (2012), Oleg era cunhado de Rurik, que governou como uma espécie de regente de seu filho menor, Igor.

assim o resultado da mistura da elite governante varegue com os eslavos orientais nativos (KORT, 2008, p. 8).

Na metade do século XI, de acordo com Bushkovitch (2014), Kiev já controlava a maior parte do território que ia do Mar Báltico ao Negro, e das Montanhas dos Cárpatos ao Rio Oka no Oeste. No século seguinte, outros centros de poder começaram a surgir, ganhando independência *de facto*, como Vladimir, Smolensk, Chernigov e Galich, competindo diretamente com Kiev. Cada uma dessas regiões tinha uma dinastia principesca local descendente da antiga dinastia dos Rurikovich.

O Estado kievano era uma confederação de cidades-Estado governada por membros da dinastia Rurikovich e que mantinham vassalagem ao Grande Príncipe de Kiev. A proliferação de pequenos principados enfraqueceu a unidade política central, aumentando a vulnerabilidade da região às conquistas estrangeiras. Nos momentos de guerra, a descentralização frequentemente se refletia em desunião na defesa contra o inimigo comum. Assim, no século XII, Kiev já claramente se apresentava em declínio em relação a outras grandes cidades da confederação.

Os fatores que contribuíram para esse declínio incluem a natureza fraca e descentralizada do sistema político kievano; o declínio do comércio¹⁴; as incertezas da sucessão do principado, que gerou inúmeras guerras entre os príncipes de Rus após a morte de Vladimir Monomakh, em 1125; e, talvez o mais importante: as agressões externas vindas principalmente do Império Mongol (KUBICEK, 2008, p. 26).

A concretização do declínio de Kiev ocorreu em 1240, com a invasão dos mongóis, povos originados da Ásia central, cuja habilidade de seu numeroso e bem equipado exército conquistou muitos territórios na Ásia, Oriente Médio e Leste da Europa. Nos anos de 1237 a 1240, Batu, neto de Genghis Khan, em uma série de campanhas, inicialmente destruiu Vladimir e outras cidades do Nordeste, até chegar a Kiev e arrasar a cidade. O antigo centro de Rus de Kiev desapareceu e não se recuperou por um século e meio (BUSHKOVITCH, 2014, p. 44). Em 1299, a capital de Rus foi transferida para Vladimir e, mais tarde, para Moscou. Plokhy (2006) destaca a invasão mongol como fator determinante para a desintegração do Rus de Kiev:

The “official” end of Kyivan Rus, as treated in modern historiography, came with the Mongol invasion of 1237–40, which began a new era in East Slavic history. For most historians, the Mongol invasion serves as a turning point at which Russian history begins to follow one path, while the histories of Ukraine and Belarus take another. (PLOKHY, 2006, p. 50).

O Rus de Kiev permaneceu como poder dominante na Europa Eurasiana desde sua fundação,

¹⁴ As Cruzadas foram a principal razão para o declínio comercial de Kiev. No final do século XI, elas abriram uma rota mais direta entre a Europa Ocidental e Constantinopla via Mar Mediterrâneo, minando a principal razão de ser da prosperidade kievana.

em 862, até a invasão mongol, em 1240, quando a terra original do Rus foi dividida entre a Polônia, a Lituânia, a Hungria, os mongóis e Moscou. A ocupação mongol preludiou a separação entre as partes ocidental e oriental do Rus, formando duas seções culturalmente distintas. Assim, após a desintegração, extensas áreas da Rus Ocidental – que incluem as terras da Ucrânia moderna – ficaram divididas sob controle de três potências estrangeiras: a Horda de Ouro mongol, o Grão-Ducado da Lituânia e o Reino da Polônia, enquanto a Rus Oriental ficou sob o domínio da Horda de Ouro. A partir de 1240, portanto, as terras ucranianas se separaram da Rússia, que desenvolveu seu próprio Estado sob a liderança do principado de Moscou (WILSON *apud* ADAM; VERNADSKY *apud* ADAM, 2008, p. 25).

O Estado estabelecido pelos mongóis era chamado de Horda de Ouro, compondo uma das quatro principais áreas do vasto Império Mongol¹⁵. A Horda era um Estado nômade cujo centro era Sarai, no baixo Volga, e se estendia da Romênia, a oeste, passando pelo Mar Negro até a Sibéria. “O centro da atenção dos mongóis da Horda não estava nas terras Rus, mas no Sul e nas regiões fronteiriças em litígio com a Ásia Central e a Pérsia, territórios que incluíam importantes rotas comerciais” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 45).

O colapso da Rus Kievana foi seguida pela ascensão de Moscou, uma cidade que antes tinha importância secundária, fundada no século XII. Moscou era apenas uma pequena vila que fazia parte do principado de Vladimir e, após a invasão mongol, foi saqueada e invadida até se recuperar lentamente. De acordo com Charles Ziegler (2009), a evolução de Moscou de uma cidade provinciana para a capital de um império centralizado foi o resultado de vários fatores: o impacto da conquista e da governança mongol, uma localização geográfica favorável e, em certo grau, da sorte.

A cidade só se tornou um principado independente em 1301, e conseguiu alcançar uma maior influência devido à atuação astuta dos príncipes de Moscou durante o período mongol. Segrillo (2012) destaca que eles não apenas colaboraram com os mongóis, mas também passaram a fazer isso frequentemente em prejuízo das suas rivais eslavas. Dessa forma, Moscou foi aumentando sua influência, enfraquecendo seus inimigos e conquistando sua hegemonia sobre outros centros de poder. Essa proeminência de Moscou serviu de impulso para que, a oeste, as tribos lituanas passassem a se unir em meados do século XII.

Outro fator central para a ascensão de Moscou foi a sua localização geográfica. Protegida pelas amplas áreas florestadas ao norte, a cidade impediu as periódicas incursões mongóis que ameaçavam as cidades russas mais ao sul. Além disso, localizava-se na intersecção de várias grandes rotas comerciais. A localização privilegiada somada ao apoio mongol contra seus poderosos

¹⁵ O Império Mongol dividia-se em quatro vastos domínios: China, Ásia Central, Irã mais Iraque e a estepe ocidental (chamada, posteriormente, pelos persas e estudiosos de Horda Dourada) (BUSHKOVITCH, 2014, p. 44).

vizinhos facilitou a sua proeminência como grande centro de poder. Após 1350, portanto, Moscou se tornou suficientemente poderosa para desafiar a autoridade mongol em declínio (ZIEGLER, 2009, p. 22).

Em 1380, Moscou desafiou a autoridade mongol em um evento que destruiu o mito da invencibilidade desses guerreiros: a Batalha de Kulikovo. Enfraquecida por essa e outras diversas batalhas, além de guerras entre si, a Horda de Ouro começava a se desintegrar. Em meados do século XV, o antes poderoso Império Mongol foi reduzido a pequenos canatos ao longo do baixo Volga em Kazan, Astrakhan e a Crimeia, que em 1436, se separaram da Horda. Foi Ivan III, o Grande, que expulsou definitivamente os mongóis, em 1480, quando derrotou Khan Akhmed, mediante aliança com o Reino da Crimeia (ADAM, 2008, p. 26).

Com a invasão mongol, ocorre a desintegração do Rus de Kiev e, conseqüentemente, a separação das terras russas e ucranianas. Por muitos anos, os principados ucranianos estiveram tecnicamente sob o controle dos mongóis, mas disputas internas entre diferentes grupos preveniram a região de cair definitivamente sob o jugo da Horda de Ouro. Em 1340, os lituanos, povos pagãos que viviam ao longo do Mar Báltico, ocuparam a Ucrânia. Entre 1316 e 1341, o grão príncipe Gediminas transformou a Lituânia em uma grande potência, estabelecendo sua capital em Vilnius, perto dos novos territórios conquistados. Ainda mais bem sucedido foi seu filho Algirdas, que, durante as décadas de 1350 e 1370, acrescentou a Volhínia, Kiev, Chernigov e parte das terras de Smolensk ao seu domínio.

“A Lituânia tornara-se em extensão – se não em população – o maior país da Europa” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 51). Na década de 1360, eles derrotaram os mongóis, o que permitiu a sua expansão ao sul até as margens do Rio Dnieper. Eles aproveitaram a paulatina perda de poder da Horda Dourada, o que possibilitou a conquista de territórios na porção ocidental russa, muitas vezes com o auxílio da população eslava local, que desejava se livrar da influência dos mongóis (KUBICEK, 2008, p. 32).

Ao mesmo tempo que os lituanos conquistavam as terras ucranianas em volta de Kiev, os poloneses ocuparam o Reino da Galícia, em 1340, um dos principados mais poderosos da Rus Kievana, no território ucraniano, após a invasão mongol. Diferentemente dos lituanos, os poloneses eram católicos e menos tolerantes com a fé ortodoxa da população ucraniana. Por esse motivo, a população ortodoxa ucraniana, se sentindo discriminada pelos católicos poloneses, se voltou para Moscou para pedir apoio. Em 1508, vários nobres ucranianos, apoiados por Moscou, se sublevaram contra a Polônia para defenderem a fé ortodoxa, mas foram derrotados.

Em 1482, o canato da Crimeia – governado pelos tártaros¹⁶ – destruiu Kiev. No século XV, a Lituânia já se encontrava em decadência. Entre 1562 e 1570, a região se envolveu em guerras com Moscou e perdeu diversos territórios para o império russo em formação. A perspectiva de perda de grande parte de seu território determinou a aliança dos lituanos com os poloneses, que decidiram se unir em uma entidade política única (KUBICEK, 2008, 34).

A União de Lublin, de 1569, entre a Polônia e a Lituânia, resultou na criação da Comunidade Polaco-Lituana¹⁷, que tinha um rei eleito e um parlamento comuns. A Comunidade incluía os territórios da Letônia, Lituânia, Belarus, Polônia (excluindo uma parte do oeste polonês), uma parte do oeste russo e toda a Ucrânia moderna de hoje, com exceção de algumas regiões ao sul que eram governadas pelos Otomanos e pelos aliados dos tártaros da Crimeia. Ela era a maior força da política europeia e o maior Estado em território de toda a Europa. A força da União tornou a Polônia o maior inimigo dos russos a oeste, pois Moscou desejava retomar seus espaços perdidos e, com isso, aproximar a Rússia da Europa (KUBICEK, 2008, p. 34).

Mediante o Acordo de Lublin, a Polônia ameaçou com a “polonização” dos territórios dominados, consubstanciada na assimilação forçada da língua e cultura polonesa, no catolicismo e na servidão dos camponeses de acordo com Wilson (2005). Todas essas ameaças influenciaram a formação de um grupo de dissidentes chamado de cossacos¹⁸, que influenciaram sobremaneira a construção da identidade ucraniana separada da Rússia.

Os cossacos tinham aversão à forma de dominação polonesa, principalmente pelo fato de serem anticatólicos. Durante as primeiras décadas do século XVII, passaram a desafiar a autoridade da Comunidade Polaco-Lituana, até que, em 1648, sob a liderança de Hetman Bohdan Khmelnytsky, irromperam uma grande rebelião. Com amplo apoio dos ucranianos, conquistaram Kiev e outras áreas a oeste, além de territórios que hoje pertencem à Polônia. O Estado cossaco incluía grande parte do território central da Ucrânia de hoje, assim como uma parte de Belarus. O quase-Estado que se formou a partir das vitórias dos cossacos foi batizado de “*Hetmanato*” pelos ucranianos.

Khmelnytsky precisou do apoio de Moscou para conter os crescentes contra-ataques aos cossacos nos anos seguintes. A Rússia tinha interesses claros na Ucrânia, pois desejava expandir sua influência a oeste, enfraquecer a Polônia e defender os direitos da população ortodoxa. Assim, os líderes do Hetmanato concordaram em submeter a Ucrânia à soberania do czar, formalizando o

¹⁶ Os tártaros são uma facção do Império Mongol.

¹⁷ Também conhecida na história como União Polaco-Lituana, República das Duas Nações (ou Comunidade das Duas Nações) ou Comunidade dos Dois Povos.

¹⁸ Os cossacos viviam no baixo Dnieper, na periferia da Comunidade Polaco-Lituana, de Moscou e do canato da Crimeia. Eram homens livres, escravos fugidos, refugiados religiosos e até mesmo criminosos (KUBICEK, 2008, p. 38).

acordo no Tratado de Pereiaslav, assinado em 1654. O tratado, contudo, não atendeu todas as demandas dos cossacos, principalmente no tocante à autonomia dos ucranianos perante a Rússia. O *Hetmanato* sofreu seguidas privações em suas liberdades políticas e administrativas até a ocorrência de sua extinção formal, em 1785.

2.1.2 A emergência do principado da Moldávia

A Moldávia é parte de uma área conhecida historicamente como Bessarábia¹⁹, localizada entre os Rio Prut e Dniestre e com o Mar Negro ao sul. O território da Moldávia de hoje ocupa essa mesma área, com exceção de algumas porções ao norte e ao sul, que foram destinadas à Ucrânia com o curso da história, e da região da Transnístria, que não fazia parte originalmente da Bessarábia. Diversos fatores foram determinantes para a importância destacada que a região da Bessarábia teve na história: seu potencial agrícola e o controle das partes ao norte do estuário do Rio Danúbio, uma das mais importantes rotas comerciais na Europa. Além disso, a Bessarábia também teve considerável influência sobre a navegação no Rio Dniestre, outra importante rota comercial devido à sua conexão entre a Polônia e a Ucrânia e o Mar Negro (MITRASCA, 2002, p. 17).

Para se compreender a história da Moldávia, deve-se dissociá-la da história da Rússia, pelo menos até o século XVIII. Isso acontece porque a origem daquele pequeno país do Leste da Europa está intimamente conectada à história da Romênia, razão pela qual a grande maioria dos moldavos se consideram cultural e etnicamente romenos. A historiografia oficial assevera que a República da Moldava de hoje deriva, diretamente, do Principado da Moldávia, que foi fundada no ano de 1359. Antes disso, a região foi habitada por dácios, que foram conquistados pelos romanos em 106 d.C.

A população resultante da mistura de dácios com romanos falava uma língua de influência latina, que passou a ser chamada, a partir do século XVII, de “romena”. Mais tarde, uma onda de migrações para aquela região, especialmente de povos eslavos, influenciou sobremaneira a língua e a mistura étnica com a população local (HEINTZ, 2005, p. 2).

Ao final da década de 1350, os descendentes dos dácio-romanos, os romenos, já se dividiam em três entidades independentes: o principado da Moldávia, da Valáquia e da Transilvânia. Tanto a Moldávia quanto a Valáquia rapidamente se tornaram forças importantes no sudeste da Europa, se estabelecendo no meio das rotas comerciais sul-norte, que conectavam os Estados hanseáticos com

¹⁹ A origem do termo Bessarábia se relaciona com os “Bassarab”, da dinastia da Valáquia, que governou o território localizado entre o Rio Pruth, Dniestre e Danúbio, durante o século XIV, antes de a região se tornar parte do Principado da Moldávia (TAKI, 2014, p. 9).

os assentamentos bizantinos e genoveses ao longo do Rio Dniestre e do Mar Negro (KING, 2000, p. 13).

De acordo com King (2000), o Principado da Moldávia foi criado por Dragos, em 1359, um príncipe romeno da região de Maramures, que se localiza no norte da Romênia, ao norte da Transilvânia. Foram os romenos, portanto, que unificaram a população que vivia na Moldávia e organizaram o território como um Estado²⁰. Devido ao domínio romeno sob a região, a população se tornou mais “romenizada”, espalhando a etnia, língua, religião e cultura romenas pelo país. A região da Transnístria não fazia parte do principado inicialmente (sua origem está no Rus de Kiev), mas colonizadores moldavos se estabeleceram na margem esquerda do Rio Dniestre no século XV. Assim, no início desse século, o principado da Moldávia já se estendia dos Cárpatos até o Rio Dniestre, praticamente o mesmo território da nação moldava atualmente.

Diversas batalhas, principalmente contra os otomanos, foram empreendidas ao longo do século XIV e XV. Em 1538, os otomanos derrotaram o exército moldavo e ocuparam a capital do principado, Suceava. Assim como a Valáquia, a Moldávia se tornou um Estado vassalo dos otomanos, concordando em pagar tributos anuais ao sultão e em ajudá-lo em tempos de guerra, mas ambas regiões tinham a permissão de eleger seus próprios príncipes (MITRASCA, 2002, p. 18). Oficialmente, Moldávia e Valáquia estavam sob a suserania turco-otomana, tendo adquirido um *status* especial dentro desse Império, mas é necessário salientar que as duas regiões nunca foram formalmente incorporadas pelo sultão. Mesmo sob o domínio turco, os príncipes moldavos continuaram a governar com certa autonomia.

Os principados romenos estavam no meio de várias batalhas envolvendo as três principais potências do século XVIII, Rússia, Áustria e Império Otomano, durante a época do chamado “Problema Oriental²¹”. Diretamente afetados pelas guerras, os dois principados perderam inúmeros territórios. Em Maio de 1775, como resultado da Guerra Russo-Turca de 1768-1774, o Império Otomano cedeu uma parte do norte da Moldávia para o Império Habsburgo, com a aprovação silenciosa da Rússia, que aumentou sua influência sobre o principado após a guerra.

Através da Paz de Sistov, de 1791, os turcos fizeram nova cessão de territórios moldavos, dessa vez para a Rússia: era um grande território situado entre os rios Dniepre e Dniestre, o que incluía, portanto, a região da Transnístria. Pela primeira vez, a Rússia estabelecia uma fronteira

²⁰ A história da fundação da Moldávia é explicada por uma lenda, narrada por uma crônica moldavo-russa, escrita no século XVI. Nela, Dragos, um príncipe romeno que recebeu a propriedade da região dos Maramures do Rei da Hungria, saiu para uma caçada, quando cruzou as montanhas dos Cárpatos e alcançou o Rio Moldova por acaso. De acordo com a lenda, Dragos ficou encantado pelo local e retornou para Maramures apenas para transferir a população do local para viver naquelas novas terras.

²¹ O “Problema Oriental” se refere ao período do século XVIII em que as principais potências competiam para preencher o vácuo de poder deixado pelo já enfraquecido Império Otomano.

comum com a Moldávia. E, após anos de negociações entre o Império Otomano e a Rússia, o sultão firmou um tratado de paz, em 1812, a Paz de Bucareste, que cedia todo o território pertencente à Moldávia – situado entre o Rio Pruth e o Rio Dniestre, conhecido historicamente como Bessarábia – para a Rússia. Eram cerca de 17.350 Km² e uma população de quase 500 mil pessoas, a maioria deles romenos (85%). Muitos historiadores afirmam que a cessão da Moldávia pelo Império Otomano foi ilegal, pois eles nunca tiveram a propriedade daquela região de fato (MITRASCA, 2002, p. 20).

2.2 A CONSTITUIÇÃO DO IMPÉRIO RUSSO E O DOMÍNIO SOBRE AS TERRAS UCRANIANAS E MOLDAVAS

Bushkovitch (2014) destaca o momento em que o Grão Ducado de Moscou iniciou sua ascensão para se transformar no grande Estado russo:

No final do século XV, a Rússia passou a existir como um Estado, e não mais como um simples grupo de principados inter-relacionados. Exatamente nessa época, na linguagem escrita o termo moderno *Rossia* começou a desbancar o tradicional vernáculo *Rus*. Se tivermos que escolher um momento em que o principado de Moscou dá origem à Rússia, este é a anexação final de Novgorod por Ivan III de Moscou em 1478. Com esse ato, Ivan uniu os dois principais centros políticos e eclesiásticos da Rússia medieval sob um único governante e, na geração seguinte, ele e seu filho Vasilii III acrescentaram os demais territórios (BUSHKOVITCH, 2014, p. 61)

Pode-se afirmar que foi a expulsão definitiva dos mongóis de Moscou, em 1480, que deflagrou a construção do poderoso Império Russo. Até o reinado de Ivan III, o Grande (1462-1505), Moscou buscava ampliar sua hegemonia apenas sobre outras regiões eslavas (ZIEGLER, 2009, p. 25). Foi no reinado de Ivan IV, o Terrível (1553-1584) que Moscou inicia, então, a conquista de novos territórios. Na década de 1550, o exército de Ivan avançou pelo Rio Volga e conquistou os canatos tártaros de Kazan, ao leste, e de Astrakhan, ao sul, pondo um fim às incursões mongóis que periodicamente ameaçavam Moscou. O sucesso de Ivan IV inspirou o desejo de retomar territórios a oeste e, dessa forma, aproximar Moscou da Europa. Assim, em 1558, Ivan determinou a expansão das fronteiras de Moscou para o Mar Báltico, iniciando uma guerra contra a Livônia²², seguidas batalhas contra a Lituânia – o que acabou fortalecendo a aliança polaco-lituana – e outras contra a Suécia (ADAM, 2008, p. 27).

²² A região da Livônia equivale, atualmente, aos territórios da Letônia e da Estônia.

Da chegada dos Romanov²³ ao trono, em 1613, até a morte de Pedro, o Grande, em 1725, muitas mudanças ocorreram na Rússia. Aquele país deixou de ser um Estado isolado, fragmentado e fraco para se transformar em uma das maiores potências europeias, com um forte exército, novas indústrias e até mesmo uma nova capital. Apesar dos conflitos internos, invasões estrangeiras e do colapso financeiro, o século XVII foi de grande exploração dos territórios à Leste da Rússia, tendo iniciado a exploração da Sibéria já na década de 1650. Entretanto, foi Pedro, o Grande, o czar que representou a maior transformação da Rússia antes da Revolução de 1917.

Durante os 43 anos de seu reinado, entre 1682 e 1725, o território russo se estendeu até o que é hoje o Estreito de Bering. Foi Pedro que, em 1724, enviou o explorador alemão Vitus Bering ao extremo oriente para mapear as águas congeladas que dividiam a Rússia da América do Norte (ZIEGLER, 2009, p. 34). Após longas guerras, Pedro conseguiu abrir uma saída para o oceano pela primeira vez em sua história. Foi bem-sucedido em 1696-1697 ao conquistar a fortaleza de Azov e outros pontos dos turcos no mar Negro, o que lhe permitiu iniciar a construção da Marinha russa. Porém, acabou perdendo essas regiões, posteriormente, em 1710. A saída definitiva para o mar foi alcançada ao norte, no Mar Báltico, após a Grande Guerra do Norte, quando a Rússia conquistou da Suécia as províncias da Livônia, Estônia, Ingria e parte da Karélia. A Rússia agora estabelecia sua presença na região do Báltico com a criação da cidade de São Petersburgo, especialmente planejada para ser a “janela da Rússia para o Ocidente” (SEGRILLO, 2012, p. 133).

O Tratado de Pereiaslav, de 1654 – que estabeleceu a aliança entre o czar e o Estado cossaco ucraniano – foi assinado quando os Romanov já comandavam o Império Russo. A grandiosidade do poder imperial não poupou a “Pequena Rússia” – a forma como os russos chamavam a Ucrânia – de sucumbir aos desejos expansionistas dos czares. É por esse motivo que o período em que os Romanov estiveram no poder é também o período em que a Ucrânia perdeu sua autonomia, colocando quase todo o território ucraniano de hoje nas mãos da Rússia.

Após a morte de Khmelnytsky, em 1657, as terras ucranianas sofreram uma nova repartição. Em 1667, poloneses e russos firmaram o Tratado de Andrusovo, que estabelecia o Rio Dnieper como a fronteira natural da Ucrânia. Acordou-se que a Polônia ficaria com os territórios à margem esquerda do rio e a Rússia dominaria os territórios da margem direita, que incluía importantes cidades ucranianas, como Kiev e Smolensk. Apesar de a Rússia e a Polônia manterem a soberania

²³ A morte de Ivan IV deixou o Império Moscovita em um “Período de Desordens”, que durou de 1584 a 1613. O czar, em um momento de fúria, assassinou seu filho mais velho e herdeiro do trono, Ivan Ivanovich, em 1581, deixando o legado de diversos conflitos dinásticos para a sucessão do trono do Império de Moscou. Após anos de atritos, a Assembleia da Terra reuniu-se, em 1613, para escolher um novo czar. A Assembleia, então, selecionou Mikhail Romanov, membro de umas das mais importantes famílias moscovitas, como sucessor do trono russo. Iniciava, assim, a dinastia Romanov, que governaria a Rússia pelos próximos três séculos, até a derrubada da monarquia pelas Revoluções de 1917 (ZIEGLER, 2009, p. 32).

formal sobre os territórios da Ucrânia, os cossacos ainda controlavam três áreas importantes: o *Hetmanato* – o maior e mais significativa politicamente –, o Zaporizhian Sich e o Sloboda Ucrânia. A capital administrativa do *Hetmanato* era a cidade de Baturyn, localizada ao norte de Kiev. Alguns dos residentes se referiam a esse local como “Ucrânia”, que foi a primeira vez que esse nome passou a ser formalmente usado para designar esse território (KUBICEK, 2008, p. 46).

A mais importante rebelião cossaca que ocorreu após a morte de Khmelnytsky foi organizada pelo hetman Ivan Mazepa contra os russos. Como já citado anteriormente, o Tratado de Pereiaslav estabeleceu uma aliança entre cossacos e russos, que prometeram proteger o *Hetmanato* em troca de sua fidelidade. No entanto, o acordo foi rompido quando Pedro I, em 1708, se recusou a defender a Ucrânia contra a invasão polonesa e sueca. Carlos XII da Suécia entra no território ucraniano e se alia a Mazepa. O *Hetmanato* não esperava que essa decisão levaria à sua ruína, permitindo que a Rússia incorporasse a Ucrânia posteriormente.

A Rússia destruiu o Zaporizhian Sich e derrotou os suecos e cossacos na Batalha de Poltava. A vitória russa permitiu a expansão do domínio do czar até o Mar Báltico e a incorporação do *Hetmanato* ao já grandioso Império Russo. Na década de 1720, Pedro subordinou a Igreja Ortodoxa ucraniana ao Estado russo, aboliu o patriarcado de Kiev e passou a controlar a economia da Ucrânia. Essa e outras medidas tomadas pelo governo russo restringiram fortemente o poder do *Hetmanato*, que ficou nas mãos dos czares de 1709 a 1785, quando finalmente foi abolido (KUBICEK, 2008, p. 48-49).

Porém, foi durante o reinado de Catarina, a Grande, entre 1762-1796, que o processo de expansão do Império Russo para as terras ucranianas alcançou seu apogeu: Catarina ampliou o império a oeste, repartindo a Polônia com a Prússia e a Áustria, “o que colocou quase todo o território ucraniano e a integralidade de Belarus nas mãos da Rússia” (ADAM, 2008, p. 30).

Em 1783, os russos avançaram ainda mais ao sul para conquistar a península da Crimeia, que era controlada pelos otomanos. A Crimeia foi um dos territórios que permaneceram sob o domínio dos mongóis da Horda de Ouro mesmo após a expulsão desses pelos russos. Entre 1420 e 1441, foi fundado o Canato e a região foi mantida sob o domínio mongol até 1783. Em 1478, no entanto, os otomanos e os tártaros assinaram um tratado que dava a soberania da Crimeia ao sultão otomano, apesar de os tártaros continuarem a governar o canato. O declínio do Império Otomano na Europa contribuiu para a perda do poder dos tártaros. Assim, enfraquecida, a região não teve condições de expulsar os russos, que a invadiram em 1774, ao final da Guerra Russo-Otomana (1768-1774). À Rússia interessava conquistar o acesso ao Mar Negro e, aproveitando-se da instabilidade interna e da fraqueza dos *khans* que controlavam a Crimeia naquele momento, anexou a região ao Império Russo em 1783 (DAVYDOV, 2008, p. 25).

A Rússia também não poupou o leste da Ucrânia, ao longo da costa do Mar Negro, como destaca Kubicek (2008):

[...] along the Black Sea coast, the Russians also began settling what would be called *Novorossia* (New Russia). This area had received a sprinkling of settlers throughout the 1700s, but it was sort of a “no man’s land,” bordered by the Zaporizhian Sich, Poland-Lithuania, the Ottomans, and the Russians. With its victories over the Zaporizhians and the Turks and the weakening of the Polish-Lithuanian Commonwealth, it came under Russian control (KUBICEK, 2008, p. 52).

O último território ucraniano a cair nas mãos dos russos foi a margem direita da Ucrânia, área que pertencia à Comunidade Polaco-Lituana. O fraco governo central da Comunidade não conseguiu manter a estabilidade da região sobre seu controle, que acabou sendo repartida pelas três potências vizinhas – Rússia, Áustria e Prússia – nos anos de 1772, 1775 e 1795. Essa tripla partilha transferiu quase todo o território ucraniano para os russos, desaparecendo com a Polônia-Lituânia do mapa. A Rússia recebeu a maior parte território (equivalente a 62%) e maior parte da população (cerca de 45%). Como já citado, a porção mais ocidental da Ucrânia ficou submetida ao Império Habsburgo, tendo sido a única que não sofreu influência da cultura russa. Assim, os ucranianos da região puderam desenvolver um forte senso de identidade distinta do restante do país. No restante do território, a czarina tinha total soberania e governava com mãos de ferro.

Ilustração 3: Processo de expansão da Rússia pelas terras ucranianas durante o reinado de Catarina (1762-1796)



Fonte: (THAROOR; GENE, 2015)

Os sucessores de Catarina, no século XIX, completaram a formação do Império Russo. Sob o

reinado de Alexandre I (1801-1825), a Rússia se tornou um país poderoso, fortemente militarizado e nacionalista. A expansão da presença russa pelas montanhas do Cáucaso deflagrou a Guerra Russo-Persa de 1804-1813, e a Guerra Russo-Turca de 1806-1812. A vitória russa em ambos os conflitos resultou na incorporação da Geórgia e, após uma guerra com a Suécia, entre 1808 e 1809, o Império Russo conquistou o controle da Finlândia. Em 1812, após ocupar o território oriental do principado moldavo, o czar Alexandre I incorporou a Bessarábia, localizada entre os Rios Prut e o Dniestre²⁴, à Rússia. Assim, de forma similar ao que ocorreu na Ucrânia, o poderio do Império Russo também atingiu a Moldávia.

No início da administração russa sobre o território, devido às Guerras Napoleônicas em curso, à distância daquele território da capital do Império e às finanças russas em desalinho, o governo russo decidiu conceder um *status* privilegiado à Bessarábia. Até 1828, a região experimentou uma certa autonomia, que incluiu a continuação de antigos privilégios para sua elite e a continuação da aplicação das tradicionais leis moldavas. A autonomia dada pelo Império Russo, no entanto, não afastou as tentativas de russificação da Bessarábia, que tinha o propósito de aumentar a população e enfraquecer o elemento romeno daquela província (MITRASCA, 2002, p. 20).

A partir da década de 1820, portanto, a autonomia do território da Bessarábia foi gradualmente diminuindo com a russificação do sistema administrativo e a imposição de uma nova constituição ao país, com a supressão de todos os resquícios de privilégios dos bessarábios já em 1871. Na década de 1870, a Bessarábia já havia extinguido oficialmente o bilinguismo, subordinado a sua igreja ao patriarcado de Moscou, o uso da língua romena na administração e na educação do país foi proibido²⁵ e a russificação era a palavra de ordem em todos os setores da sociedade. O objetivo do Império Russo era extinguir as manifestações da identidade romena no país e erigir, em seu lugar, um senso de lealdade ao czar e ao império, de forma a aproximar a população da Bessarábia da cultura e da identidade russa. Esse intento, todavia, não foi bem-sucedido, como mostra Marcel Mitrasca (2002):

Romanian language speakers represented the bulk of the Bessarabian population, as proved by Russian statistics. The 1856 official census shows a total population of 990,000, of which 74% were Romanians. By comparison, in 1897, another official statistic shows a total population of 1,935,000, of which 56% were Romanians. It has been approximated that in 1918 the Bessarabian population was 2,725,000, 66.5% Romanian, 12% Russian,

²⁴ Vale lembrar que a área a oeste do Rio Pruth, constituída pelos principados da Valáquia e pela Moldávia, continuou formalmente sob o controle do Império Otomano até 1859, quando os dois principados se uniram e criaram um Estado romeno unificado (KING, 2000, p. 27).

²⁵ A nova constituição da Bessarábia, de 1829, incluía, em seu artigo 63, o uso obrigatório da língua moldava nos pronunciamentos públicos. Posteriormente, em 1854, um novo ato transformou o russo na língua oficial daquela região. O uso do moldavo, no entanto, foi gradualmente sendo abolido das escolas a partir da metade do século XIX, e os livros romenos (da região a oeste do Rio Prut) foram proibidos de circular na província (KING, 2000, p. 22).

10% Jewish, 7.7% Bulgarian and Gagauz, plus smaller numbers of Germans, Greeks, Armenians and other nationalities. [...] The ethnic mix was different in the rural and urban areas. While the cities were almost entirely populated by Russians and Jews, with a strong anti-Romanian tendency (which continued long after 1918), it was mainly Romanians who populated the villages. The rural character of the Romanian population explains the failure of the Russification process: Russian literature and education were never able to reach the illiterate rural masses, which remained loyal to their folk culture and language. This was an important factor in the 1917-1918 national movement and the decision in favor of union, because the new administrators, Romanians, spoke the same language as the villagers and thus were able to reach the rural areas and sway the peasants with their propaganda effort (MITRASCA, 2002, p. 21).

Entre 1856 e 1878, três distritos ao sul da Bessarábia passaram para o controle da Romênia. Essa foi uma solicitação feita pelos romenos às grandes potências que participaram dos tratados de paz que encerraram a Guerra na Crimeia, em 1856²⁶. Os romenos tiveram sua demanda atendida, mas, em 1878, os territórios retornaram às mãos o Império Russo. Durante as duas décadas que essa área esteve sob o domínio romeno, as autoridades de Bucareste empreenderam um movimento pró-Romênia na população daquele pequeno território. O objetivo era reverter as reformas culturais da era czarista, que incluíam o estabelecimento de escolas romenas e a transferência da autoridade da igreja local para o patriarcado de Bucareste (KING, 2000, p. 22). Assim que essa região retornou para o controle russo, a primeira providência tomada pelo império foi apertar ainda mais a autonomia do território da Bessarábia, instituindo novas formas de russificação, de forma a impedir o avanço de movimentos pró-Romênia. Como consequência, o *status* da Bessarábia, em 1871, foi substituído: de uma região imperial passou a ser considerada uma província russa (KING, 2000, p. 23).

A tentativa de Bucareste de unir a Bessarábia ao seu território não esvaneceu. Antes mesmo da criação do Estado unificado da Romênia, em 1859, diversos políticos sugeriram que um Estado romeno deveria incluir todas as regiões que falavam a sua língua – o que também incluía a Bessarábia. Com a independência da Romênia dos otomanos, em 1878, e sua transformação em um reino dinástico, em 1881, o debate sobre a identidade romena na Bessarábia ganhou força não só em Bucareste, mas também na província bessarábia.

²⁶ A Guerra da Crimeia foi uma das muitas disputas entre a Rússia e o Império Otomano que desembocou em um conflito armado em 1853. A Grã Bretanha, a França e a Sardenha tomaram o lado da Turquia no conflito na península, enquanto a Áustria, antiga aliada russa, ameaçava a Moldávia e a Valáquia. A maior parte dos combates ficou centrado na base naval de Sevastopol, que passou a ser controlada pelas forças aliadas. O Tratado de Paris, assinado em 1856, estabeleceu uma paz desvantajosa para a Rússia, que teve que ceder parte da Bessarábia e a foz do Rio Danúbio para a Turquia; concordou que o Mar Negro passaria a ser um corpo de água neutro, além de retirar suas bases navais do Mar Negro.

2.3 A ERA SOVIÉTICA

A autocracia desenfreada dos últimos três czares russos – Alexandre II (1855-1881), Alexandre III (1881-1894) e Nicolau (1894-1917) – conduziu o país em direção a décadas de agitação social e política que culminaram nas Revoluções de 1917. Quando o Império Russo entrou em colapso, o que se viu nas diversas nações controladas pelos czares foi um período de nacionalismos exacerbados, acompanhado de desejos de autonomia política, tanto de fato quanto de direito. Na Ucrânia e na Moldávia não foi diferente. Os primeiros anos após a revolução bolchevique foram marcados por inúmeras convulsões internas, incluindo tentativas de independência. As Revoluções de 1917 intensificaram o nacionalismo ucraniano e moldavo e o desejo de autonomia, o que, no entanto, só foi consumado, de fato, com o desmantelamento da União Soviética, em 1991.

Um dos estopins para as revoluções russas foi, certamente, a Primeira Guerra Mundial. O Império Russo, membro da Tríplice Entente, entrou no conflito com um exército mal armado e mal dirigido, sofrendo graves derrotas. A entrada da Rússia na guerra aprofundou os problemas sociais e econômicos que já existiam no país há tempos. A resposta a essa crise é uma só: manifestações sociais e greves gerais. O povo reivindicava pão, reforma agrária e a retirada das tropas do *front* da guerra.

Logo após a tomada do poder, em Outubro de 1917, os bolcheviques emitiram o Decreto sobre a Paz, convocando todos os países a um armistício imediato e a uma paz sem anexações ou indenizações. Posteriormente, a Rússia se retirou unilateralmente da guerra, o que não foi aceito pelos alemães, que continuaram a adentrar o território russo. Berlim já havia conquistado a Polônia, a Lituânia, a Letônia e a Estônia, além de ocuparem a Ucrânia²⁷. Em nome da consolidação da revolução internamente, Lênin ordenou que fosse feita a paz com os alemães, de forma a retirar a Rússia da guerra o mais rápido possível. Os alemães exigiram, para o acordo de paz de Brest-Litovsk, assinado em Março de 1918, que a Rússia cedesse inúmeros territórios e pagasse uma alta indenização (SEGRILLO, 2012, p. 182).

The Treaty of Brest-Litovsk, signed March 3, 1918, between Russia and the Quadruple Alliance, was one of the harshest in modern history. Soviet Russia lost 34 percent of the population of the former Russian Empire, 54 percent of its industrial capacity, and invaluable natural resources. Territorial losses – including lands ceded directly to Germany and Turkey as well as lands included within the borders of new sovereign states carved out of imperial territory – amounted to 1.3 million square miles. Russia also agreed to demobilize its army and navy. The treaty lasted only eight months, being nullified by the

²⁷ De acordo com Adam (2008), a perda territorial deixou a Rússia com os mesmos contornos que possuía antes das conquistas de Pedro, o Grande, no século XVIII.

armistice Germany signed with the remaining Entente powers on November 11. But, though the Soviet government eventually regained most of the territories ceded by its terms, in the short run its punitive provisions and the act of concluding a separate peace had serious repercussions (GLEASON, 2009, p. 321).

Assim, a Rússia Soviética já iniciou sua era de esplendor com perdas territoriais: foi reconhecida a autonomia da Finlândia, dos Países Bálticos (Lituânia, Estônia e Letônia), de áreas importantes de Belarus, da Ucrânia e do Cáucaso.

Kubicek (2008) aponta que, embora a mobilização nacionalista na Ucrânia já tivesse iniciado antes mesmo da Primeira Guerra Mundial, as revoluções que ocorreram na Rússia em 1917 influenciaram sobremaneira o ativismo em Kiev e outras importantes cidades. Já em Março – dias após a formação do Governo Provisório na Rússia e a abdicação do czar – o ativismo ucraniano formou uma instituição própria, a Rada²⁸. A primeira importante resolução emitida pela Rada ocorreu em Junho de 1917, quando declarou unilateralmente a autonomia do país, após tentativas fracassadas de negociar maior liberdade com o Governo Provisório.

A declaração de autonomia, contudo, não teve efeitos práticos. Foi somente com a tomada do poder pelo Partido Bolchevique, em Novembro de 1917, que a Rada anunciou a criação da República Popular da Ucrânia, uma unidade autônoma dentro da futura federação democrática das nacionalidades da Rússia. Foi adotada a sua própria bandeira, hino, símbolos nacionais e uma moeda. A criação da República Popular da Ucrânia era, de fato, a afirmação de um desejo de maior autonomia da nação ucraniana (KUBICEK, 2008, p. 83), apesar de os laços com a Rússia Soviética ainda não terem sido formalmente desfeitos. Como afirma Adam (2008), “na época, o território ucraniano abrigava um quinto da população da Rússia czarista, além disso, nele estavam localizados os solos mais férteis do império desfeito, bem como a maior parte da indústria metalúrgica e da exploração de minas. Em função desses fatores, a URSS não podia prescindir da Ucrânia”.

Em Janeiro de 1918, A Rada emitiu uma nova resolução que, oficialmente, proclamava que a República Popular da Ucrânia era um Estado independente e soberano. No mês seguinte, foi assinado um tratado de paz com a Alemanha e o Império Áustro-Húngaro, que apoiaram os ucranianos a se livrarem dos bolchevique, que não aceitavam a separação da Ucrânia. O apoio alemão custou caro aos ucranianos. A nova república precisou contar com o auxílio alemão para governar o país, que ainda não tinha forças suficientes para seguir sozinho.

Em Abril de 1918, os alemães expulsaram a Rada do poder, e assim instituíram o governo fantoche de Hetman Pvlo Skoropadskyi – era um resgate do *Hetmanato* cossaco. O *Hetmanato*, no entanto, teve uma vida curta. Com a derrota dos alemães na Primeira Guerra Mundial e a assinatura do Tratado de Versalhes, os alemães foram obrigados a se retirarem do território ucraniano. Assim,

²⁸ “Rada” significa “conselho” na língua ucraniana. Sua atuação era similar a de um Parlamento.

Skoropadskyi não conseguiu preservar seu poder e, em Dezembro do mesmo ano, o *hetman* caiu (ADAM, 2008, p. 33).

Já em fevereiro de 1919, os bolcheviques retomaram Kiev e proclamaram a República Socialista Soviética da Ucrânia, que era tecnicamente um Estado independente, mas que, na prática, era controlado pelo Partido Comunista da Ucrânia, uma ramificação do Partido Comunista Russo (KUBICEK, 2008, p. 91). No mês de Dezembro de 1922, foi criada a União Soviética, que abrangia as Repúblicas da Rússia, da Ucrânia, da Bielorrússia e da Transcaucásia. Com os bolcheviques novamente exercendo controle sobre a Ucrânia, o movimento nacionalista se deslocou para a porção mais ocidental do país

O fim da Primeira Guerra Mundial também provocou outro importante desdobramento para a história ucraniana: com o desmembramento do Império Áustro-Húngaro, a região ocidental da Ucrânia de hoje – que estava sob o poder dos Habsburgo desde as partilhas da Polônia, no século XVIII – declarou a sua independência, formando a República Popular da Ucrânia Ocidental, em Novembro de 1918. Assim, passaram a existir duas repúblicas ucranianas distintas. A formação desse novo Estado não agradou aos poloneses, que reivindicavam alguns territórios da Ucrânia Ocidental, conduzindo os dois países a um conflito armado. A Ucrânia Ocidental, então, procurou apoio na outra república ucraniana, com o objetivo de formar um Estado unificado para fugir das pretensões territoriais polonesas. Em Janeiro de 1919, as duas Ucrânias foram unificadas, mas, em Julho do mesmo ano, a Polônia reconquistou os territórios da Galícia e da Volhínia, que foram formalmente cedidos aos poloneses pelo Tratado de Riga, de 1921.

Na Crimeia, após a incorporação da região pelos czares, no final do século XVIII, houve intenso movimento nacionalista, aumentando o sentimento anti-russo. O sentimento generalizado era de que a Rússia desrespeitava a cultura tártara e forçava a russificação dos tártaros da península. As revoluções russas de 1917, assim, foram um terreno fértil para os nacionalistas tártaros aumentarem seu clamor por independência. No ano seguinte, eles constituíram o Estado da Crimeia independente, o que foi prontamente contestado pelo partido comunista russo. O Exército Vermelho avançou por Sevastopol, Feodosia, Simferopol até derrotar os tártaros remanescentes em Kurultai. Era o sepultamento da Crimeia independente, que durou apenas alguns meses (DAVYDOV, 2008, p. 28).

A Crimeia voltou para as mãos russas e, dentro da União Soviética, recebeu o *status* de República Socialista Soviética Autônoma da Crimeia e, administrativamente, era parte da República Socialista Federativa da Rússia. A autonomia era limitada, com Moscou ficando responsável pela maior parte das atividades da região. Duas importantes cidades – Sevastopol e Evpatoria – foram excluídas da jurisdição crimeia e foram subordinadas diretamente a Moscou (DAVYDOV, 2008, p.

31).

Muitos dos fatos ocorridos na Ucrânia nos anos que se seguiram à Revolução de 1917 se repetiram na Moldávia. A incerteza com que ficou a província da Bessarábia após a queda do Império Russo influenciou o surgimento do nacionalismo bessarábio e a mobilização de várias organizações sociais e militares ainda em 1917, com o objetivo de estabelecer uma Assembleia Nacional. Durante a reunião, estabeleceu-se que a Bessarábia seria uma república autônoma dentro da Rússia e convocou-se o Conselho Nacional, com o objetivo de ratificar a declaração e servir como o governo desse novo Estado (KING, 2000, p. 32). Prontamente, o Soviete de Petrogrado e o Conselho dos Comissários do Povo reconheceram a nova república moldava, seu governo e sua Assembleia. É necessário salientar que o Congresso proclamou a formação da República Democrática da Moldávia, abolindo o nome Bessarábia dos documentos oficiais (MITRASCA, 2002, p. 33).

A agitação social e política na Rússia pós-revolução deu aos romenos a chance de conseguir o que almejavam: reconquistar os territórios tomados dos principados da Romênia em 1812. Os romenos temiam que a recém-criada República Ucrâniana pudesse minar a autonomia da Bessarábia, pois os ucranianos defendiam que o território moldavo era parte da Ucrânia e pretendiam anexá-lo (MITRASCA, 2002, p. 33).

Com o pretexto de assegurarem as linhas de suprimento contra as invasões dos bolcheviques, as tropas romenas chegaram em Chisinau em meados de janeiro de 1918 e, até o final daquele mês, conduziram as forças bolcheviques até o leste do Rio Dniestre. Em 24 de janeiro de 1918, finalmente, o Congresso proclamou a independência da República Democrática Moldava da Bessarábia (KING, 2000, p. 33).

Os meses que se seguiram à declaração de autonomia foram de intenso debate dentro do Congresso sobre a unificação com a Romênia. Uma votação foi conduzida no Congresso em Março de 1918, quando, dos 138 membros, 86 votaram a favor da união da recém-criada República da Moldávia com a Romênia. Algumas condições foram impostas, no entanto: a Bessarábia deveria obter a autonomia provincial após a incorporação, reforma agrária, sufrágio universal e outras reformas políticas e sociais (MITRASCA, 2002, p. 38).

No dia 4 de Abril de 1918, Ferdinando, o rei romeno, ratificou a unificação da Bessarábia com a Romênia, união que existiu por duas décadas. Com a incorporação dessa região, a Romênia praticamente dobrou o território que possuía em 1913. A Grande Romênia incluía toda a Bukovyna, Maramures, Crisana, Transilvânia e uma porção do Banat, além da Bessarábia e da Dobrogea (ex-território búlgaro).

O aumento do território romeno, no entanto, diluiu o seu componente étnico. De acordo com King (2000), enquanto que apenas 10% da população do país era composta de não romenos antes da Primeira Guerra, no final de 1919 esse número já havia saltado para 28%.

Ilustração 4: A Grande Romênia (1919-1940)



Fonte: (HEINTZ, 2005, p. 73)

Como pôde ser visto, as revoluções de 1917 levaram a Moldávia e a Ucrânia para diferentes caminhos. A década de 1920 representou uma readaptação da Ucrânia à nova situação de república autônoma, mas sob o controle do Partido Bolchevique russo. Adam (2008) afirma que os anos 1920 foram uma era dourada para o país em vários segmentos, como na economia e na cultura. Produziu-se a ucranização²⁹, uma revivificação cultural que desafiava o monopólio central, promovendo a língua ucraniana na educação, na imprensa e nas artes. O mantra era: “nacionalista na forma; socialista no conteúdo”, indicando que podia usar o ucraniano para se expressar, contanto que essa expressão não se desviasse da ideologia socialista (KUBICEK, 2008, p. 99).

A relativa paz vivida pelo país, no entanto, foi breve. A liderança soviética logo começou a temer que o nacionalismo ucraniano pudesse afastar a Ucrânia de Moscou e impôs uma

²⁹ Kubicek fornece alguns dados que mostram como essa política de ucranização foi bem sucedida. Em 1927, por exemplo, 70% dos negócios na Ucrânia eram conduzidos na língua ucraniana, em oposição aos 20% de 1925. De forma semelhante, em 1929, 83% das escolas de ensino fundamental e 66% das de ensino médio ofereciam aulas em ucraniano, e quase todos os estudantes ucranianos étnicos estavam matriculados em escolas ucranianas, algo que era banido durante o czarismo. No final dos anos 1920, quase todos os livros e jornais na Ucrânia também eram publicados na língua nativa (KUBICEK, 2008, p. 99).

coletivização forçada dos campos, nos anos 1930, resultando na morte ou deportação de 250 mil ucranianos. Um dos motivos da coletivização era atacar o nacionalismo ucraniano. Stalin queria destruir a base social do nacionalismo do país: o campesinato (KUBICEK, 2008, p. 102).

No que tange à Moldávia, é necessário ressaltar que o país ainda se mantinha unido à Romênia, fato que causava grande insatisfação dos dirigentes soviéticos. Um das maiores fontes de instabilidade entre Romênia e URSS ocorreu em torno do *status* da Bessarábia. A aquisição territorial da região pela Romênia nunca foi assegurada por nenhum tratado internacional, o que gerou inúmeras controvérsias a respeito do tema. Várias rodadas de negociação foram conduzidas entre os dois lados nas décadas do entre-guerras, falhando todas as vezes. Durante as duas décadas, os soviéticos utilizaram inúmeras estratégias para solucionar a questão, o que incluía a propaganda soviética através da distribuição de panfletos; incursões para o outro lado do Rio Dniestre e até mesmo algumas tentativas de fomentar rebeliões (KING, 2000, p. 51).

Os sucessivos insucessos na propaganda comunista fomentaram uma nova política soviética para a Bessarábia: a criação de uma república soviética autônoma do outro lado do Rio Dniestre. A República Socialista Soviética Autônoma Moldava foi estabelecida em Outubro de 1924 dentro da Ucrânia Soviética, compreendendo o território da moderna Transnístria. A região representava apenas 2% da área e população totais da Ucrânia e, embora nominalmente fosse uma república “moldava”, a presença majoritária era de ucranianos, que formavam quase 49% da população da região em 1926, enquanto menos de um terço era de moldavos (KING, 2000, p. 54).

O objetivo primordial com o estabelecimento da República Autônoma Moldava era criar uma propaganda soviética extensiva do outro lado do Rio Dniestre para pressionar Bucareste nas negociações sobre a Questão da Bessarábia. As autoridades da república autônoma ordenavam que luzes fossem mantidas acesas em Tiraspol – que podiam ser visualizadas na cidade romena de Bender – de forma a impressionar os camponeses da Bessarábia das vantagens da vida tecnologicamente avançada da república soviética (KING, 2000, p. 55).

De acordo com King (2000), com a criação da República Autônoma, a União Soviética passou a justificar a sua pretensão sobre o território da Bessarábia com base na nacionalidade. Os soviéticos abandonaram os argumentos jurídicos e começaram a formar justificativas baseadas na auto-determinação nacional, afirmando que a ocupação romena usurpou o direito dos bessarábios à auto-determinação, uma vez que eles constituíam um grupo etnonacional separado do romeno. Era a primeira vez que os soviéticos defendiam o direito a uma nação moldava e à identidade etnonacional dos moldavos.

Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, a URSS teve uma nova chance de restabelecer o controle sobre os territórios ucranianos e moldavos. Inconformada com a perda de

territórios do Império Russo pelo Tratado de Brest-Litovsk, em 1918, a URSS entrou na guerra em Setembro de 1939 (um mês após a declaração de guerra alemã) para pôr em execução o Acordo de Não Agressão³⁰ que havia firmado com Hitler. A URSS, então, adianta suas fronteiras ao ocupar a parte leste da Polônia e os três países do Báltico – Letônia, Estônia e Lituânia (SEGRILLO, 2012, p. 206).

No ano seguinte, a União Soviética deu um ultimato ao ministro romeno em Moscou, de acordo com King (2000): exigia-se a retirada total do exército e da administração romena da Bessarábia e da região da Bukovyna. No ultimato, os soviéticos afirmavam que a Bessarábia tinha a maior parte da população ucraniana e que a grande maioria dos habitantes da Bukovyna estava ligada à Ucrânia Soviética tanto pelo seu destino histórico quanto por sua língua compartilhada e composição nacional. Após diversos encontros entre romenos e soviéticos, o rei Carol II aceitou a exigência. Em 1944, os soviéticos reocuparam a Transnístria (que havia sido invadida pelos países do Eixo em 1941), a Bessarábia e a Bukovyna, pondo fim ao domínio romeno sobre a região que durou duas décadas.

Ou seja, no início de 1941, Moscou já havia incorporado mais quatro repúblicas à sua esfera de influência: Moldávia, Letônia, Estônia e Lituânia, além de ter ocupado uma parte da Finlândia e a parte leste da Polônia, país que acabou dividido entre Alemanha e URSS. Ao fim da guerra, em 1945, a União Soviética ampliou grandemente seu território, graças aos ganhos territoriais provenientes da batalha, e aumentou sua influência na Polônia, na Tchecoslováquia, Hungria, Romênia, Bulgária e Albânia.

A nova República Moldava³¹ era mais ou menos a mesma Bessarábia de antes. As únicas alterações residiam na região da Transnístria – que previamente fazia parte da Ucrânia, mas que foi cedida para a nova república – e regiões no norte e no sul da Moldávia, que acabaram passando para o território ucraniano. Essa reconfiguração territorial fazia sentido, visto que as porções ao norte e ao sul cedidas para a Ucrânia eram ocupadas, majoritariamente, por grupos étnicos ucranianos. De forma similar, a região da Transnístria foi cedida à Moldávia por abrigar uma grande quantidade de moldavos. Além disso, havia uma utilidade estratégica nesse arranjo: a transferência da entrada do Rio Danúbio e do Mar Negro para os ucranianos pôs esses ativos estratégicos nas mãos da confiável república soviética, ao invés de deixá-los sob o controle de uma entidade recém-criada e que

³⁰ O pacto de não agressão é informalmente conhecido como Pacto Ribbentrop-Molotov, nome dos ministros do exterior da Alemanha e da União Soviética da época. O acordo continha algumas cláusulas secretas que dispunham sobre esferas de influência dos dois países no Leste Europeu: em caso de reorganizações territoriais, a Alemanha ficaria com a parte ocidental da Polônia e da Lituânia e a URSS com uma parte no leste da Polônia, além da Estônia, Letônia e Finlândia. Além disso, a Alemanha se comprometia a não se intrometer nas pretensões soviéticas sobre a Bessarábia romena (SEGRILLO, 2012, p. 205-206).

³¹ A nova República Moldava tinha uma população de 2,4 milhões de habitantes – dos quais 68,8% eram moldavos – e 33.700 Km² (KING, 2000, p. 95).

poderia se transformar em um potencial objeto de um eventual irredentismo romeno (KING, 2000, p. 94).

No tocante à Ucrânia, a Segunda Guerra também gerou importantes alterações territoriais. Em 1939, com a invasão da URSS ao território oriental da Polônia, os soviéticos garantiram o acordado no Pacto Ribbentrop-Molotov. De acordo com esse pacto, em caso de um reordenamento territorial da Polônia, a União Soviética recuperaria o Ucrânia ocidental, território tomados pelos poloneses no final da década de 1910. Ao final da Segunda Guerra, em 1945, as terras ucranianas do leste se uniram aos demais territórios que estavam sob o domínio de outros países: Galícia, Volhínia, Bukovyna e a Transcarpátia. Era a reunificação do país, que agora adquiria o mesmo tamanho da Ucrânia atual. Essa região, no entanto, como não havia sido dominada pela Rússia czarista, não aceitou a imposição da cultura russa e soviética no longo período de poder comunista. A adição dos territórios ocidentais fez a Ucrânia soviética se sentir mais ucraniana, enquanto a Ucrânia ocidental se sentia como um território ocupado (WILSON, 2005, p. 10).

A Crimeia também foi palco de disputas durante a Segunda Guerra, tendo sido ocupada por alemães, romenos e italianos. Foram três anos de ocupação – entre 1941 e 1944 – durante os quais metade da população foi eliminada. Para os alemães, a tomada da Crimeia abriria o caminho para o Cáucaso e proporcionaria o controle sobre infraestruturas da costa norte do Mar Negro. Após retomar o controle da península, em 1944, Stalin ordenou a deportação dos tártaros e de outras minorias para a Ásia Central como punição pela colaboração com os nazistas. No ano seguinte, a República Socialista Soviética Autônoma da Crimeia foi abolida, transformando-a em um *oblast* (província) da República Socialista Federativa da Rússia. Nos anos que se seguiram à guerra, a Crimeia floresceu e se tornou um importante destino turístico, além de se tornar a base da Frota Naval do Mar Negro.

Com a morte de Joseph Stalin, em 1953, Nikita Krushev se torna o mais novo Secretário-Geral do Partido Comunista soviético. Apesar de incentivar a expressão artística ucraniana, dando mais liberdade aos artistas, escritores e políticos, a mais importante contribuição de Krushev para a Ucrânia está na transformação do mapa do país. Em 1954, para marcar os 300 anos do Tratado de Pereiaslav, a propaganda comunista descreve que Krushev decidiu fazer um gesto simbólico e garantir um forte apoio pessoal na esfera de poder ucraniana: em uma das reuniões sobre agricultura realizada no Kremlin, ele ofereceu a Crimeia à Ucrânia. O argumento apresentado pelo dirigente soviético era que a Crimeia estava mais perto da Ucrânia e, com essa nova configuração, seria mais fácil governar a partir de Kiev (BEBLER, 2015, p. 38; KOROLKOV, 2014, p. 32). Assim, a Crimeia foi transferida da República da Rússia para a República Ucraniana, apesar de a população da península ser majoritariamente de russos étnicos. Esse ajuste territorial teve pouca relevância

durante a época soviética, mas, em 1991, com a desintegração da URSS, a Crimeia se transformou em um problema para a Rússia.

Em meados dos anos 1960, já era perceptível que os índices de crescimento da URSS não eram mais de 10%, como nas décadas anteriores (SEGRILLO, 2012, p. 230). Porém, foi somente com a chegada ao poder de Mikhail Gorbachev, em 1985, que se aceleraram as mudanças políticas e econômicas. Em 1987, Gorbachev começou a clamar por uma “reestruturação econômica” (*perestroika*, em russo) e por “transparência” ou “abertura” na política (*glasnost*). “A ideia era simplesmente a de que questões importantes tinham de fazer parte do debate público, não somente de discussões a portas fechadas entre a elite do partido” (BUSHKOVITCH, 2014, p. 462). Depois de iniciado, o processo de modernização do sistema político e econômico comunista fugiu ao controle de seus líderes, o que resultou no desmoronamento da União Soviética em 1991.

A reestruturação econômica e a abertura política tiveram como consequência central o renascimento dos nacionalismos nas várias repúblicas soviéticas que, por muito tempo, foram reprimidos pelo regime comunista. Assim, uma série de conflitos interétnicos eclodem – como o de armênios e azeres por Nagorno-Karabakh e o de uzbeques contra meskhes em Fergana – e movimentos separatistas, como os que ocorreram nas repúblicas bálticas. A Estônia foi a primeira das repúblicas autônomas a declarar sua independência, em 1988, seguida pela Letônia, em Maio de 1989 e pela Lituânia, em Julho do mesmo ano.

Esses movimentos serviram de exemplo aos outros movimentos autonomistas que se alastraram pelo solo soviético em seguida. “Gorbachev e a elite dirigente do país se mantiveram fiéis à postura mais democrática que pretendiam implementar e não lançaram mão da violência para reprimir as declarações de independência dos Estados que faziam parte da União Soviética” (ADAM, 2008, p. 40).

A *Glasnost* encorajou discussões mais abertas contra as autoridades soviéticas e o exemplo dos bálticos logo espalhou para várias repúblicas soviéticas, incluindo a Ucrânia e a Moldávia. As primeiras agitações do movimento nacionalista ucraniano começaram imediatamente após o acidente do reator nuclear de Chernobyl³², em 1986. O acontecimento não foi simplesmente um desastre ambiental; ele representava a inabilidade das autoridades soviéticas em lidar com a situação, o que se transformou em uma crise política sem precedentes, um símbolo da indiferença do governo para com o povo ucraniano. Em 1988, criaram-se esforços para copiar a bem-sucedida

³² O acidente de Chernobyl ocorreu em Abril de 1986, quando um dos quatro reatores do complexo nuclear de Chernobyl explodiu e liberou na atmosfera 120 milhões de curies de material radioativo, o que era centenas de vezes superior à radiação produzida pelas bombas atômicas lançadas no Japão, em 1945. Dois trabalhadores morreram com a explosão inicial, mas posteriormente, cerca de 8000 mortes foram atribuídas aos efeitos da radiação e milhares mais sofreram de câncer e outras doenças (KUBICEK, 2008, p. 122).

mobilização nacional-democrática dos países bálticos; inúmeras organizações culturais, religiosas, ambientais e da juventude clamavam por independência.

Após anos de intensa agitação nacionalista, enfim, em Agosto de 1991, o Soviete Supremo da Ucrânia declarou a independência do país e elegeu seu primeiro presidente, Leonid Kravchuk. Em 1º de Dezembro do mesmo ano, 90,3% dos ucranianos confirmaram a independência ao votarem “sim” em um referendo (WILSON, 2005, p. 32), que não foi contestada por nenhuma autoridade russa e tinha o apoio de todas as regiões do país, até mesmo da Crimeia, a única região com a maioria da população etnicamente russa (KUBICEK, 2008, p. 137) Com a independência das três principais nações formadoras da União Soviética, sua existência não fazia mais sentido.

No que tange à Moldávia, o processo que conduziu à independência do país foi distinto. As cinco décadas nas quais o país permaneceu sob o domínio soviético alteraram consideravelmente a sua demografia. King (2000) avalia que a Moldávia se tornou menos moldava conforme as décadas se passavam. As deportações e as migrações reduziram o componente moldavo e as imigrações de operários russos para as indústrias aumentaram o componente eslavo da população³³. Esse fato influenciará os desdobramentos políticos após a independência do país, em 1991. Após 1960, o que se verificou foi um aumento na russificação do país, atingindo, principalmente, a cultura e a língua moldavas. Em 1989, a Moldávia era a terceira nacionalidade mais russificada da União Soviética, ficando atrás apenas da Ucrânia e da Bielorrússia. Para se ter uma ideia, 95,5% pessoas acima de 55 anos, em 1989, informaram que o moldavo era a sua língua nativa, enquanto 89,3% das pessoas com menos de 24 anos faziam essa mesma afirmação. O russo já havia sido disseminado amplamente no país (KING, 2000, p. 115).

Todas essas mudanças conjunturais que ocorreram durante as décadas que esteve sob o jugo soviético foram o combustível para o desenvolvimento dos movimentos nacionais do final da década de 1980. Em Agosto de 1989, o Soviete Supremo da Moldávia adotou três novas leis sobre idiomas, declarando que o moldavo era a língua oficial do Estado e ordenando a transição para o alfabeto latino, o que implicitamente reconhecia a unidade dos idiomas moldavo e romeno. Essa era uma demanda crescente de organizações sociais que haviam iniciado uma forte pressão no governo para reformar a política cultural e idiomática do país no ano anterior.

Segundo King (2000), as leis tiveram um efeito nocivo nas relações interétnicas dentro do território da Moldávia. Antes mesmo de as leis serem oficialmente publicadas, as tensões já haviam iniciado entre as maiorias e as minorias étnicas do país, principalmente entre eslavos e gagauzes,

³³ Para se ter uma noção, os moldavos representavam 68,8% da população do país em 1941, caindo para 63,9% em 1979. Em 1989, houve um pequeno aumento, alcançando os 64,5%. Já a população ucraniana aumentou de 11,1% em 1941 para 13,8% em 1989. O mais surpreendente aumento, no entanto, se situava entre a população étnica russa, que quase dobrou: passou de 6,7% em 1941 para 13% em 1989 (KING, 2000, p. 101).

que se sentiam ameaçados pela possibilidade de remoção do russo como a língua oficial do país. O debate sobre as línguas rapidamente se agudizou, com eslavos e gagauzes criando suas próprias organizações nacionais ainda em 1989. Eles exigiam que o russo e o moldavo fossem estabelecidos como línguas oficiais, ao invés de relegar o russo a uma posição secundária.

Para enfatizar suas demandas, trabalhadores iniciaram greves em empresas situadas nas cidades com maioria russa na Transnístria, como Tiraspol, Bender e Rîbnita, e os gagauzes começaram a planejar a proclamação da sua autonomia no sul. Enquanto isso, grupos opositoristas pressionavam pela reforma cultural e linguística, denunciando o pacto Ribbentrop-Molotov, a anexação soviética da Bessarábia e o declínio da cultura moldava nas cinco décadas de domínio soviético. Eles eram, predominantemente, a elite cultural jovem da Moldávia, que pressionavam pela transição para o alfabeto latino, por um *status* oficial da língua moldava e pelo reconhecimento da unidade Moldávia-Romênia.

A Moldávia era a única república soviética em que a língua era o objeto principal do movimento nacional. Esse movimento se caracterizava pela redescoberta da identidade dos moldavos como romenos, após décadas de manipulação identitária durante o período soviético. Segundo King (2000), na verdade, toda essa disputa étnica do final dos anos 1980 era apenas parte de uma disputa maior, que envolvia três grupos sociais distintos: a elite jovem da Bessarábia, os transnístrios e as outras minorias, como os gagauzes. A jovem elite bessarábia – mais ligada à Romênia – rivalizava com os transnístrios, mais russificados e que tradicionalmente recebiam os melhores cargos na administração moldava. Os jovens bessarábios enxergavam no movimento nacional uma chance de melhorarem suas posições na elite política, econômica e cultural dominada pelos russos. Assim, a possibilidade de elevar o *status* da língua moldava dentro da república era uma vantagem competitiva que os bessarábios teriam frente aos russos e outros grupos étnicos.

Ao ver todo esse movimento nacionalista que incitava uma aproximação com a Romênia, a Transnístria se levantou contra todas as reformas propostas. Assim, no final dos anos 1990, cada movimento em Chisinau que distanciava a Moldávia da União Soviética e a aproximava da Romênia incitava um contramovimento na Transnístria, o que acabou estimulando uma separação. Os transnístrios consideravam os movimentos nacionalistas uma evidência de que a Moldávia intenciona deixar a União Soviética e se unir a Bucareste e, logo, iniciaram a preparar um plano secessionista.

Em Janeiro de 1990, um referendo foi organizado na região, em que 96% dos votantes se diziam favoráveis à criação do governo autônomo da Transnístria dentro da República Moldava. Assim, em 2 de Setembro de 1990, o congresso local proclamou a criação da República Transnístria

da Moldávia (*Pridnestrovskaia Moldavskaia Republika*³⁴), iniciando a separação da região. A República da Moldávia só declarou sua independência da União Soviética um ano depois da Transnístria, em Agosto de 1991, antes mesmo da completa dissolução do bloco soviético, que ocorreu nos últimos dias de 1991 (KING, 2000, p. 189).

Os acontecimentos nas repúblicas soviéticas somente apressaram a decomposição do regime comunista. Em 08 de Dezembro, as repúblicas socialistas da Rússia, Ucrânia e Bielorrússia se retiraram unilateralmente da URSS. Mais tarde, em 21 de Dezembro, 11 das 15 repúblicas assinam o acordo que tinha uma dupla função: decretar o fim da URSS e criar, com a assinatura de 11 das 15 repúblicas³⁵, a CEI. Em 26 de Dezembro, a extinção da URSS é oficialmente formalizada pelo Parlamento soviético. Após 74 anos, chegava ao fim superpotência soviética, dando lugar a 15 novas repúblicas independentes – Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Estônia, Geórgia, Letônia, Lituânia, Moldávia, Quirguistão, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão.

2.4 AS REPÚBLICAS INDEPENDENTES APÓS O COLAPSO DA UNIÃO SOVIÉTICA

Com a desintegração da União Soviética, a Rússia, a Ucrânia e Moldávia se tornaram Estados independentes. Cada um dos três países passou por transformações que alterariam sobremaneira a sua política, economia e sociedade nos anos 1990 em diante, o que teve um significativo impacto em suas relações entre si e com o resto do mundo. É necessário, portanto, analisar brevemente o desenvolvimento desses Estados pós-1991, que será importante para a compreensão os acontecimentos recentes analisados nos próximos capítulos.

2.4.1 A Federação Russa

Como já destacado, após 74 anos de existência, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas se desintegrou em Dezembro de 1991, dando lugar a 15 novos países independentes. A Rússia –

³⁴ A Transnístria é chamada oficialmente de República Transnístria da Moldávia ou de República Moldava da Pridnestróvia (*Pridnestrovskaia Moldavskaia Republika*) pelos nativos, por não aceitarem o nome “Transnístria” por o considerarem romeno.

³⁵ Das 15 repúblicas que pertenciam à antiga União Soviética, somente 11 assinaram o tratado da CEI: Armênia, Azerbaijão, Belarus, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Rússia, Tadjiquistão, Turcomenistão, Ucrânia e Uzbequistão. Em 1994, a Geórgia se juntou ao grupo, mas se retirou em 2008, devido ao apoio russo à independência da Ossétia do Sul e da Abecásia. Em 2005, o Turcomenistão também requisitou a saída da Comunidade, passando a atuar somente como membro associado. As três repúblicas bálticas – Letônia, Estônia e Lituânia – nunca aderiram à CEI.

centro do poder da superpotência soviética – permaneceu com grande extensão territorial, dotada de vastos recursos naturais (principalmente no campo energético), herdou a maior economia e o maior exército entre todos os Estados do CRS Pós-Soviético, além de ser a depositária de todo o arsenal nuclear da URSS. Esses são motivos suficientemente fortes para que a Rússia mantenha um papel diferenciado no sistema internacional, conseguindo retomar ao seu *status* de grande potência após a grave crise econômica dos anos 1990, principalmente com o ascensão da figura de Vladimir Putin à presidência do país, em 1999.

Os primeiros meses de 1992, no entanto, foram caóticos para a novo país. Boris Yeltsin, o primeiro presidente da Federação Russa, teve que lidar com dois problemas principais: a transição de uma economia socialista fragilizada para o capitalismo de mercado e o colapso do poder estatal. A rapidez com que a transição para a economia de mercado ocorreu incentivou uma disparada inflacionária dos preços e um aumento rápido na desigualdade de renda e do nível de pobreza do país. A infraestrutura do país ruiu, a cultura desapareceu e russos emigravam em massa. Para Bushkovitch (2014), “se, para o Ocidente, os anos Yeltsin pareciam ser uma era de democratização e transição para a economia de mercado, para a maioria dos russos eles eram um pesadelo de anarquia, pobreza e imprevisibilidade total”.

De acordo com Bushkovitch (2014), os anos Yeltsin também foram marcados por uma constante agitação política. A transição do poder na Rússia exigiu uma certa liberalidade do presidente, que permitiu a criação de diversos partidos políticos e deu grande autonomia para os governadores regionais em troca de apoio em nível nacional. Isso levou a várias tendências fragmentadoras e centrífugas no país, com algumas regiões aprovando leis que conflitavam com a constituição federal, negando-se a pagar certos impostos e, até mesmo, chegando ao separatismo, como foi o caso da Chechênia, que embarcou em duas guerras com a Rússia.

Já no campo das relações internacionais, o governo Yeltsin foi marcado por uma política externa mais alinhada com o Ocidente. Segrillo (2008) observa que a Rússia não era mais uma superpotência como a URSS e, principalmente após a crise dos anos 1990, não teve condições de jogar em todos os quadrantes do tabuleiro internacional com a mesma força. Assim, como não conseguia mais manter a sua posição de superpotência mundial, Yeltsin concentrou prioridades na defesa de sua economia. Essa tendência ocidentalista fez com que Yeltsin fosse classificado como um ocidentalista extremado³⁶.

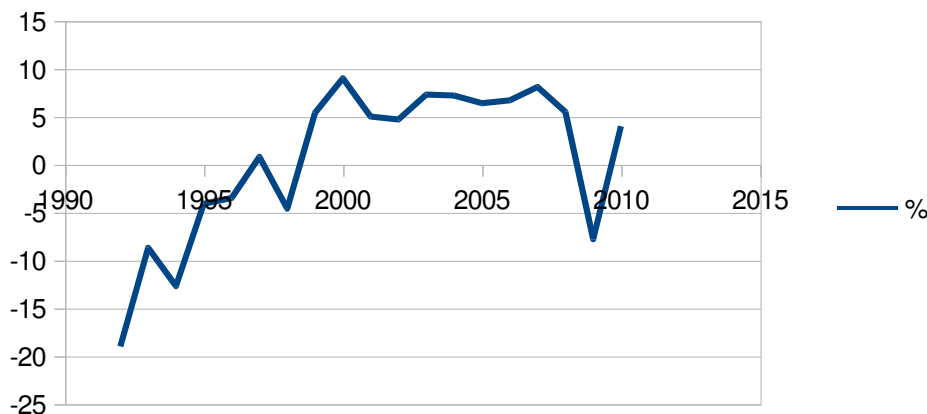
Reeleito em 1994, Yeltsin chegou ao final de seu mandato desgastado e impopular. Em 1999, renunciou de repente e nomeou como seu sucessor o Primeiro-Ministro Vladimir Putin, uma figura

³⁶ Essa é a definição do governo Boris Yeltsin para Ângelo Segrillo (SEGRILLO, 2008, p. 02).

até então desconhecida na política russa, mas que marcaria a transformação do país nas duas décadas seguintes. Vladimir Putin trouxe consigo uma era de estabilidade e de esperança para a Rússia pós-soviética. Seus quase quinze anos no centro do poder russo transformaram a política, a economia e, principalmente, a política externa do país, trazendo a Rússia de volta para a cena internacional como a grande potência de outrora. Os anos Putin, portanto, são indubitavelmente distintos da era Yeltsin.

Após a grande recessão dos anos 1990, a Rússia teve um crescimento econômico espetacular por praticamente toda a década de 2000 (exceto em 2009, ano que a crise econômica de 2008 atingiu a Rússia) – como mostra o gráfico 1.

Gráfico 1: Taxas de crescimento econômico anual da Federação Russa (1992-2010)
(Porcentagem de crescimento anual do Produto Interno Bruto - PIB)



Fonte: (SEGRILLO, 2012, p. 245 – adaptado pelo autor).

Para a população russa, Putin havia resolvido o problema. Na verdade, “muito desse crescimento tem caráter recuperativo da imensa queda dos anos 1990, mas a sensação psicológica de melhora elevou Putin à condição de ídolo governante” (SEGRILLO, 2008, p. 04). Além disso, Putin foi ajudado pela disparada dos preços do petróleo no mercado mundial assim que chegou ao poder. Como a Rússia é uma das maiores produtoras e exportadoras de petróleo do mundo, suas rendas aumentaram amplamente. E foram essas rendas extras que ajudaram Putin a pôr em dia os salários e as pensões estatais que estavam em atraso, dando a ilusão que o novo presidente era o “salvador” dos russos. Em meados da primeira década do século XXI, a Rússia prosperava. A taxa de natalidade subiu, enquanto a de mortalidade caía, os salários médios praticamente quadruplicaram e a taxa de pobreza decresceu quase 20% (SEGRILLO, 2012, p. 252).

Em termos políticos, as eras Yeltsin e Putin também divergem largamente. Enquanto a época de Yeltsin à frente do Kremlin foi marcada por um liberalismo político, Putin assumiu um estilo centralista e autoritário de governar. Para combater as tendências centrífugas – herança do liberalismo do governo anterior – Putin adotou várias medidas recentralizadoras. A mais radical e polêmica delas foi o fim das eleições para governadores regionais, passando esses a serem indicados pelo presidente. Além disso, anulou vários atos dos governadores e leis regionais que contrariavam a constituição da Federação Russa. Os atos centralizadores de Putin custaram um cerceamento do ambiente de liberalidade política, motivo que levou a Freedom House, a partir de 2004, a reclassificar a Rússia de país “parcialmente livre” para “não livre” (SEGRILLO, 2008, p. 04).

As relações internacionais é a área em que o governo Putin tem recebido maior destaque. Desde sua chegada ao governo russo, seguiu-se um caminho de recuperação do prestígio internacional do país. Com o atentado terrorista de 11 de Setembro de 2001, nos EUA, houve uma aproximação entre a Rússia e os Estados Unidos na luta contra o terrorismo internacional. Entretanto, a partir de 2004, uma Rússia cada vez mais assertiva começou a confrontar o Ocidente a respeito de certos assuntos, como a expansão da aliança militar da OTAN em direção ao Leste Europeu, a proposta de um sistema antimíssil da OTAN a ser instalado na Polônia e na República Tcheca e voltado para o Irã, as manobras navais conjuntas com a Venezuela no Caribe e os episódios na Geórgia e na Ucrânia (SEGRILLO, 2008, p. 04).

Com Putin no poder, a Rússia tem-se mantido interessada em reafirmar sua condição de potência regional eurásiana. Nesse espaço, principalmente nas relações com as ex-repúblicas soviéticas, deseja manter sua posição hegemônica. É por esse motivo que Putin mantém-se sensível a acontecimentos em sua tradicional esfera de influência, em especial dois dos países mais próximos da Rússia, Ucrânia e Moldávia, como bem destaca Freire (2011). De um lado, a Ucrânia, devido ao seu passado compartilhado, às similaridades étnicas e culturais, e à sua localização geográfica estratégica e a importância econômica para a Rússia. Do outro lado, a Moldávia, por sua localização geográfica que a torna um “*buffer zone*” entre o Ocidente (sua vizinha, Romênia, é parte da OTAN desde 2004 e da União Europeia desde 2007) e a Ucrânia, pela dependência das exportações russas (principalmente de energia) e pela grande presença de russos na região.

2.4.2 A República Ucrâniana

Desde a independência da Ucrânia, em 1991, após o colapso da União Soviética, as relações com a Rússia têm sido conturbadas. Apesar da sua separação pacífica da URSS e os dois países

serem os co-fundadores da CEI, movimentos nacionalistas cresceram no país acusando a Rússia de desejar continuar sua política imperialista pelo país. Os 23 anos que se seguiram à independência foram de agitação interna e conflitos entre as duas visões predominantes, os pró-Rússia e os pró-Occidente, que culminaram em revoluções e crises de grande vulto.

Segundo Freire (2011) e Nygren (2007), os dois primeiros presidentes ucranianos, Leonid Kravchuk (1991-1994) e Leonid Kuchma (1994-2004), eram abertamente políticos pró-ocidentais, o que causou constantes impasses com a Rússia, que não abria mão de uma relação preferencial com seu importante parceiro. Nesse período, a Ucrânia assinou um acordo para se tornar um futuro membro da OTAN e foi o primeiro país da CEI a assinar a Parceria para a Paz com bloco euroatlântico, ainda em 1994. Nesse mesmo ano, a Ucrânia demonstrou a intenção de se juntar à União Europeia ao assinar o Acordo de Parceria com esse agrupamento que, em 1999, adotou a Estratégia Comum para a Ucrânia e incluiu o país eslavo na Política de Vizinhança Europeia em 2004.

Em 1997, o país também entrou para o grupo GUAM³⁷ (Organização para a Democracia e Desenvolvimento Econômico), que também inclui a Moldávia, a Geórgia e o Azerbaijão. Essa organização é entendida pela Rússia como uma afronta direta à CEI, pois tem uma orientação abertamente ocidental, contando com o apoio, principalmente, dos Estados Unidos. Esses fatos dão uma demonstração da importância destacada que a Ucrânia tem para os países ocidentais. A Ucrânia há décadas tem sido vista como a chave decisiva nos planos dos EUA e seus aliados da OTAN para “realizar um cordão sanitário militar separando a Rússia da Europa” (ROZOFF, 2014, p. 01).

Essa orientação ocidental durante as primeiras décadas da independência da Ucrânia causou intensas divergências com a Rússia. O principal impasse surgiu no tocante à situação da Crimeia. Como já mencionado, a Crimeia foi transferida da Rússia para a Ucrânia em 1954, durante a Era Soviética. Com a desintegração da URSS e consequente independência do país, a Crimeia se tornou parte integral do novo Estado independente. Logo iniciaram as tensões com a Rússia sobre a soberania da península, o que levou a intensas pretensões secessionistas. Bebler (2015) destaca que a população da Crimeia não foi consultada quando da independência da Ucrânia, em 1991, e isso gerou descontentamentos na região:

[...] the population of the Autonomous Republic of Crimea was not consulted on whether they desired to remain in Ukraine after the dissolution of the USSR or alternatively to rejoin the Russian Federation. The Soviet Union was dissolved on December 8, 1991 at a

³⁷ É importante ressaltar que a sigla GUAM refere-se à inicial de cada um dos países que fazem parte da organização, Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia. Inicialmente, a sigla era grafada com um duplo “U”, ou seja, GUUAM, em função da presença do Uzbequistão no agrupamento. No entanto, esse país se retirou em 2005, alterando a grafia para apenas GUAM.

meeting of the heads of the Russian Federation, Ukraine and Belarus. At that gathering in the hunting reserve Belovezhska Pushcha, the Russian leader Boris Yeltsin failed to request from his Ukrainian colleague, Leonid Kravchuk, Crimea's return to "mother" Russia. On February 26, 1992, the Supreme Soviet of the Crimean ASSR, without the consent of Ukrainian authorities, changed the official name of the land into the Republic of Crimea. On May 5, 1992, the Crimean parliament proclaimed Crimea's independence and passed its first constitution. Under pressure from Kyiv the latter was amended on May 6, 1992 with a sentence on Crimea as part of Ukraine (BEBLER, 2015, p. 39).

De acordo com Simonsen (2000), no primeiro mês após a dissolução da URSS, o presidente ucraniano reivindicou a propriedade da Frota do Mar Negro, ação que foi prontamente repreendida por Boris Yeltsin. Os meses seguintes foram de intensas negociações entre os dois países, que não abriam mão de sua soberania sobre a base naval de Sevastopol. O impasse durou décadas, se agudizando em vários períodos devido ao fato de dois terços da população da Crimeia ser de etnia russa. A população da península acenou, por diversas vezes, o desejo de maior autonomia da república ucraniana, com o objetivo de incorporar-se à Rússia.

As tensões entre a Ucrânia e a Rússia sobre a Crimeia, no entanto, se atenuaram parcialmente quando a Rússia reconheceu, através de um comunicado oficial, a Crimeia como parte da Ucrânia em 1997, em troca da transferência de direitos sobre a principal base naval russa de Sevastopol, que se concretizou em 1999 (NYGREN, 2007, p. 50). Em consonância com esse bom momento da relação entre os dois países, o governo de Vladimir Putin procurou estreitar as relações com a Ucrânia de forma a criar uma parceria estratégica entre os dois países, evitando o desenvolvimento de laços fortes de proximidade com o Ocidente. Assim, Putin assinou com Kuchma uma série de acordos econômicos, políticos e militares, estabeleceu um plano de cooperação para a conclusão de 52 projetos conjuntos na área de defesa e diversos planos para aumentar os laços comerciais entre os dois países.

A boa relação entre os dois países culminou na nomeação da Ucrânia como a "parceria estratégica da Rússia", em 2003 (NYGREN, 2007, p. 52). Do lado ucraniano, o Ministro dos Negócios Estrangeiros deixou clara a orientação do seu país naquele momento:

As prioridades serão mantidas – isto é, integração europeia e euro-atlântica, significando UE e OTAN. Certamente continuaremos a dar igual atenção aos nossos vizinhos e, entre estes, aos parceiros estratégicos, a Rússia e a Polónia, e, claro, aos Estados Unidos (FREIRE, 2011, p. 72)

As relações amistosas entre os dois países, no entanto, não foram a regra. Desde o colapso da URSS, tensões políticas entre os dois Estados vizinhos continuaram em muitas questões. Bebler (2015) nota que muitos desses assuntos se relacionavam à Crimeia, como o *status* daquela região, a divisão da Frota Soviética do Mar Negro entre os dois Estados, os direitos de permanência da Frota

Russa em Sevastopol, o uso pela Rússia da estrutura militar da Crimeia, o número e status dos oficiais militares russos no territórios e etc. Além disso, desde 1991, Moscou sempre apoiou, controlou e até mesmo reprimiu a ação dos separatistas russos na Crimeia, mantendo ali, também, um contingente considerável de agentes russos civis e militares (BEBLER, 2015, p. 39).

Em 2004, um acontecimento político poria em xeque as relações russo-ucranianas pelos anos seguintes: a Revolução Laranja. Essa revolução é entendida como “um paradigma das divergências regionais e identitárias da política ucraniana e dos efeitos dessas nas relações exteriores do país” (ADAM, 2008, p. 88). A explosão do movimento revolucionário ocorreu graças à fraude denunciada das eleições presidenciais de 2004. Dois eram os concorrentes no pleito: Viktor Yanukovich – primeiro ministro de Kuchma que advogava pelo estreitamento dos laços com Moscou³⁸ – e Viktor Yushchenko – ex-ministro de Kuchma e apoiado por uma coalizão que defendia uma maior aproximação ucraniana com as potências ocidentais. Desde o primeiro momento, Putin envolveu-se na campanha presidencial de Yanukovich afirmando que “não podia ficar indiferente à escolha que as pessoas na Ucrânia irão fazer na eleição” (TRADUÇÃO NOSSA) (NYGREN, 2007, p. 63).

A Comissão Eleitoral Ucraniana inicialmente deu 40% dos votos para Yanukovich e 30% para Yushchenko, no entanto, uma semana depois, o resultado oficial foi apresentado com uma vitória apertada de Yushchenko, que alcançara 39,9% dos votos, enquanto Yanukovich ficou com 39,3%, levando a decisão presidencial para o segundo turno. Dessa vez, o resultado do segundo turno surpreendeu: Yanukovich foi declarado vencedor com 49,5% dos votos, contra 46,6% de seu adversário. O resultado inusitado logo foi classificado como fraudulento. Acusou-se o leste da Ucrânia – foco do apoio de Yanukovich – de ser a região a organizar a fraude. “A presença de votantes no segundo turno foi muito superior à média nacional (80,9%) no leste do país, principalmente em Donetsk, onde compareceram para votar 96,7% dos eleitores registrados (desses, 96,2% votaram em Yanukovich), ao passo que, no primeiro turno, os votantes da província não ultrapassaram 78,1%” (ADAM, 2008, p. 89).

A Rússia prontamente reconheceu o resultado das eleições, posição contrária à adotada pelos países ocidentais e pela Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE). Logo se iniciou o movimento popular, que ficou conhecido como Revolução Laranja³⁹, incitando protestos que reuniam cerca de 100 mil pessoas na praça Maidan, em Kiev. As potências ocidentais fizeram

³⁸ Um dos *slogans* da campanha de Yanukovich era “*Ucrânia-Rússia: mais fortes juntos*”, demonstrando destaque que a parceria com a Rússia teria em seu governo (WILSON, 2005, p. 47).

³⁹ A Revolução foi assim chamada porque laranja era a cor do partido de Yushchenko, que foi adotada por seus apoiadores. Já os eleitores de Yanukovich usavam a cor azul nas manifestações para demonstrarem seu apoio ao candidato (ADAM, 2008, p. 89).

demonstrações públicas de inconformismo com o resultado eleitoral, exigindo a anulação imediata do pleito e a convocação de novas eleições. Putin considerou o apoio de líderes ocidentais na revolução laranja como “intolerável” e profetizou que a sua intromissão criaria “novas divisões na Europa” (TRADUÇÃO NOSSA) (NYGREN, 2007, p. 63). Após doze dias de intensas manifestações, o pleito foi anulado, remarcando a nova votação para o dia 26 de Dezembro. Dessa vez, Yushchenko recebeu 52% dos votos e Yanukovich, 44%, vitória que foi imediatamente reconhecida por Putin (ADAM, 2008, p. 89).

A Revolução Laranja expôs duas importantes consequências. A primeira é o surgimento da sociedade ucraniana como ator político de peso, como defende Dominique Arel. Para o autor, o nacionalismo da região ocidental do país propiciou tal fenômeno, uma vez que essa região possui uma noção de identidade nacional muito mais homogênea do que a identidade plural do leste e do sul, com uma mistura de traços culturais russos e ucranianos. Isso impulsionou uma organização mais consistente dos opositoristas nos eventos de Novembro de 2004 (AREL *apud* ADAM, 2008, p. 90). O segundo legado deixado pela Revolução foi direcionado à comunidade internacional, principalmente aos outros Estados eurasiáticos: “não aceitem interferências em suas eleições!” (TRADUÇÃO NOSSA) (NYGREN, 2007, p. 64). Nygren (2007) afirma que as eleições ocorridas no biênio 2005-2006 nos Estados eurasiáticos sentiram o impacto da recusa ucraniana em aceitar eleições mais rigorosas. As normas da democracia ocidental foram implacáveis contra a “democracia controlada”. Assim, para o autor, Putin pagou o preço por sua intromissão e aprendeu a lição para não repetir seus erros em outros países da CEI.

Mesmo com a vitória dos grupos de orientação nacionalista nas eleições de 2004, a política ucraniana permaneceu polarizada entre os apoiadores de Moscou e os pró-ocidentais. Em março de 2006, aconteceram eleições parlamentares no país com os dois principais partidos da eleição de 2004 disputando as cadeiras do Legislativo. No entanto, o resultado foi distinto: o pleito deu ao partido de Yanukovich – o Partido das Regiões – uma importante vitória. Assim, os fatos demonstram que a escalada do nacionalismo ocidental do país não conferiu impulso definitivo em direção à separação identitária da Rússia com a Ucrânia, e muito menos solucionou a questão da heterogeneidade de sua identidade nacional (ADAM, 2008, p. 90).

As primeiras ações do presidente Yushchenko – após o reconhecimento de sua vitória eleitoral – foram direcionadas para a recuperação da confiança dos países ocidentais, não descuidando das relações estratégicas com Moscou, no entanto. O governo de Yushchenko fez questão de assegurar a Putin que os interesses estratégicos da Rússia não sofreriam com o novo regime, pois “a Rússia era a parceira estratégica eterna da Ucrânia” e que, portanto, as relações bilaterais se tornariam “melhores, mais fáceis e transparentes” (TRADUÇÃO NOSSA) (NYGREN, 2007, p. 52-53). Freire

(2011) destaca a situação política na Ucrânia pós-Revolução Laranja:

Essa abordagem é baseada no entendimento de que os vetores europeus e russos na política externa do país são complementares, apesar do desejo ucraniano de maior integração nas estruturas ocidentais. [...] Nesse jogo de equilíbrios, onde muitas incertezas permanecem, aquilo que parece certo é que, daqui em diante, a Ucrânia não será ignorada pela Europa [ou pelos Estados Unidos] nem será um Estado cliente da Rússia (FREIRE, 2011, p. 74).

Conflitos, todavia, se desenvolveram entre Rússia e Ucrânia nos anos seguintes. Em 2005 e 2006, uma “guerra” pelos preços do gás começou a deteriorar a relação entre os dois países. Negociações difíceis ocorreram durante todo o segundo semestre de 2005, uma vez que a Rússia desejava aumentar os valores do metro cúbico disponibilizado para a Ucrânia. A tensão que se instalou nas relações entre os dois parceiros só chegou a um acordo em Janeiro de 2006, quando a *Gazprom* conseguiu assinar um importante compromisso com a sua contraparte ucraniana. A opinião pública na Ucrânia, todavia, não poupou críticas ao governo russo, estabelecendo uma conturbada relação com Putin nos anos seguintes. As tensões se agudizaram quando a Ucrânia decidiu dobrar o preço do aluguel da base naval russa na Crimeia. Esse movimento acendeu o desejo dos habitantes da Crimeia por mais autonomia.

Apesar de alguns impasses pontuais, as relações entre Putin e Yushchenko foram cordiais. Frente à falta de assertividade da Europa e à crescente perda de popularidade do seu governo, o presidente ucraniano fazia questão de cultivar boas relações com a Rússia, motivo pelo qual declarou, em uma cúpula de 2006, que “os dois países deveriam se unir pelo objetivo comum de construir uma Europa unida sem linhas divisórias”(TRADUÇÃO NOSSA) (NYGREN, 2007, p. 53).

Considerado um dos heróis da Revolução Laranja e motivo de esperança dos nacionalistas ucranianos pró-ocidentais, ele não cumpriu com suas promessas políticas de mais progressos sociais, menos corrupção e relações mais próximas com a Europa. Pelo contrário, muitos consideram o período em que Yushchenko esteve à frente da Ucrânia como um retrocesso, visto que seu governo afundou o país em uma grave crise econômica⁴⁰ e tolheu a liberdade de jornalistas e organizações não governamentais. Assim, não foi difícil para Yanukovich ganhar as eleições de 2010, conduzindo o país para relações ainda mais próximas com a Rússia, mas que causariam uma nova e mais grave ruptura entre as “duas Ucrânias”, em 2014, com a crise ucraniana, episódio que será tratado com profundidade no capítulo cinco.

2.4.3 A República Moldava

⁴⁰ Em 2009, o PIB ucraniano caiu 14%, reflexo da crise econômica de 2008 (MIELNICZUK, 2014, p. 03).

A exacerbação dos sentimentos nacionalistas na Moldávia, no final da década de 1989, desdobraram em fortes anseios separatistas nas em duas regiões do país que possuíam uma população etnicamente mais distante dos romenos: a Gagáuzia e a Transnístria. Assim, quando a língua moldava foi declarada oficial em Chisinau, no final de 1989, uma violenta oposição se espalhou pelo país, sendo seguida pela declaração de independência daquelas duas regiões. Primeiro foi a vez da Gagáuzia, em Dezembro de 1989 e, um ano depois, foi a vez de um referendo local declarar a independência da Transnístria. Somente no ano seguinte, em Agosto de 1991, a República da Moldávia tornou-se formalmente independente da União Soviética, iniciando um processo lento e conturbado de construção de um país que nunca havia sido plenamente soberano. Jackson (2003) sintetiza o desenrolar dos acontecimentos que se seguiram até a independência moldava:

[...] In the spring parliamentary elections of 1990, the Moldovan Communists lost to the Popular Front, a largely Romanian dominated coalition. The Communist Party retained solid support only in the Transdnestrian and Gagauz areas where voters considered that Gorbachev and his reforms were encouraging Romanian ethnic revival in Moldova. On 23 June 1990, the Moldovan Supreme Soviet adopted a declaration of sovereignty decreeing that Moldovan law superseded Soviet law. The following year, on 27 August 1991, Moldova declared its independence. Transdnestria rejected Moldovan sovereignty and declared its own independence on 2 September 1991 (JACKSON, 2003, p. 82).

A Moldávia independente formou um governo de unidade nacional, em 1992, que centrou-se em um trinômio: a consolidação da independência, a aproximação com Estados ocidentais democráticos e o combate ao separatismo transnístrio (FREIRE, 2011, p. 81). King (2000) retrata, com objetividade, como era o cenário político da Moldávia nos anos que se seguiram à independência:

Through the 1990s, Moldova's political geography became considerably more complex. In the first post-Soviet parliamentary elections, held in February 1994, thirteen independent parties and electoral blocs competed for seats in the new assembly. The groups' political programs varied widely. On one end of the spectrum, radical pan-Romanians saw unification with Romania as the only salvation for a country plagued by economic crisis and territorial separatism. At the other end, an ultraconservative coalition based its campaign on a rejection of the national movement and called for the return of the Soviet Union. Other groups rejected the extremism of both camps and supported the maintenance of an independent Moldovan state participating in some, but not all, of the structures of the CIS. Still, others urged voters to ignore the divisive rhetoric of nationalism and to cast their ballots for candidates favoring quick privatization and agrarian reform (KING, 2000, p. 145-146).

Enquanto a Moldávia estava comprometida com a reforma política e com a adequação do seu sistema aos novos padrões capitalistas e democráticos, a Transnístria manteve-se leal ao sistema soviético. Os rumos distintos que seguiam as duas regiões dentro do mesmo território tornou o

conflito inevitável. O temor de uma possível reunificação com a Romênia – uma ameaça latente da Moldávia recém-independente – levou ao início as hostilidades armadas, em Março de 1992. Prontamente, a liderança transnístria criou estruturas paramilitares e tomou o controle das instituições oficiais na margem esquerda do rio Dniester. Chisinau tentou recuperar o controle das mesmas, mas suas forças mal-equipadas e sem treinamento adequado – eram recém-formadas – foram facilmente derrotadas pelas tropas transnístrias, que receberam equipamento, apoio e instruções do 14º Batalhão russo (FREIRE, 2011, p. 82).

Após quatro meses de hostilidades, que custaram a vida de cerca de 1000 pessoas, foi acordado um cessar-fogo e a criação e envolvimento de uma força multilateral de *peacekeeping* em Julho de 1992. De acordo com Jackson (2003), o acordo de Julho, na prática, dava à Transnístria uma independência *de facto*.

A Transnístria manteve os princípios do sistema soviético, favoreceu a estatização da economia e manteve-se próxima da Rússia, desenvolvendo, apesar do seu estatuto não reconhecido, mecanismos de Estado, como organismos judiciais, administrativos e executivos. Enquanto isso, a Moldávia aderiu aos princípios do livre mercado, privatização e democratização (FREIRE, 2011, p. 83). Há, portanto, um claro abismo entre as duas regiões, provocando mais de vinte anos de atritos entre Chisinau e Tiraspol. Enquanto a Transnístria mantém uma profunda vinculação política e econômica com Moscou, a Moldávia busca afastar-se cada vez mais da influência russa para aproximar-se dos países ocidentais. Esse fato tem deteriorado as relações russo-moldavas na atualidade, assunto que será amplamente abordado nos próximos capítulos.

CAPÍTULO 3: DA VINCULAÇÃO COM A EX-METRÓPOLE À APROXIMAÇÃO COM O OCIDENTE: AS RELAÇÕES DA UCRÂNIA COM A RÚSSIA

“If Moscow regains control over Ukraine, with its 52 million people and major resources as well as its access to the Black Sea, Russia automatically again regains the wherewithal to become a powerful imperial state, spanning Europe and Asia”.

Zbigniew Brzezinski (1997)

Após a desintegração da União Soviética, Ucrânia e Rússia se tornaram Estados independentes. Como foi visto no capítulo anterior, somente em duas ocasiões muito breves a Ucrânia experimentou alguma espécie de organização estatal autônoma. No tocante à Rússia, esse Estado perpassou toda a sua história como uma grande potência, composta de uma grande população e de vastos territórios conquistados através de invasões, guerras e negociações. Assim, há uma dificuldade da nação russa em se distanciar de seu passado de glórias e grandeza.

As dessemelhanças entre os dois países contribuíram para a instabilidade e, por vezes, até em tensões nas relações nos últimos 20 anos. Essa distensão reside no fato de a Ucrânia tentar se afastar da influência russa e se integrar à estrutura europeia, o que contrapõe o desejo russo de não perder o seu domínio sobre a nação ucraniana. A ambivalência de opiniões levou a situações conflituosas, como a crise na Ucrânia de 2014 e a posterior anexação da Crimeia pela Rússia, o ponto mais alto das hostilidades entre os dois Estados soberanos.

O presente capítulo intenciona demonstrar quais elementos contribuem para a importância destacada da Ucrânia para a Rússia. A fim de atingir os objetivos propostos, dividiu-se o capítulo em quatro partes. Em um primeiro momento, dar-se-á destaque à política de Vladimir Putin que pretende devolver à Rússia o seu lugar nas relações internacionais como “Grande Potência”, assim como analisar-se-á a importância da Ucrânia para a consecução dos planos de Putin. As partes seguintes discutirão, respectivamente, a questão identitária, a geopolítica e a economia – elementos fundamentais para se compreender a atuação da política externa russa em relação a Kiev.

3.1 VLADIMIR PUTIN E O RETORNO DA GRANDE POTÊNCIA: O EXTERIOR PRÓXIMO E A IMPORTÂNCIA DA UCRÂNIA

Zbigniew Brzezinski (1994), influente geopolítico e estrategista estadunidense, afirmou que o impulso imperial da Rússia ainda era forte e até mesmo parecia estar se fortalecendo⁴¹. Sua afirmação foi feita três anos após o colapso da URSS, em um contexto de crescimento da atuação militar russa em regiões que faziam parte do espaço soviético, como na Crimeia, na Moldávia (Transnístria), na Ossétia, na Geórgia e no Tadjiquistão. Unindo o forte sentimento nacionalista no país, em que dois terços da população ainda via a dissolução da URSS como um trágico erro, à incursão militar nos países da CEI, Brzezinski tinha certeza de que a Rússia não aceitara o destino da URSS, que transformou quinze Estados que estiveram anos – e até séculos – sob sua influência em repúblicas independentes. Para ele, o “urso russo” ainda deveria ser contido.

A proclamação da independência ucraniana, em 01 de Dezembro de 1991, provocou a mais hostil reação de Moscou dentre todas as declarações de independência até aquele momento. Os russos acreditavam que os ucranianos eram tão próximos etnicamente, historicamente e culturalmente que os dois povos pertenciam a uma mesma nação. “Era como se a independência da Ucrânia estivesse desfazendo a nação russa” (SZPORLUK, 1997, p. 92). No entanto, os russos acreditavam que “sua independência era um fenômeno temporário, uma anomalia” (TOLZ, 2002, p. 239).

Assim, antes mesmo do fim formal da URSS, em 1991, temerosa de perder a influência sobre a sua irmã eslava, a Rússia indicou o desejo de manter unidas o máximo possível de ex-repúblicas soviéticas.

Boris Yeltsin pretendia criar uma nova forma institucional que fosse similar ao bloco desfeito. A participação da Ucrânia em tal instituição era uma exigência russa, o que é sintomático da sua importância para Moscou, tanto no aspecto identitário quanto por considerações geopolíticas e econômicas. Sem a Ucrânia, o futuro da Rússia era o de um poder às margens da Europa. Em união com a Ucrânia, a Rússia se tornaria uma grande potência no coração da Europa. Dessa forma, em 08 de Dezembro de 1991, os líderes de Rússia, Ucrânia e Belarus entraram em acordo sobre a fundação de uma entidade distinta da Soviética, algo como uma Comunidade de Estados Eslavos. A organização tinha uma profundidade institucional menor do que desejava o presidente russo, mas foi o único desenlace possível frente à recusa ucraniana de formar uma nova federação (DONALDSON; NOGEE *apud* ADAM, 2008, p. 66).

Com a concordância de mais oito repúblicas soviéticas em se juntarem à nova organização,

41

“Russia’s imperial impulse remains strong and even appears to be strengthening” foi a afirmação de Zbigniew Brzezinski, na Foreign Affairs de Março-Abril de 1994.

em 25 de Dezembro de 1991 foi criada a CEI. “A constituição da CEI foi motivada pelo desejo da Rússia de defender seus interesses e influências nas partes-chaves da antiga URSS” (MIELNICZUK, 2006, p. 237). “Ao criar a organização na qual seria o centro e a liderança incontestável, a Rússia demonstra o quão difícil era, para si, ser encarada apenas como um Estado comum, no sentido de ser desprovido de domínio formal sobre outro país” (ADAM, 2008, p. 67). A CEI previa a manutenção de um espaço econômico e militar unitário e uma política exterior comum englobando onze das quinze ex-repúblicas soviéticas.

No entanto, os planos russos foram desfeitos quando as medidas de integração militar, política e econômica propostas por Moscou não receberam aceitação por todos os países da CEI, em especial a Ucrânia. Como afirma Mielniczuk (2006), foi o princípio da transparência das fronteiras dentro da própria CEI que distanciou a Ucrânia das estruturas dessa organização, uma vez que o princípio significava, na prática, que os países da Comunidade não teriam direito ao reconhecimento de sua integridade territorial pelos outros membros.

Assim, logo no discurso de posse presidencial na Ucrânia, Leonid Kravchuk deu mostras de que buscava afastar o seu país do domínio russo. Naquela ocasião, o presidente ucraniano classificou seu país como “o mais novo Estado europeu, que busca se integrar às estruturas europeias” (TRADUÇÃO NOSSA - SOLCHANYK, 1991) e, no ano seguinte, atacou diretamente a Rússia, afirmando que “os interesses imperiais russos atingiram o ponto mais alto de desrespeito em relação a um outro Estado e a Ucrânia independente não permitirá que ninguém dite nenhum tipo de condição ao país” (TRADUÇÃO NOSSA - SOLCHANYK, 1992).

Devido a sua grave crise econômica e ao fracasso da CEI, a Rússia ficou cada vez mais fragilizada no sistema internacional. De acordo com Adam (2008), a única solução para seus problemas internos, portanto, foi procurar a colaboração das potências ocidentais. Para o Kremlin, a ajuda apenas seria concedida se a Rússia mostrasse que não intencionava restaurar o poderio soviético. Dessa forma, Yeltsin e Andrei Kosyrev, seu Ministro das Relações Exteriores, implementaram uma forma de isolamento em relação aos Estados do CRS Pós-Soviético. Todavia, essa política isolacionista em relação aos países da CEI foi repelida internamente. Os milhões de russos associavam as dificuldades econômicas e a perda do poderio internacional russo à figura de Yeltsin que, cercado por uma equipe pró-Occidente liderada por Kosyrev, promoveu reformas democráticas e passou a criticar o passado czarista e soviético da nação, associando o modelo ocidental como o ideal.

Foi só a partir de 1996, quando da queda de Kosyrev, que ocorreram mudanças profundas na política externa russa em relação aos vizinhos da CEI. Yevgeny Primakov foi escolhido como Ministro das Relações Exteriores, rompendo definitivamente com o isolacionismo e atestando a

relevância que os vizinhos tinham para a Rússia. Como consequência, “as lideranças políticas russas procuraram, de uma forma ou de outra, mediante um elemento de poder ou outro (político, econômico e cultural, etc.), manter a Rússia como ator hegemônico do CRS Pós-Soviético” (ADAM, 2008, p. 68-69).

Esse curto intervalo de tempo em que a Rússia desviou do seu curso natural de afirmação de seu poder imperial gerou intenso descontentamento popular. Interessante análise é feita por O’Loughlin e Talbot (2005) sobre os motivos para a insatisfação:

We hypothesize that the territorial reconfiguration of the Russian state has affected ordinary Russians’ sense of national identity (both positively and negatively), and that this, in turn, has influenced public opinion across a wide range of political, economic, and social issues. The collapse of the Soviet Union generated new mental maps for Russians, maps that do not always match the contemporary political map of state borders. Such imaginings of Russia are frequently connected to beliefs about what sort of country Russia is and should be, how Russia is viewed by the rest of the world, and how it is shaped by Russian foreign policy objectives (O’LOUGHLIN E TALBOT, 2005, p. 24).

Dessa forma, entende-se que a perda territorial da Rússia com a desintegração da URSS e o consequente isolacionismo de Yeltsin levaram o país a uma crise de identidade. Os russos, nesse período, tiveram não só que lidar com uma tumultuada transição econômica e política, mas também com a re-conceitualização de seu país dentro de um território no qual eles tinham poucos antecedentes históricos. O problema se assentava na dificuldade em definir o que era “russo” e o que era a “identidade russa”, pois ambos não se limitavam ao espaço da União Soviética. Assim, para eles, o desmantelamento da URSS não era apenas o colapso do regime comunista, mas também representava a dissolução do império. Novamente, O’Loughlin e Talbot (2005) trazem um interessante diagnóstico a respeito da auto-percepção dos russos:

This peculiarity of Russia developed because the nation never had to “choose” what or who is “Russian”—a concept never clearly defined. All peoples residing within the state’s borders were Russian (*Rossiyskiy/Rossiyskaya*) regardless of whether or not they were ethnically Russian (*Russkiy/Russkaya*)⁴², simply by virtue of being subjects of the Tsar (O’LOUGHLIN E TALBOT, 2005, p. 29).

Uma pesquisa foi conduzida pela *Fond Obshchestvonnoye* (Fundação para a Opinião Pública da Rússia), em 2003, com o objetivo de investigar as preferências e as percepções dos russos quanto a assuntos culturais e geopolíticos relacionados aos países que fizeram parte da URSS. Os

⁴² Angelo Segrillo (2012) explica a diferença entre *Ruskiy* e *Rossiyskiy*. Os primeiros são conhecidos como russos étnicos, por serem filhos de pai e mãe russos. O segundo tipo se refere aos nascidos no território russo ou que vivem por lá. Essa diferenciação está relacionada à forma como a nacionalidade é definida na Rússia, que é feita pelo “direito de sangue”, ou *jus sanguinis*. Essa forma de definição da nacionalidade tem eternizado as diferenças étnicas no país há séculos, afinal, todos são considerados russos igualmente, não importa se sejam nascidos de pai e mãe russa ou se sejam filhos de brasileiros que tenham nascido em Moscou.

resultados são interessantes. Somente 45% dos entrevistados responderam que aceitavam as atuais fronteiras da Rússia como as “verdadeiras” fronteiras do país, indicando que a maioria dos russos não consentiam com o desmembramento da URSS. No entanto, quando perguntados como desejavam que a reunificação com as ex-repúblicas soviéticas fosse feita, o resultado surpreendeu, pois apenas 37% dos entrevistados afirmaram que a Rússia poderia utilizar todos os meios possíveis para conquistar suas “verdadeiras” fronteiras. O resultado era a indicação de um pragmatismo da população no que tange aos custos que envolviam tal projeto (O'LOUGHLIN E TALBOT, 2005, p. 46).

A transformação da mentalidade russa – trazendo maior auto-estima e um sentimento coletivo de renascimento da grande potência adormecida – se materializou na figura de um homem: Vladimir Putin. No “manifesto” de Putin, publicado no dia 30 de Dezembro de 1999, um dia antes de assumir a presidência, o futuro presidente da Rússia já deixava claro que ser uma grande potência era um dos valores tradicionais da Rússia:

Belief in the greatness of Russia. Russia was and will remain a great power. It is preconditioned by the inseparable characteristics of its geopolitical, economic and cultural existence. They determined the mentality of Russians and the policy of the government throughout the history of Russia and they cannot but do so at present (PUTIN, 1999, p. 09).

O discurso de Putin satisfazia os desejos de uma população de 146,3 milhões de pessoas⁴³ que, há anos, clamava pela recuperação do prestígio internacional do país. A noção de que a Rússia sempre foi uma grande potência imperial está arraigada na sociedade, de forma que, em 1999, o instituto *Yuri Levada Analytical Center* realizou uma pesquisa que perguntava se os russos apoiavam a ideia de a Rússia recuperar seu *status* de superpotência. O resultado impressionou: 59% das pessoas responderam “definitivamente sim”. No ano seguinte, o mesmo instituto perguntou o que esperavam do novo presidente e 55% dos entrevistados responderam que, em primeiro lugar, desejavam que a Rússia recuperasse seu *status* de superpotência. Ressalta-se que os russos somente tinham uma expectativa maior do que essa: o fim da guerra na Chechênia e da tensão no norte do Cáucaso, que recebeu 56% dos votos positivos dos entrevistados⁴⁴.

No final de seu primeiro mandato como presidente, em 2008, Putin já havia solucionado a crise identitária russa, restaurando símbolos das eras czarista e soviética⁴⁵, além de ter recuperado o

⁴³ Essa era a população russa em 2001, de acordo com o censo do país, publicado pelo Serviço de Estatísticas da Federação Russa (Rosstat). Disponível em: http://www.gks.ru/wps/wcm/connect/rosstat_main/rosstat/en/main/. Só para curiosidade: a população da Rússia, segundo estimativas de julho de 2014, encolheu e é, hoje, de 142.470.272 pessoas.

⁴⁴ Essas e outras estatísticas do Instituto Levada podem ser acompanhadas pelo link <http://en.d7154.agava.net/sites/en.d7154.agava.net/files/Levada2011Eng.pdf>.

⁴⁵ A Duma adotou a águia de duas cabeças da era czarista como um emblema do Estado, estabeleceu o hino nacional

prestígio internacional da Igreja Ortodoxa russa⁴⁶. Ademais, a política externa russa passou por uma evolução surpreendente, com mais assertividade em seu “Exterior Próximo”, em especial no que tange à Ucrânia. Como consequência, Putin terminou 2008 com 83% de aprovação popular⁴⁷.

A Rússia de Putin seguiu uma política mais sistemática e diferenciada no tocante aos demais países do CRS Pós-Soviético. Por se considerar uma superpotência regional, Putin lutou para reconstruir sua posição na periferia pós-soviética durante os anos de seu governo, através de instrumentos econômicos, políticos e até mesmo militares. Como a predominância regional era considerada vital para manter seu *status* de grande potência no mundo, os países da CEI se tornaram a prioridade máxima da política externa multivetorial da Rússia. Entendia-se que, se os ideais de política externa fossem bem implementados, essa estratégia prepararia a restauração das posições de poder da Rússia além do Exterior Próximo no longo prazo. Para Secrieru (2006):

In the core of the “CIS project” there is an assumption that even if Russia is poor and underdeveloped according to Western standards, it remains the metropolitan power of Eurasia; and as the leading power of the region, it is committed to a strategy that prevents any outside actor from undermining Russian interests. That is why Russia behaved simultaneously as an old colonial power in retreat and as a young expansionist state, as a guardian of the status quo and as a dynamic predator, while its policy style betrayed a fusion of superiority and inferiority (SECRIERU, 2006, p. 293).

De acordo com Secrieru (2006), o projeto de Putin para restauração de sua influência nos países do CRS Pós-Soviético incluía uma base institucional multinível, com o estabelecimento de novos tratados de cooperação, cúpulas de chefes de Estado e de Governo e acordos bilaterais. Como exemplo, em 2003 foi criado Espaço Econômico Único pelos presidentes da Rússia, Ucrânia, Belarus e Cazaquistão com objetivo de estabelecer, de forma gradual, uma estrutura integrada que promoveria uma política macroeconômica comum, a harmonização da legislação sobre comércio, competição e monopólios naturais, além de promover a livre circulação da mão-de-obra, bens, serviços e capitais. Os líderes russos vislumbravam a criação até mesmo de uma união monetária no futuro.

É necessário salientar, também, que a política de restauração de sua influência sobre os países da CEI passava pela boa relação da Rússia com os vários enclaves separatistas do CRS Pós-Soviético. Nesse cenário estão incluídas as regiões da Transnístria, do Nagorno-Karabakh, da

soviético como o hino do país (com uma nova letra, no entanto) e abandonou o feriado nacional de 07 de Novembro (da época bolchevique) para substituí-lo pelo 04 de Novembro, que comemora a derrota dos poloneses, ocorrida em 1612 (STENT, 2008, p. 1091).

⁴⁶ Em 2007, Putin apoiou a reconciliação entre o Patriarcado de Moscou e o líder da Igreja Ortodoxa russa no exterior, pondo um fim no racha que já durava 80 anos que dividiu os cristãos ortodoxos russos após a revolução bolchevique (STENT, 2008, p. 1091).

⁴⁷ O Instituto Levada Center também tem conduzido a pesquisa a respeito da popularidade de Putin desde 1999. Fonte: <http://www.levada.ru/eng/indexes-0>

Abecásia e da Ossétia do Sul. De forma a ampliar seu domínio sobre esses territórios, foram organizadas mini cúpulas da CEI com o apoio de Moscou para ações de resistência contra os países do qual faziam parte. Além disso, os líderes separatistas tinham total acesso às autoridades centrais russas para troca de opinião e solicitação de apoio material para suas ações (SECRIERU, 2006, p. 295-296).

Apesar de a política russa de retorno do *status* grande potência ser direcionada a todos os Estados do CRS Pós-Soviético, alguns aspectos tornam a Ucrânia o país de maior destaque dentro do conjunto da CEI. A Concepção de Política Externa⁴⁸, aprovada por Putin em 2013, dá uma indicação do papel singular que a Ucrânia tem para a Rússia quando afirma que, entre as prioridades regionais da política externa russa está “construir relações com a Ucrânia como um parceiro prioritário dentro da CEI” (RÚSSIA, 2013, p. 13).

Essa determinação, somada à disposição de “assegurar uma proteção abrangente dos direitos e interesses legítimos dos cidadãos russos e compatriotas residindo no exterior” (RÚSSIA, 2013, p. 02) explicam a atuação russa na crise ucraniana de 2014, que culminou na anexação da península da Crimeia pela Rússia, região com maioria da população russa.

É importante ressaltar que a classificação da Ucrânia como parceira estratégica da Rússia encontra consonância dentro da sociedade russa. Novamente, O’Loughlin e Talbot (2005) trazem o resultado de uma pesquisa, feita em 2003, que demonstra o papel que tem a Ucrânia na consciência dos entrevistados. Quando perguntados “qual país da ex-URSS você considera mais próximo culturalmente da Rússia?”, mais de 86% dos entrevistados afirmaram ser Ucrânia e Belarus (O’LOUGHLIN E TALBOT, 2005, p. 36). Esse resultado não causa surpresa, pois apenas atesta que o longo passado compartilhado, a semelhança cultural e linguística e os laços econômicos entre os três países eslavos promoveram vínculos que vão além de um interesse apenas político e estratégico do governo russo.

Assim, somando a identidade comum aos interesses geopolíticos e à importância econômica destacada da Ucrânia para a Rússia, esse Estado eslavo fica no centro do componente imperial da Rússia, conforme será demonstrado no próximo tópico.

3.2 A IDENTIDADE COMO FATOR DETERMINANTE DA RELAÇÃO ENTRE RÚSSIA E UCRÂNIA

⁴⁸ A Concepção de Política Externa da Federação Russa é um sistema de percepções sobre o conteúdo, os princípios e as diretrizes básicas a serem seguidas, internacionalmente, pela Rússia. A Concepção de 2013 complementa e desenvolve as disposições das Concepções anteriores de 2000 e 2008.

Identidade nacional é uma norma cultural que reflete orientações emocionais ou afetivas de indivíduos em relação à suas nações e ao sistema político nacional. Sentimentos de ligação, envolvimento, rejeição e semelhança geralmente se referem a manifestações da identidade. Essa definição, feita por Andrei Tsygankov (2001), representa de maneira precisa o significado da identidade que será utilizado nesse trabalho. O objetivo, aqui, é demonstrar como o sentimento de pertencimento que alguns ucranianos têm em relação à nação russa – da mesma forma que a Rússia entende que há fortes ligações com o país eslavo – estimulam o entrelaçamento da política externa dos dois países.

Para Tsygankov (2001), a mais interessante consequência da desintegração da URSS, em 1991, era o comportamento dos Estados que se tornaram independentes, muito diferentes entre si. Enquanto alguns países direcionaram suas políticas para a parceria com a Rússia e com outras ex-repúblicas soviéticas – não conseguindo se desvencilhar dos anos de subjugação –, outros orientaram suas políticas para bem longe de sua ex-metrópole, de forma a conquistar sua independência do domínio russo. A razão central para essa diferença, segundo Tsygankov, está na força da sua identidade nacional; quanto mais forte é a identidade, mais provavelmente o Estado se manterá longe da influência da ex-metrópole (TSYGANKOV, 2001, p. 01).

Esse é um dos pontos centrais que conectam a abordagem de Tsygankov com a teoria dos CRS de Buzan & Wæver (2006). Ao incorporar as assunções construtivistas em sua teoria, os dois autores baseiam os CRS nas interações regionais que identificam eventuais amizades e inimizades entre Estados. E, para Tsygankov, as nações pós-imperiais⁴⁹ divergem em sua identidade nacional justamente porque vários fatores internos e externos influenciaram para isso. Tsygankov arrola diversos critérios que indicam a diferença de um Estado para outro: a experiência histórica pré-imperial como uma nação; o grau de incorporação da elite política do Estado pós-imperial nos cargos do império; o grau de desenvolvimento econômico; a homogeneidade étnica; a estabilidade das fronteiras geográficas; e as diferenças linguísticas e religiosas da metrópole (TSYGANKOV, 2001, p. 19).

Esses critérios utilizados pelo autor são altamente representativos na formação das identidades nacionais da Ucrânia, complementando (e, de certa forma, aprofundando) os argumentos construtivistas de Buzan & Wæver (2006). Por esse motivo, optou-se por analisar quatro desses critérios nesta pesquisa, pois entende-se que um estudo detalhado das diferenças de língua e religião em relação à metrópole, da homogeneidade étnica do país e da experiência histórica pré-imperial

⁴⁹ Esse termo, utilizado por Tsygankov, se refere aos países que estiveram sob o domínio de um império, que se encaixa, de forma precisa, na situação da Ucrânia.

como nação dirão muito a respeito das semelhanças culturais e identitárias da Ucrânia com a Rússia e indicarão a ocorrência de cooperação e conflito entre os dois países do CRS Pós-Soviético do Teatro Ocidental.

Segundo Adam (2008), as diferenças que são identificadas em cada um dos critérios apresentados têm o condão de afetar em que medida as aspirações por soberania nacional são compartilhadas dentro da sociedade e quão forte a sociedade se identifica com o ex-império. É por esse motivo que, ainda analisando a teoria de Tsygankov, cabe apresentar os grupos pelos quais o autor identifica os países do CRS Pós-Soviético.

O primeiro grupo inclui Estados que antes de serem dominados tiveram alguma experiência como entes autônomos e, portanto, alcançaram algum senso de identidade nacional antes de serem incorporados ao império. Os Estados pertencentes a esse grupo tendem a ver a metrópole como um ente ameaçador, motivo pelo qual, após a desintegração do império, rechaçam a aproximação com a ex-metrópole (TSYGANKOV, 2001, p. 19).

O segundo grupo de países proposto por Tsygankov (2001) abrange aqueles que nunca antes experimentaram um período de independência e, portanto, foram incorporados ao império sem um senso de identidade nacional própria bem desenvolvido. Essa dificuldade em se enxergarem como uma nação independente fora do domínio imperial leva a uma grande identificação com o Estado imperialista. É possível reconhecer a presença da Transnístria e da Crimeia nesse grupo. Embora não sejam países de fato, são regiões que estiveram durante toda a sua existência sob domínio de outras nações e, hoje, não conseguem se identificar como uma nação independente ou como uma região subjugada aos desígnios de outro país.

Além dos dois grupos citados, há um terceiro que, na verdade, Tsygankov (2001) identifica como um meio-termo entre os dois grupos acima. Aqui ingressam Estados cuja herança histórica independente existe, mas não é tão forte a ponto de criar uma memória coletiva que aponte para o rompimento com a ex-metrópole. Do mesmo modo, “suas sociedades não são totalmente homogêneas, nem seus traços culturais, religiosos e linguísticos são excludentes na comparação com o ex-Estado imperialista. A identidade nacional formada por esses Estados sofrerá maiores alternâncias no tocante à visão que têm da metrópole, que poderá ser considerada ora como aliada, ora como uma ameaça à sua segurança” (ADAM, 2008, p. 64).

A Ucrânia pode ser classificada como uma componente desse grupo, pois, dada a sua divisão interna, há momentos de maior aproximação e de menor aproximação com a Rússia. As suas semelhanças históricas, étnicas, religiosas e linguísticas com a ex-metrópole levam o país a seguir uma política de aproximação, contudo há inconsistência, que são reveladas na alternância de políticas de contenção e de assentimento para com Moscou. O próximo passo dessa pesquisa é

mostrar como o aspecto identitário particulariza as relações estabelecidas entre Rússia e Ucrânia no tocante aos fatores étnicos, linguísticos, religiosos e históricos. Antes disso, contudo, apresentar-se-á uma breve explanação das diferenças entre as regiões ucranianas, que levam a distinções internas profundas.

3.2.1 As divisões regionais

Antes de iniciar a análise acerca das diferenças regionais, é necessário destacar que, administrativamente, a Ucrânia se divide em 24 *oblasts* (províncias) e uma área metropolitana, representada por Kiev, como pode ser visto na ilustração 5⁵⁰:

Ilustração 5: Divisões administrativas da Ucrânia



Fonte: (PEISKER, 2011, p. 02)

Em 1991, o surgimento de um Estado ucraniano unido e independente não se traduziu na mesma configuração societal, que enfatizou as dicotomias internas que há séculos dividiam o país. No leste do país, o “coração industrial da Ucrânia”, de acordo com Wilson (2005), estão localizadas as duas principais cidades industriais: Donetsk, a capital do carvão, e Dnipropetrovsk, grande

⁵⁰ Faz-se necessário salientar que essa configuração administrativa sofreu mudanças profundas em 2014. Em primeiro lugar, a Ucrânia considerava a Crimeia uma república autônoma e Sevastopol uma área metropolitana similar a Kiev. Com o referendo de Março de 2014 e a consequente transferência da Crimeia e de Sevastopol para a Rússia, a Ucrânia perdeu duas importantes unidades administrativas de sua configuração territorial. Além disso, em Maio de 2014, os *oblasts* de Donetsk e de Lugansk – situados no leste do país – declararam sua independência da Ucrânia após 96% e 89% de dos eleitores, respectivamente, validarem essa condição através de um referendo. No entanto, como até o momento não houve reconhecimento da secessão por parte da Ucrânia, continua-se considerando os dois *oblasts* como parte constituinte da República Ucraniana (REGIÕES DE LUGANSK E DONETSK, 2014).

produtora de aço e produtos químicos. A região do Rio Donets é conhecida como Donbas, formada pelas cidades de Donetsk e Lugansk, em que a produção carvoeira é intensa.

Ressalta-se que esses dois *oblasts* são, atualmente, os epicentros da crise política do país, que culminou em um conflito armado entre o exército da Ucrânia e os rebeldes separatistas pró-Rússia. No dia 12 de Maio de 2014, as duas regiões declararam sua independência da Ucrânia, autoproclamando-se República Popular de Donetsk e República Popular de Lugansk. Os dois *oblasts* manifestaram desejo de se integrarem à Federação Russa, pedido que, até o momento, não encontrou recepção no Kremlin. É importante salientar que a Ucrânia não reconheceu a separação das duas regiões, que continuam em intenso conflito armado com os rebeldes pró-Rússia. Essa situação demonstra a aproximação que essa região do país tem com Moscou, não só em termos geográficos, mas também culturais, étnicos e linguísticos (REGIÕES DE LUGANSK E DONETSK, 2014, p. 01). “Historicamente, o leste da Ucrânia é a região que por mais tempo esteve sob o domínio russo” (ADAM, 2008, p. 75).

A região central da Ucrânia é homogênea etnicamente, apesar de haver uma diferença histórica entre as margens esquerda e direita do Rio Dniepre: a área a oeste, que foi anexada pelo império russo entre 1793 e 1795, e a outra parte a leste, que foi incorporada à Rússia após a extinção do Estado cossaco, em 1785, mas que mantém próxima identificação com a Rússia. A capital Kiev fica na parte ocidental da região do centro da Ucrânia (WILSON, 2005, p. 21; ADAM, 2008, p. 75).

A região ao sul, situada na costa do Mar Negro, é a área que mais provocou turbulência nas relações russo-ucranianas. A principal causa das discussões se assenta na península da Crimeia, região que foi disputada por diversos povos durante séculos. Em 1783, o império russo conquistou a região das mãos dos otomanos, mantendo seu domínio por ali até 1954, quando Nikita Krushev cedeu o controle para a Ucrânia para marcar os trezentos anos da reunificação dos dois países. Esse gesto só veio a ser questionado, de fato, em 1991, após a desmembramento da União Soviética, pois o território não mais poderia ser controlado pela Rússia.

O domínio ucraniano sobre a Crimeia foi motivo de intensos debates e disputas entre os dois países até que, em 2014, a situação se inverteu. No dia 16 de Março de 2014, foi realizado um referendo na península sobre sua anexação à Rússia e a adesão a Moscou foi aprovada por 96,77% dos votantes. Poucos dias depois, o presidente Vladimir Putin sancionou a anexação e a Crimeia passou a ser integralmente um território russo. No discurso que antecedeu a assinatura da anexação da Crimeia, Putin destacou a questão como vital para os interesses russos. Para o presidente russo, “a Crimeia sempre foi e é parte inseparável da Rússia”. Ademais, Putin enfatizou que o referendo estava de acordo com as leis internacionais e respaldou o direito de autodeterminação do povo da

Crimeia (RÚSSIA, 2014).

A última região em análise é a parte oeste da Ucrânia, também conhecida como Ucrânia Ocidental. Essa área é a “grande incubadora do nacionalismo ucraniano desde o final da Segunda Guerra” (RUMER, 1994, p. 02). Os três principais *oblasts* localizados nessa região, Lviv, Ternopil e Ivano-Frankivsk, formavam a região da Galícia, que formalmente fazia parte do Império Áustro-Húngaro. Incorporada à URSS após o fim da guerra (ela fazia parte da Polônia, que foi dividida entre Stalin e Hitler), essa é a região menos russificada de toda a Ucrânia e a que mantém a menor ligação com Moscou em termos étnicos, religiosos e linguísticos. Historicamente, foi nessa área que os movimentos nacionalistas na Ucrânia se fortaleceram, devido a dois motivos principais: a característica menos repressora do Império Áustro-Húngaro e o incentivo que esses davam ao nacionalismo ucraniano com o intuito de diminuir a influência polonesa na região (ABDELAL, 2001, p. 107).

No norte da região ocidental, localiza-se a Volhínia, que tem fortes laços históricos com a Galícia por terem sido as principais sucessoras do Rus de Kiev, de 1199 a 1349. No sudoeste, o principal *oblast* é o de Chernivtsi, capital da parte norte da província histórica de Bukovyna. Essa região foi parte da Grande Romênia entre 1918 e 1940, e até hoje é o lar de intensa atividade nacionalista. Outra região singular dessa área do país é a Transcarpátia, que também fez parte do Reino da Hungria até 1918, quando foi transferida para a Tchecoslováquia. Um senso de alienação do resto do país é constante na região oeste da Ucrânia, que se vê de maneira muito distinta das demais regiões. Os líderes regionais da Transcarpátia, por exemplo, demonstram interesse em desenvolver laços mais estreitos com as vizinhas Eslováquia e Hungria, ao invés de impulsionarem as relações com outras regiões do país, como a parte leste (WILSON, 2005, p. 19-20).

Como pôde ser visto, as diferenças históricas, étnicas, religiosas e linguísticas impulsionam a formação de distintos grupos dentro da sociedade ucraniana. Grupos esses que possuem visões contrárias quanto à evolução política interna e externa e quanto à identidade nacional do país. Como afirma Adam (2008), a falta de homogeneidade do sentimento nacional ucraniano acarreta dificuldades à dimensão unitária de sua identidade, o que leva à polarização política – como pôde ser visto na Revolução Laranja de 2004 e a na Crise Ucraniana de 2014 – e até mesmo na fragmentação do país – como os referendos na Crimeia, em Lugansk e Donetsk demonstram.

No entanto, os conflitos internos que se desenvolveram nos últimos anos têm estimulado um sentimento maior de união nacional para o ucraniano médio, como mostra uma pesquisa conduzida pelo Instituto Pew em Maio de 2014. Dos 1.700 ucranianos entrevistados, 77% manifestaram desejo para que seu país permaneça unido e com as fronteiras intactas, enquanto apenas 14% responderam que as regiões do país deveriam ter permissão para se separarem. Embora esse resultado demonstre

que o sentimento de união predomina entre os ucranianos, outros questionamentos feitos na mesma pesquisa mostram o quão dividida é a sociedade ucraniana a respeito de assuntos como a influência da Rússia e dos Estados Unidos sobre a política externa ucraniana (UKRAINE, 2014).

De forma a explicar os motivos que levam a essa forte divisão dentro da Ucrânia, utilizar-se-á os quatro critérios propostos por Tsygankov (2001). Essa investigação ajudará a compreender, de forma detalhada, o porquê da forte ligação do leste e sul ucranianos com a Rússia, o que estimulou o sentimento separatista na Crimeia, Lugansk e Donetsk.

3.2.2 Os critérios identitários

Tsygankov (2001) assevera que uma das forças da identidade nacional de um país reside na sua experiência passada como um ente autônomo e livre do domínio externo, o que ajuda na construção de uma autopercepção como nação, distinta daquela da ex-metrópole. Dessa forma, analisar a formação histórica da Ucrânia como uma nação independente auxilia a compreender a fragmentação regional do país e o atual sentimento separatista que abrange a parte leste e sul da Ucrânia.

Como já tratado no panorama histórico do segundo capítulo, somente em dois momentos a Ucrânia vivenciou uma espécie de entidade estatal com total independência de outros Estados. O primeiro foi no século XVII, quando da criação do *Hetmanato* cossaco em 1648, momento em que uma cultura ucraniana local e distinta da Rússia emergiu, servindo de fundação para a moderna identidade nacional (WILSON, 2002, p. 70). Muitos ucranianos classificam o ano de 1648 como o ano da libertação da Ucrânia e transformaram Hetman Bohdan Khmelnytsky em um verdadeiro herói nacional, aquele que criou o primeiro “Estado ucraniano”. A formação desse primeiro Estado cossaco “tem sido largamente usado pelos nacionalistas como uma prova histórica de que o país já foi um Estado independente, separado da Rússia imperial e com características culturais próprias” (ADAM, 2008, p. 77).

No entanto, Kubicek (2008) questiona o legado deixado por Khmelnytsky. Para o historiador, a decisão do *hetman* de se submeter ao domínio do czar russo, em 1654, através do Tratado de Pereiaslav, conduziu o país em direção ao período mais repressivo da história russa. Além disso, contesta-se o fato dos ucranianos celebrarem os cossacos como os grandes libertadores do país.

It would be inaccurate to designate them as Ukrainians in the modern sense. First, other Cossack bands resided in Russia, particularly along the Don River, making the Cossack phenomenon not unique to Ukrainian lands. Second, the Cossacks were not an ethnic community. Although primarily Slavic and Orthodox [...], the Cossacks included renegade Poles, Moldovans, Greeks, and even a few Jews and Muslim Tatars. Third, not all

Ukrainians were Cossacks. Indeed, few Ukrainians from Galicia, the most populous Ukrainian province, joined the Cossacks. In short, the Cossack “nation” was “not the same as ‘Ruthenia,’ either geographically or socially.” As for the idea, popular among many Ukrainians, that they had created the first Ukrainian “state,” their political organization was not similar to a modern state in many fundamental ways: it had no defined borders, no written laws, no common currency, no division between the army and administration, and no permanent capital. Although the popular Ukrainian mythology portrays the Cossacks as freedom-loving, if unruly, democrats, other observers choose to focus on their flamboyant clothing, violence, and drinking (KUBICEK, 2008, p. 38).

O segundo momento em que a Ucrânia experimentou um breve período como nação independente ocorreu entre 1918 e 1921, com a criação de dois Estados ucranianos distintos: a República Popular Ucraniana (1918-1921) – englobando as regiões leste e central do país de hoje – e da República Popular da Ucrânia Ocidental (1918-1919) – localizada na porção ocidental. De acordo com Kubicek (2008), a divisão em duas repúblicas distintas durou pouco, pois, em Janeiro de 1919, as duas regiões foram unificadas e, seis meses depois, a Polônia reconquistou os seus territórios perdidos que se localizavam na Ucrânia Ocidental – a Galícia e a Volhínia. Todavia, o sonho ucraniano de criar uma nação independente se dissipou dois anos depois quando, em 1921, os bolcheviques passaram a controlar praticamente toda a Ucrânia moderna.

Embora tenham perdido a soberania conquistada, a República Socialista Soviética Ucraniana diferia da Ucrânia sob o controle do Império Russo. Isso acontece porque, sob o domínio czarista, as terras ucranianas eram divididas em nove províncias diferentes; ou seja, não havia uma “Ucrânia”. Os bolcheviques, contudo, reconheceram que, naquele momento, havia uma nação em formação, etnicamente distinta da Rússia. Segundo Kubicek (2008), Lênin reconhecia que a russificação era uma forma de imperialismo que só prejudicou as relações da Rússia com suas demais irmãs eslavas, por isso preferiu formular uma política de nacionalidades que permitia que as partes “não russas” do antigo Império Czarista tivessem autonomia sobre seu Estado e sua cultura. A prioridade de Lênin era manter a ideologia socialista viva na nova república que estava sendo formada.

Apesar de sua vida curta, as duas repúblicas foram primordiais para a formação da identidade nacional ucraniana. Um dos principais fundamentos da República Popular da Ucrânia era, por exemplo, a continuidade histórica do seu povo. Seus fundadores sustentavam que o novo Estado era o sucessor direto do Rus de Kiev e do Estado Cossaco. A partir do momento que utiliza tais mitos, a nova república os reforça e, também, influencia um retrato simbólico relevante à formação da sua identidade nacional. Ademais, vários símbolos e elementos nacionais da Ucrânia atual foram criados e utilizados na nova república, como a moeda – a *hryvnia* –, a bandeira azul e amarela e a

insígnia do tridente⁵¹ (WILSON *apud* ADAM, 2008, p. 78-79).

Adam (2008) assevera que a República Popular da Ucrânia Ocidental, por sua vez, não guarda a mesma relevância histórica da outra república, mas a base da sua formação representa um forte sentimento anti-russo que influenciou sobremaneira a divisão identitária das duas partes do país. Isso ocorreu devido ao fato de essa região ter permanecido, por séculos, longe de qualquer processo de russificação. A porção ocidental da Ucrânia esteve sob o domínio polonês e, posteriormente, do Império Áustro-Húngaro até cair no jugo soviético em 1939. Esse fato despertou um misto de aversão aos russos e de identificação com a Europa Ocidental, que permanece até os dias de hoje na mentalidade dos ucranianos do oeste do país.

Pode-se afirmar que esses dois exemplos anteriores de autonomia do Estado da Ucrânia são elementos que nutrem o imaginário dos seus cidadãos e contribuem para a formação de uma identidade nacional própria. No entanto, essa identidade é fragmentada, pois há uma dificuldade de os ucranianos se enxergarem como entes desligados dos impérios que os dominaram por séculos. A divisão do país em áreas de influência pró-Occidente e pró-Rússia demonstram a fragilidade da formação identitária da nação ucraniana (ADAM, 2008, p. 81). Os recentes acontecimentos – que culminaram na separação da Crimeia e o desejo de autonomia de Donetsk e Lugansk – apenas atestam o fato de que as divisões regionais fragmentam também o entendimento da Ucrânia como um Estado independente e unido.

O segundo critério identitário do qual trata Tsygankov (2001) é o étnico. Quando se tornou independente, em 1991, a Ucrânia era um Estado multiétnico que compreendia cerca de 130 grupos étnicos e nacionalidade diferentes. Essa heterogeneidade colocava em risco a sobrevivência do novo Estado soberano. De acordo com Zazhigayev (2006), poucas pessoas, do leste ao oeste do país, acreditavam que um Estado-nação seria construído na Ucrânia e, ao julgar pelas atividades dos nacionalistas da porção oeste do país, essa expectativa nesse lado do país era ainda mais fraca. Naquela primeira década como um Estado independente, já haviam tentativas separatistas, como a intentada para a criação da República Ucraniana da Galícia.

Esse panorama da Ucrânia em seus primeiros anos de vida como uma nação autônoma demonstram as divisões étnicas que haviam no país. De acordo com o censo de 1989, haviam dois grupos principais: os ucranianos étnicos – que representavam 72,7% da população do novo país – e os russos étnicos – que eram cerca de 22,1% da população. Todos os outros grupos, juntos, representavam cerca de 5,2% dos habitantes da república. Essa divisão, no entanto, era distinta quando se analisa cada uma das áreas do país (ZAZHIGAYEV, 2006, p. 177).

⁵¹ Segundo Wilson (2002), o tridente era o brasão de armas da dinastia Rurikovich.

Nas regiões oeste e central da Ucrânia, os russos étnicos representavam apenas 2,3% da população na região de Ternopol e 11,7% em Kirovograd, situação muito distinta das regiões leste e sul do país. Nas ex-áreas ucranianas da Crimeia e de Sevastopol, por exemplo, os russos étnicos representavam a grande maioria da população, constituindo 65,6% e 74,4% dos habitantes, respectivamente. As regiões ao leste do país apresentavam números semelhantes, com os russos étnicos compondo a maior parte dos habitantes em Donetsk, com 43,6%, e em Lugansk, onde eles compunham 44,8% da população. O grande número de russos vivendo nessas partes da Ucrânia, suas misturas étnicas e laços com a cultura russa eram fatores fortes na identificação étnica da população russa e suas aspirações por reunificação com sua histórica “pátria mãe”. Essas áreas ficaram marcadas pela resistência às políticas nacionalistas impostas pelas autoridades ucranianas. Devido à tentativa de “ucranização” dos russos que habitavam essas regiões, contradições étnicas começaram a emergir em 1993-1994 (ZAZHIGAYEV, 2006, p. 178). Ao trazer os números do Censo de 2001, Zazhigayev demonstra as consequências da “ucranização”:

During the space of 12 years between the 1989 and 2001 censuses, the number of ethnic Russians in Ukraine declined by approximately 3,170,000, or 26.6 percent. In 2001, there were 8,334,100 ethnic Russians living in Ukraine, or 17.3 percent of the total population. In between the two censuses, Ukraine’s population shrank from 51.9 million to 48.2 million, yet the number of ethnic Ukrainians increased by 0.3 percent since 1989. This means that ethnic Russians accounted for more than 91 percent of the total decline in Ukraine’s population (ZAZHIGAYEV, 2006, p. 187).

Ilustração 6: Divisão étnica na Ucrânia de acordo com o Censo de 2001



Fonte: (UKRAINE'S SHARP..., 2014)

A presença de russos étnicos caiu em praticamente todas as regiões ucranianas, de acordo com o censo de 2001. Na Crimeia⁵², a queda foi de 11,6%; em Donetsk, de 20,4% e em Lugansk, 22,5%.

⁵² De acordo com o censo ucraniano de 2001, a divisão étnica na Crimeia consistia em 58,32% de russos, 24,32% de ucranianos, 12,1% de tártaros da Crimeia, 1,44% de belorrussos, 0,54% de tártaros, 0,43% de armênios e 0,22% de judeus. Além disso, há a presença de outras minorias, como alemães, búlgaros, gregos, poloneses, azeres, italianos e

A menor queda foi verificada na cidade de Sevastopol, que identificou uma queda de apenas 8,2%. na região ocidental do país, a queda foi mais acentuada. Em Ivano-Frankovsk foi de 56,3% e na Volhínia, 46,4%. Na capital Kiev, a população russa diminuiu 37,1% em doze anos (ZAZHIGAYEV, 2006, p. 185). Os fatores que explicam esse fenômeno, contudo, vão muito além da “ucranização” do país imposta pelo governo central de Kiev. A constituição de dois países separados, onde antes havia um só, assim como a hostilidade dos nacionalistas para com os russos – que são frequentemente vistos como “imperialistas” e “colonizadores” – demonstram que a diáspora russa que ocorreu entre 1989 e 2001 ocorreu devido aos choques culturais (ADAM, 2008, p. 83).

Adam (2008), no entanto, faz uma interessante constatação a respeito da presença russa na Ucrânia. Para o autor, os números oficiais colhidos pelos recenseadores não conseguem apreender, de forma precisa, a profundidade da etnia e de sua cultura na sociedade ucraniana. Um exemplo disso é a ocorrência de casamentos interétnicos, que eram frequentes principalmente nas áreas leste e sul do país. Os filhos desses casamentos são tanto ucranianos quanto russos, pois, de acordo com a legislação, os filhos de russos são considerados russos pela etnia.

Ainda se tratando da influência da etnia russa e da penetração cultural na Ucrânia, cabe trazer à discussão os números de uma pesquisa feita pelo Instituto Internacional de Sociologia de Kiev sobre a etnia dos ucranianos. Nas regiões central e oeste da Ucrânia, 83% dos entrevistados se declararam total ou preferencialmente ucranianos, enquanto apenas 14% se classificaram como total ou preferencialmente russos. No sul e no leste do país, houve uma inversão nos números, com 60% dos entrevistados identificando-se como total ou preferencialmente russos e 40% como total ou preferencialmente ucranianos (AREL *apud* ADAM, 2008, p. 83).

O resultado da pesquisa demonstra, mais uma vez, a forte regionalização do país, embora também revele a forte ligação étnica dos ucranianos com a etnia russa. Enquanto houver uma grande presença de russos na Ucrânia, a Rússia permanecerá exercendo uma poderosa influência na cultura e na identidade do país. “Por esse motivo é tão difícil para a Ucrânia fomentar uma identidade nacional tão diversa da russa. O máximo que o país consegue aspirar é a construção de uma identidade que misture elementos puramente ucranianos e traços russos” (ADAM, 2008, p. 85).

O terceiro critério encontrado na obra de Tsygankov (2001) é o religioso. Na Ucrânia moderna, é possível encontrar seguidores de seis grandes denominações religiosas, todas cristãs: a Igreja Ortodoxa Ucraniana, ligada ao patriarcado de Moscou; a Igreja Ortodoxa Ucraniana, ligada ao patriarcado de Kiev; a Igreja Ortodoxa Ucraniana Autocéfala; a Igreja Greco-Católica Ucraniana;

e a Igreja Católica Apostólica Romana; além de várias denominações protestantes (PEISKER, 2011, p. 01). A distribuição dos praticantes das denominações religiosas pelo território ucraniano só vem atestar que a influência dos outros povos que dominaram a Ucrânia marcou sobremaneira a cultura religiosa do país. De um lado, há o “europeísmo acentuado do oeste da Ucrânia e a tentativa nacionalista de criar uma igreja nacional que fugisse da influência do patriarcado russo” (ADAM, 2008, p. 88). Do outro lado, a influência da cultura russa ainda é dominante na parte leste do país, o que se reflete na ligação da igreja ao patriarcado de Moscou. Assim, é impossível não associar as divisões regionais quando se fala de religião na Ucrânia.

Devido ao seu passado compartilhado com a Rússia, as regiões leste e sul ainda são altamente influenciadas pela Igreja Ortodoxa Ucraniana ligada ao patriarcado de Moscou. Assim, regiões que possuem uma maioria étnica russa, como Donetsk, Lugansk e a Crimeia, professam, majoritadamente, o cristianismo ortodoxo. A religião protestante também tem feito grandes avanços sobre essa área do território ucraniano, tendo crescido rapidamente após o colapso da URSS, em 1991 (PEISKER, 2011, p. 02). Em 2002, 2% dos ucranianos se declararam protestantes, o que chega a aproximadamente 1 milhão de pessoas, número que impressiona pela rapidez com que tem se disseminado (PEISKER, 2011, p. 01). Katherine Peisker (2011) também nota que a Crimeia conta com um número considerável de praticantes da religião muçulmana, devido à grande presença de tártaros na região⁵³.

Na região central da Ucrânia, é possível encontrar as duas vertentes da Igreja Ortodoxa Ucraniana – os patriarcados de Moscou e de Kiev – além de católicos apostólicos romanos, que existem no país graças à forte influência polonesa na Ucrânia (PEISKER, 2011, p. 02).

No oeste da Ucrânia, a religião mais praticada é o cristianismo grego. Os Uniatas – forma com que são chamados os seguidores da Igreja Greco-Católica Ucraniana – são próximos aos ortodoxos nos ritos, mas fiéis ao Papa. “Praticada exclusivamente por ucranianos étnicos, é a religião considerada o coração do movimento nacionalista ucraniano” (ADAM, 2008, p. 87).

Nessa região, há uma forte presença de devotos do ramo autocéfalo da Igreja Ortodoxa, criada em 1991. A Igreja Ortodoxa Ucraniana Autocéfala foi respaldada pelo governo de Leonid Kravchuk nos anos iniciais da independência ucraniana. O plano de Kravchuk era promover o afastamento ucraniano da Rússia e, para isso, era necessário criar uma igreja própria. No entanto, Kravchuk não foi bem-sucedido. Primeiro porque não houve o reconhecimento da nova igreja pelo patriarca de Constantinopla e, segundo, porque os fiéis tradicionais da igreja ortodoxa ucraniana não foram atraídos pela nova denominação (LIEVEN *apud* ADAM, 2008, p. 87). Daquele momento em diante,

⁵³ Os tártaros da Crimeia representam cerca de 13% da população da região. Eles praticam uma forma mais moderada de Islamismo, de acordo com Taras Kuzio.

foi instituída a separação entre a igreja e o Estado.

É necessário ressaltar que cerca de 75% da população ucraniana se identifica com a igreja ortodoxa russa, sendo que cerca de 25% segue o patriarcado de Kiev e outros 25% seguem o patriarcado de Moscou. Esse fato demonstra a influência que a Igreja Ortodoxa russa ainda tem sobre a cultura ucraniana, já que a maior religião do país continuou sendo uma que combina elementos russos e ucranianos e é seguida pelas duas etnias (ADAM, 2008, p. 88).

Por fim, é necessário tratar do critério linguístico. Segundo Taras Kuzio (2001), a linguagem tem duas importantes funções. Em primeiro lugar, ela é um importante fator na diferenciação entre comunidades étnicas. Segundo, ela tem o papel de interferir na autopercepção dos indivíduos. As diferentes funções da linguagem se tornam particularmente relevantes quando há poucos outros símbolos de diferenciação disponíveis, como é o caso da Ucrânia em relação à cultura e à religião russas.

Quando a República da Ucrânia se tornou um Estado independente, em 1991, ainda vigorava o bilinguismo, com o ucraniano e o russo representando as línguas oficiais do país. Para os nacionalistas ucranianos, a língua era um dos principais elementos constituintes de uma nação – e um dos principais fatores de aproximação entre povos. Por esse motivo, implantaram um processo de “ucranização” no país, no qual a principal plataforma consistia na elevação do ucraniano como a única língua oficial do país.

O objetivo desses nacionalistas era contrabalancear a influência da cultura russa e, principalmente, combater a russificação imposta desde a época czarista. Taras Kuzio (2001) traz uma interessante observação a respeito da língua ucraniana durante o processo de russificação do país:

Russians are accustomed to the view that their language is ‘superior’, spoken by ‘cultured’ peoples and the medium through which Ukrainians and Belarusians should access the outside world. [...]To many Russians the Ukrainian and Belarusian languages are therefore ‘provincial’, ‘peasant’ languages unfit for state elites, culture or the technical sciences (KUZIO, 2001, p. 348).

De acordo com Adam (2008), foi em 1996, quando a nova Constituição Federal da Ucrânia entrou em vigor, que o ucraniano se tornou a única língua oficial do país. O processo de ucranização também se estendeu à área cultural e a literatura russa passou a ser ministrada nas escolas como literatura universal. Essas políticas, no entanto, tiveram pouco resultado prático nas regiões leste e sul do país, uma vez que boa parte da população e do governo de tais regiões continua usando o russo como meio de comunicação. Para se ter uma ideia do grau de resistência do uso da língua ucraniana nessa área do país, o censo de 2001 apontou que, na província de Donetsk apenas 24,1%

da população⁵⁴ usam o ucraniano sua língua-mãe, ao passo que, em Lugansk, 30% falam ucraniano e 68,8% falam russo⁵⁵. Na Crimeia, a área mais russificada, a absoluta maioria da população (97%) usa o russo como língua principal, como pode ser visto na ilustração 7:

Ilustração 7: Porcentagem de falantes de russo nas regiões ucranianas



Fonte: (ENTENDA..., 2014)

A semelhança entre o russo e o ucraniano acarreta em uma certa facilidade para o aprendizado dos idiomas pelas duas nações. Assim, a resistência daqueles que falam russo em legitimarem o ucraniano como sua língua habitual está relacionada à disseminação da cultura russa na Ucrânia, uma vez que os obstáculos encontrados pelo processo de ucranianização lingüística constituem um exemplo de que as tentativas do movimento nacionalista de impor sua visão da identidade nacional ucraniana não têm sido bem-sucedidas. Entende-se que a forte e constante presença da língua russa em grande parte do território ucraniano indica que uma identidade ucraniana totalmente desassociada da russa não é considerada possível no curto e médio prazos (WILSON *apud* ADAM, 2008, p. 86).

3.3 A GEOPOLÍTICA ENQUANTO INSTRUMENTO DE AÇÃO SOBRE A UCRÂNIA

⁵⁴ Fonte: http://2001.ukrcensus.gov.ua/eng/regions/reg_don/ Acesso em: 20 Jan 2015.

⁵⁵ Fonte: http://2001.ukrcensus.gov.ua/eng/regions/reg_luhan/ Acesso em: 20 Jan 2015.

A palavra Geopolítica (*Geopolitik*) surgiu, pela primeira vez, em 1899, em um artigo sobre a problemática das fronteiras da Suécia escrito por Rudolf Kjellen. Aquele novo conceito foi definido por ele como “a ciência do Estado, enquanto organismo geográfico, tal como se manifesta no espaço”. Para Kjellen, a Geopolítica era um dos ramos da Política, a ciência do Estado, cuja principal arma era a detenção do poder. O autor atribuía grande importância ao fenômeno do espaço, enquanto fórmula de poder de um Estado, de forma que conferiu a ele a característica organicista e humana de discernimento. Assim, “o Estado de Kjellen era como um ser vivo, que atua de acordo com as leis e que, tal como uma criança, nasce e cresce apegada à sua família, dependendo invariavelmente do espaço ou território que ocupa, não podendo jamais se desprender desse, sob pena de perder a sua razão de existência” (CHURRO, 2013, p. 31).

A definição de geopolítica de Kjellen em muito explica o sentimento de apego russo aos países do CRS Pós-Soviético – áreas que estiveram sob seu domínio no passado. As fronteiras externas da Rússia definiram a identidade cultural e internacional do país e, por isso, estão relacionadas com a questão identitária e com seu comportamento no sistema internacional. Como dizia o poeta Yevgeny Yevtushenko: “uma fronteira na Rússia é mais do que uma fronteira”.

A recorrência com que esteve dominando outras áreas do globo acarretou efeitos à autopercepção russa que se relacionam com questões geopolíticas. O primeiro deles é a noção compartilhada de que a Rússia, por seu tamanho, riqueza natural e passado de participação em grandes conflitos mundiais, é um ator maior no sistema internacional, cujos interesses são globais e, por esse motivo, devem ser respeitados pelos outros Estados. O segundo efeito relaciona-se à segurança do país. A constância com que se envolveu em guerras e disputas territoriais, sofrendo ataques de todas as direções, sedimentou nas lideranças russas uma preocupação constante com a sua proteção. E essa preocupação muito tem a ver com a geografia do país, propícia a invasões:

Russia as a country has always lacked clear boundaries. The landscape of its European portion is a vast monotonous plain, lacking mountain ranges or other natural barriers that would divide it into distinct sectors or set it apart from neighbors. This has had important consequences. When Russia was weak, nature offered it little protection; but when it grew strong, there were few geographical barriers to stop it from projecting its power in virtually all directions. [...] In modern times, most of the invasions that Russia experienced came from the west. The Poles in the 17th century, the Swedes in the 18th, the French in the 19th, and the Germans in the 20th all posed credible threats to Russia's independence. The historic memory of almost falling into enemy hands lives on as a warning to Kremlin leaders. [...] Due to the absence of natural barriers of protection, it made strategic sense to meet the enemy as far from the core territory as possible. Territorial expansion was originally mandated by the sheer need for survival (TRENIN, 2001, p. 41-42).

Os dois efeitos mencionados, portanto, estão intimamente ligados à conexão que os russos fazem entre poder político e área geográfica, principalmente no que tange aos países que compõem

o CRS Pós-Soviético. Dentre as ex-repúblicas que faziam parte da URSS, a Ucrânia assume um papel de destaque para a Rússia no tocante à questão estratégica, especialmente por estar localizada na área de grande interesse: o Mar Negro. “A região do Mar Negro é uma encruzilhada geoestratégica onde, historicamente, convergem interesses da Rússia, da Turquia, da Ucrânia, dos Balcãs Orientais e dos países do Cáucaso. Com o processo de expansão da UE, a dependência norte-americana dos aliados regionais para sua atuação no Iraque e a aspiração russa por influência através da Eurásia, a região vem se tornando a nova fronteira estratégica de Rússia e EUA em termos securitários” (PICCOLLI, 2012, p. 21). Assim, dominar essa região é vital aos interesses russos. Além disso, sem a Ucrânia como sua aliada, é impossível para Moscou conceber a restauração do seu poder e manter sua proeminência energética.

Zbigniew Brzezinski classifica a Ucrânia como “um importante espaço no tabuleiro eurasiático e um pivô geográfico” (TRADUÇÃO NOSSA). Para o autor:

Ukraine's independence deprived Russia of its dominant position on the Black Sea, where Odessa had served as Russia's vital gateway to trade with the Mediterranean and the world beyond. [...] Without Ukraine, Russia ceases to be a Eurasian empire. Russia without Ukraine can still strive for imperial status, but it would then become a predominantly Asian imperial state, more likely to be drawn into debilitating conflicts with aroused Central Asians (BRZEZINSKI, 1997, p. 40 e 92).

A afirmação de Brzezinski a respeito da Ucrânia demonstra o papel de destaque que o país tem para a Rússia em termos geoestratégicos. Em primeiro lugar, a Ucrânia é um dos principais *hubs* que une a Rússia à Europa. É por seu território que passa cerca de 60% do gás natural exportado para a União Europeia e o oleoduto Druzba é responsável pelo escoamento de quase 30% do petróleo comercializado com o bloco. Por esse motivo, o país é entendido pelas lideranças russas como uma área estratégica de trânsito para o mercado europeu de seu principal produto de exportação: os combustíveis fósseis. Para a Rússia, é importante que seu gás, petróleo e outros fretes se desloquem sem contratempos pelos países de trânsito (TRENIN, 2011, p. 46).

Em segundo lugar, a importância da Ucrânia para a Rússia deve-se ao fato de, junto com Moldávia e Belarus formarem uma espécie de “*buffer zone*”⁵⁶ que protege e separa a Rússia do Ocidente. Tal zona de segurança é muito importante psicologicamente para os russos por temerem um avanço dos Estados Unidos – diretamente ou via OTAN – e da União Europeia sobre a sua área de influência (TRENIN, 2011, p. 45). Para as lideranças russas, manter sua influência sobre a Ucrânia significa minimizar as perdas geopolíticas resultantes da expansão das instituições ocidentais. Em terceiro lugar está a questão da Crimeia, que foi motivo de tensões agudas com a

⁵⁶ Em português, a tradução mais usual é “zona ou estado tampão”. De acordo com o dicionário Oxford, a expressão se refere a uma área neutra que serve para separar forças ou nações hostis.

Ucrânia nos últimos 20 anos. É nessa península onde se localiza a base de Sevastopol, que garante a segurança da principal linha de comunicação marítima da Rússia⁵⁷ e é importante via de acesso marítima do país com o exterior (PICCOLLI, 2012, p. 22).

Logo, para a permanência de seu poder sobre a área estratégica do Mar Negro, é crucial para a Rússia manter sua influência sobre a Ucrânia. De forma a detalhar a relevância do país para os anseios geopolíticos russos, será feita uma análise em separado de três fatores-chave que se entende serem primordiais para a compreensão da política russa em relação a Kiev. Em primeiro lugar, tratar-se-á da importância da localização geográfica da Ucrânia para a política energética russa; em segundo lugar, dedicar-se-á à questão da Crimeia e, por último, analisar-se-á a presença de atores extra-regionais na área, a OTAN e a União Europeia.

3.3.1 A localização estratégica para a política energética russa

De acordo com os dados da Administração de Informação sobre Energia dos EUA, a EIA, a Rússia é terceira maior produtora de petróleo e a maior produtora de gás natural do mundo⁵⁸. A posição geográfica da Ucrânia – localizada na fronteira com a Rússia e próxima de um grande número de países europeus – explica sua importância como um “país de trânsito” para os combustíveis fósseis russos. É através dos gasodutos localizados em território ucraniano que a Rússia consegue exportar gás natural e petróleo para seu principal parceiro, a União Europeia⁵⁹.

Em 2013, aproximadamente 3 milhões de metros cúbicos de gás natural passaram pela Ucrânia em direção à Áustria, Bósnia-Herzegovina, Bulgária, Croácia, República Tcheca, Alemanha, Grécia, Hungria, Moldávia, Polônia, Romênia, Eslováquia e Turquia, o que equivale a cerca de 60% de todo o gás natural exportado para a Europa⁶⁰.

Os principais gasodutos que levam o gás aos demais países europeus foram construídos ainda

⁵⁷ De acordo com Larlecianne Piccolli, essa linha de comunicação marítima se refere à rota: Mar de Azov – Mar Negro – Estreito de Bósforo (Turquia) – Mar de Mármara (Turquia) – Estreito de Dardanellos (Turquia) – Mar Egeu – Mar Mediterrâneo.

⁵⁸ Os dados são de 2012 e situam somente a Arábia Saudita e os EUA antes da Rússia como maiores produtores de petróleo. Entre os maiores países exportadores, no entanto, a Rússia está em segundo lugar, atrás apenas da Arábia Saudita.

⁵⁹ De acordo com a Comissão de Energia da União Europeia, 36% das importações de gás natural, 31% das importações de petróleo e 30% das importações de carvão da União Europeia provêm da Rússia. Para a economia russa, esses dados são ainda superiores, representando, respectivamente, 80%, 70% e 50%. É necessário salientar que esses dados se referem ao ano de 2012 (EUROPEAN COMMISSION, 2012).

⁶⁰ De acordo com a U.S. Energy Information Administration (EIA), no passado, cerca de 80% de todo gás natural russo exportado para a Europa passava pela Ucrânia. Esse número, contudo, caiu para cerca de 60% desde que o gasoduto Nord Stream – que liga diretamente a Rússia e a Alemanha sob o Mar Báltico – entrou em operação, em 2011. Disponível em: <http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=15411>.

nos tempos soviéticos e, hoje, dois dos maiores oleodutos estão em solo ucraniano: o *Bratstvo* (também chamado de Brotherhood) e o *Soyuz*, de acordo com a ilustração 8.

Ilustração 8: Principais gasodutos na Ucrânia



Fonte: EIA

O *Bratstvo* é o maior oleoduto russo que liga a Europa, passando pela Ucrânia e a Eslováquia até se dividir em duas direções para abastecer tanto o norte da Europa quanto o sul. Já o oleoduto *Soyuz* liga os oleodutos russos a redes de gás na Ásia Central e fornece volumes adicionais ao norte e ao centro da Europa. Um terceiro grande gasoduto russo – o Trans-Balkan – também passa pela Ucrânia e leva o gás natural produzido na Rússia para a Turquia e os Bálcãs. Além disso, a Ucrânia também conta com a presença de uma ramificação do oleoduto *Druzhba*, que transporta petróleo bruto para abastecer principalmente a Eslováquia, República Tcheca, Hungria e Bósnia. É importante ressaltar que pela Ucrânia também transitam petróleo bruto e produtos petrolíferos russos via ferrovias, com a finalidade de exportar para fora dos portos ucranianos.

Para Adam (2008), como a comercialização de energia é uma das bases do crescimento econômico russo, ela, como consequência, é o principal destaque do país em sua reentrada com um papel de destaque na arena internacional. Os recursos energéticos adquiriram uma função central na política externa russa. Assim, faz-se necessário manter Kiev como um parceiro preferencial, com o objetivo de controlar tanto a produção quanto a distribuição de seus recursos energéticos, de acordo com seus interesses. Isto porque, por ser um país-produtor e assegurar a influência sobre o país de trânsito, a Rússia pode obter grandes vantagens nas negociações dos preços e do transporte de

petróleo e gás com os ucranianos. Adam (2008) ainda salienta que isso não ocorreria caso a Ucrânia conseguisse sua adesão à UE, ou se a parceria entre ambas se fortalecesse. Nos dois casos hipotéticos, a Rússia seria obrigada a negociar os preços da energia e da distribuição não somente com os ucranianos e sua condição de país de trânsito, mas com os ucranianos amparados pela UE.

Entende-se, portanto, que ao assegurar a Ucrânia em sua zona de influência, a Rússia consegue dominar a produção e, também, a distribuição de suas reservas e gás natural e petróleo, que Adam (2008) denomina como “dois dos recursos naturais não renováveis de maior importância geopolítica e estratégica no mercado mundial atualmente”.

3.3.2 A península da Crimeia e a base de Sevastopol

Ainda no que tange à relevância geopolítica da Ucrânia para os interesses russos, não se pode deixar de citar o caso emblemático da Crimeia. Apesar de essa região ter sido anexada à Rússia em Março de 2014, é necessário identificar as raízes do conflito e o motivo pelo qual o pedido de unificação com a Rússia, feito pelos habitantes da península, foi prontamente atendido por Vladimir Putin. A Crimeia é uma península localizada na costa norte do Mar Negro, ao sul da Ucrânia. A região é de grande importância estratégica e política para os dois países eslavos, motivo pelo qual se tornou palco de intensos conflitos durante as duas décadas que se seguiram à desintegração da URSS.

Como já foi tratado na breve recapitulação histórica do segundo capítulo, a Crimeia não pertencia à Ucrânia até o ano de 1954, quando Nikita Krushev cedeu o controle para a Ucrânia para marcar os trezentos anos da reunificação dos dois países. Naquele momento, era impossível imaginar que, 37 anos depois, a União Soviética se desmembraria e a Ucrânia se tornaria um Estado independente. Assim, logo após a proclamação da independência da república ucraniana, o presidente russo Boris Yeltsin prontamente se manifesta contra a transferência automática da Crimeia para Kiev, alegando ilegitimidade na cessão.

Em Janeiro de 1992, o parlamento russo inicia um estudo a respeito da legitimidade da transferência. Juristas e historiadores passaram, então, a vasculhar as bases legais que fundamentaram a decisão do poder soviético na época e constataram que o acordo obrigatório para a transferência estava previsto no Artigo 16 da Constituição da Rússia Soviética de 1937 e no Artigo 18 da Constituição da URSS de 1936. O consentimento, de fato, foi elaborado por parte de ambas as repúblicas como uma decisão de seus governos. No entanto, o Artigo 33 da Constituição da Rússia não previa o poder de alterar as fronteiras físicas da Federação Russa, mas dava-lhe autoridade para organizar um referendo sobre a questão – o que, na época, não aconteceu na Crimeia e nem na

Rússia (BEBLER, 2015, p. 38; KOROLKOV, 2014, p. 32-33).

Bebler (2015) destaca como o procedimento de transferência não se coadunou com as leis soviéticas da época:

In the case of Crimea no such parliamentary procedure was initiated and duly carried out in the two parliaments, no relevant parliamentary sessions were held, no debates took place, no votes were taken and no agreement was adopted and signed. Moreover, the Crimean population was deprived of its right to give or deny its consent to the major status change. The transfer of Crimea to Ukraine was thus illegal even in Soviet terms, unconstitutional and clearly illegitimate (BEBLER, 2015, p. 38).

Durante toda a década de 1990, intensos debates se sucederam a respeito da legitimidade ucraniana sobre a península. Movimentos nacionalistas da região, demandando independência plena ou reintegração à Rússia, ganharam força e se constituíram a principal arma de Moscou em suas reivindicações. Com uma presença de 60% de russos vivendo na região, a Crimeia sempre se enxergou como parte da Federação Russa. É necessário salientar que a importância da península para a Rússia vai além da questão étnica, pois, após dois séculos de dominância sobre a região – lembrar que a Crimeia foi incorporada ao Império Russo por Catarina II, em 1783 – não se pode afastar a sua importância histórica, militar e econômica para a Rússia.

De acordo com o censo ucraniano de 2001, a população majoritária da Crimeia é de russos, que equivalem a 58,3% do total. Em segundo lugar estão os ucranianos, que representam 24,3% dos mais de 2 milhões de habitantes da região, seguidos por 8% de tártaros. Essa discrepância nos números consegue demonstrar uns dos motivos para a relevância da Crimeia para a Rússia.

Ilustração 9: Divisão étnica da população da Crimeia de acordo com o Censo de 2001



Fonte: (UKRAINE'S SHARP..., 2014)

A justificativa inicial de Moscou para intervir no território da Crimeia durante a crise ucraniana de 2014 era a preocupação quanto à população étnica russa que mora ali, que estaria

vulnerável às decisões de políticos contrários à Rússia em Kiev. Para compreender a importância desse critério étnico, é necessário analisar o documento Concepção de Política Externa de 2013, no qual Vladimir Putin atesta que um dos objetivos principais da política externa conduzida pela Rússia é o de “assegurar uma proteção abrangente dos direitos e interesses legítimos dos cidadãos russos e compatriotas residindo no exterior” (RÚSSIA, 2013).

Esse princípio é o grande impulsionador de uma política externa ativa que busca defender os nacionais russos que estão espalhados pelos países do CRS Pós-Soviético. Como já foi visto anteriormente, a nacionalidade russa se baseia no “*jus sanguinis*”, logo, os *Russkii* (russo étnico, filho de pai de mãe russos, nascidos em qualquer parte do mundo) são tratados como nacionais da Rússia independente de onde estiverem.

No tocante à importância militar da península, a Rússia detém uma ampla estrutura na Crimeia, especialmente na cidade de Sevastopol, onde fica estacionada a sua principal base, conhecida como a Frota do Mar Negro (*Black Sea Fleet*).

De acordo com Davydov (2014), a localização dessa base é de extrema importância para Moscou, uma vez que é lá onde se posiciona o único porto que tem saída para os mares quentes. O país está cercado em grande parte pelo mar: no norte fica o Ártico, onde a frota tem grandes desafios no inverno devido à grande presença de gelo na região; além disso, há desafios no Mar Báltico, uma vez que as distâncias até o Atlântico são longas. Para se chegar à região do Mediterrâneo, só é possível a partir do Mar Negro. Isso significa que essa zona possui relevância tanto em nível comercial quanto no plano militar para os russos, por facilitar a movimentação de cargas e por garantir o controle do canal que liga esse mar ao Mar de Arzov e o acesso privilegiado ao Mar Mediterrâneo e ao Oriente Médio. Em termos militares e estratégicos, a base russa também tem um papel importante em proteger o sul da Rússia das investidas da Turquia e da OTAN.

Sevastopol foi idealizada para ser a principal base naval russa desde o seu estabelecimento, ainda no século XVIII. A região, durante dois séculos, passou por constante modernização para alcançar a estrutura militar que hoje dispõe. Por esse motivo, se levaria muito tempo e os investimentos seriam muito altos para reconstruir as mesmas instalações na costa russa do Mar Negro. A frota russa estacionada nessa região está equipada com carregadores de aviões com capacidade até para lançamento de bombas nucleares (DAVYDOV, 2014, p. 40).

Com a desintegração da URSS, em 1991, intensos debates ocorreram entre russos e ucranianos a respeito da propriedade da Frota do Mar Negro. Já no ano seguinte, em 1992, o presidente Kravchuk se declarou o comandante de todas as forças localizadas no território ucraniano, inclusive aquelas estacionadas em Sevastopol. O gesto do presidente ucraniano foi prontamente repellido por seu homólogo russo, Boris Yeltsin, que também reivindicava a posse da

frota. As tensões se acirraram nos meses que se seguiram, levando à decisão de Kravchuk de dividir a frota igualmente entre os dois países. Como desejavam manter toda a base sob sua posse, os russos propuseram que fosse feito um arrendamento da Frota do Mar Negro para que conseguissem utilizar toda sua infraestrutura. O acordo só foi alcançado em 1997, quando os dois governos concordaram em dividir as propriedades navais da frota e foi acertado um contrato de arrendamento por 20 anos para os russos usarem o porto de Sevastopol. Sob o governo de Yushchenko, esse contrato foi praticamente rescindido. Quando chegou ao poder, em 2010, Yanukovitch não somente o reativou, mas também o prorrogou por mais 20 anos – o contrato só expiraria em 2042.

Com a anexação russa da Crimeia, em 2014, o presidente Vladimir Putin revogou todos os acordos com a Ucrânia: o de 1997, que estabelecia o arrendamento do porto e a divisão da frota, e o de 2010, que firmava o prolongamento da estadia da frota russa a partir de 2017 – quando o acordo anterior terminaria – até 2042.

Além da importância militar, é necessário ressaltar a relevância econômica da península para os russos. De acordo com Davydov (2014), os portos da Crimeia são importantes para assegurar o fluxo ininterrupto de commodities na região do Mar Negro – por onde passam 25% das exportações russas – além de ter um grande potencial turístico. Após a anexação da região, inúmeros investidores russos demonstraram seu interesse em investir na infraestrutura turística crimeriana, com o objetivo de fazer dessa área um grande destino para viajantes do país, de forma similar à que existia durante a época soviética.

Além disso, há inúmeros depósitos de petróleo e gás natural inexplorados no Mar Negro. Alguns estudos concluem que essa área tem um potencial similar ao do Mar do Norte. Dada a importância estimada da região, o ex-presidente Yanukovitch fazia referências ao Mar Negro como a principal chance de a Ucrânia afastar-se da dependência energética da Rússia. Por esse motivo, um acordo foi assinado com a *ExxonMobil*, em 2012, para iniciar a exploração da área. Em 2013, outro acordo foi anunciado por Kiev entre a companhia ucraniana *Nadra Ukrayny* e um consórcio internacional composto pela *Shell* e a *Petrom*⁶¹ para exploração do setor Skifska do Mar Negro. A estimativa é de que sejam produzidos cerca de 8-10 bcm⁶² por ano, o que equivale a cerca de 20% do atual consumo de gás na Ucrânia (GHINEA, 2014, p. 01).

Até o momento, quem tem os direitos de exploração dos recursos naturais da área é a empresa ucraniana *Chernomorneftegaz* que, em 2013, produziu 1,6 bcm de gás. Também pertence a essa empresa o depósito subterrâneo de Glebovskoie, com capacidade de armazenar 1 bilhão de metros

⁶¹ A Petrom é uma companhia de petróleo romena, pertencente à OMV austríaca.

⁶² Billion cubic metre (bcm) é uma medida que se refere à produção e comercialização de gás natural. De acordo com o padrão seguido pela International Energy Agency (IEA), corresponde, em média, a 38,2 petajoules de energia.

cúbicos de gás. A principal base para crescimento da produção na península localiza-se na plataforma continental noroeste da Crimeia, especificamente os depósitos de Odessa e Bezimiannoie, que tem capacidade de aumentar a produção para até 2,4 bilhões de metros cúbicos. No entanto, após a anexação pela Rússia, uma disputa se iniciou entre a Crimeia e a Ucrânia pela propriedade dos depósitos de gás, uma vez que as autoridades da Crimeia querem nacionalizar totalmente os bens da *Chernomorneftegaz* e depois vendê-la para uma empresa estatal russa, como a *Gazprom*. Como os principais depósitos de gás estão localizados mais perto da costa da Ucrânia do que da Crimeia, Kiev reivindica-os com base na Convenção da ONU sobre Direito Marítimo (BARSUKOV; POPOV, 2014).

Tanto a Crimeia quanto a Frota do Mar Negro são de grande relevância histórica e simbólica para os russos. Catarina II estabeleceu a frota na região em 1771, antes mesmo de adquirir o controle total da Crimeia das mãos dos otomanos, que só ocorreu em 1783. Segundo Davydov (2014), durante séculos, produziram-se músicas, poemas, livros e memoriais a respeito de Sevastopol, como “a cidade da glória russa”, forma como é comumente chamada na Rússia.

Vladimir Putin, ao discursar a respeito do reconhecimento da Crimeia, em Março de 2014, revelou a dimensão da relevância histórica que a Crimeia tem para os russos:

Everything in Crimea speaks of our shared history and pride. This is the location of ancient Khersones, where Prince Vladimir was baptised. His spiritual feat of adopting Orthodoxy predetermined the overall basis of the culture, civilisation and human values that unite the peoples of Russia, Ukraine and Belarus. The graves of Russian soldiers whose bravery brought Crimea into the Russian empire are also in Crimea. This is also Sevastopol – a legendary city with an outstanding history, a fortress that serves as the birthplace of Russia’s Black Sea Fleet. Crimea is Balaklava and Kerch, Malakhov Kurgan and Sapun Ridge. Each one of these places is dear to our hearts, symbolising Russian military glory and outstanding valour (KREMLIN, 2014).

E complementa:

In people’s hearts and minds, Crimea has always been an inseparable part of Russia. This firm conviction is based on truth and justice and was passed from generation to generation, over time, under any circumstances, despite all the dramatic changes our country went through during the entire 20th century (KREMLIN, 2014).

É necessário ressaltar que o pronunciamento de Putin apenas expõe as convicções que habitam o imaginário russo há décadas. Prova disso é a pesquisa conduzida na Rússia pelo Levada Center logo após a anexação da Crimeia. De acordo com a análise, 73% dos entrevistados apoiavam a reintegração da península à Federação Russa, enquanto apenas 4% desejavam que a Crimeia

voltasse a fazer parte da Ucrânia. A pesquisa também revelou que 15% dos 1.500 entrevistados em Agosto de 2014 concordavam com uma eventual independência da Crimeia⁶³.

3.3.3 A influência dos atores extra-regionais

No livro “*O Choque de Civilizações*”, Samuel Huntington (1997) caracterizou a Ucrânia como um “Estado profundamente dividido”. O autor se referia à inconstância estratégica dos governos ucranianos: ora se aproximavam da Rússia, ora do Ocidente. Como resultado da desintegração da URSS e da emergência de novos Estados, os países que se tornaram independentes da Rússia começaram a fazer parte da política mundial. Daquele momento em diante, as potências ocidentais desejavam aumentar sua presença na região e participar dos seus assuntos internos, como forma de trazê-los para sua zona de influência. No entanto, esse também era o objetivo russo, o que, naturalmente, levou a tensões, fricções e confrontos entre os dois polos.

3.3.3.1 A expansão da OTAN

Quando a Guerra Fria terminou, em 1991, o mundo se encheu de esperança perante a possibilidade de as superpotências Rússia e EUA entrarem em rota de cooperação e amizade. Porém, isso acabou por não se concretizar, muito devido à mudança de atuação da OTAN, que deixara de ser uma aliança apenas defensiva para ser tornar um instrumento de paz e de segurança na Europa. As ações militares promovidas pela OTAN nos Bálcãs, em meados dos anos 1990, deram ainda mais força às suspeitas russas, levando a uma clara deterioração das relações entre Moscou e Washington (CHURRO, 2013, p. 163). Além disso, os sucessivos alargamentos da OTAN em direção à zona de influência russa são vistos com desconfiança pelo Kremlin. A adesão de Polônia, República Tcheca e Hungria, em 1999; Estônia, Letônia, Lituânia, Romênia, Bulgária, Eslovênia e Eslováquia, em 2004, além de Albânia e Croácia, em 2009 levam a zona de influência norte-americana para cada vez mais perto das fronteiras da Rússia.

⁶³ Fonte: The Moscow Times - <http://www.themoscowtimes.com/news/article/more-russians-support-annexation-of-crimea-poll-shows/506247.html>

Ilustração 10: Expansão da OTAN para o Leste



Fonte: (KLUSMANN; SCHEPP; WIEGREFE, 2009)

Dmitri Trenin (2011) explica que o incômodo dos russos pelo alargamento da OTAN tem a ver com uma sensação de desconfiança coletiva. Para ele, há uma crença forte dentro da elite russa de que o objetivo central dos EUA permanece o mesmo sempre: humilhar a Rússia, fragmentá-la e subordiná-la aos desígnios americanos. Portanto, o alargamento da OTAN serviria como um plano para cercar a Rússia, enfraquecê-la, pressioná-la para, no fim, invadir todas as zonas de interesse russo, criando plataformas para Washington. Trenin afirma que esse é mesmo um dos planos da política externa norte-americana, por isso acredita que a expansão da OTAN para os países do Leste Europeu é um evento arriscado:

Further enlargement is possible but dangerous. Why dangerous? It is dangerous because, in principle, people sitting in Berlin and west of Berlin think NATO [North Atlantic Treaty Organization] is about Afghanistan. But people sitting east of Berlin, including in Moscow, think that NATO was and is and will be about Russia. These are two quite different NATOs. Most countries east of Germany now have a quite stable consensus on what Russia is and how to deal with it. The new NATO member-states, especially in the Baltic region and Poland and certain other countries, see Russia as a country against which they need to defend themselves. Yes, today it poses no threat, but who knows? In the future it may again adopt an aggressive imperial policy, and then we will need protection. Only NATO can give us protection, so we are for NATO (TRENIN, 2011, p. 50).

Portanto, nada é mais ameaçador para Moscou do que a tentativa da OTAN de avançar sobre a Ucrânia. Uma das grandes celeumas geopolíticas que se desenvolveram entre os dois países eslavos, no pós-colapso soviético, foi justamente devido à possível entrada de Kiev na aliança euro-atlântica. A aproximação ucraniana com a OTAN tem sido gradual. Quando se tornou independente, o país declarou sua adesão ao princípio da neutralidade em questões militares. Esse princípio tem uma dupla função: ele é utilizado tanto para não despertar preocupações na Rússia em relação a um possível ingresso imediato da Ucrânia na organização, quanto para impedir um acordo militar no âmbito da CEI, resguardando o país da influência russa. Assim, a Ucrânia consegue proteger-se da Rússia ao mesmo tempo que fortalece seus laços com a aliança euro-atlântica, sem, entretanto, se aliar formalmente a ela (MIELNICZUK, 2006, p. 245).

Faz-se necessário ressaltar que, em 23 de Dezembro de 2014, a Rada Suprema da Ucrânia votou a favor da anulação do *status* de país neutro da OTAN. Há, portanto, a possibilidade de o país integrar o bloco euro-atlântico em um futuro próximo, o que tem deixado a Rússia em estado de alerta.

Em 1994, a Ucrânia foi o primeiro país da CEI a integrar o acordo Parceria para Paz⁶⁴ da organização (PfP, em inglês). Ingressar no PfP era garantir que as ameaças ao país seriam discutidas no seio da OTAN, mesmo que os países comprometidos com esse acordo não façam parte do mecanismo de segurança coletiva. Todavia, os países se sentiam moralmente engajados em defender aqueles que estivessem sob o guarda-chuva da aliança. Com o tempo, as relações Ucrânia-OTAN se aprofundaram e se institucionalizaram, para a ira de Moscou. Em 1997, foi assinada a Carta de Parceria Especial⁶⁵, que intensificou o processo de cooperação da Ucrânia junto à Aliança. A partir de então, as partes avançaram constantemente no diálogo acerca de questões de segurança regional e realizando treinamentos conjuntos (MIELNICZUK, 2006, p. 246).

A chegada de Viktor Yushchenko ao poder, após a Revolução Laranja, reiterou o desejo de expandir os laços da Ucrânia com o Ocidente. Em uma ocasião, o presidente ucraniano declarou que “desejava continuar trabalhando de maneira consequente para se aproximar e se integrar à UE e

⁶⁴ A Parceria para a Paz, lançada em 1994 pela OTAN, é um programa prático de cooperação e assistência militares adaptado às necessidades individuais de cada país participante. Ele foi concebido inicialmente para ajudar a estabelecer o controle democrático sobre as forças armadas, ajudar o processo de reforma militar e ajudar a desenvolver tropas compatíveis com a OTAN. Fonte: <http://www.nato.int/docu/review/2003/issue3/portuguese/art1.html>. Acesso em: 23 Jan 2015.

⁶⁵ Essa Carta constitui a base formal para as consultas OTAN-Ucrânia sobre questões ligadas à segurança euro-atlântica e foi criada uma Comissão OTAN-Ucrânia para dirigir as atividades realizadas no quadro dessa parceria, incluindo a promoção da reforma da defesa, o planejamento civil de emergência e preparação para catástrofes, bem como a cooperação nos domínios da ciência e do meio ambiente. Fonte: <http://www.nato.int/docu/review/2003/issue3/portuguese/art1.html>. Acesso em: 23 Jan 2015.

à OTAN” (YUSHCHENKO, 2006). Na Cúpula da OTAN de 2008, em Bucareste, a aliança considerou admitir a Geórgia e a Ucrânia à organização, emitindo uma declaração que confirmava o desejo de ver os dois ex-países soviéticos sob seu guarda-chuva: “esses países se tornarão membros da OTAN”. O vice Ministro das Relações Exteriores russo, Alexander Grushko, prontamente advertiu que “a entrada desses dois países na aliança seria um grande erro, que acarretaria sérias consequências para a segurança pan-europeia” (MEARSHEIMER, 2014, p. 3).

Como se pode depreender, o “flerte” entre a OTAN e a Ucrânia sempre foi duramente criticado pela Rússia, em especial durante a Era Putin, em que os laços entre os dois países eslavos se intensificaram. A Concepção de Política Externa Russa dos anos de 2008 e 2013 trazem, com igual destaque, o sentimento de rejeição do governo russo para com a alargamento da OTAN na Ucrânia:

Russia maintains its negative attitude towards the expansion of NATO, notably to the plans of admitting Ukraine and Georgia to the membership in the alliance, as well as to bringing the NATO military infrastructure closer to the Russian borders on the whole, which violates the principle of equal security, leads to new dividing lines in Europe and runs counter to the tasks of increasing the effectiveness of joint work in search for responses to real challenges of our time (RUSSIA, 2008; RUSSIA, 2013).

Um dos desdobramentos recentes da atual crise ucraniana também está relacionado ao avanço da OTAN sobre o país. Após a deposição de Viktor Yanukovitch, ascende ao poder Petro Poroshenko, mais inclinado às relações com o Ocidente. Uma de suas primeiras decisões foi renunciar à política de neutralidade ucraniana a blocos militares.

Vale ressaltar que, quando a OTAN decidiu iniciar as conversas para uma futura adesão da Ucrânia à aliança, em 2008, o então presidente Yanukovitch incluiu na Constituição ucraniana o não alinhamento de seu país a qualquer tipo de bloco militar, sejam eles ocidentais ou orientais. A inclinação de Poroshenko à OTAN é indubitável e isso leva a uma agudização do conflito entre os dois países eslavos. Dmitri Medvedev, primeiro-ministro russo, admitiu que “tratar de uma solicitação de entrada na OTAN transformaria a Ucrânia em um inimigo potencial da Rússia” (UKRAINE VOTES, 2014). Além disso, a nova Doutrina Militar russa, aprovada no final de 2014, nomeou a OTAN como um dos maiores riscos externos da Rússia.

3.3.3.2 O alargamento da União Europeia

A expansão da União Europeia para o Leste Europeu também tem promovido constantes atritos entre a Rússia e o Ocidente. O alargamento dos últimos dez anos – que incluiu a República Tcheca, Polônia, Eslovênia, Malta, Estônia, Lituânia, Letônia, Eslováquia, Hungria e Chipre, em

2004, e Romênia e Bulgária, em 2007 – trouxe a Europa para cada vez mais perto das fronteiras da Rússia.

Ilustração 11: Expansão da União Europeia para o Leste



Fonte: (PROFILE..., 2014)

Apesar de a ameaça protagonizada pela União Europeia não envolver diretamente assuntos militares e de segurança, isso não lhe retira o potencial ameaçador aos interesses russos. A ideia de Grande Potência, sustentada por Vladimir Putin, tem como um de seus principais vetores a capacidade de o país exercer atração mediante a pujança econômica. Logo, o destaque concedido à economia como fonte de poder faz com que a ameaça europeia granjeie para si uma periculosidade similar aos movimentos da OTAN. Dmitri Trenin (2011) faz a análise do sentimento russo a respeito da União Europeia:

Initially, the general view in Russia was that there was no such problem. People in Russia said: “Do whatever you like, so long as it’s not NATO. The European Union—by all means go ahead!” Two things about the EU appealed to Russia—the absence of Americans and the absence of armed forces. But after 2004 they viewed the situation differently: the accession of Poland and the Baltic countries shifted the balance within the EU in relation to Russia. The issue of transit through Kaliningrad *oblast* showed how much countries complicate matters for their neighbors by joining the EU, in comparison with joining NATO (TRENIN, 2011, p.51).

Os principais problemas de que trata Trenin referem-se a questões que se seguiram após a entrada dos países do Leste Europeu, a partir de 2004. As maiores discordâncias se concentram nos países bálticos, onde ainda existem contendas com relação às demarcações de fronteiras com a Estônia e o tratamento destinado às comunidades russas presentes nesse país e na Letônia. Com relação à Lituânia, a resolução das disputas têm avançado nos últimos anos, uma vez que o enclave russo de Kaliningrado (área não contígua à Rússia localizada na costa do Mar Báltico, entre a Polônia e a Lituânia) localiza-se junto às fronteiras lituanas, o que torna necessária a rápida resolução das desavenças entre os dois países (CHURRO, 2013, p. 163).

O fato de a força européia residir especialmente na economia facilita sua capacidade de atrair Estados não-membros, pois negociações comerciais atravessam mais livre e facilmente fronteiras do que exércitos e armamentos. Ou seja, existe maior possibilidade de que a União Européia fortaleça sua presença como parceira econômica da Ucrânia sem a formalidade da inclusão, do que a OTAN de realizar exercícios militares sem o ingresso ucraniano na organização. E é exatamente isso que Bruxelas tem tentado fazer, desde a independência ucraniana, para atrair esse país eslavo para sua área de influência.

Em 1994, ainda durante a presidência de Kravchuk – presidente com clara orientação pró-Occidente – a Ucrânia foi o primeiro país da CEI a assinar um acordo de parceria com a União Europeia. Em 1999, uma Estratégia Comum para a Ucrânia foi adotada e, em 2004, foi a vez de a Ucrânia entrar na Política Europeia de Vizinhança (PEV)⁶⁶.

Negociações comerciais, com o objetivo de formar uma área de livre comércio com a Ucrânia, estiveram em pauta durante anos entre Bruxelas e Kiev. Em Novembro de 2013, a desistência de Viktor Yanukovitch de assinar tal acordo impulsou protestos por todo o país, que culminaram na sua destituição e a consequente eleição de um presidente mais inclinado à Europa. O novo presidente, Petro Poroshenko, acabou assinando o acordo de livre comércio com a União Europeia, gesto seguido por seus homólogos na Geórgia e na Moldávia. Esses eventos apontam para a perspectiva de ampla integração econômica e livre acesso ao mercado da UE, que é composto por cerca de 500 milhões de pessoas. Os pactos alarmaram o Kremlin e Vladimir Putin ameaçou cortar o acesso ucraniano aos mercados russos caso os acordos sejam implementados (EMMOTT, 2014).

John J. Mearsheimer (2014) afirmou que o Ocidente há anos vem tentando minar a influência

⁶⁶ A PEV, criada pela UE em 2004, objetiva estruturar as relações da UE com os países que se encontram em sua periferia imediata, através da promoção de relações bilaterais, baseadas em Planos de Ações Individuais. O foco da PEV é a projeção da influência europeia sobre os países vizinhos que, em alguns aspectos, são estratégicos para a UE. Preocupa-se com a estabilidade política e econômica e com a sua contribuição para o comércio europeu e para o mercado de energia (petróleo e gás), pois são importantes fornecedores e rotas de passagem de oleodutos e gasodutos (PECEQUILLO, 2014, p. 121).

da Rússia sobre os países do Leste e isso tem sido realizado através de um “pacote triplo de políticas”: o alargamento da OTAN, a expansão da União Europeia e a promoção da democracia⁶⁷. Essa interferência ocidental alcançou seu ponto máximo em 2013, quando a tentativa de a Europa aprovar um grande acordo de livre comércio com a Ucrânia culminou em uma crise interna e externa sem precedentes na Ucrânia. Para Mearsheimer, as ações tomadas por Vladimir Putin durante a crise são compreensíveis:

Ukraine serves as a buffer state of enormous strategic importance to Russia. No Russian leader would tolerate a military alliance that was Moscow’s mortal enemy until recently moving into Ukraine. Nor would any Russian leader stand idly by while the West helped install a government there that was determined to integrate Ukraine into the West. Washington may not like Moscow’s position, but it should understand the logic behind it. This is Geopolitics 101: great powers are always sensitive to potential threats near their home territory. After all, the United States does not tolerate distant great powers deploying military forces anywhere in the Western Hemisphere, much less on its borders (MEARSHEIMER, 2014, p. 5).

Dessa forma, o autor conclui que a maior parte da responsabilidade da crise ucraniana recai sobre os EUA e seus aliados e que a única solução para a crise é o abandono completo dos seus planos de ocidentalizarem a Ucrânia. A melhor saída seria fazer dessa região uma zona neutra entre a OTAN e a Rússia para impedir que o país seja ainda mais prejudicado.

3.4 AS RELAÇÕES ECONÔMICAS: A ENERGIA COMO MOTOR DA DEPENDÊNCIA RECÍPROCA

O terceiro elemento de fundamental importância para compreender as relações entre a Ucrânia e a Rússia é o econômico. A herança dos tempos soviéticos ainda aflige a economia dos dois países, dada a grande dependência econômica e energética que Kiev tem de Moscou. O poderio russo passou a ser um elemento estratégico do Kremlin para manter sob sua órbita as antigas repúblicas soviéticas, motivo pelo qual a Rússia tem sido assertiva nos últimos anos em relação à ampliação do poder dos EUA e da UE na Ucrânia. O país eslavo representa um dos maiores compradores de produtos russos, em especial a energia. Logo, a perda desse importante mercado é vista como uma ameaça aos interesses do país.

⁶⁷ Mearsheimer afirma que o Ocidente tem tentado espalhar seus valores e promover a democracia a todo custo na Ucrânia e em outros países do CRS Pós-Soviético, e isso tem sido feito muitas vezes através do financiamento estatal a organizações e indivíduos que atuam nessa área. Como exemplo, os EUA investiram mais de 5 bilhões de dólares, desde 1991, para ajudar a Ucrânia a ter o “futuro que merece”. Parte de seu plano incluía financiar uma fundação sem fins lucrativos chamada “National Endowment for Democracy”, que iniciou mais de 60 projetos no país eslavo com o objetivo de estimular a sociedade civil ucraniana (MEARSHEIMER, 2014, p. 4).

Todavia, não se pode afirmar que haja somente uma dependência econômica unilateral da Ucrânia para com a Federação Russa. A Rússia também precisa de Kiev para manter sua influência econômica, já que o país ainda mantém planos de sedimentar sua condição de grande potência no sistema internacional, ou até mesmo de retomar o papel de superpotência revigorada no mundo multipolar com o qual sonha.

Além disso, a Ucrânia está localizada em uma área de importância geoconômica para a Rússia, o que a qualifica como rota de escoamento natural dos seus produtos para a União Europeia. Dentre esses produtos, o mais importante é a energia, transportada para a Europa via sistemas de gasodutos e oleodutos que passam pela Ucrânia até atingir os mercados da Europa. Ambos os países se tornaram fundamentais à permanência dos laços econômicos russos com os países europeus.

O estudo do elemento econômico será tratado a seguir com o foco central na questão energética, que é entendida como o principal motor da dependência recíproca entre Ucrânia e Rússia. O objetivo será revelar o porquê de a economia ser tão relevante para a compreensão das relações russo-ucranianas. Demonstrar-se-á, em primeiro lugar, a dependência ucraniana quanto ao petróleo e gás russo e, em seguida, tratar-se-á da relação inversa: a relevância que tem a Ucrânia para a Rússia atingir seus interesses no campo energético.

3.4.1 A economia ucraniana pós-1991: entre a Rússia e o Ocidente

A Ucrânia sempre foi considerada uma das mais ricas repúblicas da URSS. De acordo com Adam (2008), “fatores puramente geográficos e naturais como a posse de substanciais reservas minerais⁶⁸, um solo fértil e uma posição estratégica para a comercialização de produtos na Europa, somados a elementos socio-econômicos – como a mão-de-obra relativamente qualificada e a capacidade industrial da região leste do país – concediam um bom potencial à economia ucraniana”. Logo, com a sua independência, em 1991, os dirigentes do país acreditavam que esses bons índices econômicos do país conseguiriam libertar a Ucrânia da dependência russa e, assim, seguir o seu caminho natural, que era a aproximação com os mercados europeus.

O primeiro presidente da Ucrânia independente, Leonid Kravchuk, procurou reorientar a economia nacional em direção ao Ocidente, buscando novos parceiros com vistas a diminuir a dependência em relação à Rússia. Durante os quatro anos de seu governo, Kravchuk criou barreiras

⁶⁸ De acordo com Wilson (2002), a Ucrânia possui por volta de 5% das reservas minerais do mundo, incluindo o maior suprimento de titânio, a terceira maior reserva de ferro e 30% das reservas mundiais de manganês.

comerciais e outras medidas para dificultar a troca de produtos com a Rússia. O que logo foi percebido, contudo, era que o isolamento do comércio mundial, durante o período em que a Ucrânia esteve sob o jugo soviético, a impediu de acompanhar as potências ocidentais na Revolução Informacional, o que levou a uma perda de qualidade dos produtos ucranianos em relação a seus pares produzidos nos países capitalistas.

Essa dificuldade em adquirir mercado para seus produtos provocou o colapso da economia ucraniana logo nos primeiros anos de independência. Em 1991, o PIB caiu 10,6%, seguindo direção semelhante nos anos seguintes, até alcançar 22,9% em 1994 (ver tabela 2). Já a inflação seguia um caminho inverso: no ano de 1991 ela chegou a 91,2%, subiu para 1.210% em 1992 até atingir 5.371% em 1993. A crise também atingiu o setor energético, com constantes desentendimentos com a Rússia acerca do fornecimento e preço do gás (ADAM, 2008, p. 163).

Tabela 2: Evolução do PIB da Ucrânia entre 1991-2014

ANO	PIB UCRÂNIA	ANO	PIB UCRÂNIA
1991	-10,6	2003	9,6
1992	-17	2004	12,1
1993	-14,2	2005	2,7
1994	-22,9	2006	7,3
1995	-12,2	2007	7,9
1996	-10	2008	2,3
1997	-3,18	2009	-14,8
1998	-1,82	2010	4,1
1999	-0,2	2011	5,19
2000	5,93	2012	0,25
2001	9,23	2013	-0,04
2002	5,2	2014	-6,5

Fonte: World Economic Outlook elaborado pelo Fundo Monetário Nacional⁶⁹

A profunda crise econômica que abateu a Ucrânia nos primeiros anos como país independente foi suficiente para provocar a insurgência da classe industrial – localizada no sul e leste – contra o governo Kravchuk. Assim, o pleito presidencial de 1994 foi marcado pela vitória de um político mais orientado para as relações com a Rússia, Leonid Kuchma. O novo presidente ucraniano revogou o extremismo econômico de Kravchuk e reaproximou a Ucrânia e a Rússia, sem

⁶⁹ Dados disponíveis em: http://www.google.com/publicdata/explore?ds=k3s92bru78li6_&hl=en&dl=en#!ctype=l&strail=false&bcs=d&nsm=h&met_y=ngdp_rpch&scale_y=lin&ind_y=false&rdim=world&idim=world:Earth&idim=country:UA&ifdim=world&hl=en_US&dl=en&ind=false Acesso em: 23 Jan 2015.

abandonar, contudo, o desejo de diversificar as parcerias comerciais com os países europeus. A retomada do comércio com Moscou não impediu os ucranianos de continuarem tentando vender seus produtos no mercado europeu, pois era sabido que somente ao diversificar os seus parceiros comerciais seria possível se libertar da dependência econômica russa. O resultado disso foi ampliação gradativa da parceria comercial com a UE (ADAM, 2008, p. 168).

A primazia da Rússia no comércio ucraniano, foi, entretanto, mantida nos anos seguintes. Em 1994 e 1998, por exemplo, as exportações ucranianas para a Rússia ainda dominavam a sua pauta comercial, perfazendo, respectivamente, 40% e 23% do total, enquanto a fatia referente à UE era de 10% e 15%, respectivamente. A situação começou a se alterar nos anos 2000, com a UE galgando, cada vez mais, uma posição privilegiada na pauta comercial. Em 2005, as exportações ucranianas já eram majoritariamente destinadas à UE, sendo 26,9% do total, enquanto 21,9% iam para a Rússia. No tocante às importações, a Rússia ainda mantinha sua dominância: 35,6% eram destinados à Rússia e 32,9% à UE. Foi no ano seguinte, contudo, que os números se inverteram e a UE se transformou na maior parceira comercial da Ucrânia. Na exportação, 28,3% se destinava à UE, enquanto a Rússia mantinha a fatia de 22,5%. Situação semelhante ocorreu nas importações: a UE passou a galgar 34,7% do comércio ucraniano, enquanto a Rússia ficou com a fatia de 30,6%⁷⁰.

Os números em destaque demonstram que a política ucraniana voltada para a diversificação de seus parceiros comerciais tem obtido relativo sucesso, tendo em vista o destaque que a UE adquiriu no comércio exterior ucraniano. Em 2013, as estatísticas comerciais mostraram que a posição líder da UE continua firme, tanto nas importações quanto nas exportações⁷¹. Esse é um dos motivos que levam ao temor russo quanto a aproximação da UE com a Ucrânia, manifestada, por diversas vezes, em discursos oficiais e entrevistas. Sergey Lavrov, Ministro das Relações Exteriores Russo, recentemente acusou a União Europeia de “tentar criar uma esfera de influência na Ucrânia ao pressioná-la a escolher laços mais próximos com o bloco ocidental às expensas das relações com Moscou” (BACZYNSKA; HUDSON, 2014).

Por compreender que a aproximação Ucrânia-UE se torna cada vez mais irreversível, o governo Putin tem utilizado todas as suas armas para atrair Kiev de volta à sua esfera de influência. Nos últimos anos, o Kremlin tem persuadido a Ucrânia a entrar em sua União Econômica

⁷⁰ Fonte: ADAM, 2008, p. 169 e Interstate Statistical Commission of the Commonwealth of the Independent States: Disponível em: <http://www.cisstat.com/eng/> Acesso em: 23 Jan 2015.

⁷¹ Nas exportações, o mercado europeu é o destino de 26,5% dos produtos ucranianos, em comparação com os 23,8% destinados à Rússia. A situação é semelhante no que tange às importações: os europeus ficam com 35,1% da fatia, enquanto a Rússia detém 30,2% do comércio com Kiev. Fonte: Organização Mundial do Comércio (OMC). Disponível em: <http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Country=UA> Acesso em: 23 Jan 2015.

Eurasiática (em inglês, EEU), um acordo de integração total entre Belarus, Rússia e Cazaquistão que entrou em vigor no dia 1º de Janeiro de 2015⁷². Moscou tem feito inúmeras promessas de subsídios no campo energético e outros privilégios econômicos em troca da adesão ucraniana. De acordo com Dragneva e Wolczuk (2012), uma “rivalidade normativa” esteve em jogo nos últimos anos na Ucrânia: de um lado, a pressão europeia para a assinatura do acordo de livre comércio e, do outro lado, Vladimir Putin não economizava esforços para dissuadir Kiev a fazer parte da EEU. A seguir, as duas autoras abordam as propostas do governo russo:

Joining the EEU would apparently benefit Ukraine to the extent of \$219 billion of increased GDP [...]. The EEU would allow Ukraine to maintain access to the Russian market, particularly for agricultural products. Russia emphasizes that some of the Ukrainian agricultural products would be subjected to quotas even under the DCFTA [Deep and Comprehensive Free Trade Area], while the EEU offers wider market access. Participation in the EEU would also enable Ukraine to accrue the benefits of the re-creation of a technological research and development complex, which would be modernized and made more competitive. Russian officials and commentators highlight the prospects for equalization of technological levels, industrial cooperation and a common strategy of development. Therefore, according to this argument, joining forces in the EEU would bring a competitive advantage to Ukraine (DRAGNEVA; WOLCZUK, 2012, p. 10).

Interessante análise sobre a recusa do governo ucraniano é feita por Moshes (2013). O autor enfatiza quatro razões principais para a negação de Kiev a juntar-se à EEU. Em primeiro lugar, está a performance econômica controversa da EEU nos primeiros anos de sua existência⁷³. Em 2011, o comércio intra-bloco cresceu cerca de 34% e, em 2012, 15%. Esse crescimento, no entanto, se deve mais ao fato de as economias estarem se recuperando da crise de 2008 do que dos efeitos a curto prazo da EEU.

Em segundo lugar, Moshes (2014) indica que a oferta russa não tem credibilidade suficiente, devido à falta de confiança de Kiev em relação a Moscou. No passado, descontos no preço da energia também foram concedidos, mas acabaram não sendo cumpridos.

Em terceiro lugar, está a atitude negativa da União Europeia em relação à EEU, que indicou que os dois acordos – com a EEU e com a UE – são incompatíveis, pois haveria uma transferência

⁷² A UEE objetiva criar um bloco de integração econômica similar à União Europeia com garantias de livre circulação de serviços, mercadorias, capitais e mão-de-obra. Além disso, os três países almejam aplicar uma política coordenada nos setores econômicos-chave (indústria, energia, agricultura e transporte) e, no futuro, criar um mercado comum de energia elétrica e hidrocarbonetos. O acordo já está em vigor desde o primeiro dia do ano de 2015, valendo apenas para os três países que o assinaram até o momento: Rússia, Belarus e Cazaquistão. Armênia e Quirguistão também já firmaram o acordo e serão os próximos países a aderirem à UEE.

⁷³ Os três Estados já estão promovendo a integração de suas economias desde 2010, quando o território alfandegado comum foi criado, os controles de fronteira foram removidos e a Comissão Econômica Eurasiática foi estabelecida para assegurar o funcionamento e o desenvolvimento da união (MOSHES, 2013, p. 01).

de soberania para uma organização que não tem relações preferenciais com a UE.

Por fim, Moshes (2013) calcula que o risco político interno para Yanukovitch seria muito alto caso aderisse à EEU. Devido à polarização da sociedade ucraniana, a assinatura do acordo de acesso à União Eurasiática levaria a intensos protestos dos nacionalistas do oeste do país (MOSHES, 2012, p. 3-4).

No entanto, Adam (2008) enfatiza que, mesmo com a perda gradual do peso comercial que tinha para a UE, a Rússia continua detendo uma parcela importante do comércio exterior ucraniano. O autor ainda reitera que “quando se considera os países isoladamente, e não na qualidade de pertencentes a blocos regionais, a Rússia continua sendo o parceiro comercial mais efetivo da Ucrânia. Há estabilidade na proporção de exportações ucranianas para a Rússia desde, pelo menos, 1998”: a taxa de 23% daquele ano quase que se repetiu em 2005 (21,9%) e em 2013 (24%)⁷⁴, demonstrando que a indústria ucraniana depende do mercado russo para se manter. Ademais, quando se desconsideram os recursos energéticos, a balança de pagamentos ucraniana se torna superavitária em relação à Rússia. É perceptível, portanto, a importância do mercado russo para a Ucrânia. Há uma clara tendência de os produtos ucranianos manterem – e até mesmo aumentarem – o seu domínio em solo russo (ADAM, 2008, p. 170).

3.4.2 A dependência recíproca em termos energéticos

Como já exaustivamente abordado, a Ucrânia é um país importador de energia, enquanto a Rússia é o segundo maior produtor de gás natural e o terceiro maior produtor de petróleo do mundo⁷⁵. Essa constatação, sozinha, leva-nos a crer que haja uma dependência assimétrica nessa relação no tocante às questões energéticas. Todavia, essa afirmação esconde os fatos reais: tanto a Ucrânia depende da Rússia quanto a Rússia depende da Ucrânia para atingir seus objetivos econômicos. Assim, em contrapartida à necessidade ucraniana da energia russa, há uma dependência elevada de Moscou dos gasodutos e oleodutos situados em território ucraniano. Surge, então, uma dependência recíproca, na qual a Rússia necessita que a Ucrânia transporte seus recursos energéticos para a União Europeia – a maior consumidora dos combustíveis fósseis russos – ao mesmo tempo em que Kiev continua atada ao fato de que, sem a energia russa, sua economia entra em colapso.

⁷⁴ Fonte: Observatory of Economic Complexity. Disponível em: <http://atlas.media.mit.edu/profile/country/ukr/>. Acesso em: 23 Jan 2015.

⁷⁵ Fonte: EIA data: Russia. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=RS>. Acesso em: 23 Jan 2015.

Em 2012, um pouco menos da metade da energia consumida na Ucrânia (40%) proveio do gás natural, enquanto em segundo lugar estava o carvão (28%) e a energia nuclear em terceiro (18%). Somente uma pequena porção da energia consumida pelo país provém do petróleo, outros combustíveis líquidos e fontes renováveis. Os números mostram que a economia ucraniana é altamente dependente da importação de gás natural, visto que, em 2012, o país consumiu aproximadamente 1,8 trilhão de metros cúbicos de gás, mas sua produção interna só foi capaz de fornecer 37% do consumo total doméstico⁷⁶. Essa necessidade interna de gás de quase dois terços é suprida majoritariamente pela Rússia (cerca de 95% em 2013) e, em menor número, pelo Cazaquistão, Azerbaijão e Turcomenistão. Porém, é necessário salientar que os gasodutos que entregam o produto desses três países para a Ucrânia estão localizados em solo russo, o que mostra que “a Rússia está envolvida na compra ucraniana de gás, mesmo quando ela não é produtora do bem” (ADAM, 2008, p. 210).

A Ucrânia é a segunda maior importadora de gás da Rússia – perdendo o primeiro lugar apenas para a Alemanha – além de ter em seu território grande parte da infraestrutura por onde passam o gás natural e o petróleo russo em direção à Europa. A grande dependência ucraniana desequilibra a balança em favor da fornecedora Rússia, que tem no gás natural uma ferramenta valiosa para conservar Kiev em sua esfera de influência. Em função disso, Moscou tem utilizado a sua posição privilegiada para pressionar a Ucrânia através de cortes no fornecimento de gás, o que tem levado a constantes conflitos entre os dois países. É sabido que as relações energéticas entre Rússia e Ucrânia têm sido marcadas por dificuldades desde a dissolução da URSS, pois são constantes os desentendimentos a respeito dos preços do gás, da acumulação de débitos ucranianos com as empresas russas de energia e de acusações de roubo de gás através dos sistemas de trânsito (VAROL, 2013, p. 282).

De acordo com Stern (2006), as relações russo-ucranianas dos anos 1990 foram caracterizadas pela dificuldade de pagamento das importações vindas de Moscou, ocasionando um grande débito com as empresas fornecedoras de energia. Com isso, a Rússia reduziu o fornecimento de gás para Ucrânia, em parte como forma de forçar o pagamento dos débitos anteriores, mas também para pressionar Kiev a ceder um maior controle da Frota do Mar Negro e a destruir seu estoque de armas nucleares remanescente. Esses eventos demonstram como a Rússia sempre utilizou a energia como moeda de troca para alcançar seus interesses com a vizinha Ucrânia.

O período entre 1998 e 2000 foi ainda mais problemático para as relações energéticas russo-

⁷⁶ Todos os dados apresentados são fornecidos pela EIA Country Analysis: Ukraine. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=up>. Acesso em: 23 Jan 2015.

ucranianas. Devido à crise econômica de 1998, tensões se elevaram em função do preço do gás fornecido; da dívida ucraniana, que chegou a 1,6 bilhões de dólares; e, em especial, quanto ao gás desviado dos oleodutos⁷⁷, o que levou à paralisação temporária de fornecimento de gás e petróleo para a Ucrânia em 1999. A recorrência de acusações de roubo de energia levaram a discussões, na Rússia, a respeito da construção de gasodutos que não passassem pela Ucrânia, diminuindo a dependência de Moscou da infraestrutura localizada no país eslavo (VAROL, 2013, p. 284).

Em Agosto de 2004, a *Gazprom* e a *Naftogaz*⁷⁸ assinaram um acordo, em que ficou definido o preço do gás fornecido para a Ucrânia, bem como foram liquidados os débitos anteriores. No entanto, os resultados da eleição presidencial em Kiev, naquele mesmo ano, surpreenderam o Kremlin, que passou a criticar as políticas de Yushchenko de aproximação da UE e da OTAN. Em função disso, Moscou exigiu uma revisão no acordo de 2004, triplicando os preços do gás que seriam fornecidos a Kiev. O presidente Yushchenko, no entanto, se voltou à diversificação de parcerias para diminuir a dependência ucraniana do gás russo, decidindo pela assinatura de um acordo de cooperação estratégica com o Turcomenistão. Conforme esse acordo, a *Turkmenneftegaz* forneceria 50-60 bcm de gás natural para a Ucrânia de 2006 a 2026 (VAROL, 2013, p. 285).

Nos últimos dias de 2005, Rússia e Ucrânia iniciaram as negociações acerca dos novos preços do gás natural a ser pago pela última e das taxas de transporte do produto até a Europa a serem suportadas por parte da primeira. A *Gazprom* desejava cobrar entre US\$ 160,00 e US\$ 230,00 por mil metros cúbicos de gás natural, preço de venda para os países da Europa Central e Ocidental, enquanto a estatal ucraniana *Naftogaz* afirmava que não podia pagar mais de US\$ 80,00 por mil metros cúbicos do produto. As partes não chegaram a um acordo, razão pela qual no mês de janeiro de 2006 o governo russo permitiu que a *Gazprom* cortasse por quatro dias o fornecimento de gás ucraniano. A medida do Kremlin foi severamente criticada na mídia européia (NYGREN, 2007, p. 61-62; VAROL, 2013, p. 285-286).

Para Adam (2008), foram duas razões: a primeira é que o corte no fornecimento ocorreu pouco tempo após a Revolução Laranja, o que caracterizava um certo sentimento de vingança da Rússia pelas manifestações vindas do governo de Yushchenko. A segunda razão se relaciona com o fato de que a grande maioria do gás natural russo vendido na Europa é exportada via sistema de dutos da Ucrânia. Assim, quando a Rússia interrompeu o fornecimento para os ucranianos, estes se apossaram do gás natural que supriria os mercados da Europa, ocorrendo o corte no abastecimento

⁷⁷ Alegava-se que a Ucrânia estava desviando cerca de 10 bilhões de metros cúbicos de gás da *Gazprom*, o que equivalia a um terço do que havia sido exportado para os países da Europa Oriental (NYGREN, 2007, p. 60).

⁷⁸ A *Naftogaz* é a principal empresa de gás ucraniana, que foi estabelecida em 1998.

de vários países da UE (ADAM, 2008, p. 212). Essa “guerra virtual do gás”, como é chamada por Bertil Nygren (2007), terminou em janeiro de 2006 quando as partes chegaram a um acordo no qual o fornecimento de gás para a Ucrânia seria feito através de uma companhia intermediária, a *Rosukrenergo*, localizada na Suíça, que revenderia a energia por 95 dólares. Putin e Yushchenko saudaram o acordo, mas não evitou intensas críticas na Ucrânia (NYGREN, 2007, p. 61).

Em 2009, uma nova crise debilitou as relações entre os dois países. Em Dezembro de 2008, a Gazprom anunciou que seria interrompido o fornecimento de gás para a Ucrânia a partir de Janeiro, a não ser que o país fizesse um acordo com Moscou sobre os débitos anteriores. Como o acordo não foi alcançado, a Rússia suspendeu o fornecimento de gás, o que afetou, também, o abastecimento na Polônia, Eslováquia, Hungria e, sobretudo, Bulgária e Romênia. O fornecimento só foi normalizado duas semanas depois, o que afetou profundamente a reputação da Rússia como supridora de energia para a Europa e da Ucrânia como um país de trânsito. Os dois lados finalmente chegaram a um acordo poucos dias depois, em que os primeiros ministros Putin e Timoshenko, junto com representantes da *Gazprom* e da *Naftogaz*, assinaram um contrato que cobriria o período de 2010-2019 (VAROL, 2013, p. 286-287).

De acordo com Adam (2008), os recorrentes episódios conflituosos na relação russo-ucraniana no tocante à energia revelam a grande dependência de Kiev em relação ao gás de Moscou. A dinâmica fornecedor *versus* consumidor concede à Rússia uma posição muito lucrativa em relação à Ucrânia, pois a indústria energética russa não precisa do mercado consumidor ucraniano para obter lucro da forma como precisa dos consumidores europeus. A dependência energética ucraniana está na raiz das suas relações econômicas com a Rússia, pois o país necessita de energia para se manter em funcionamento.

Nos últimos anos, a preocupação com a dependência excessiva do gás russo tem levado a Ucrânia a desenvolver novos projetos e parcerias em busca de soluções para diversificar o fornecimento de gás para o país. O gasoduto Voyany-Uzhgorod, que liga a Eslováquia à Ucrânia, inaugurado em Setembro de 2014, se tornou uma importante fonte de diversificação para Kiev.

Ilustração 12: Rota do gasoduto Voyany-Uzhgorod



Fonte: (SLOVAKIA, 2014)

Em Fevereiro de 2015, o Primeiro Ministro ucraniano, Arseny Yatsenyuk, orgulhosamente apresentou números que demonstram que, em 2014, a Ucrânia conseguiu diminuir a sua dependência do gás russo, que foi de cerca de 95% em 2013, para apenas 33%. Em 2014, o país importou 5,1 bilhões de m³ de gás da Europa, uma cifra inédita. Da Rússia, houve uma queda de 80% nas importações, alcançando 14,5 bilhões de m³ importados em 2014. Yatsenyuk afirmou em entrevista que “we have proved that we are able to get rid of Russian gas dependence” (UKRAINE TO DITCH..., 2015).

According to the state-run gas supply and transit company Ukrtransgaz, the country imported 5.1 billion cubic meters (bcm) of gas from Europe in 2014, which is 59 percent more than in 2013. The increase was due to the new Voyany-Uzhgorod pipeline opening in September 2014, which allowed Slovakia to supply 3.6 bcm, Poland 0.9 bcm, and Hungary 0.6 billion cubic meters. In 2014 Ukraine saved about \$1.5 billion by buying cheaper European hydrocarbons. Imports from Russia decreased 80 percent in 2014 falling to 14.5 billion cubic meters (UKRAINE TO DITCH, 2015).

Além do gasoduto Voyany-Uzhgorod, as recentes descobertas de depósitos de gás de xisto na Ucrânia fornecem uma esperança adicional para que o país abandone definitivamente a sua dependência do gás russo. Duas grandes bacias de gás de xisto foram localizadas até agora no país: uma na Bacia Dnieper-Donets, contendo cerca de 1,34 trilhões de m³ de gás, e outra localizada na divisa com a Polônia, que se estima conter até 15 vezes mais que a bacia de Barnett, nos EUA, uma das maiores do mundo⁷⁹. No longo prazo, há boas perspectivas para que o gás de xisto diminua a

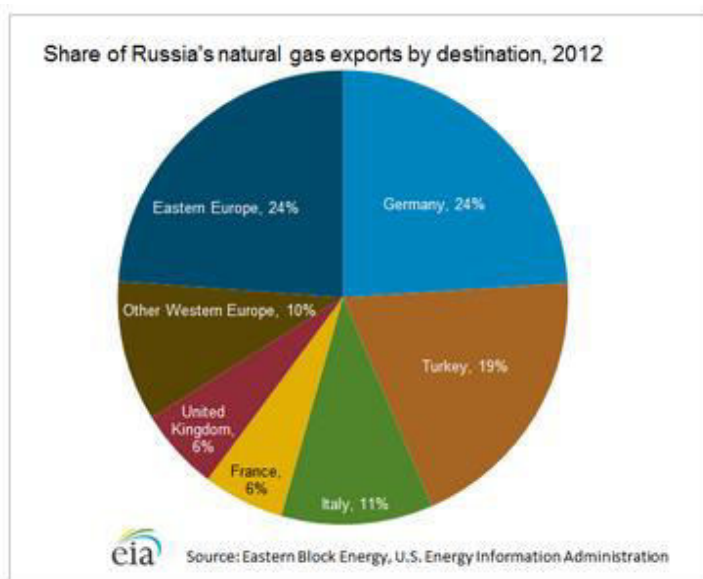
⁷⁹ Fonte: Gorshenin Institute. Disponível em: http://gorshenin.eu/news/118_shale_gas_market_opportunities_and.html.

dependência ucraniana do gás natural russo e até mesmo consiga ser auto-suficiente em energia.

Quando a URSS se desintegrou, mais de 90% das exportações do gás russo passavam pela Ucrânia. Por notar a alta dependência que os russos tinham de seu território, os ucranianos começaram a exigir algumas preferências, como a diminuição do preço do gás e um aumento do valor pago pelo trânsito por seus gasodutos.

Assim, é inegável que haja uma dependência mútua entre Rússia e Ucrânia em termos energéticos. A Rússia necessita da infraestrutura ucraniana de gasodutos e oleodutos para levar gás e petróleo a seus principais compradores, os países europeus. De acordo com a EIA, a grande maioria dos destinos russos para exportação de petróleo estão localizados no mercado europeu (79%), em particular na Alemanha, Holanda e Polônia. Já para o gás natural, a situação é similar. A ilustração 13 consegue mostrar com clareza a importância que os mercados europeus têm para o comércio exterior russo de gás.

Ilustração 13: Destinação do gás natural russo (2012)



Fonte: EIA⁸⁰

Acesso em: 24 Jan 2015.

⁸⁰ Todos os dados foram retirados do EIA Country Overview: Russia: Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/cab.cfm?fips=RS>. Acesso em: 24 Jan 2015.

A Rússia tem consciência que a interdependência nas relações com a Ucrânia leva a uma perda de seu poder de pressão sobre o país vizinho, pois, ao interromper a entrega de energia por falta de pagamento, os mercados europeus sofrem com a suspensão no fornecimento de energia. Além disso, há um sério comprometimento da imagem da Rússia e da Gazprom como parceiros comerciais confiáveis e leais, como ficou claro após a crise de 2009, que Varol (2013) expõe:

As a result of the 2009 crisis, Gazprom's reputation as a reliable energy supplier has been irreparably damaged. As a major part of European citizens were directly and seriously affected by the disruption. In addition to that the main lesson learned from the crisis should be that prevailing geopolitical realities, Russia and Ukraine are not reliable suppliers of gas. After the crisis, EU began to re-discuss the strategy of diversification of resources forcing Europe to advance its search for alternative supply options (VAROL, 2013, p. 251).

Como já dito, a Ucrânia é rota de exportação de cerca de 60% do gás natural vendido pela Rússia ao mercado europeu. Logo, Kiev efetivamente utiliza de sua condição de principal país de trânsito do gás russo para a Europa para aliviar a pressão política exercida pelo Kremlin. Prova disso é a constância com que ocorrem interrupções de fornecimento devido à falta de pagamento por parte da Ucrânia e isso não é suficiente para dissuadir o governo ucraniano a negociar.

O governo ucraniano tem consciência de que a suspensão do abastecimento para seu país atinge severamente o recebimento de gás pelos países europeus, o que prejudica a imagem russa perante Bruxelas. O tabelamento dos preços do gás importado pela Ucrânia é outra demonstração de sucesso obtido por Kiev, visto que, nas negociações bilaterais empreendidas, a Rússia consegue avançar apenas muito lentamente no seu projeto de equiparar os valores pagos pelos países da CEI pela energia recebida aos patamares de mercado. Isso mostra que a Ucrânia continua recebendo subsídios indiretos pelo gás natural que recebe da Rússia.

A dependência das rotas de transporte de energia localizadas em solo ucraniano, somada às perdas de capital da Rússia devido à dificuldade em aumentar o preço do gás fornecido ao país, indicam a desconfortável situação em que a grande potência se vê obrigada a ceder parte de seus interesses a países que antes dominava imperialmente. Diante disso, a Rússia tem empreendido esforços para mudar esse quadro.

Em primeiro lugar, tem procurado adquirir parcelas das empresas de distribuição de energia ucranianas, o que não tem sido bem sucedido até o momento, devido às constantes recusas de Kiev de ceder parte de sua principal companhia, a *Naftogaz*. Ademais, em 2004, foi firmado um acordo

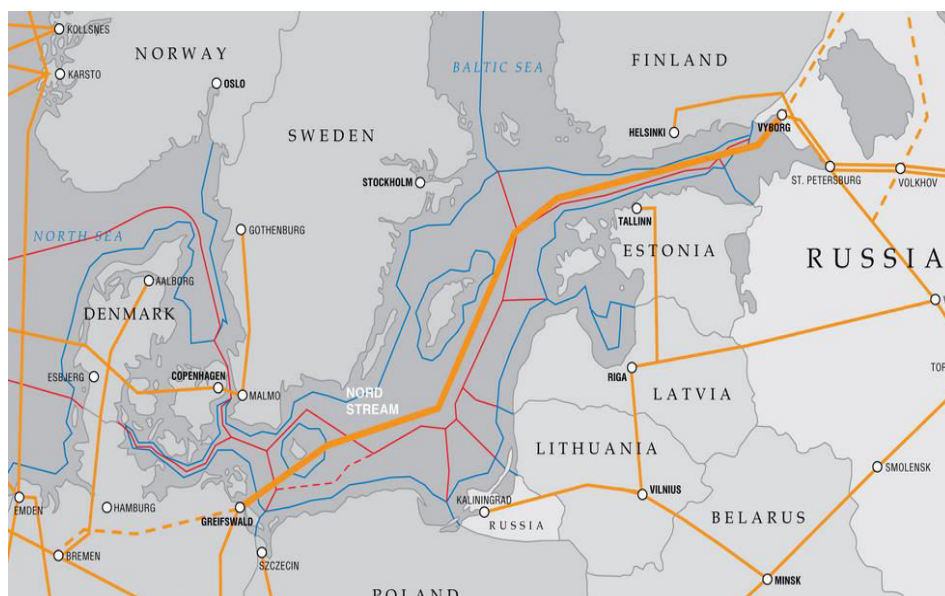
entre os dois países para a modernização do sistema de transportes de gás ucraniano, para o qual foi criada uma empresa conjunta. Entretanto, a Revolução Laranja, no final daquele ano, pôs fim aos anseios russos, pois as novas autoridades do país decidiram romper os acordos firmados. A segunda tática empreendida por Moscou é a de assegurar a cooperação com os países da Ásia Central que possuem reservas de gás natural e petróleo em abundância (ADAM, 2008, p. 217).

O terceira estratégia russa para diminuir sua dependência da infraestrutura ucraniana é construir de gasodutos e oleodutos que evitem passar pelo território do país vizinho. O plano empreendido por Moscou cabe uma análise mais aprofundada. Como já foi visto anteriormente, três são os gasodutos que passam pela Ucrânia: o *Soyuz*, o *Bratsvo* (Brotherhood) e o *Trans-Balkan*. Além de gasodutos, há ainda uma ramificação do oleoduto *Druzba* atravessando o território do país em direção à Europa. Por esse sistema de trânsito são transportados atualmente cerca de 60% de todo o gás russo que vai em direção à Europa. É necessário salientar que esse patamar era de 80% até 2011, quando entrou em operação a primeira linha do gasoduto *Nord Stream*. Esse gasoduto, junto com o *Blue Stream*, *South Stream* e o *Yamal-Europe*, foram projetados para levarem o gás russo em direção aos seus mercados consumidores sem passar pelo território ucraniano.

O gasoduto *Nord Stream* foi idealizado para evitar todo e qualquer país de trânsito. Ele sai da cidade russa de Vyborg, atravessa o Mar Báltico e chega à cidade de Greifswald, na Alemanha. Sua função é abastecer o mercado alemão (o principal comprador de gás russo) e, também, a Holanda e os países escandinavos. O gasoduto entrou em operação em 2011, mas há projetos para a implantação de uma nova ramificação. O objetivo é atender diretamente o mercado inglês⁸¹.

⁸¹ Fonte: Gazprom. Disponível em: <http://www.gazprom.com/about/production/projects/pipelines/nord-stream/>. Acesso em: 24 Jan 2015.

Ilustração 14: Caminho do Nord Stream da Rússia até a Alemanha



Fonte: Gazprom

Outro gasoduto projetado pela Rússia a fim de evitar o trânsito pela Ucrânia é o *Blue Stream*. Esse sistema de dutos liga a cidade russa de Izobilnoye, passando por Samsun e chegando à Ancara, na Turquia, via Mar Negro.

Além de escapar do território ucraniano, “o objetivo russo com o projeto é diversificar seus compradores, com o ingresso no mercado turco e, posteriormente, nos mercados de Israel e Síria” (ADAM, 2008, p. 220). A construção do gasoduto – que tem 1.213 Km de, sendo que 372 são submersos – começou em 2001 e, em 2003, o fornecimento comercial de gás foi iniciado. Atualmente, a capacidade de transporte anual do gasoduto é de 16 bilhões de m³. Segundo o site da *Gazprom*, em Março de 2014, a quantidade de gás fornecida via *Blue Stream* desde o início de suas operações foi de 100 bilhões de m³⁸².

⁸² Fonte: Gazprom. Disponível em: <http://www.gazprom.com/about/production/projects/pipelines/blue-stream/>. Acesso em: 24 Jan 2015.

Ilustração 15: Caminho do Blue Stream da Rússia até a Turquia



Fonte: Gazprom

Há, também, o projeto de um novo gasoduto conduzido pela *Gazprom*, o *South Stream*. Através desse gasoduto, a Rússia forneceria gás natural via Mar Negro para a Bulgária, que posteriormente o distribuiria para a Grécia, Itália, Eslovênia, Hungria, Sérvia e Áustria. A construção do sistema de dutos foi iniciada em 2012, com previsão de início das operações para 2015. No entanto, no final de 2014, Vladimir Putin anunciou o abandono do projeto, em virtude da dificuldade de conseguir autorização da Bulgária para passar com o gasoduto por seu território⁸³. O cancelamento do projeto é uma das consequências da crise ucraniana de 2014, que levou a duras sanções econômicas contra a Rússia. O anúncio da desistência russa de continuar com o projeto, feito por Vladimir Putin, foi seguida por intensas críticas à União Europeia, a qual ele classificou de “não ter uma postura construtiva e de obstaculizar o projeto” (VLADIMIR PUTIN CANCELA, 2014).

Como alternativa ao projeto do *South Stream*, Rússia e Turquia assinaram um memorando de entendimento, em Dezembro de 2014, que viabiliza a construção de um novo gasoduto, o *Turkish Stream*, atendendo aos interesses propostos no projeto cancelado.

⁸³ Na verdade, foi a UE que causou a obstrução do projeto. A Comissão Europeia anunciou aos líderes da Bulgária e da Sérvia (ambos países-membros da UE) que eles não tinham o direito de firmar tais acordos sem o consentimento da Comissão. Afirmava-se que o projeto deveria ter sido realizado no marco do Terceiro Pacote Energético da UE e, portanto, para que ele seguisse em frente, a Gazprom deveria arcar integralmente com todos os custos (PRAVOSUDOV, 2015).

Esse novo gasoduto – que é esperado que tenha sua primeira linha de transmissão completada já em 2016 – distribuirá o gás russo para a Turquia via Mar Negro. Alguns países europeus já demonstraram interesse em adquirir o gás na fronteira entre a Grécia e a Turquia, o que tem sido altamente criticado pela Comissão Europeia, que classifica a rota ucraniana como “mais correta e segura” (PRAVOSUDOV, 2015).

Ilustração 16: Caminho do projeto do Turkish Stream da Rússia até a Turquia



Fonte: (RÚSSIA AND TURKEY..., 2015)

O último projeto levado a cabo pela Rússia é o *Yamal-Europe*. Esse megaprojeto foi iniciado em 1994 e, em 2006, entrou em operação carregando o gás russo desde a região de Yamal, passando por Belarus e Polônia até chegar na Alemanha.

Ilustração 17: Caminho do Yamal-Europe da Rússia até a Alemanha



Fonte: Gazprom

Em 2013, foi iniciadas conversas a respeito da ampliação do gasoduto pré-existente, projeto que ganhou o nome de *Yamal-Europe 2*. Estudos estão sendo concluídos com o objetivo de colocar em prática a condução do projeto, que visa aumentar a capacidade de abastecimento de gás na Polônia, Eslováquia e Hungria, reduzindo os custos de transmissão.

Ao analisar as políticas conduzidas por Moscou com o objetivo de afastar a dependência existente perante a Ucrânia, percebe-se que, até o momento, poucos avanços foram alcançados. Apesar de a dependência dos gasodutos ucranianos terem diminuído de 80% para cerca de 60% após a implantação do *Nord Stream*, não se poder negar que a necessidade de se usar o sistema de transportes da Ucrânia ainda é muito elevada, o que deixa Moscou com um poder de influência limitado sobre o país vizinho.

Entretanto, nota-se que a dependência russa das rotas de trânsito ucranianas não se dá na mesma intensidade da dependência que Kiev tem dos recursos energéticos russos, pelo menos por enquanto. Faz-se necessário salientar, todavia, que o anúncio de que o país conseguiu diminuir a dependência do gás russo em 2014 é uma importante reviravolta nas relações energéticas entre os dois países. Mesmo havendo outros fatores econômicos que mantêm atadas Kiev e Moscou, é importante ressaltar que sem os recursos energéticos, a Rússia não teria suficientes privilégios econômicos que justifiquem exercer poder político sobre o vizinho eslavo (ADAM, 2008, p. 226).

CAPÍTULO 4: ENTRE A RUSSIFICAÇÃO E A ROMENIZAÇÃO: AS RELAÇÕES DA MOLDÁVIA COM A RÚSSIA

“Russia will maintain its active role in the political and diplomatic conflict settlement in the CIS space; it will participate, in particular, in the settlement of the Transdnistria problem on the basis of respect for the sovereignty, territorial integrity and neutral status of the Republic of Moldova while providing a special status for Transdnistria”.

Rússia (2013)

A declaração acima faz parte do documento “Concepção de Política Externa da Federação Russa”, publicado em 2013, que demonstra o papel destacado que tem a Moldávia para a política externa de Vladimir Putin. O pequeno país de apenas 33.850 Km² – localizado no Leste Europeu e espremido entre a Ucrânia e a Romênia – possui uma população de apenas 3 milhões e meio de habitantes, que se divide em diversos grupos étnicos.

Ilustração 18: Mapa da Moldávia, com destaque para a região da Transnístria e da Gagaúzia



Fonte: (MEFFORD, 2014)

De acordo com o Censo de 2004, 75,8% da população moldava é composta por moldavos/romenos étnicos, enquanto 8,4% são ucranianos, 5,9% são russos e 4,4% são gagauzes⁸⁴. Esses números demonstram que, de forma semelhante à Ucrânia, a Moldávia é uma nação multicultural, o que a expõe a diversos conflitos identitários dentro de seu território, como ocorre nos casos da Transnístria e da região da Gagáuzia.

Em Agosto de 1991, a Moldávia se tornou um Estado soberano pela primeira vez em sua história. Diferentemente da Ucrânia, que conheceu dois breves períodos como Estado independente, o Estado moldavo surgiu naquele ano após a desintegração da União Soviética. Foram seis séculos de vinculação a três impérios diferentes – o Otomano, o Áustro-Húngaro e o Russo – além da associação com a vizinha Romênia, que contribuíram para a heterogeneidade cultural no país. Atualmente, a Moldávia é palco de dois conflitos separatistas que envolvem questões identitárias: um no sul do país, na Gagáuzia, região autônoma do governo central de Chisinau, composta por 155 mil habitantes de etnia gagauz e falante da língua turca; e na Transnístria, região ao leste do país, composta por 500 mil habitantes (sendo que um terço é de etnia russa) que não aceitam a “moldavização” implementada por Chisinau após a independência do país.

A relação entre Rússia e Moldávia distingue-se daquela existente com a Ucrânia. O conflito na região autônoma da Transnístria permanece o foco de tensão e instabilidade entre os dois países, constituindo um elemento central no relacionamento bilateral Rússia-Moldávia. O apoio russo ao governo autoproclamado e não reconhecido de Tiraspol complica o relacionamento com o governo central, onde pesa também o reconhecimento de Chisinau da necessidade de boas relações com Moscou.

O presente capítulo tem um foco similar ao capítulo três: demonstrar quais elementos contribuem para explicar a importância que tem a Moldávia para a política externa russa, por esse motivo, seguirá um arcabouço semelhante. Nicole Jackson (2003) identifica quatro interesses centrais da Rússia na República Moldava, dos quais podem se traçar paralelos com os critérios identitários, geopolíticos e econômicos estabelecidos por Adam (2008) e com a concepção alargada de segurança seguida pela teoria dos Complexos Regionais de Segurança.

Em primeiro lugar, a prevenção da reunificação com a Romênia – para os russos, a união entre os dois países consequentemente levaria a Moldávia para a área de influência ocidental. Esse elemento, portanto, se aproxima do critério geopolítico e de uma ameaça à segurança estratégico-militar do país.

84

Todos os números aqui apresentados foram retirados da página The World Factbook, da CIA. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/md.html>.

Em segundo está a proteção dos russos étnicos da Moldávia e dos falantes de russo do país – para a Rússia, essa é uma questão de proteção da identidade russa. A existência de uma grande população de descendentes de russos no país é um dos argumentos centrais usados pela política externa de Moscou para obter apoio da opinião pública russa para envolver-se na região.

Em terceiro lugar, a continuação da presença militar na região – esse é outro critério que tem a ver, novamente, com a questão geopolítica e a segurança estratégico-militar do país. Manter tropas ativas na área conflituosa da Transnístria é um elemento de persuasão para assegurar a influência russa na região e afastar os interesses ocidentais.

E, por último, a preservação ou renovação dos laços econômicos russos com a região – esse último critério se aproxima tanto do elemento geopolítico quanto do econômico (e, como consequência, das ameaças às seguranças militar e econômica). Isso ocorre porque a Moldávia é um importante pólo de dependência econômica da Rússia, que utiliza essa situação de subordinação para afastar os interesses ocidentais e assegurar a Moldávia como área de influência de Moscou. Além disso, a sua localização estratégica a põe como um dos três principais países de trânsito do gás russo que é distribuído para a Europa. Manter o país sob a influência da Rússia assegura os interesses econômicos desse país, muito centrados na energia, seu principal produto exportado.

Entende-se, portanto, que a teoria dos CRS e a compreensão dos três elementos consegue abarcar de forma satisfatória as principais questões de política externa que estão em pauta na atualidade, motivo pelo qual serão explorados neste capítulo de forma similar à realizada no capítulo três.

Sendo assim, a divisão deste capítulo será feita à semelhança do capítulo dedicado à Ucrânia, pois, dessa forma, atingir-se-á o objetivo desta pesquisa, que é a comparação do tratamento dado pela Rússia à Ucrânia e à Moldávia. A divisão será conduzida em quatro partes: primeiro, destacar-se-á a importância da Moldávia para a política de “Grande Potência” de Vladimir Putin; em seguida, serão discutidos os três elementos centrais para a relação russo-moldava, a identidade, a geopolítica e a economia.

4.1 A IMPORTÂNCIA DA MOLDÁVIA PARA A POLÍTICA DE GRANDE POTÊNCIA DE VLADIMIR PUTIN

Em *“Foundations of Geopolitics: The Geopolitical Future of Russia”*, Aleksandr Dugin, encoraja os russos a reconstruírem seu “grande espaço” na Eurásia. O livro tem tido grande influência entre os militares, a elite e os formuladores da política externa nos anos da Era Putin, o

que demonstra que a doutrina de “Grande Potência” já é um valor tradicional de toda a sociedade russa. Como já mencionado no capítulo anterior, a transformação da mentalidade do país a esse respeito se materializou com a chegada de Vladimir Putin à presidência, em 1999. Desde então, a recuperação do *status* de superpotência se tornou um dos objetivos primordiais a serem buscados pelo governo central. Prova disso está no documento “Concepção de Política Externa da Federação Russa”, de 2000, instituído logo após Putin assumir a presidência, onde se afirma que os principais esforços da política externa russa deveriam ser direcionados a:

To ensure reliable security of the country, to preserve and strengthen its sovereignty and territorial integrity, to achieve firm and prestigious positions in the world community, most fully consistent with the interests of the Russian Federation as a great power, as one of the most influential centers of the modern world, and which are necessary for the growth of its political, economic, intellectual and spiritual potential (RUSSIA, 2000).

Após um período conturbado de perda de seu *status* de superpotência, de reconhecimento e de respeito internacionais durante a Era Yeltsin, Putin prometia não apenas estabilidade e prosperidade, mas também o fim da humilhação nacional (NODIA, 2009, p. 36). Um dos vetores dessa nova política era buscar mais assertividade no seu “Exterior Próximo”, ou seja, entre os países do Complexo Regional de Segurança Pós-Soviético. A criação de um novo sistema de relações internacionais regionais no ex-espço soviético se tornou uma das grandes metas da liderança russa. É por esse motivo que a CEI se tornou a prioridade máxima da política externa sob os auspícios de Vladimir Putin.

Quando comparada com a Ucrânia, a Moldávia não possui a mesma posição estratégica geográfica e geopolítica, muito devido ao fato de não possuir uma fronteira comum com a Rússia. No entanto, uma análise mais abrangente descortina que o pequeno país se encontra entre a Ucrânia e a Romênia, ou seja, está diretamente em divisa com a UE. Esse fato revela os interesses centrais da Rússia para com a Moldávia: o país, junto com Ucrânia e Belarus, são parte de uma *buffer zone* estratégica que não apenas protege, mas também separa a Rússia do Ocidente. Manter o país sob a esfera de influência de Moscou mostra-se, portanto, como uma das grandes prioridades da política externa russa, por garantir a segurança militar de seu CRS do Teatro Ocidental.

A mudança das fronteiras do Leste Europeu após a entrada de novos membros na UE e na OTAN a partir de 2004 foi a principal catalisadora das novas relações russo-moldavas. A entrada da Romênia na OTAN, em 2004, e na UE, em 2007, e o constante flerte da Moldávia com os dois atores extra-regionais alterou significativamente as políticas de Moscou em relação à Chisinau. A transformação do país em vizinho imediato da OTAN e da UE demandou uma assertividade maior do Kremlin nas áreas econômicas e políticas, de forma a manter sua influência na nação moldava.

Além disso, foi necessário manter uma postura diferenciada em relação ao conflito transnístrio.

A nova estratégia de Putin incluía expandir os interesses das empresas russas no país, de forma a contrabalancear as empresas europeias e norte-americanas presentes na Moldávia e a assegurar a sua segurança econômica. Assim, investidores russos adquiriram empresas em setores da indústria pesada (*Moldova Cable Industry*, adquirida pela *Saint Petersburg's ServCable*), nos setores agrícolas (em 2003, a *Moscow Inter-republican Wine-making Factory* comprou a *Calaras*, que atuava no ramo de vinhos) e, em especial, nos setores de energia elétrica e de infraestrutura, onde a Rússia demonstrou forte interesse em participar do processo de privatização conduzido pelo país (SECRIERU, 2006, p. 302-303).

O ingresso russo nos domínios econômicos moldavos foi seguido, também, por uma forte ofensiva diplomática. Entendia-se que a completa resolução do conflito na Transnístria conduziria a Moldávia definitivamente para a órbita de Moscou. Assim, em 2003, a Rússia propôs um acordo – chamado de Memorando Kozak⁸⁵ – que objetivava transformar a Moldávia em uma federação, em que a Transnístria seria um dos entes federativos. Esse arranjo satisfaria os desejos russos de obter mais influência nas políticas interna e externa da Moldávia. O Memorando Kozak foi uma tentativa russa de cimentar sua dominação sobre a Moldávia e assegurar que o país permanecesse definitivamente sob a esfera de influência do Kremlin. No entanto, o plano russo tentava impor um sistema econômico e político distorcido em um país já muito fragmentado, o que foi prontamente percebido pelos atores envolvidos no processo (KALJURAND, 2008, p. 14; FREIRE, 2011; NYGREN, 2007). O principal legado deixado por essa tentativa russa mal-sucedida de interferência nos assuntos moldavos foi a aproximação cada vez mais intensa entre a Moldávia e o Ocidente, além de ter prejudicado enormemente a credibilidade russa como mediadora do conflito transnístrio.

Como consequência, as relações russo-moldavas pós-2003 se caracterizam pelo distanciamento, com um alinhamento constante entre a Moldávia e a UE. Em Junho de 2014, foi concluído o Acordo de Associação entre Chisinau e o bloco europeu, deteriorando ainda mais as relações entre os dois países. Esse cenário tem levado diversos analistas internacionais a

⁸⁵ O texto do Memorando Kozak foi proposto por Dmitri Kozak, uma figura antiga do *staff* de Vladimir Putin. O memorando propunha uma “federação assimétrica” entre a Moldávia, a Transnístria e a Gagáuzia, com um sistema de defesa unificado, além de uma moeda única. Ao transformar as três regiões em entes equivalentes da federação, dar-se-ia poderes maiores a Tiraspol, incluindo o poder de veto em questões estratégicas. Entende-se que essa estratégia de Moscou tinha o objetivo de interferir sobremaneira nas políticas interna e externa da Moldávia, já que o governo transnístrio é alinhado à Rússia. Achilles Skordas (2005, p. 35) assevera que a “federação assimétrica” daria um direito de veto permanente à Transnístria e à Gagáuzia no Senado Moldavo e na Corte Constitucional Moldava. Esse poder permitiria impedir a integração moldava à UE e à OTAN. Além disso, o memorando também estipulava algumas “garantias” para a Federação Russa, o que incluía o contínuo posicionamento de tropas russas no território moldavo até 2020. O esforço russo de incorporar a Moldávia permanentemente à sua esfera de influência falhou dramaticamente, no entanto. Sob pressão dos EUA e da OSCE, o presidente moldavo, Vladimir Voronin, se recusou a assinar a proposta russa.

questionarem a postura de Vladimir Putin quanto à Transnístria, principalmente após os recentes acontecimentos na Ucrânia. Especula-se que o mandatário russo utilizará uma política mais assertiva em sua relação com Chisinau, o que poderia levar até mesmo à anexação da Transnístria, região pró-russa que, em 2006, solicitou a integração à Rússia através de um referendo⁸⁶. No entanto, de acordo com os pronunciamentos oficiais e a movimentação da política externa russa, esse não parece ser o objetivo do Kremlin.

É necessário ressaltar que a parceria destacada dada à Ucrânia pela Rússia não se aplica de forma equânime à Moldávia. Como já visto na recapitulação histórica do capítulo dois, a Moldávia não possui vínculos históricos, culturais, linguísticos e étnicos de forma tão profunda como há entre a Rússia e a Ucrânia. A pesquisa conduzida por O'Loughlin e Talbot (2005), na Rússia, em 2003, demonstra que o papel ocupado pela nação moldava na consciência da sociedade russa é marginal quando se compara com Ucrânia e Belarus. Como exemplo, perguntou-se aos russos quais dos 14 países do ex-espaço soviético eram considerados culturalmente mais próximos da Rússia. Apenas 45% dos entrevistados indicaram a Moldávia, atrás de Belarus e a Ucrânia, que receberam mais de 80% dos votos favoráveis. O'Loughlin e Talbot (2005) afirmam que esse resultado não surpreende os pesquisadores, pois os dois países eslavos nunca foram territórios estrangeiros conquistados pela Rússia, como ocorreu com a Moldávia. O território e a população de Ucrânia e Belarus sempre fizeram parte do domínio russo, desde o Rus de Kiev. Além disso, as distinções étnicas e linguísticas dos dois países em relação à Rússia são praticamente inexistentes, quando se compara com a grande dessemelhança entre a Rússia e a Moldávia.

Como já visto no caso da Ucrânia, a identidade, a geopolítica e a economia são fatores centrais para explicar a importância destacada que esse país tem para a política externa russa. De forma a fazer a comparação dos dois países – o objetivo precípuo desta pesquisa –, faz-se necessário aplicar os mesmos critérios para o caso da Moldávia, de forma a identificar como esses três elementos agem sobre o sentimento neoimperialista russo. Os próximos tópicos têm a função de analisar, minuciosamente, a centralidade que a identidade, a geopolítica e a economia moldavas ocupam na política externa de Moscou.

4.2 A IDENTIDADE COMO CRITÉRIO DE ANÁLISE DAS RELAÇÕES RUSSO-MOLDAVAS

⁸⁶ De acordo com Ciobanu (2007), Tiraspol organizou o referendo em 17 de Setembro de 2006, em que 97% da população transnístria aprovou a secessão da região e a anexação à Rússia. O referendo, no entanto, foi considerado não democrático e ilegítimo, por isso não foi reconhecido por nenhum Estado ou organização internacional. É importante salientar que o pedido de anexação à Rússia permanece sem resposta de Vladimir Putin até o momento.

No capítulo três, de forma a justificar a importância da divisão do elemento identitário em quatro critérios – histórico, étnico, linguístico e religioso –, foi apresentada a abordagem de Andrei Tsygankov (2001) para as nações pós-imperiais. De acordo com o eminente acadêmico russo, o comportamento dos países que fizeram parte da espaço soviético muito se distinguiram após a desintegração da URSS. Enquanto algumas nações independentes buscaram um caminho de autonomia, longe do domínio da ex-metrópole, outros permaneceram no caminho tradicional de subordinação à Rússia. Para se compreender o porquê da escolha por um dos dois caminhos, Tsygankov (2001) assevera que é a força da identidade nacional do país que determina o pólo seguido. Assim, quanto mais forte é a sua identidade, mais provavelmente o Estado se manterá longe da influência da ex-metrópole (TSYGANKOV, 2001, p. 01). Assim, a abordagem de Tsygankov interessa a esse estudo por complementar a noção de identidade estabelecida pela Teoria dos Complexos Regionais de Segurança de Buzan & Wæver (2006), ajudando a explicar quais os principais parâmetros que explicam a cooperação ou o conflito entre países.

As 14 nações que estiveram sob o domínio soviético são demasiado heterogêneas. Apesar de compartilharem o mesmo legado imperial, elas se diferem no que tange a diversas dimensões relevantes para se compreender suas identidades nacionais, a saber: a experiência histórica pré-imperial como uma nação; o grau de incorporação da elite política do Estado pós-imperial nos cargos do império; o grau de desenvolvimento econômico; a homogeneidade étnica; a estabilidade das fronteiras geográficas; e as diferenças linguísticas e religiosas da metrópole (TSYGANKOV, 2001, p. 19). Um estudo detalhado das diferenças ou semelhanças desses critérios em relação à ex-metrópole ajudam a explicar o grau de amizade ou de inimizade com o ex-império.

O capítulo três apresentou a divisão de Tsygankov em três grupos, nos quais são identificados os países do CRS Pós-Soviético. O primeiro grupo de países é caracterizado como “independentes”, que são aqueles desejosos por afastar-se da esfera de influência russa, alcançando sua soberania plena. Apesar de ainda serem economicamente dependentes da Rússia, são nações que preferem manter-se afastadas das relações com Moscou, como é o caso dos três países bálticos: Lituânia, Letônia e Estônia.

O segundo grupo de países é chamado de “leais” ao *status quo ante*, ou seja, é aquele grupo de países interessados em manter a aliança privilegiada com a Rússia. Tsygankov (2001) identifica Belarus, o Cazaquistão e o Quirguistão nesse domínio, mas não se pode deixar de citar os casos da Transnístria e da Crimeia nessa categoria. Apesar de não serem Estados independentes de fato, ambos possuem uma forte identificação com a ex-metrópole, em muito devido à grande presença de russos étnico na região. Assim, nesses locais, a identidade de sua população está mais vinculada à russa do que ao Estados do qual fazem parte. Esse fato provoca uma situação inusitada de total falta

de identificação aos Estados ao qual estão juridicamente vinculados e um desejo expresso de secessão e incorporação à Federação Russa.

O terceiro grupo identificado por Tsygankov (2001) envolve um misto dos “leais” com os “independentes”. São países que ou a herança histórica independente existe, mas que não é suficientemente forte a ponto de criar um rompimento com a ex-metrópole, ou que sua história está vinculada, também, a outros impérios ou países. Dessa forma, suas sociedades não são completamente homogêneas, oscilando para um desejo de maior autonomia e para a manutenção de uma relação privilegiada com a Rússia. Conforme identificado no capítulo três, a Ucrânia se inclui nesse grupo, pois a heterogeneidade de sua sociedade leva o país a momentos de maior aproximação e de menor aproximação com a ex-metrópole.

É possível também incluir a Moldávia nesse terceiro grupo de países. Apesar de ser um país que surgiu, pela primeira vez, com a desintegração da URSS, a heterogeneidade de sua cultura o faz oscilar para momentos de maior aproximação com a Rússia – país do qual é dependente economicamente e ainda existe uma forte vinculação cultural, legado dos anos de russificação – e de desejo de aproximar-se dos países do Ocidente, pois os anos em que esteve em união com a Romênia deixou um forte componente da cultura romena sobre o país. Esse fato leva à conclusão que há uma forte disparidade dentro do território moldavo: enquanto Chisinau deseja manter seu curso autônomo, de aproximação com a orientação que mais convier a seus interesses, a região autônoma da Transnístria segue um rumo totalmente inverso, de manutenção de laços profundos com a ex-metrópole. Essa situação faz com que a aplicação da abordagem de Tsygankov (2001) para se analisar as relações russo-moldavas seja de grande relevância.

Para se compreender como as semelhanças (ou diferenças) históricas, linguísticas, religiosas e étnicas com a Rússia levam a Moldávia a seguir um padrão de amizade (ou de inimizade) para com Moscou – de acordo com o modelo teórico dos CRS de Buzan & Wæver (2006) – é necessário fazer uma análise minuciosa desses quatro fatores. É importante, também, explorar esses elementos no caso da Transnístria, em que a questão identitária se distingue daquela existente na Moldávia.

4.2.1 Os fatores identitários

A história é um dos critérios arrolados por Tsygankov (2001) para analisar a força da identidade nacional da nação pós-imperial. De acordo com o autor, a experiência passada do país como ente autônomo e livre do domínio externo é um dos determinantes para a construção de uma autopercepção como nação, distinta daquela da ex-metrópole. Esse critério, no entanto, deve ser

adaptado para se compreender a singularidade da construção da identidade moldava, uma vez que, diferentemente da Ucrânia, a Moldávia nunca passou por um período como Estado independente.

A formação da autopercepção da Moldávia como nação soberana e desejosa de manter-se afastada dos desígnios de Moscou deveu-se a dois fatores: em primeiro lugar, à heterogeneidade cultural do país, que devido aos períodos de união com a Romênia possibilitou compartilhar com aquele país a cultura, a língua e a história, criando um movimento nacional desejoso por afastar a influência russa da sociedade moldava. Em segundo lugar, ao forte sentimento nacional de “*moldovanização*” do país, que ocorreu após seu surgimento como Estado independente, em 1991. Após o afastamento dos símbolos da sovietação do país, a partir de 1989, o governo central de Chisinau iniciou, gradualmente, um movimento de legitimação do novo Estado, que se baseava na exclusividade da nação moldava. Para isso, era necessário rebatizar a língua falada no país como “moldava” para diferenciá-la oficialmente da língua romena, além de alterar o texto do hino nacional para um escrito por um cidadão nascido no território da Bessarábia (HEINTZ, 2005, p. 77). A criação da nova nação, em 1991, foi seguida por um movimento duplo: de criação de uma identificação nacional em contraposição à identidade romena, e de afastamento de todos os símbolos que atavam o país ao seu passado soviético.

Como pôde ser visto na recapitulação histórica feita pelo capítulo dois, em nenhum momento nos seis séculos de história da Moldávia o país não esteve subordinado a um império ou a uma nação. Em 1350, o Principado da Moldávia foi fundado e, junto com os principados da Valáquia e da Transilvânia, formavam as terras romenas. No século XV, a Moldávia foi invadida pelo Império Otomano e esteve sob sua vinculação até o ano de 1812, quando foi a vez do Império Russo anexar a região da Bessarábia. Em 1919, com a desintegração do Império Russo após a Revolução Russa, a Bessarábia adquiriu sua independência, mas logo se unificou com a Romênia para formar a Grande Romênia. Foi somente em 1940, após 21 anos de aproximação cultural, linguística, étnica e religiosa com os romenos, que os soviéticos ocuparam a Bessarábia, decisão que não foi impedida pelas forças germânicas, em função do tratado de não agressão assinado pelos dois países em 1939. A região da Bessarábia foi batizada pelos soviéticos de República Socialista Soviética da Moldávia, que incorporou, logo depois, a região da Transnístria, território originalmente pertencente à Ucrânia, mas que abrigava a uma vasta população moldava.

É necessário ressaltar que, quando da ocupação soviética da Bessarábia, esse era apenas um território solto, onde não havia uma nação formada. Foi Stalin quem criou a República da Moldávia e estabeleceu as fronteiras entre esse país e a Romênia. Assim, como afirma Monica Heintz (2005), “a história do país foi escrita a partir da perspectiva soviética”. De forma a justificar as novas fronteiras, Stalin forjou a criação de uma nova identidade – os Moldavos –, uma ação necessária

para respeitar a política soviética de incorporar somente Estados-nações na URSS. Os moldavos foram concebidos como um grupo étnico separado dos romenos e com uma língua diferente, que começou a ser escrita no alfabeto cirílico justamente para diferenciá-la da língua romena, que era escrita com os caracteres latinos.

Após intenso movimento nacional ocorrido no final da década de 1980, a República da Moldávia declarou a sua independência da URSS, iniciando seu curso como uma nação independente após seiscentos anos. A Romênia foi o primeiro país a reconhecer a Moldávia como um país soberano, uma ação que tinha o efeito de afastar as suspeitas de expansionismo sobre o território moldavo. É necessário ressaltar que alguns movimentos surgiram em Chisinau na década de 1980 almejando a reunificação entre os dois países, gesto que encontrava simpatizantes na Romênia. Assim, o medo de uma possível reunificação foi invocado pela Transnístria para justificar sua secessão, em 1990. Esse território, que abriga uma grande população de russos, é contrário ao movimento de “*moldovanização*” surgido no país após a independência. Os transnístrios defendem a manutenção dos laços permanentes com a Rússia, motivo pelo qual mantém a língua russa como oficial, o alfabeto cirílico, além da cultura russa ser a predominante no território.

Percebe-se, portanto, que, diferentemente por proposto do Tsygankov (2001), não foi a existência anterior de períodos de autonomia da nação moldava que cimentou a formação de uma identidade nacional própria no país. Entende-se que sua subordinação contínua a outras nações estimulou o sentimento nacional de condução de seus assuntos internos de forma independente. É por esse motivo que a Moldávia tenta, de todas as formas, desvincular-se da ingerência russa e seguir um caminho autônomo. Nos últimos anos, percebe-se que a tendência é de distanciamento da Rússia e aproximação com o Ocidente, rumo que a elite moldava interpreta como mais condizente aos interesses do país.

Já a situação na Transnístria em nada se assemelha à ocorrida na Moldávia. Diferentemente do restante da República Moldava, a Transnístria nunca foi considerada parte das terras tradicionais ocupadas pelos romenos. O território, pelo contrário, pertenceu ao Rus de Kiev e, entre os séculos IX e XIV, ao reino da Galícia-Volhínia, o que explica as razões pelas quais a região não deseja se desvincular de Moscou. No final do século XVIII, as vitórias das forças russas na região incorporaram a área ao Império Czarista e, após a aquisição da Bessarábia pelo Império Russo, em 1812, as terras entre o Rio Prut e o Rio Dniestr foram consideradas uma região administrativa, que se tornou um *oblast* do Império, enquanto a Transnístria (que ainda não tinha esse nome) se tornou parte do distrito de Podolia e Kherson (KING, 2000, p. 180).

A distância, no entanto, não impediu a população romena/bessarábica de se assentar no território. King (2000) afirma que, em 1897, haviam 173.982 romenos vivendo nos distritos de

Podolia e Kherson, migração que continuou na década de 1920, motivo pelo qual a região ganhou um grande componente moldavo com o passar dos anos. É necessário ressaltar que, após a Revolução Russa, a região continuou sob o domínio russo. Em 1924, o governo soviético criou a República Autônoma da Moldávia dentro da Ucrânia soviética, na região que hoje equivale ao território transnístrio. Como foi abordado no capítulo dois, o estabelecimento dessa nova república foi uma estratégia do partido comunista de Moscou para atrair a atenção dos habitantes da Bessarábia, que viviam do outro lado do Rio Dniestr sob os auspícios da Romênia. O objetivo central com a criação da República Autônoma era pressionar Bucareste nas negociações em torno da Questão da Bessarábia.

É importante ressaltar que, na década de 1920, a região de 4.000 Km² fazia parte do território ucraniano. Foi somente com a anexação da Bessarábia por Stalin, em 1940, e a consequente criação da República Soviética da Moldávia, que a região autônoma passou a integrar definitivamente o território moldavo. Como afirma King (2000), a decisão de unir a região autônoma à Moldávia se deu, principalmente, por preocupações étnicas:

On ethnic grounds alone, there was some logic to apportioning northern and southern Bessarabia – the most ethnically heterogenous and most Slavic of historic Bessarabia's zones – to Ukraine, although some 337,000 Moldovans were included in the bargain. Likewise, the villages along the eastern bank of the Dniestr were the most Moldovan part of the old MASSR [Moldovan Autonomous Socialist Soviet Republic]; in the areas apportioned from the autonomous republic, Moldovans formed almost 49% of the population, compared to only 32% in the MASSR as a whole (KING, 2000, p. 94-95).

Durante o período soviético, a Transnístria exerceu um papel de destaque dentro do território da República Moldava, apesar de representar apenas 12% do território daquele país, de acordo com Freire (2011). Como a região esteve sob o controle soviético desde a revolução de 1917, ela era muito mais soviética do que o restante da Moldávia. Assim, segundo King (2000), os transnístrios adquiriram uma posição privilegiada frente às outras áreas do país, pois detinham a confiança dos oficiais de Moscou. Os poucos moldavos que alcançaram posições de destaque dentro dos órgãos governamentais eram invariavelmente da Transnístria. O Partido Comunista entendia que, como a região permaneceu sobre o controle da URSS desde os primeiros anos pós-revolução, eram mais leais à estrutura soviética do que os recém-chegados bessarábios. Essa diferenciação permaneceu latente durante as sete décadas de domínio da URSS sobre a Moldávia. A constante presença de russos na região, somada à soviéticação mais intensa e antiga da Transnístria, transformou a área em um território pró-soviético que não se desmobilizou após a desintegração do bloco. É perceptível, portanto, que diferentemente da Moldávia como um todo, o caso da Transnístria é particular no que tange à formação de sua identidade nacional. A histórica vinculação da região à Rússia a impede de

estabelecer laços identitários e culturais com a Moldávia, país que busca uma trajetória distinta. A opção transnístria pela contínua submissão a Moscou demonstra que a identidade dessa região ainda está completamente vinculada à identidade russa.

O segundo fator apontado por Tsygankov (2001) é o étnico. A inconstância da história moldava, que esteve sob influência de três culturas diferentes em seis séculos de história – a turco-otomana, a russa e a romena – transformou o país em uma nação multiétnica. De acordo com o Censo oficial de 2004⁸⁷, a população de 3,5 milhões de habitantes está dividida em 75,8% de moldavos; 8,4% de ucranianos; 5,9% de russos; 4,4% de gagauzes; 2,2% de romenos e 1,9% de búlgaros⁸⁸. Pouca coisa mudou na divisão étnica desde o último censo soviético de 1989, conforme a tabela 3:

Tabela 3: Divisão étnica da Moldávia de acordo com o Censo de 1989

Etnia	Total da população	% da população total
Moldavos	2.794,75	64%
Ucranianos	600.366,00	14%
Russos	562.07	13%
Gagauzes	153,46	4%
Búlgaros	88,42	2%
Outros grupos minoritários	77,24	1,78%
POPULAÇÃO TOTAL	4.335,36	100%

Fonte: (KING, 2000, p. 118, com adaptações)

As mudanças ocorridas na Moldávia no final da década de 1980 alteraram significativamente a balança de poder entre as minorias e as maiorias étnicas do país. Os moldavos não mais eram uma nacionalidade periférica, uma população culturalmente ameaçada nas margens do grande império russo. Pelo contrário, como se tornaram o grupo étnico majoritário da Moldávia independente, eles automaticamente ganharam a incumbência de reverter as tendências políticas e culturais do período soviético. A adoção das leis linguísticas de 1989 que estabeleceram o moldavo como a língua oficial do país e o retorno do alfabeto latino, além do estabelecimento de diversos princípios de cidadania e

⁸⁷ Dados disponíveis na página da CIA World Factbook <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/md.html> e também na página do National Bureau of Statistics of the Republic of Moldova <http://www.statistica.md/pageview.php?l=en&idc=295&id=2234>.

⁸⁸ É necessário ressaltar que um novo censo foi conduzido na Moldávia em 2014, mas que até o momento os números oficiais não foram divulgados. Resultados preliminares, no entanto, dão mostras que a população total do país diminuiu em quase 500.000 pessoas em 10 anos, o que afeta severamente a divisão étnica do país. De acordo com a preliminar, 56,8% se declararam moldavos, enquanto 23,2% se dizem romenos (um aumento de 21%!). Todos os outros grupos minoritários apresentaram queda, a saber: 7,6% se declararam ucranianos; 5,46% se declararam russos; 3,89% se declararam gagauzes e 1,67%, búlgaros.

cultura cívica demonstram a importância que a reforma nas relações étnicas tinha para os movimentos nacionalistas. Todas essas ações tinham como objetivo a “*moldovanização*” do país, com o afastamento dos símbolos impostos pelos soviéticos e pelos romenos para se criar a identidade nacional moldava (KING, 2000, p. 168).

É necessário salientar que, diferentemente da Romênia, a Moldávia se orgulha de sua herança multicultural. Em 1994, a constituição moldava não fez referência a um “Estado nacional”, mas, sim, aos “povos da República da Moldávia”, uma clara referência a todos os grupos que habitam o país⁸⁹. A constituição romena, em contrapartida, define o país como um “Estado nacional” baseado na “unidade dos povos romenos”, o que representa o temor pelas diferenças étnicas e regionais naquele país. King (2000) acrescenta:

[...] the heritage of Bessarabian heterogeneity came, in the late 1990s, to be a source of pride for Moldovans. Surveys indicated that average Moldovans had a high degree of interethnic tolerance, far higher in fact than in Romania. [...] Even the country's “Foreign Policy Concept”, adopted in 1995, set out multiethnicity as one of the sources of the country's friendly relations with states of southeast Europe and the former Soviet Union (KING, 2000, p. 170).

No entanto, a grande tolerância étnica existente no país não o impediu de enfrentar sérias tensões em função da heterogeneidade de sua população. Com o colapso da URSS e o crescente movimento de “*desrussificação*” e de “*dessovietização*”⁹⁰ do país, além do forte sentimento pan-romeno, movimentos separatistas surgiram na Gagáuzia e na Transnístria.

A Gagáuzia é uma região ao sul da Moldávia que abriga a grande maioria dos habitantes da etnia gagauz do mundo. Em 1989, uma população de 153.468 pessoas se assentava na região, o que perfazia 77,6% dos indivíduos desse povo existentes (KING, 2000, p. 209). Essa etnia se diferencia das outras por descenderem dos turcos, falarem a língua turca, mas professarem a religião ortodoxa. Embora sejam apenas o quarto maior grupo étnico da república moldava, a força de sua identidade conduziu a região para o conflito com o governo central de Chisinau no final dos anos 1980. Diferentemente do conflito transnístrio, a questão gagauz é centrada na indignação pelos anos de desprezo do governo central pela sua cultura e pela sua população.

Desde o início do período soviético, a região da Gagáuzia era uma das mais subdesenvolvidas, com grande número de analfabetos e grandes problemas de infraestrutura. Em 1989, a radicalização dos movimentos pró-romenos e de “*desrussificação*” da Moldávia

⁸⁹ O Artigo 10 da Constituição Moldávia de 1994 declara: (1) The national unity of the Republic of Moldova constitutes the foundation of the State. The Republic of Moldova is the common and indivisible motherland of all her citizens. (2) The State recognizes and guarantees all its citizens the right to preserve, develop and express their ethnic, cultural, linguistic and religious identity (MOLDÁVIA, 1994).

⁹⁰ Os dois termos citados – *desrussificação* e *dessovietização* – são utilizados por Sebastian Muth (2014, p. 26).

impulsionou uma organização similar na Gagáuzia, almejando reformas no tratamento da região. O não atendimento das demandas do movimento conduziram a liderança gagauz à criação de uma república autônoma em Setembro de 1989, fato que leva a tensões entre o governo central de Chisinau e as lideranças do governo auto-proclamado até os dias de hoje.

No que tange à Transnístria, a situação se difere da presente na Gagáuzia. Segundo King (2000), o conflito transnístrio é constantemente retratado na Rússia e no Ocidente como uma guerra étnica entre os nacionalistas de Chisinau, que desejavam a união com a Romênia, e russos étnicos na Transnístria, temerosos de serem expulsos do território no caso da união se concretizar. No entanto, as razões são ainda mais profundas, pois envolvem, também, as origens multifacetadas da região e interesses políticos e econômicos. A complexidade do conflito torna a disputa ainda mais difícil de ser resolvida e, mesmo tendo-se passado quase 25 anos da proclamação da independência transnístria e da guerra entre a região autônoma e o governo central da Moldávia, a situação parece longe de se chegar a um acordo.

A divisão étnica na Transnístria pouco se assemelha àquela da Moldávia. Segundo o World Directory of Minorities and Indigenous Peoples, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o Censo de 2004 revelou que a população de 555.347 pessoas é composta por três grupos majoritários: moldavos (31,9%), russos (30,4%) e ucranianos (28,8%)⁹¹. Embora os russos étnicos formem apenas o segundo maior grupo étnico da região, a identidade e etnia russa dominam a área, principalmente devido às décadas sob o domínio soviético, que proporcionaram um grande afluxo de russos para a região. A tabela 4 traz uma compilação de dados da divisão étnica da Transnístria desde o século XIX, em que é possível entender como se deu o processo de “russificação” da região.

Tabela 4: Evolução da população na Transnístria de 1897 a 1989

Etnia	1897 ⁹²		1936		1989	
	População	%	População	%	População	%
Moldavos	173.982	3,00%	122683	42,00%	239936	39,90%
Ucranianos	3904,86	67,90%	84293	28,70%	170079	28,30%
Russos	674.359	11,70%	41794	14,20%	153393	25,50%
Judeus	691.843	12,00%	23158	7,90%	--	--
Outros	306.869	5,30%	21873	7,40%	38252	6,40%
TOTAL	5445,04	94,60%	271928	100,00%	601660	100,00%

Fonte: KING, 2000, p. 185 – com adaptações

⁹¹ Dados disponíveis em: <http://www.refworld.org/docid/4954ce57c.html>. Acesso em: 29 Jan 2015.

⁹² É necessário se atentar para o fato de que os números de 1897 equivalem aos distritos de Podolia e Kherson, uma região muito mais ampla do que a área que, mais tarde, se tornou a República Autônoma da Moldávia.

Os números acima revelam as assimetrias existentes na Moldávia e na Transnístria quando se analisa o critério étnico. A grande presença de russos na Transnístria expõe o motivo pelo qual a Rússia continua exercendo uma forte influência naquela região. Além disso, a forte ligação étnica com Moscou impede a identificação dos transnístrios com a Moldávia. Contudo, quando se analisa a Moldávia, a situação é inversa. Devido ao fato de o grupo étnico majoritário ser moldavo, a identificação com a cultura russa se torna muito mais frágil.

Dos critérios apresentados por Tsygankov (2001), o religioso é um dos que se pode identificar uma forte ligação de Moscou com a Moldávia. Isso acontece porque, de acordo com o Censo de 2004, 93,3% dos moldavos professam a religião ortodoxa⁹³, se dividindo em duas denominações principais: a Igreja Ortodoxa Moldava, uma diocese autônoma da Igreja Ortodoxa Russa e afiliada ao patriarcado e Moscou, e a Igreja Ortodoxa Bessarábia, que é afiliada ao Patriarcado Ortodoxo Romeno em Bucareste.

De acordo com Kaljurand (2008), a Igreja Moldava possui 1.194 paróquias espalhadas pela Moldávia, enquanto que a Igreja Bessarábia tem apenas 124, o que demonstra a modesta influência que a Igreja Romena tem sobre o país. Um fator de impedimento para a sua disseminação foi a suspensão da Igreja Bessarábia da Moldávia após a tomada do país pelos soviéticos, em 1940. Foi somente em 1992, após a declaração de independência do país, que a igreja foi reativada, que, no entanto, só conseguiu seu total reconhecimento e aceitação em 2002. Essa demora em adentrar a sociedade moldava impediu que a igreja romena alcançasse um *status* privilegiado e mais influente frente à população e ao governo central. É importante ressaltar que não há diferenças doutrinárias e na expressão da fé em relação às duas denominações; ambas são idênticas.

Apesar da existência de duas correntes da Igreja Ortodoxa no país, é patente que a Igreja Ortodoxa russa exerce uma grande influência sobre a mentalidade moldava. Uma pesquisa foi conduzida no país pela *Eurasia Foundation of Moldova's European Integration*, que constatou que a Igreja Ortodoxa Moldava é a instituição que possui a mais alta credibilidade no país (KALJURAND, 2008, p. 8). Apesar de a igreja oficialmente não admitir a interferência em assuntos políticos, nos últimos anos, identificou-se um papel importante de mediador nas relações entre a Rússia e a Moldávia e entre a elite política e a população. Como a Igreja Ortodoxa russa historicamente representa um papel essencial na política russa e é considerada uma das instituições mais influentes na difusão da cultura eslava nos países em que atua, entende-se que a influência que a igreja possui na Moldávia determina o estabelecimento de uma relação privilegiada entre Chisinau e Moscou.

⁹³ Ainda segundo o Censo de 2004, 1% dos moldavos se declararam batistas, enquanto 1,2% se afiliam a outras denominações cristãs. Fonte: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/md.html>.

No que tange à Transnístria, a situação é similar à existente na Moldávia. De acordo com as estatísticas oficiais de 2004, 91% da população é seguidora do Cristianismo Ortodoxo Russo, enquanto apenas 4% se consideram católicos romanos e 1%, batistas⁹⁴. Esses números demonstram que os anos sob o domínio soviético determinaram a estrutura religiosa do país, sem diferenças profundas entre a Moldávia em si e a região da Transnístria, que apresentam grandes assimetrias no tocante a outros indicadores .

Em último lugar, é necessário tratar do aspecto linguístico. Como afirma Taras Kuzio (2001), a língua é uma expressão da identidade de um povo. No capítulo dois, foi visto que, em 31 de Agosto de 1989, o Soviete Supremo da Moldávia estabeleceu um novo estatuto a respeito da língua moldava, declarando-a a língua oficial do Estado e ordenando a transição para o alfabeto cirílico para o latino, após quase meio século de soviétização do país. Essa transição foi o combustível para diversos eventos que marcaram o desenvolvimento daquele novo país: a declaração de independência em 1991 e os conflitos étnicos na Transnístria e na Gagáuzia. Percebe-se, portanto, que a mudança linguística foi capaz de convulsionar todo o território pelo simples fato de ser um dos principais elementos constituintes da identidade de um povo. A Moldávia foi o único país do bloco soviético a ter a língua como objeto central do movimento nacional.

Para King (2000), a transformação da estrutura linguística do país representava a criação de um identidade nacional moldava genuína, rejeitando todo o componente soviético que foi imposto ao país nas décadas em que esteve sob o domínio do partido comunista de Moscou. Esse fato, no entanto, ia de encontro aos anseios das populações transnístria e gagauz, que possuíam forte identificação com a Rússia soviética. As duas regiões do país, suspeitando de que a elite moldava intencionava se separar da União Soviética para se unir com a Romênia, iniciou movimentos separatistas que conduziram à declaração de independência da Transnístria e da Gagáuzia, em 1990 e 1989, respectivamente. Sua vinculação identitária com a Rússia se manteve forte mesmo após a desintegração da URSS, postura diversa daquela seguida pela Moldávia.

Apesar de a língua russa ter sido conduzida a uma posição secundária após a instituição das leis linguísticas de 1989 (o russo e o moldavo eram as línguas oficiais do país até aquele ano), o seu uso ainda continuou a ser frequente dentro da sociedade moldava. Diversos regulamentos foram criados de forma a desestimular o uso do russo, principalmente nos documentos e comunicações oficiais do governo moldavo, que acabaram fracassando em seu intento. Até o final dos anos 1990, propagandas e até mesmo anúncios públicos continuavam a ser conduzidos em russo. Devido à grande presença de russos no país, casamentos interétnicos continuam a acontecer, estimulando

⁹⁴ Fonte: World Directory of Minorities and Indigenous Peoples. <http://www.minorityrights.org/5195/transnistria-unrecognised-state/transnistria-unrecognised-state-overview.html>.

ainda mais o uso corrente daquela língua. Além disso, dado que a maior parte da migração trabalhista tem a Rússia como destino (devido, principalmente, à facilidade de visto), as pessoas na Moldávia são incentivadas a aprender a língua russa, uma vez que suas perspectivas de empregabilidade futuras estão ligadas a esse país (HEINTZ, 2005, p. 81).

Por outro lado, a proximidade linguística entre o romeno e o moldavo estimulou o sentimento nacional de “*moldovanização*” que tomou conta do país após a independência. A ideia era desincentivar qualquer tipo de laço que unia a Moldávia à Romênia e a língua se tornou um dos principais focos do governo de Chisinau. O documento “Concepção de Política Externa da República da Moldávia”, adotada pelo Parlamento do país em 2003, demonstra a importância dada à individualização da identidade moldava em relação à romena. O documento afirma que moldavos e romenos são dois povos distintos que falam duas línguas similares. Os romenos são apenas uma minoria étnica no país e a Moldávia é a sucessora direta do principado criado no século XIV (KALJURAND, 2008, p. 06).

Em contrapartida, quando se analisa a questão linguística na Transnístria, identifica-se que a língua russa está completamente disseminada pelo país. Como afirma Sebastian Muth (2014), nessa região, a língua e a identidade cultural são usadas como ferramentas para definir as fronteiras e as esferas de influência política. O autor conduziu uma interessante pesquisa que comparava as línguas utilizadas nas sinalizações privadas e públicas em Tiraspol. O resultado foi surpreendente, como pode ser visto na tabela 5.

Tabela 5: Comparação das línguas exibidas em sinalizações públicas e privadas em Tiraspol

Língua	Número de sinalizações
Russo	221
Russo/inglês	55
Russo/romeno/ucraniano	8
Russo/romeno	6
Outras ⁹⁵	5

Fonte: (MUTH, 2014, p. 33) – com adaptações

Muth (2014) explica que o romeno é praticamente inexistente na Transnístria devido à resistência da população local à cultura romena. Quando ela aparece no espaço público, é feita com o objetivo precípua de servir como um mero símbolo de multilinguagem e de tolerância em relação a outras esferas culturais (MUTH, 2014, p. 44). O autor também analisa a proeminência da língua

⁹⁵ Essa categoria inclui sinalizações exibidas em Abkhaz, ossético, alemão e francês.

rusa no dia a dia da Transnístria:

[...] The dominance and ongoing promotion of Russian by local and outside (Russian) elites is more than just an expression of demographic or institutional strength of the language. Within the politically contested space of Transnistria, the clear preference for Russian as a code of communication by public and private actors on signs conveys that is outward-oriented and not only an expression of local language policy measures. It can be considered as a reaction to the ongoing efforts of derussification in many parts of the former Soviet realm, especially in neighboring Moldova and Ukraine. In that respect, the borders of the territory serve not only as lines demarcating political spheres and defining Transnistria as an “independent” political entity, but rather draw a line that defines where de-Sovietization and derussification in the region might come to an end (MUTH, 2014, p. 44).

Assim, percebe-se que também em relação à língua, há amplas assimetrias entre a Moldávia e a Transnístria, demonstrando o papel central que a identidade russa exerce na região autônoma. Apesar de o uso do russo ainda se destacar no dia a dia dos nacionais moldavos, ele não desempenha a mesma proeminência que encontra entre os transnístrios. Entende-se que a exclusividade do russo na Transnístria deve-se, principalmente, ao fato de aquela população repudiar qualquer tipo de ingerência externa à identidade russa na região, algo que é visto como possível de ser consubstanciado por meio da língua.

4.3 A MOLDÁVIA E SEU PAPEL DE “BUFFER ZONE”: A GEOPOLÍTICA COMO FATOR DETERMINANTE PARA AS RELAÇÕES RUSSAS COM O PAÍS

Where is the New Eastern Europe⁹⁶ in this Russian picture of the world? In general, it is part of the retinue or, if you like, part of the pedestal above which towers the Russian center of power, but not only this. Russia has certain interests that have a definite bearing on the new Eastern Europe. These are geopolitical and strategic interests. For Russia, the three countries—Ukraine, Moldova, and Belarus—are part of a strategic *buffer zone* that does not protect but does somehow separate Russia from the West. Such a security buffer, if you like, is actually rather important—above all, psychologically. Hence the firm demand—no NATO, no accession to NATO, and no U.S. [United States] Bases (TRENIN, 2011, p. 45).

A afirmação acima de Dmitri Trenin revela que o aspecto principal do interesse russo em relação à Moldávia está em sua localização estratégica, que possui uma função precípua de não só

⁹⁶ De acordo com Ploky (2011), o conceito de Novo Leste Europeu (também conhecido pela sigla em inglês NEE) ainda não recebeu consenso na academia. Para os escritores do jornal “*Nowa Europa Wschodnia*”, por exemplo, o NEE inclui quase todos os países que estão ao leste da Polónia. Já os autores que escrevem a respeito da Parceria da UE com o Leste Europeu incluem a Ucrânia, Belarus, Moldávia e os três Estados transcaucasianos (Geórgia, Azerbaijão e Armênia). Um estudo produzido na Áustria, no entanto, limita o termo a apenas Ucrânia, Belarus e Moldávia, tendência que, segundo Ploky, tem crescido em número de adeptos. O autor demonstra sua filiação a esse agrupamento ao afirmar que: “*New Eastern Europe emerges as the only term capable of linking Ukraine, Belarus and Moldova together in their geopolitical no-man's land*” (PLOKHY, 2011, p. 764). É necessário ressaltar que Dmitri Trenin segue a mesma orientação de Ploky, motivo pelo qual adotar-se-á o termo NEE como referência a Ucrânia, Belarus e Moldávia neste trabalho.

proteger, mas também separar a Rússia do Ocidente. O recente interesse americano e europeu em estabelecer-se na região do Mar Negro⁹⁷ – considerada a nova fronteira em termos de energia, segurança, conexões comerciais e migrações⁹⁸ – transformou a área em uma encruzilhada estratégica, e a Moldávia está no meio da disputa entre russos e o Ocidente para o estabelecimento de zona de influência sobre o país. Além disso, não se pode deixar de mencionar a sua relevância econômica, uma vez que a Moldávia é um importante país de trânsito para o gás natural russo que é exportado para os Bálcãs. Assim, manter Chisinau na esfera de influência russa cumpre duas funções: manter afastado o risco de domínio ocidental e manter a importante rota de distribuição do gás para os europeus, os principais consumidores dos combustíveis fósseis russos.

A importância conferida à geopolítica neste estudo é um dos principais pontos que o aproximam do modelo teórico dos Complexos Regionais de Segurança de Buzan & Wæver (2006). De acordo com esses dois teóricos, a teoria está erigida em bases materiais, que decorrem da territorialidade dos países e das distribuições de poder que são estabelecidas entre si dentro da região na qual se encontram (BUZAN & WÆVER, 2006, p. 04). Assim, a teoria, implicitamente, afirma que há relação entre espaço e poder, a definição pura de geopolítica. A prioridade conferida pela Rússia ao seu entorno regional, dando destaque às relações com a Moldávia, demonstram que a satisfação de seus objetivos como grande potência só se consubstanciarão com a manifestação de sua influência sobre o CRS Pós-Soviético do Teatro Ocidental.

Luis Tomé (2007) afirma que a Rússia mantém cinco objetivos geopolíticos essenciais: a) a proteção das minorias e dos interesses russos; b) a restauração e consolidação de uma certa ordem imperial (influência, tutela ou mesmo domínio) a partir de Moscou; c) o estabelecimento de um “cordão de segurança” e a estabilização das suas fronteiras; d) a limitação de influências externas, nomeadamente ocidentais, mas não só, e e) a utilização desse espaço como mecanismo catalisador da reemergência da Rússia como superpotência regional na Europa e na Ásia e como grande potência mundial (TOMÉ, 2007, p. 38). Como a Moldávia é um dos pivôs da ação geopolítica russa, o país vem recorrendo a múltiplas estratégias, abordagens e mecanismos para mantê-la sob a sua esfera de influência. O objetivo é gerar um conjunto de dependências de Chisinau frente a Moscou de forma que assim seja mais forte controlá-la. Assim, percebe-se uma confrontação do fundamento teórico dos CRS com o fato concreto, visto que é possível identificar que ameaças à segurança condicionam uma atitude mais incisiva de Moscou frente aos países de seu entorno regional, com destaque, aqui, para o caso moldavo.

⁹⁷ Apesar de não ter uma saída direta para o mar, a Moldávia é entendida como um dos países que compõem a zona do Mar Negro, pois, historicamente, está muito ligada aos países que fazem parte dessa área – Rússia, Ucrânia, Geórgia, Turquia, Romênia, Bulgária, Armênia e Azerbaijão (KOLOSSOV, 2014).

⁹⁸ KING, 2008, p. 02.

De acordo com Secrieru (2006), para garantir a exclusividade da presença e relacionamento dos russos com os moldavos, a principal medida tem sido estreitar os laços diplomáticos por meio de tratados de cooperação através da CEI, de forma semelhante a que ocorre com a Ucrânia. Manter a Moldávia na esfera da CEI visa, sobretudo, afastar as ambições políticas e econômicas dos países ocidentais, garantindo a sua lealdade a Moscou. Assim, em 1992, a Moldávia independente foi uma das 11 signatárias da carta que dava vida à Comunidade. Um dos principais destaques do guarda-chuva da CEI é, sem dúvida, dado à economia. A Eurasian Economic Community (EEC), estabelecido formalmente em 2001 e que tinha a Moldávia como país observador, objetivava estabelecer um amplo mercado comum entre todos os países integrantes da CEI. Em 2015, a EEC foi substituída pela União Econômica Eurasiática (UEE), um bloco de integração econômica similar à União Europeia que tem um escopo muito mais ambicioso para a Rússia. Até o momento, o bloco envolve apenas Rússia, Belarus e Cazaquistão, enquanto Quirguistão e Armênia encontram-se em vias de integração. A ideia de integrar a Moldávia faz parte dos planos do Kremlin, mas, pelo menos no curto prazo, parece improvável. A assinatura do Acordo de Associação com a União Europeia, em Junho de 2014 – recebido com grande desprezo por Vladimir Putin – diminui ainda mais as chances de trazer a Moldávia para junto da UEE, pois os dois acordos são incompatíveis⁹⁹ (MOSHES, 2012, p. 3-4). Ademais, o consenso político interno do governo de Chisinau de aproximar-se cada vez mais da UE é mais um agravante para a improbabilidade de integração do país às estruturas da UEE em um futuro próximo.

Uma das formas encontradas pela Rússia para conservar a Moldávia em sua esfera de influência é através do conflito transnístrio. Nos últimos 20 anos, Moscou tem mantido uma firme posição de apoiar – direta ou indiretamente – o regime pró-russo de Tiraspol, atuando, inclusive, como mediadora do processo de paz. A Rússia procura negociar um arranjo constitucional no qual a Transnístria, Gagaúzia e a Moldávia tenham o mesmo peso em uma federação, de forma que consiga manter seu envolvimento nos assuntos domésticos de Chisinau e prevenir o país de entrar definitivamente para a estrutura da UE e da OTAN (SKORDAS, 2005, p. 35). Como afirma Dmitri Trenin (2001):

Ideally, the Russian government would welcome a Moldova that is sovereign (no integration within a Greater Romania), federated (with Transdnistria having a special status, and a special relationship with Russia), neutral (but with a Russian military base in its territory), and gravitating toward the Russian Federation. Communist and nationalist factions within Russia, however, consider the self-proclaimed Dniester Republic as Russia's strategic bridgehead, aimed at both the Balkans and Ukraine. [...] The unrecognized government in Tiraspol has come to rely on support from influential Russian

⁹⁹ A incompatibilidade se dá porque, ao integrar a União Eurasiática, a Moldávia seria obrigada a transferir sua soberania para a organização que não tem relações preferenciais com a União Europeia.

O Memorando Kozak, já tratado anteriormente neste capítulo, foi uma proposta unilateral da Rússia em resolver o conflito transnístrio através da imposição de uma lista de preferências do país. A sua proposição se deu, fundamentalmente, em resposta à crescente ambição de Bruxelas em gerenciar a questão da Transnístria. Após o fracasso nas negociações do plano – em muito relacionado à ingerência ocidental –, Moscou adotou uma postura mais defensiva para manter seu *status quo* na região, rejeitando as propostas seguintes para resolução do problema transnístrio e acusando a UE e os EUA de serem os principais patrocinadores do insucesso nas conversações¹⁰⁰ (DEVYATKOV, 2012, p. 54).

Em 2006, no entanto, a Rússia propôs um novo pacote de medidas para solucionar o conflito transnístrio. A proposta russa tinha uma dupla função: resolver definitivamente a problemática em torno da região autônoma para, com isso, obter mais influência frente a Chisinau. Assim, o pacote foi bastante generoso: foi oferecida, novamente, a autonomia legal da Transnístria (sem abrir mão da ideia de federação); direitos aos parlamentares de Tiraspol; o reconhecimento da propriedade russa na Transnístria; um especial *status* para a língua russa e o comprometimento da Moldávia com uma não aliança militar permanente (KALJURAND, 2008, p. 16). Apesar de concordar com alguns dos termos russos, Chisinau e seus aliados ocidentais não aceitavam a permanência das tropas russas na Moldávia reunificada, razão suficiente para o veto desse novo plano de Moscou.

Após a recusa das propostas russas, cresceu a desconfiança da Moldávia e do Ocidente de que o objetivo russo com o conflito transnístrio era apenas geoestratégico. Por esse motivo, nos anos que se seguiram, o que se tem percebido é uma aproximação cada vez mais forte entre a Moldávia e a UE e os EUA. Essa postura de Chisinau tem contribuído para uma atuação ainda mais incisiva de Moscou frente ao ex-Estado soviético, de forma a garantir que sua influência no país não se perca. De forma a pressionar o governo moldavo, o Kremlin segue impondo barreiras aos produtos agrícolas e aumentando os preços do gás fornecido a Chisinau, medidas que foram intensificadas após a assinatura do Acordo de Associação com a UE. Assim, como analisa Devyatkov (2012), três são os processos que influenciam as relações da Rússia com a Moldávia: 1) o alargamento da OTAN; 2) a integração com a UE; 3) e a Romenização. Cada um desses três elementos será brevemente analisado a seguir.

¹⁰⁰ Segundo Devyatkov (2012), o governo de Moscou acusou os EUA e a UE de “*not wishing to tolerate a strong Russia*”.

4.3.1 A localização privilegiada para a política de contenção dos atores extra-regionais

4.3.1.1 A OTAN

Uma das principais características da Moldávia é o seu não envolvimento em atividades político-militares dentro da CEI ou de qualquer outro órgão de segurança coletiva. A razão para o afastamento moldavo está no Artigo 11 da sua constituição de 1994, que declara a neutralidade do país no que tange a assuntos militares:

2. The Republic of Moldova proclaims her permanent neutrality.
3. The Republic of Moldova will not admit the stationing of any foreign military troops on its territory (MOLDÁVIA, 1994).

Svetlana Cebotari (2010) traz uma interessante análise a respeito dos motivos que levaram o governo central de Chisinau a optar pela estrita neutralidade logo após a sua independência:

On the assumption of the geopolitical location of the country, at the intersection of the great European powers, the Republic of Moldova considers that the implementation of a permanent neutrality policy would most efficiently secure the country's national interests would contribute in the most realistic way to the consolidation of peace and stability on its territory (CEBOTARI, 2010, p. 84).

Para Moscou, esse princípio constitucional é a garantia de que a Moldávia se manteria distante das tentativas da OTAN de trazer o país para o bloco euro-atlântico. A manutenção desse princípio contribui para o estabelecimento da arquitetura securitária da Europa (DEVYATKOV, 2012, p. 55). A Rússia entende o avanço da OTAN para as fronteiras da Moldávia – desde que a Romênia e a Bulgária integraram o bloco em 2004 – como uma ameaça à segurança do país, que está cada vez mais próximo das bordas da Ucrânia. Apesar de ser um pequeno país, o eventual acesso da Moldávia à OTAN criaria um precedente para a potencial acessão de Kiev no futuro, país que exerce um papel fundamental para Moscou no CRS Pós-Soviético. É por esse motivo que a questão da neutralidade da Moldávia é fundamental para a os planos do Kremlin.

A oposição do governo russo à entrada da Moldávia na OTAN não impediu, no entanto, que esse país se aproximasse do bloco euro-atlântico. Em 2006, um Plano de Ação para a parceria individual foi assinado com o bloco, o que estimulou a criação de um programa de cooperação a cada dois anos, que incluem planos de defesa, ampliação da educação militar e de treinamentos na Moldávia¹⁰¹. Posteriormente, foram assinados outros acordos com o bloco, como o PfP e o EAPC

¹⁰¹ Essas áreas de cooperação citadas equivalem ao Plano de Ação do biênio 2014-2015, de acordo com a página da

(Euro-Atlantic Partnership Council), que possibilitaram o envio de tropas moldavas para a missão da OTAN no Kosovo, a KFOR. Desde Março de 2014, a Moldávia está contribuindo com a missão de paz, com duas unidades em prontidão para o combate. Além disso, está sendo desenvolvido um novo programa de treinamentos para as forças armadas e de exercícios multinacionais organizados pela OTAN¹⁰².

Até o momento, no entanto, o aprofundamento das relações com a OTAN não foi possível devido ao princípio constitucional de neutralidade. De acordo com Lowenhardt *et al* (2001), a elite do país não via problemas na expansão da OTAN para o Leste; pelo contrário, eles eram favoráveis à entrada no bloco. A tendência da elite moldava era de ter uma atitude de “esperar para ver”, conscientes de que as relações OTAN-Moldávia eram determinadas, antes de tudo, pelo o que acontecia entre a OTAN, a Ucrânia e a Romênia. Muitos, inclusive, por defenderem a acessão moldava ao bloco euro-atlântico, desejavam alterar o dispositivo constitucional para que a entrada fosse rapidamente concluída.

No entanto, é necessário salientar que o entusiasmo para ampliar as relações OTAN-Moldávia são bem distintas quando se compara com o desejo de integrar a União Europeia. Como afirmam Lowenhardt *et al* (2001), os próprios moldavos compreendem que, como um membro da UE, a Moldávia receberia muito dinheiro, enquanto que a acessão à OTAN só traria despesas ao país. É essa consciência que levou o Partido Liberal Nacional, que se declarava a favor da entrada na OTAN, receber apenas 2,8% dos votos nas eleições de 2001.

4.3.1.2 A União Europeia

Em Julho de 2014, foi finalmente estabelecido o Acordo de Associação da Moldávia com a União Europeia. O acordo prevê a criação de uma zona de livre comércio abrangente e aprofundada que irá facilitar as trocas comerciais entre as partes. Essa ação, somada à liberação da entrada de moldavos na zona Schengen sem a necessidade de vistos, é considerada como o primeiro passo para a total integração do país às estruturas do bloco europeu.

A orientação moldava para a União Europeia é, entretanto, algo recente. Historicamente, o país oscilou, por anos, entre relações mais aprofundadas com a Rússia e com a Romênia, até que o movimento pan-romeno perdeu força e deu lugar a um sentimento pró-europeu a partir do final da década de 1990. O entendimento popular sobre a Europa era simples: “a Europa é rica, portanto,

OTAN. Disponível em: http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49727.htm.

¹⁰² Informações disponíveis na página da OTAN: http://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49727.htm.

nós seremos ricos”. Naquela época, um dos consultores de política externa do governo afirmou: “se aproximar da Europa é uma forma de resolver todos os nossos problemas” (LOWENHARDT *et al*, 2001, p. 617). Assim, já no início dos anos 2000, iniciaram as aproximações do bloco com o ex-país soviético.

Em 2005, a Moldávia assinou o primeiro Plano de Ação com a UE. Havia uma preocupação crescente em Bruxelas com relação ao contrabando e o crime transnacional na região transnístria, razão pela qual cresceu o interesse do bloco em cooperar de forma mais próxima com Chisinau. Os europeus reconheciam que as dificuldades econômicas e situação política na Moldávia eram resultado da má condução do conflito transnístrio pelas autoridades do país. Por ser o conflito não resolvido mais próximo da UE, far-se-ia necessário acompanhar o processo de paz mais de perto, pois uma eventual deterioração na situação do país poderia contaminar os Estados-membros da UE que faziam fronteira com a Moldávia.

Com o passar dos anos, o interesse europeu pela região estratégica da Moldávia só aumentou. A Estratégia de Segurança Europeia, em 2003, enfatizou as razões que levam a União Europeia a atuar nos países do Leste:

It is in the European interest that countries on our borders are well-governed. Neighbours who are engaged in violent conflict, weak states where organized crime flourishes, dysfunctional societies or exploding population growth on its borders all pose problems for Europe'. [...] Our task is to promote a ring of well governed countries to the East of the European Union and on the borders of the Mediterranean with whom we can enjoy close and cooperative relations (FISCHER, 2009, p. 338).

Sabine Fischer (2009) aponta três categorias de interesses da UE em relação aos países do Leste Europeu, em especial aqueles que compõem a região do Mar Negro: preocupações com a segurança; com questões econômicas e com a democracia, o respeito pelos direitos humanos e a boa governança. Para a autora, a preocupação securitária surgiu, fundamentalmente, após a guerra russo-georgiana de 2008, que afetou as rotas de transporte de petróleo e gás para diversos países europeus. A presença de grupos terroristas e de crime organizado tornam a região um barril de pólvora que arrisca contaminar toda a Europa ocidental. No que tange aos interesses econômicos, os países que compõem a região do Mar Negro em muito interessam à UE por suas posições estratégicas como países de trânsito e de transporte de energia entre o Mar Cáspio e a Europa. Dada a crescente dependência europeia de energia – em especial de parceiros complexos como a Rússia – , há um desejo do bloco em diversificar as suas importações de petróleo e gás, o que transforma os países do Leste Europeu em parceiros prioritários para a segurança energética da UE. A última categoria citada por Fischer se relaciona com os interesses europeus por garantir a democracia, o

respeito aos direitos humanos e a boa governança dos países do Leste. Para a autora, estimular o desenvolvimento desses valores criariam condições para a paz interna e externa de uma região tão complicada como a do Mar Negro. Há uma preocupação crescente de Bruxelas que os conflitos nessa área afetem a estabilidade política e econômica da Europa no geral.

De 2011 a 2013, a União Europeia destinou 273 milhões de euros em ajuda financeira para a Moldávia. O objetivo da ajuda é reforçar as reformas conduzidas pelo país, que incluem o estímulo à boa governança, ao domínio da lei (*rule of law*) e a proteção às liberdades fundamentais. A Europa também implementou programas que ajudam a Moldávia a melhorar a suas proteções sociais, seus sistemas educacionais e de saúde, além de alocações que se destinam a ajudar o país a diversificar sua matriz energética e a melhorar sua eficiência nesse setor. Há interesse europeu também na área comercial. No biênio 2011-2013, a UE concedeu preferências comerciais à Moldávia que permitiram o país vender mais vinhos e produtos agrícolas para o bloco, o que diminuiu a dependência do mercado russo (WOEHREL, 2014, p. 07). Percebe-se, portanto, que é do interesse europeu se aproximar cada vez mais da Moldávia de forma a trazê-la para a sua área de influência, objetivando, primordialmente, afastá-la do domínio russo.

A entrada do país na UE, no entanto, é improvável de ocorrer no futuro próximo. O principal motivo é a resistência europeia em aceitar a integração de um país pobre, com problemas de direitos humanos e com um conflito não resolvido como o da Transnístria em suas estruturas. Desde 2009, uma coalizão pró-europeia está no poder na Moldávia, crescendo o interesse das autoridades do país para a implementação das reformas impostas pela UE para permitir a integração. A euforia da elite do país, contudo, não harmoniza com os interesses da população moldava. Segundo Soloviev (2014), pesquisas recentes demonstram que o interesse pela União Europeia diminuiu nos últimos. Em 2009, 55% da população apoiava a entrada da Moldávia nas estruturas da UE, cifra que caiu para 35% em 2014. Atualmente, a população moldava está dividida entre relações mais próximas com Moscou, que inclui uma possível acessão à União Eurasiana de Putin (38%) e o acesso integral à UE (35%).

Soloviev (2014) afirma que a diminuição do interesse dos moldavos em integrar o bloco europeu é atribuído, fundamentalmente, à insatisfação pública com a coalizão pró-europeia que se encontra no poder em Chisinau. Por buscarem seus próprios interesses, as autoridades moldavas fracassaram em honrar suas promessas de que a integração europeia seria totalmente benéfica para o país. Assim, a falta de resultados satisfatórios nas áreas sociais, econômicas e humanitárias levaram à desilusão dos moldavos com o modelo europeu, aumentando a popularidade da União Eurasiana proposta pela Rússia.

4.3.1.3 A Romênia

A principal razão que conduziu a Transnístria à secessão em 1990 encontra-se no temor de uma reunificação entre a Moldávia e a Romênia, possibilidade aventada pelo movimento pan-romeno do final dos anos 1980 e início dos 1990. Nessa época, havia uma forte controvérsia acerca de qual identidade deveria prevalecer na Moldávia independente: assumir o seu passado e cultura compartilhadas com a Romênia ou continuar o projeto soviético de construção de uma nacionalidade moldava singular. Oleh Protsyk (2007) elaborou uma tabela que salienta cada uma das características dos dois distintos projetos:

Tabela 6: Características dos projetos identitários rivais pró-Moldávia e pró-Romênia

Componente	Identidade moldava	Identidade romena
Características básicas compartilhadas	História moldava Cultura étnica moldava Igreja ortodoxa moldava Língua moldava	História dos romenos Cultura pan-romena Igreja ortodoxa romena Língua romena
Características básicas distintas: História romena e moldava Cultura romena e moldava Cultura moldava e europeia	Basicamente distinta Basicamente distinta Basicamente distinta	Basicamente similar Basicamente similar Basicamente similar
Compatibilidade das identidades multiétnicas: Identidades/lealdades romenas e moldavas	Competitiva	Complementar
Política interna	Preferências pela língua, cultura, história e símbolos moldavos	Preferência pela língua, cultura, história e símbolos pan-romenos
Política externa	Orientação multivetorial mais voltada para os parceiros do Leste (Rússia em especial)	Orientação ocidental (UE e OTAN, preferencialmente)

Fonte: (PROTSYK, 2007, p. 06) – com adaptações.

Identificar as diferenças entre as duas visões é importante para compreender o porquê do temor russo em impedir a união com a Romênia. Como ficou provado mais tarde – com a entrada desse país nas estruturas da OTAN e da UE – aproximar-se da Romênia significava perder a influência sobre a Moldávia para os países ocidentais. Nicole Jackson (2003) mostra como o sentimento pan-romeno estava imbricado na mentalidade das autoridades moldavas no imediato pós-independência. O presidente Mircea Snegur afirmou em 1992:

Today it is very difficult to determine the prospects for unification with Romania. The border with Romania must be open – every one of us has relatives on the other side of the Prut. Eventually we will take the border under our own control and get rid of the barriers. At the same time, I repeat, I would not venture to talk about unification. But one must know the wishes of the people, who were separated for so long from the ‘non-Soviet’ part of Romania (JACKSON, 2003, p. 85-86).

Após a euforia inicial da propaganda pró-unificação na Moldávia, o governo de Chisinau, aos poucos, foi se afastando da ideia de união com a Romênia, que muito se deve ao fato de a população moldava rechaçar a interferência de Bucareste nos assuntos do país.

Em primeiro lugar, economicamente, os romenos pouco tinham a oferecer à Moldávia, cujos laços com a URSS haviam sido muito mais significantes. Em segundo lugar, a reunificação trazia ameaças de tensões étnicas ainda mais profundas no país, além do risco de atrapalhar as iniciativas de construção estatal que estavam sendo conduzidas por Chisinau. Por último, a ideia de reunificação foi sendo abandonada devido ao lento processo de democratização em curso na Romênia, o que muitos moldavos enxergavam como um risco para as liberdades culturais e políticas já existentes no país. Imbuídos desse sentimento de rejeição, os moldavos preteriram os candidatos pró-romenos na primeira eleição livre da Moldávia independente, em Fevereiro de 1994 (JACKSON, 2003, p. 86).

No mês seguinte, um referendo foi conduzido no país para verificar o interesse da população no tocante à unificação. O resultado surpreendeu: mais de 90% dos moldavos disseram 'não' à união com a Romênia, demonstrando o interesse em permanecer livre (WOEHREL, 2014, p. 08).

Apesar de ainda existirem grupos e partidos políticos que ambicionam unir-se à nação vizinha, não se pode afirmar que a ameaça de unificação com a Romênia seja latente. Recentes pesquisas mostram que nem 10% dos moldavos continuam a apoiar a união. Na eleição parlamentar de 2009, os dois principais partidos que patrocinam a unificação – o *Christian Democratic People's Party* e o *Liberal Party* – não alcançaram 10% dos votos. A ideia de unir-se à Romênia tornou-se tão obsoleta que o *Liberal Party* precisou abandonar sua agenda pró-união para não perder suas chances eleitorais (KALJURAND, 2008, p. 06).

No entanto, é necessário salientar que a entrada da Romênia na UE, em 2007, estimulou múltiplas solicitações de cidadania romena por moldavos que intencionavam migrar para os países europeus. De acordo com uma pesquisa conduzida pelo *Soros Romania Foundation*, em 2012 mais de 400.000 moldavos portavam a cidadania romana. Como um quinto da população da Moldávia vive na pobreza, há uma forte tendência dos nacionais tentarem a vida fora do país¹⁰³. Atualmente,

¹⁰³ O Banco Mundial classifica a Moldávia com o país mais pobre da Europa. Com um IDH de 0,663 em 2014, o país

cerca de um quarto da população economicamente ativa do país vive em outras nações, em especial a Rússia e países europeus, circunstância que faz com que as remessas de moldavos que vivem no exterior contem por cerca de 20% de todo o PIB do país¹⁰⁴. O número cada vez maior de moldavos portando a cidadania romena é visto com preocupação pelas autoridades de Chisinau e, em especial, pelo Kremlin, que afirmam que a Moldávia tende a se tornar um país mais e mais romenizado com o passar do tempo.

4.3.2 A importância do território moldavo para a política energética russa

De acordo com Tugce Varol (2013), toda a exportação de gás russo para a Europa transita através de gasodutos localizados em apenas três países: Ucrânia, Belarus e Moldávia. Do total do gás russo exportado pelo sistema de transmissão desses três países, a Moldávia representa apenas 11%, o que equivale a US\$ 50-60 milhões de receita.

Apesar de a importância da rota da Moldávia ser inferior à de Ucrânia e Belarus – é importante lembrar que os gasodutos ucranianos equivalem a 60% do total exportado via países de trânsito – e estar declinando a cada ano¹⁰⁵, manter Chisinau sob sua influência ainda é fundamental para Moscou, pois a posição geográfica do país o torna uma rota de trânsito necessária para o escoamento do gás natural para os principais parceiros russos dos Bálcãs, como a Bulgária, a Grécia, a Macedônia e a Romênia, e a Turquia.

O abandono do projeto *South Stream*¹⁰⁶, anunciado pelo governo russo no final de 2014, faz com que a Rússia continue dependente do sistema de gasodutos que passa pela Moldávia, embora marginalmente. Os principais gasodutos que passam pelo território moldavo foram construídos ainda no tempo soviético, de acordo com as ilustrações 19 e 20.

está na 114ª posição de 187 países, o que a torna o único país europeu classificado abaixo da categoria de médio desenvolvimento humano. De acordo com o World Development Report, de 2003, 38,4% da população da Moldávia vive com menos de 2 dólares por dia. Como consequência da má performance econômica do país e baixas expectativas de melhoria de vida, a migração para países europeus e para a Rússia é a esperança de muitos moldavos.

¹⁰⁴ WOEHREL, 2014, p. 04.

¹⁰⁵ De acordo com Calus (2013), o volume de gás exportado pelos gasodutos da Moldávia diminuiu de 25,3 bilhões por m³ em 2005, para 19,9 bilhões por m³ em 2012.

¹⁰⁶ Através desse gasoduto, a Rússia forneceria gás natural via Mar Negro para a Bulgária, que posteriormente o distribuiria para a Grécia, Itália, Eslovênia, Hungria, Sérvia e Áustria. Ele serviria como uma alternativa ao sistema de gasodutos presente na Moldávia.

Ilustração 19: Rota do gás russo até os gasodutos da Moldávia



Fonte: US Department of Energy¹⁰⁷

Ilustração 20: Sistema de gasodutos na Moldávia



Fonte: Gazprom¹⁰⁸

Após o colapso da URSS, a Moldávia adquiriu todo o sistema de transporte e de distribuição de gás situado em seu território. A rede nacional de transmissão moldava exporta o gás russo para a Turquia e os Balcãs via o gasoduto *Progress*, que inclui quatro rotas principais com o comprimento

¹⁰⁷ Disponível em: <http://www.thenewatlantis.com/publications/pipeline-diplomacy>. Acesso em: 05 Feb 2015.

¹⁰⁸ Disponível em: <http://www.gazprom.com/press/news/2012/march/article132294/>. Acesso em: 05 Feb 2015.

total de 7 mil Km, conforme a tabela 7:

Tabela 7: Principais rotas dos gasodutos localizados no território da Moldávia

Rota do gasoduto	Comprimento na Moldávia (em Km)	Comprimento na Transnístria (em Km)	Localização da estação de bombeamento
Ananiev-Drochia-Cernăuți-Bogorodceani (ADCB)	199,8	15	Drochia
Ananiev-Tiraspol-Izmail (ATI)	92,1	18,8	Tiraspol
Șebelevka-Donetsk-Krivoi Rog-Razdelnoe-Izmail (ȘDKRI)	124,58	23,1	Tiraspol
Razdelnoe-Izmail (RI)	126,46	24,2	Tiraspol
TOTAL	542,94	81,2	

Fonte: (PARLICOV; SOITU, 2002, p. 05) – com adaptações

É importante ressaltar, no entanto, que uma grande parte do patrimônio dos gasodutos herdados pela Moldávia encontra-se sob o controle da administração Transnístria. Mankoff (2009) afirma que o apoio russo ao regime separatista em Tiraspol e a presença de *peacekeepers* na região em muito serve para controlar a política externa da Moldávia, o que inclui, em especial, o controle dos gasodutos.

Uma vez que a rede de gasodutos moldavos exerce um papel menos importante que aqueles localizados nos territórios ucraniano e belorruço, o país encontra menos oportunidades e alternativas de se livrar da dependência energética da Rússia. Ademais, devido ao fato de o gás russo necessariamente ter que passar primeiro por Tiraspol, a Moldávia se torna muito vulnerável a cortes no fornecimento não apenas pela Rússia, mas também pela Transnístria. Durante o conflito militar do início dos anos 1990, Tiraspol cortou tanto o abastecimento de gás quanto de eletricidade para a Moldávia com propósitos coercitivos. Dessa forma, o país possui um alto nível de vulnerabilidade energética que se tenta contornar a qualquer custo (BRUCE, 2007, p. 29).

Devido ao fato de o próximo tópico tratar de forma mais aprofundada da importância que o elemento econômico tem para as relações russo-moldavas, optou-se por deixar que a discussão a respeito da interdependência em termos energéticos entre os dois países seja concluída naquele tópico específico.

4.4 AS RELAÇÕES ECONÔMICAS: UMA INTERDEPENDÊNCIA ASSIMÉTRICA EM TERMOS ENERGÉTICOS

De forma similar ao caso ucraniano, o elemento econômico é fundamental para compreender as relações russo-moldavas. Isso se deve ao fato de a economia do país ser altamente vulnerável e dependente de Moscou, que utiliza sua posição superior para manter Chisinau sob a sua órbita de influência. Como consequência, a Moldávia se perpetua na condição de país mais pobre da Europa e tenta, de todas as formas, aproximar-se dos parceiros europeus em busca de novos mercados para a exportação de seus produtos agrícolas e para a importação da *commodity* mais preciosa, o gás natural. Apesar de contar com um clima favorável e com um solo rico – que fazem da Moldávia um país essencialmente agrícola – há uma carência de recursos naturais, em especial no que tange à energia. Com isso, gera-se uma situação de interdependência nas relações russo-moldavas, em que a Moldávia necessita das importações de gás natural e do mercado russo para a exportação de seus principais produtos agrícolas, e a Rússia precisa dos sistemas de gasodutos presentes na Moldávia para distribuir o gás para seus principais compradores na Europa. Essa interdependência, no entanto, é altamente assimétrica a favor da Rússia, que utiliza a vulnerabilidade do país para exercer pressão sob Chisinau.

A análise do elemento econômico será conduzida a seguir com um foco central na questão energética, que exerce um papel determinante no relacionamento entre os dois países. O apoio de Moscou ao regime separatistas de Tiraspol é um complicador da situação, uma vez que é através do território transnístrio que passa todo o sistema de gasodutos que abastece tanto a Moldávia quanto os países europeus. A perpetuação da dependência de Chisinau da energia vinda da Rússia torna a região extremamente vulnerável às oscilações políticas, uma vez que o agravamento do conflito com os separatistas é desaconselhável em razão dos cortes no abastecimento que são frequentemente utilizados pelo regime de Tiraspol para coagir as autoridades moldavas.

4.4.1 A economia moldava pós-independência: vulnerabilidade e dependência

Como já foi exaustivamente citado, a Moldávia é um país extremamente dependente da economia russa, em função da escassez de recursos naturais produzidos em seu território. Sua principal vantagem é possuir um solo rico, que a transformou em um grande produtor agrícola, em

especial de frutas, vinho e tabaco. Em 2011, a agricultura representava 12% do PIB da Moldávia, 41% de todos seus produtos exportados e 28% de todo o emprego gerado no país¹⁰⁹. Grande parte da vulnerabilidade do país e dependência excessiva da agricultura se assenta na carência de indústrias na região controlada por Chisinau, pois as maiores indústrias localizam-se na Transnístria, que gera cerca de 35% de todo o rendimento nacional¹¹⁰.

A transição moldava para a economia de mercado, após o colapso da URSS e a transformação do país em um Estado independente pela primeira vez em sua história, provou ser muito mais complexa do que se aventava. Os efeitos colaterais das reformas impulsionadas pelas autoridades de Chisinau tiveram um impacto severo na qualidade de vida da população, e, mais de 20 anos depois dos primeiros experimentos econômicos, continua a ser o país mais pobre e volátil de toda a Europa. Após 1991, a Moldávia fracassou em seu intento de promover reformas econômicas, o que incluía a diversificação de parceiros comerciais para diminuir a dependência do mercado russo. Entre 1993 e 1997, o PIB do país caiu cerca de 40%, fornecendo uma renda mensal média de apenas 33 dólares. Para piorar o aperto econômico, os conflitos separatistas na Transnístria barraram a entrada de investimentos estrangeiros, que levaram o país a uma situação caótica após a crise russa de 1998.

O retorno do crescimento da economia russa após a crise também trouxe estabilização para a Moldávia. De 2001 a 2008, o desempenho econômico do país foi altamente satisfatório, com o crescimento do PIB estável na faixa dos 6% ao ano. A crise econômica de 2008, no entanto, quebrou o ciclo de bonança econômica do país. O Leu, a moeda moldava, foi severamente afetada (e ainda continua sob pressão), as remessas do exterior caíram (resultado dos emigrantes que perderam seus empregos nos países atingidos pela crise) e o investimento estrangeiro direto sofreu duras pressões (WOEHREL, 2014, p. 04). Como consequência, o PIB do país sofreu uma queda considerável de 5,99% no ano de 2009, situação que, felizmente, foi revertida nos anos seguintes, conforme a tabela 8:

Tabela 8: Evolução do PIB da Moldávia entre 1993-2014

ANO	PIB MOLDÁVIA	ANO	PIB MOLDÁVIA
1993	-1,20%	2004	7,36%
1994	-30,90%	2005	7,50%
1995	-1,43%	2006	4,79%
1996	-5,88%	2007	3,00%

¹⁰⁹ WOEHREL, 2014, p. 04.

¹¹⁰ FREIRE, 2011, p. 81.

1997	1,65%	2008	7,84%
1998	-6,54%	2009	-5,99%
1999	-3,37%	2010	7,09%
2000	2,11%	2011	6,82%
2001	6,14%	2012	-0,73%
2002	7,81%	2013	8,85%
2003	6,62%	2014	1,80%

Fonte: World Economic Outlook elaborado pelo Fundo Monetário Nacional¹¹¹

A desvalorização do Leu, no entanto, foi altamente benéfica para as exportações do país nos últimos anos. Em 2013, o PIB moldavo cresceu 8,9%, estimulado pelo aumento das exportações, pela boa colheita – após anos de seca que atrapalharam a safra de diversos produtos – e pelo alto consumo interno (WOEHREL, 2014, p. 04). A baixa projeção de crescimento do país de apenas 1,8% para 2014 deve-se à situação instável na vizinha Ucrânia, à recessão russa e, principalmente, ao boicote de Moscou às importações de vinho e de produtos suínos, alegadamente instituídas por razões sanitárias. No entanto, é sabido que a Rússia tem usado sanções econômicas contra Chisinau de forma a pressionar o país a não se aproximar do Ocidente. O Acordo de Associação com a UE, estabelecido em 2014, foi o principal motivador da imposição de sanções à Moldávia. Moscou frequentemente utiliza a situação de dependência da economia moldava da russa para alcançar seus interesses no país.

É importante ressaltar que a recorrência com que a Moldávia esteve exposta às sanções unilaterais russas empurrou o país em direção a uma parceria mais profunda com a União Europeia. Nos últimos anos, Chisinau conseguiu reverter a forte dependência que tinha do mercado russo para a exportação de seus produtos. Atualmente, a União Europeia é o maior parceiro do país, responsável por 45,4% de toda a corrente de comércio moldava. Em segundo lugar está a Rússia, com 25,5%, seguida pela Ucrânia, com 11,8%¹¹². A assinatura do acordo de associação com a UE e a introdução na Moldávia de um regime de comércio preferencial – o *Deep and Comprehensive Free Trade Area* (DCFTA)¹¹³ – objetiva aumentar a corrente de comércio entre os dois parceiros,

¹¹¹ Dados disponíveis em: http://www.google.com/publicdata/explore?ds=k3s92bru78li6_&hl=en&dl=en#!ctype=1&strail=false&bcs=d&nsm=h&met_y=ngdp_rpch&scale_y=lin&ind_y=false&rdim=world&idim=world:Earth&idim=country:MD&ifdim=world&hl=en_US&dl=en&ind=false. Acesso em: 07 Fev 2015.

¹¹² Dados disponíveis na página da Comissão Europeia: <http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/moldova/>. Acesso em: 07 Fev 2015.

¹¹³ De acordo com a Comissão Europeia: “The DCFTA sets up a free-trade area between the EU and Moldova, in line with the principles of the World Trade Organisation. It removes import duties for most goods traded between the EU and Moldova and provides for broad mutual access to trade in services. It also includes provisions on establishment,

ampliando o mercado europeu para os produtos e serviços moldavos. O principal alvo dessa política é diminuir a dependência econômica de Moscou em termos comerciais, já que o país eslavo ainda é responsável por um quarto da corrente de comércio com país, o que mantém a Moldávia em uma situação altamente vulnerável.

Trazer a Moldávia para a sua órbita de influência tem sido o objetivo basilar da UE desde que iniciou o seu aceno às ex-repúblicas soviéticas, ainda na década de 2000. Além de diminuir a volatilidade do país em relação à economia russa, o foco tem sido atenuar a dependência moldava do fornecimento de gás natural pela Gazprom, uma vez que praticamente toda a importação de energia feita por Chisinau vem da Rússia¹¹⁴. O próximo tópico dedicar-se-á a tratar da problemática das relações energéticas russo-moldavas dada a sua complexidade e longa trajetória, que advém ainda da época soviética.

4.4.2 A energia como propulsora da interdependência assimétrica

“Vivemos em um era de interdependência”, assim afirmaram Keohane e Nye no início de seu livro *“Power and Interdependence”*. O termo interdependência é definido pelos autores como uma relação que é custosa para se romper:

Where there are reciprocal (although not necessarily symmetrical) costly effects of transaction, there is interdependence. Where interactions do not have significant costly effects, there is simply interconnectedness (KEOHANE; NYE, 2001, p. 8).

Pelo exposto, é possível afirmar que as relações entre Rússia e Moldávia a respeito dos recursos energéticos é baseada em uma interdependência, em que a situação moldava se caracteriza pela vulnerabilidade¹¹⁵. A infraestrutura energética herdada da União Soviética converteu a Moldávia em um país dependente da Rússia, que controla toda a rede de gasodutos. Chisinau se

which allow EU and Moldovan companies to set up a subsidiary or a branch office on a non-discriminatory basis, benefitting from the same treatment as domestic companies in the partner's market. An important part of the DCFTA is aligning Moldovan trade-related laws to selected EU legislative acts. Adoption by Moldova of EU approaches to policy-making will improve governance, strengthen the rule of law and provide more economic opportunities by opening further the EU market to the Moldovan goods and services. It will also attract foreign investment to Moldova”. Disponível em: <http://ec.europa.eu/trade/policy/countries-and-regions/countries/moldova/>. Acesso em: 07 Fev 2015.

¹¹⁴ WOEHREL, 2014, p. 05.

¹¹⁵ Ao calcular os custos da interdependência, Keohane e Nye estabelecem uma distinção entre vulnerabilidade e sensibilidade. A sensibilidade se refere aos custos que surgirão em caso de mudanças nas transações dentro da estrutura de uma política preexistente. A vulnerabilidade, por outro lado, se refere aos custos dessas transações modificadas após a correção do problema. Chloe Bruce afirma que esse último termo é particularmente importante quando se trata do comércio de gás natural (BRUCE, 2007, p. 30).

encontra em uma posição desfavorável, em que é incapaz de importar gás de outros países através do sistema de gasodutos localizado em seu território. Isso criou uma situação de interdependência assimétrica, que está fortemente em favor de Moscou.

De forma similar à situação ucraniana, a Moldávia é um país importador de energia. Não há reservas de petróleo e nem de gás natural consideráveis no país, o que o leva a importar da Rússia 100% de toda sua energia consumida¹¹⁶. Classificado pela *Maplecroft* como um dos nove países do mundo com “risco extremo” de vulnerabilidade e de segurança energética no curto prazo, a Moldávia, além disso, carece de uma conexão com gasodutos de outros países, o que permitiria a diversificação de seu fornecimento. E, para complicar cenário, uma parte do sistema de gasodutos está nas mãos do regime transnístrio de Tiraspol.

Essa situação faz com que Moscou use a dependência moldava do gás para implementar suas políticas no país, através da manipulação de preços, do abastecimento energético e do gerenciamento de débitos para apoiar os políticos pró-russos, e para encorajar Tiraspol e Chisinau a negociarem um acordo de paz que seja aceitável para Moscou. (BRUCE, 2007, p. 46). Vlad Spânu (2004) descreve como a Rússia tem usado a dependência do gás para influenciar a volatilidade da economia moldava:

The natural gas price for Moldova is also used for political leverage. [...] The more obedient a country is towards Russia, the better its chances of getting an advantageous price and facing fewer trade barriers to its exports. Thus, using economic leverage, Russia is able to keep Moldova in its sphere of influence and prevent the country adopting a pro-Western orientation in its foreign policy. [...] Under pressure from Moscow, the government in Chisinau almost abandoned GUUAM, a regional grouping that aims to enhance economic cooperation through the development of a Europe-Caucasus-Asia transport corridor (SPANU, 2004, p. 05).

Nos primeiros anos após o colapso da URSS, a Rússia percebeu que a dependência energética dos países do CRS Pós-Soviético poderia trazer grandes dividendos para o país. Em 1994, por exemplo, Moscou reduziu o fornecimento de gás para a Moldávia de forma a pressionar o país para se unir à CEI. Desde então, a Rússia tem exercido sua influência sobre Chisinau através da Gazprom, a estatal russa do gás. Em 1998, foi criada a *MoldovaGaz*, uma *joint venture* em que a Gazprom passou a controlar 51% das ações e a Transnístria, 13,4% (que também pertencem à Rússia), enquanto a Moldávia ficou com apenas 36,6%¹¹⁷.

A transferência do controle da rede de gasodutos presentes no território moldavo para a *Gazprom* transformou o país no único país de trânsito europeu a ter cedido sua infraestrutura para a

¹¹⁶ Informação da EIA. Disponível em: <http://www.eia.gov/countries/country-data.cfm?fips=md>. Acesso em 10 Fev 2015.

¹¹⁷ ENERGY, 2011, p. 04.

Rússia (BRUCE, 2007, p. 34). A Ucrânia e Belarus, por exemplo, tem resistido aos esforços russos de dominar seus sistemas de transmissão.

Ao controlar os gasodutos presentes na Moldávia, os principais débitos do país foram transformados em ativos russos. Esses débitos, que no final de 1997 constituíam US\$ 510,8 milhões, em meados de 2003 já havia dobrado e estavam em US\$ 1,137 bilhões. Conforme as dívidas cresciam, ficou ainda mais difícil para o governo moldavo honrá-las. Em 1998, a *Gazprom* ameaçou cortar o fornecimento de gás para a Moldávia devido ao não pagamento e a disputas contratuais. Como resposta, o país ameaçou cortar a distribuição para a Bulgária, Turquia e Grécia, e, como essa atitude resultaria em perdas econômicas para Moscou, não se concretizou. O impasse só foi resolvido em 2000, quando Putin concordou em escalonar o débito por 20 anos. Além disso, Putin prometeu que a Moldávia pagaria menos pelo fornecimento de gás, em contrapartida a Rússia adquiriria mais ações da *MoldovaGaz* (VAROL, 2013, p. 303).

Em 2004, as dívidas não paravam de crescer, mas, diferentemente da Ucrânia, a Rússia não procedia com suas ameaças de corte no fornecimento de gás para a Moldávia. É necessário ressaltar interessante análise feita por Tugce Varol (2013), que afirma que a hesitação de Moscou era devido ao temor de perder a Transnístria, importante bastião pró-russo que seria prejudicado no caso de interrupção no abastecimento.

No entanto, em 2006, a Rússia cortou o fornecimento de gás para a Moldávia após o país rejeitar a demanda da *Gazprom* de dobrar o preço do gás. O abastecimento só foi retornado 17 dias depois, após o governo moldavo aceitar o aumento de US\$ 60 para US\$ 110 bilhões por m³ e a Moldávia oferecer suas próprias ações da *MoldovaGaz* na Transnístria para a *Gazprom* para aliviar as negociações sobre o preço do gás¹¹⁸ (VAROL, 2013, p. 304). Essa ação de Moscou também afetou a distribuição para Tiraspol, em um momento de discordância das relações entre os dois governos, após o atraso no pagamento do gás pelo governo separatista.

Percebe-se, portanto, que Moscou não hesita em penalizar os regimes não complacentes com seus interesses econômicos. O mesmo aconteceu com Belarus, histórico aliado russo, que sofreu um forte embargo no fornecimento de gás devido a recusa em privatizar sua rede de gasodutos. Os casos da Transnístria e de Belarus refletem uma abordagem direcionada para resultados da parte de Moscou. Em ambos os casos, a Rússia usou o gás para punir os regimes recalcitrantes (BRUCE, 2007, p. 41). Em 2009, durante a crise energética russo-ucraniana, o fornecimento de energia na Moldávia foi seriamente afetado.

¹¹⁸ Foi nesse momento que a Moldávia concordou em ceder os 13% das ações da Transnístria na *MoldovaGaz* para a *Gazprom*. Como resultado, Moscou passou a controlar 63,4% das ações da *MoldovaGaz* e, agora, tem o controle da grande maioria da infraestrutura de gasodutos da Moldávia.

Assim, percebe-se que as relações energéticas russo-moldavas têm sido fundamentalmente políticas. Como em qualquer outro país da CEI, o fornecimento de gás tem sido usado pela Rússia para extrair concessões comerciais, como o controle majoritário da *MoldovaGaz* e o trânsito da energia russa por todo o território moldavo. A dependência da Moldávia do gás desde a era soviética e a complexidade da construção de novas redes de transporte deixam poucas alternativas para o país sair dessa situação de vulnerabilidade.

Contudo, essa posição de dependência excessiva de Moscou tem levado a Moldávia a se aproximar dos países europeus, que identificaram na lacuna energética uma forma de trazer o país para a sua esfera de influência. Em 2010, por exemplo, a Moldávia adotou o *EU's Third Energy Package*, que objetiva aumentar a segurança do fornecimento energético do país, apoiar a integração dos mercados energéticos por toda a Europa e promover a competição no setor de energia. Sob os termos do *Third Package*, a transmissão, venda e produção do gás natural seriam conduzidas por operadores independentes, o que poria em risco a posição monopolista da *Gazprom* em Chisinau. Por essa razão, Moscou tem exercido uma forte pressão sobre a Moldávia para afastá-la do acordo energético com a UE. Pressionando Chisinau, a Rússia tenta bloquear a bem-sucedida tentativa de integração moldava com a UE para manter a sua posição de monopolista do fornecimento de gás para o mercado moldavo (CALUS, 2013, p. 03).

Em 2014, o Conselho Europeu anunciou um plano abrangente para reduzir a dependência energética da Moldávia e da Ucrânia, que inclui o estabelecimento de 33 projetos (27 relacionados a gás natural e 6 a eletricidade), que focam na distribuição do gás vindo do corredor sul e na ajuda para os dois países do leste diversificarem seu matriz energética. Um desses projetos é o gasoduto Iasi-Ungheni, que está sendo desenvolvido para conectar as redes de transmissão da Romênia e da Moldávia e, assim, possibilitar Chisinau importar gás de outros países diferentes da Rússia – a rede de transmissão romena permitirá a Moldávia comprar gás da Hungria e de outros países da UE conectados com a rede de gasodutos de Bucareste.

A construção do interconector do gasoduto com a Romênia iniciou em Agosto de 2013 e seus 43 km foram inaugurados no dia 01 de Setembro de 2014. A previsão é que em 2016 o sistema de energia moldavo seja perfeitamente interconectado com a Europa e, dessa forma, o país seja capaz de comprar gás também do Ocidente. O gasoduto Iasi-Ungheni, que custou aproximadamente 26 milhões de euros para ser construído (com uma contribuição de cerca de 7 milhões da União Europeia), inicialmente transmitirá cerca de 50 milhões de m³ de gás por ano para a Moldávia, ou seja, 10% do consumo de gás na nação moldava. O potencial de transporte do gasoduto é de 1,5 bilhões de m³, o que alcançaria toda a necessidade energética moldava, excluindo a região da Transnístria (MOLDOVA INAUGURATES, 2014).

É importante notar que 10% do consumo é muito pouco para diminuir a dependência da Moldávia do gás russo. Calus (2013) afirma que, para alcançar seu potencial máximo, é necessário construir um gasoduto adicional de 120 km indo de Ungheni a Chisinau e uma nova estação de compressão, o que levará cerca de cinco anos e necessitará de investimentos significativos. Até que a nova estrutura entre em operação, o interconector opera com apenas 10% de sua capacidade, o que gera gás suficiente somente para abastecer as áreas em torno de Ungheni e as áreas da zona econômica localizada na cidade. Ademais, há uma forte oposição vinda da Gazprom, que tem tentado anular todas as manobras para diminuir a dependência do gás russo.

Kamil Calus (2013) conclui a respeito da investida moldava de livrar-se da vulnerabilidade russa afirmando que não há indicações que os objetivos de Chisinau sejam alcançados ainda nesta década:

At the moment, Gazprom is not only Moldova's sole gas supplier, but also the sole operator of the country's gas transmission network. This allows Russia to control the supply of gas to the Moldovan market, and to block virtually any attempts by Chişinău to diversify its gas sources. This, coupled with the lack of an appropriate infrastructure, means that the Iasi-Ungheni pipeline will make only a negligible contribution to opening up the Moldovan energy market to non-Russian gas. Similarly, the interconnector will contribute little to Moldova's bargaining power in energy negotiations with Gazprom. Moldova's position is likely to change after the completion of the Ungheni-Chişinău pipeline and once Gazprom is stripped of its control over Moldova's transmission network; however, this will not happen before 2020 (CALUS, 2013, p. 07).

Outro recente projeto que tem chamado a atenção das autoridades moldavas é o Azerbaijan-Georgia-Romania Interconnector (AGRI), parte do plano europeu de criar um “corredor sul” do gás do Mar Cáspio para a Europa. O AGRI envolve a construção de um gasoduto que levará o gás azere em direção à Geórgia, por onde será liquefeito e, depois, transportado por navios *tankers* para a costa romena, que será regaseificado para ser transportado, via gasodutos, para os países da UE.

Ilustração 21: Rota do projeto AGRI



O custo desse projeto será de 4 a 6 bilhões de euros, com estimativas para ser concluído em quatro anos. A proposta do AGRI interessou a Chisinau por ser uma possibilidade real de aprimoramento do potencial energético do país e de redução da dependência do gás natural russo. Levando em consideração o potencial do projeto – que assegura uma rota estável e confiável para o fornecimento de gás natural liqueficado (LNG) – o governo moldavo tem se envolvido, junto com Azerbaijão, Geórgia e Romênia, nas negociações e implantação do empreendimento.

CAPÍTULO 5: ASSIMETRIAS NA POLÍTICA EXTERNA RUSSA PARA A CRIMEIA E A TRANSNÍSTRIA

“I cannot forecast to you the action of Russia. It is a riddle, wrapped in a mystery, inside an enigma; but perhaps there is a key. That key is Russian national interest”.

Winston Churchill (1939)

Após discutir, de forma exaustiva, como se baseiam as relações entre Rússia e Ucrânia e entre Rússia e Moldávia, é possível fazer inferências a respeito das assimetrias nessas relações. Este presente capítulo tem a função de confirmar a existência de um caráter distintivo da política externa russa em relação aos dois países e responder à pergunta de pesquisa explicitada na introdução: *por que há uma diferenciação da política externa russa para a Ucrânia e a Moldávia, em especial no que tange aos casos da Transnístria e a Crimeia? Por que a Crimeia foi anexada à Rússia logo após o referendo e a Transnístria aguarda há oito anos pela resposta do Kremlin?*

A pergunta deve-se, em grande medida, à especulação do comando da OTAN¹¹⁹ e de analistas internacionais¹²⁰ de que, após a anexação da Crimeia, Moscou poderia seguir os mesmos caminhos na Moldávia, interferindo no conflito da Transnístria com o objetivo de anexá-la. Entende-se, entretanto, que os conflitos não se assemelham e que o interesse da Rússia é distinto nos dois casos. Sendo assim, de acordo com Mefford (2014), a Rússia já obteve o que desejava com a anexação da Crimeia e é improvável que anexará outros territórios devido à falta de benefícios que essa ação poderia trazer ao país.

Este capítulo tem a função de servir para interpretação e análise das informações já apontadas nos quatro primeiros capítulos apresentados. O objetivo é desmitificar a ideia de que os conflitos são semelhantes e, por esse motivo, haveria uma grande probabilidade de Vladimir Putin anexar a região da Transnístria da forma como foi feito na Crimeia. Para cumprir essa tarefa, optou-se pela divisão em quatro partes: no primeiro momento, será discutida a crise ucraniana de 2014, que levou à anexação da Crimeia e a uma mudança de curso da política externa russa. Em um segundo momento, far-se-á um esboço da questão transnístria para, no terceiro momento, se apontar todas as

119

Ver CROFT, 2014.

¹²⁰ Ver ENGLUND, 2014; KASHI, 2014; MEFFORD, 2014; SOLOVIEV, 2014.

semelhanças entre os dois casos, que trazem à tona a sensação de que possamos estar lidando com situações análogas. Já a última parte visa apontar todas as particularidades dos dois casos e, enfim, demonstrar o porquê de a incorporação da Transnístria pela Rússia ser uma ação altamente improvável.

5.1 A CRISE UCRANIANA E A ANEXAÇÃO DA CRIMEIA

De acordo com Mefford (2014), a anexação da Crimeia foi um evento singular, pois foi a primeira vez desde a invasão do Kuwait por Saddam Hussein, em 1991, que um país aumentou seu território pela força. Essa análise por si só já nos dá mostras da magnitude da crise ucraniana para as relações internacionais. O conflito é interpretado como o propulsor de uma nova Guerra Fria, que abriu um novo período de forte rivalidade – e até mesmo de confrontação – entre a Rússia e o Ocidente. Entende-se que a crise ucraniana ensejou uma nova era nas relações internacionais, em que a geopolítica voltou a ser o centro dos cálculos de política externa das grandes potências.

Dmitri Trenin (2014) aponta as raízes da crise:

The Ukraine crisis was immediately preceded by competition between the EU and Russia for the future geoeconomic orientation of Ukraine. The roots of the crisis lie in the 2008 war between Russia and Georgia, which ended the prospect of enlargement of NATO for both Georgia and Ukraine, and in the beginning of the global financial crisis, which seemed to give more credence to regional economic arrangements. Then, the EU and Russia drew different conclusions from the war and the crisis. The Europeans, through the Eastern Partnership program the EU launched in 2009, looked to associate Ukraine, along with five other former Soviet republics, economically and politically with the EU. Rather than a step toward future EU enlargement, however, this initiative was an attempt to constitute a “zone of comfort” to the east of the union’s border and enhance these countries’ Western orientation. The Russian Federation, for its part, tried to attract Ukraine and most of the rest of the former Soviet Union to its flagship project of a customs union, also energized in 2009, which led by May 2014 to the signing of the treaty establishing a Eurasian Economic Union. [...] Yet at the same time, Putin remained wedded to his master concept of a “Greater Europe from Lisbon to Vladivostok,” which he first outlined in 2010 and has reiterated since. (TRENIN, 2014, p. 04).

Assim, tanto Bruxelas quanto Moscou viam a Ucrânia como um importante elemento de seu projeto geopolítico, e não mediram esforços para pô-lo em prática. Viktor Yanukovich, presidente ucraniano desde 2010, manteve uma postura de aproximação com a Rússia de Putin desde o início de seu governo. A sua decisão de abandonar as negociações dos acordos comerciais e de associação com a União Europeia, em Novembro de 2013, para aderir a uma iniciativa econômica russa encontrou forte reação da população ucraniana. A oposição convocou atos contra a decisão do governo com o lema “*Ucrânia é Europa*” e os protestos tomaram grandes proporções, se

espalhando para diversas regiões do país¹²¹. Como ressaltado por Mielniczuk (2014), a União Europeia teve papel destacado no alastramento da crise, graças ao constante incentivo à tomada das ruas pelos manifestantes. O discurso de Durão Barroso, na Assembleia Geral da Comissão Europeia, em Dezembro de 2013, mostra a postura ingerente da UE nos assuntos ucranianos:

When we see in the cold streets of Kiev, men and women with the European flag, fighting for that European flag, it is because they are also fighting for Ukraine and for their future. Because they know that Europe is not just the land of opportunity in terms of economic development, because they have seen what happened in Poland or what happened in the Baltic countries, but also because Europe is the promise of hope and freedom. And I think the European Union has the right and the duty to stand by the people of Ukraine in this very difficult moment, because they are giving to Europe one of the greatest contributions that can be given. (BARROSO, 2013)

A força das manifestações e as constantes pressões do Ocidente levaram à destituição do governo democraticamente eleito de Yanukovich em Março de 2014, em favor de um presidente interino mais próximo da União Europeia. EUA e UE prontamente reconheceram o governo de transição, justificando que Yanukovich havia sido responsável pela morte dos manifestantes em Kiev¹²² (MIELNICZUK, 2014, p. 07).

Esses acontecimentos desencadearam sentimentos exacerbados pró-Rússia na República autônoma da Crimeia. A população pró-Rússia da península, temendo a expansão dos movimentos ultra-nacionalistas pela Ucrânia e que a proibição do uso do russo como língua oficial¹²³ violasse seus direitos, dominou o Parlamento local e nomeou um premiê. O novo governo, que não foi reconhecido pela Ucrânia, aprovou a anexação da Crimeia à Rússia no dia 16 de Março de 2014,

¹²¹ Dmitri Trenin (2014) aponta que a maior parte dos manifestantes eram pessoas comuns que sofriam com a pobreza e com a corrupção amplamente arraigada do governo de Kiev, incluindo a família Yanukovich. Para essas pessoas, a associação com a UE eram uma forma de sair dessa situação indigna e, quando essa porta se fechou, se produziu um profundo sentimento de revolta. A esse protesto cívico se uniram grupos nacionalistas, vindos principalmente do oeste da Ucrânia, que sempre insistiram que a identidade ucraniana deveria se separar da Rússia. Para eles, Yanukovich, um eslavófilo, estava raptando o país para uni-lo à Rússia. Por fim, os protestos da Praça Maidan eram apoiados, patrocinados e explorados pelas oligarquias ucranianas, que estavam descontentes com Yanukovich e seus aliados de Donetsk. Para eles, o protestos de Maidan eram um meio de forçar novas eleições presidenciais e remover Yanukovich do controle do país (TRENIN, 2014, p. 05).

¹²² Mielniczuk (2014), no entanto, traz informações que atestam a alegação dos russos de que os acontecimentos de Kiev foram protagonizados por milícias ultra-nacionalistas. No dia 05 de Março o vazamento de uma gravação telefônica entre o Ministro das Relações Exteriores da Estônia, Sr. Urmas Paet, e a chefe das Relações Exteriores da UE, Sra. Catherine Ashton, deixa claro que os europeus sabiam que os tiros lançados por *snippers* partiram de grupos relacionados às milícias ultra-nacionalistas, os quais buscavam como alvo tanto as forças policiais quanto os manifestantes (MIELNICZUK, 2014, p. 08).

¹²³ Um dos primeiros atos do governo de transição pró-Ocidente na Ucrânia foi a abolição da lei “*On State Language Policy*”, instituída por Yanukovich em 2012. Essa lei permitia que as regiões do país usassem mais línguas oficiais (que poderia ser o russo, ucraniano, húngaro, romeno etc) se elas fossem faladas por, no mínimo, 10% dos habitantes daquela região. 13 das 27 regiões ucranianas adotaram o russo como segunda língua oficial, como a Crimeia e áreas ao leste do país. Disponível em: <http://rt.com/news/minority-language-law-ukraine-035/>. Acesso em: 21 Fev 2015. No entanto, de acordo com Bebler (2015), essa lei foi vetada pelo presidente interino do país e, portanto, nunca teve efeitos reais.

após 96,77% da sua população expressar seu desejo por meio de um referendo (BEBLER, 2015, p. 42). Em poucos dias, o governo de Vladimir Putin oficializou a incorporação e passou a considerar a Crimeia como parte da Federação Russa. Vale destacar um interessante trecho do discurso de Vladimir Putin – feito em Março de 2014, no Parlamento russo – em que reconhece a Crimeia:

A referendum was held in Crimea on March 16 in full compliance with democratic procedures and international norms. More than 82 percent of the electorate took part in the vote. Over 96 percent of them spoke out in favour of reuniting with Russia. These numbers speak for themselves. [...] Colleagues, In people's hearts and minds, Crimea has always been an inseparable part of Russia. This firm conviction is based on truth and justice and was passed from generation to generation, over time, under any circumstances, despite all the dramatic changes our country went through during the entire 20th century. [...] Naturally, we could not leave this plea unheeded; we could not abandon Crimea and its residents in distress. This would have been betrayal on our part (KREMLIN, 2014).

A pronta anexação e o apoio de Moscou aos sentimentos autonomistas em diversas regiões da Ucrânia suscitaram manifestações de descontentamento do Ocidente no que tange à interferência russa nos assuntos internos da Ucrânia e na violação do princípio da integridade territorial. O que se percebe, no entanto, é que a gênese da crise ucraniana é muito mais profunda do que um simples desacordo de opiniões internas entre os partidários da aproximação com a União Europeia e os partidários do governo de Moscou.

A crise ucraniana é interpretada como um embate entre a Rússia e o Ocidente pela influência naquele pequeno país europeu. A Rússia age em defesa de seus interesses e seus nacionais fora do território russo, enquanto o Ocidente tenta impedir o crescimento da influência russa sobre a Ucrânia, por motivos geopolíticos e econômicos, em uma estrita vinculação com a concepção de segurança alargada da Escola de Copenhague. Os recentes acontecimentos dão mostras de que as relações cordiais Rússia-Ocidente – que dominaram a agenda nos anos 1990 e início dos anos 2000 – chegaram ao fim, com o agravamento provocado pelas duras sanções impostas pelos países ocidentais à Rússia e a dificuldade em se negociar o fim da crise ucraniana.

Dmitri Trenin (2014) afirma que as relações entre os dois pólos se tornaram essencialmente de confrontação, como nos dias da Guerra Fria ou, mais especificamente, do Grande Jogo Russo-Britânico¹²⁴. Por esse motivo, não há expectativas de mudanças nesse novo cenário. Não há perspectivas de que Moscou recuará no seu intento, assim como não se pode esperar que Washington reconheça a esfera de influência russa na Ucrânia ou em qualquer outro lugar da Eurásia. Os EUA se recusam a tratar a Rússia como um igual. Assim, o que se espera, de fato, é uma deterioração nesse cenário de conflito, dessa vez incluindo as regiões da Moldávia e da

¹²⁴ O Grande Jogo Russo-Britânico se refere ao conflito e a rivalidade estratégica entre o Império Russo e o Império Britânico pela supremacia na Ásia Central durante todo o século XIX até, mais ou menos, 1917.

Geórgia, países que passam por situação semelhante: se tornaram um campo de batalha da disputa russo-estadunidense por influência na região estratégica do Mar Negro (TRENIN, 2014, p. 24).

5.2 A QUESTÃO TRANSNÍSTRIA

O conflito na Transnístria em muito se assemelha ao caso da Crimeia, principalmente quando se trata de suas origens: ambos foram estimulados após a adoção de uma nova lei linguística. Assim, como foi visto no capítulo dois, a agitação pela independência da região se iniciou após a adoção de diversas leis, em 1989, que tinham como foco a “*desrussificação*” da Moldávia. Essas leis previam o estabelecimento do moldavo como a língua oficial do país e a transição do alfabeto cirílico para os caracteres latinos. González (2001) adiciona outras razões que serviram de combustível para os ideais separatistas:

Un elemento característico del caso de Moldova es la debilidad numérica de la población rusa. Este hecho es particularmente importante y quizá la razón por la que la violencia se desencadenó con rapidez. La sensación de inseguridad de la población rusa, medio millón de personas de los cuatro de la república, azuzó las posiciones radicales. La independencia de Moldova fue seguida de la aparición de grupos políticos nacionalistas que reclamaban la unión con Rumanía. La aparente fortaleza de esta postura tuvo un efecto devastador entre la población rusa. Bajo el paraguas del XIV Ejército ruso, estacionado en Moldova, la franja de territorio al este del río Dniester proclamó la independencia en 1990 (GONZÁLEZ, 2001, p. 40).

Assim, em 1990, a Transnístria autoproclamou-se independente após um referendo em que 97,7% dos votos acenaram a esse curso. Esse episódio foi provocado, principalmente, devido ao receio de unificação da Moldávia com a Romênia, além do fato de esse pequeno território ser historicamente eslavo e às dúvidas relacionadas às reformas políticas e econômicas que poderiam aniquilar o modo de vida socialista, assim como os privilégios e prestígios socio-políticos da elite transnístria. É necessário salientar que essa região era a mais industrializada do país, apesar de constituir apenas 12% do território da Moldávia. Além disso, ali viviam cerca de 17% de sua população, onde era gerado 35% de todo o rendimento nacional (FREIRE, 2011, p. 81). A declaração de independência da Transnístria não foi reconhecida nem pelo governo central de Chisinau e nem por nenhum outro Estado soberano.

A tentativa do governo central moldavo de controlar a região da Transnístria, ainda em 1992, levou à guerra civil entre a região separatista e Chisinau, que tentou reaver a área após a criação de estruturas paramilitares e de estruturas oficiais na margem esquerda do rio Dniestre. As forças moldavas, no entanto, foram facilmente derrotadas pelas tropas transnístrias, que receberam

equipamento, apoio e instruções do 14º Exército Russo estacionado na área desde 1945¹²⁵. Após quatro meses de intensos conflitos, um acordo de paz foi estabelecido entre Chisinau e a Transnístria. Decidiu-se por um cessar-fogo, definindo uma área de segurança ao longo do Rio Dniestre, determinado, também, o respeito pelos direitos humanos e o envio de forças de manutenção de paz tripartites: russas, moldavas e transnístrias. O acordo estabelecia ainda o princípio da integridade territorial e de soberania da Moldávia, além da necessidade de definir um *status* especial para a região separatista (FREIRE, 2011, p. 82).

Até o momento, a dificuldade em se alcançar um acordo sobre a estatuto da Transnístria permanece como obstáculo fundamental à resolução da situação da região separatista. Chisinau se dispõe apenas a atribuir ampla autonomia e poderes alargados a Tiraspol, mas recusa veementemente a proposta patrocinada pela Rússia do Memorando de Kozak, de 2003, que previa a federalização do país. Para a Moldávia, a aceitação de um Estado federado corresponderia, na prática, ao reconhecimento da independência da República da Transnístria. Essa atitude do governo moldavo incomoda o presidente Putin, que mantém seu apoio ativo ao estabelecimento de um governo federado que abarque a Moldávia, a Transnístria e a Gagáuzia (FREIRE, 2011, p. 83; KALJURAND, 2008, p. 14).

Outro argumento para a instabilidade na região reside na grande presença de tropas do 14º batalhão russo, objeto de diversas negociações por parte de Chisinau e das potências ocidentais para a sua completa retirada. Para a Moldávia, a presença de cerca de 2.500 militares russos no seu território representa uma ocupação estrangeira e uma ameaça à unidade nacional. Para a Transnístria, a força russa é uma garantia da estabilidade da região, razão pela qual eles são amplamente desfavoráveis a qualquer acordo que impute a retirada dos militares. A Rússia, por sua vez, condiciona a retirada de suas tropas à definição de um acordo político, o que garantiria a paz na região e impediria o regresso da violência entre as partes. Em 1999, durante a Cúpula de Istambul da OSCE, o governo russo prometeu que a Rússia retiraria suas tropas da Moldávia até 2002, o que, no entanto, não foi cumprido em sua plenitude. Até o momento, grupos reduzidos de oficiais e somente alguns equipamentos militares foram desmobilizados e regressaram à Rússia (NYGREN, 2007, p. 92).

A ascensão de Putin à presidência russa, em 1999, não conseguiu resolver a situação transnístria e diversas tentativas de negociação tem sido conduzidas pelo mandatário russo, que, no entanto, ainda não renderam frutos. As negociações, em geral, contam com a presença de Rússia, Ucrânia, EUA, UE e a OSCE (Formato 5+2), que ainda não conseguiram chegar a um resultado

¹²⁵ Segundo Freire, a área em que o batalhão russo estava estacionado é uma zona estratégica de importância para a Rússia, localizado na fronteira com a Europa e com os Bálcãs.

satisfatório para todos os interesses envolvidos. Com isso, a Transnístria permanece um “*conflito congelado*” (assim considerado pelo Conselho da Europa), alcançando sua independência apenas *de facto*, sem reconhecimento por parte de nenhum país membro da ONU (FREIRE, 2011; NYGREN, 2007).

5.3 AS SEMELHANÇAS INTRÍNSECAS NOS CASOS DA CRIMEIA E DA TRANSNÍSTRIA

Em 2006, o governo transnístrio conduziu um referendo em que 96% dos votantes optaram pela unificação da região com a Rússia (CIOBANU, 2007, p. 22). Apesar de as autoridades russas não terem se manifestado a respeito da solicitação, a anexação da Crimeia, em 2014, se tornou um grande precedente – tanto para os transnístrios quanto para os analistas em política externa – de que Moscou poderia agir de forma semelhante na região autônoma da República da Moldávia. Sendo assim, em Março de 2014, representantes do Parlamento de Tiraspol adotaram uma nova resolução requisitando a admissão da área de 4.000 Km² como parte integrante da Federação Russa, pedido que, novamente, obteve o silêncio das autoridades russas.

A atitude do regime transnístrio deve-se, principalmente, ao fato de a aproximação entre a Moldávia e a União Europeia ter alcançado um nível mais alto em 2014, com a assinatura do Acordo de Associação em Junho. A abertura das fronteiras da Europa para a entrada de moldavos sem a necessidade de visto é entendida como uma fonte irreversível de distanciamento dos transnístrios com a Rússia. De acordo com Mefford (2014), o *status* da Moldávia de país “mais pobre da Europa” e a falta de opções de viagens para os cidadãos da Transnístria contribuíram para que a região se mantivesse isolada de influências externas desde 1992. Mefford (2014) reitera ainda que, a partir do momento que os moldavos tiverem acesso facilitado à Europa, a Transnístria começará a perder o apoio da população, que se mantém alheia aos acontecimentos do mundo devido ao forte controle da mídia exercido pelo regime separatista de Tiraspol. “Quando os transnístrios perceberem que eles podem viajar para Madrid ao invés de Murmansk, eles escolherão Madrid” (MEFFORD, 2014, p. 02). Por esse motivo, as autoridades da Transnístria estão tão alarmadas com a aproximação da Moldávia com a Europa.

Para a Transnístria, não há momento mais favorável que este para buscar a anexação da região à Federação Russa. A tese é de que os eventos que ocorreram na Crimeia são muito similares aos que estão em curso em Tiraspol e que, portanto, há chances de a Rússia perder a sua influência em uma área tão importante para a consecução de seus desígnios de Grande Potência. Como o quadro

sinóptico comparativo abaixo demonstra, Crimeia e Transnístria contêm características semelhantes que fazem com que as duas áreas sejam de grande valia para o êxito dos interesses russos:

Tabela 9: Quadro sinóptico comparativo das principais semelhanças dos casos da Crimeia e da Transnístria

Elemento	Crimeia	Transnístria
Identidade	<p>História: a Crimeia esteve sob o domínio russo do século XVIII até o ano de 1954, quando foi concedida à Ucrânia (parte da URSS) como presente pelos trezentos anos da reunificação dos dois países. A Rússia, no entanto, afirma que essa cessão foi ilegítima, razão pela qual sempre proclamou que a Crimeia deveria retornar às mãos de Moscou.</p> <p>Etnicidade: 58,3% da população da região é de russos étnicos, seguido por 24,3% de ucranianos e 8% de tártaros.</p> <p>Língua: a grande presença de russos na região determina a absoluta disseminação do russo como língua principal (97%).</p> <p>Religião: os habitantes da Crimeia professam, em sua maioria, a religião ortodoxa russa.</p>	<p>História: a Transnístria sempre foi parte integrante do Império Russo. Foi somente em 1940, após a anexação da Bessarábia pela URSS, que os soviéticos decidiram unir a Transnístria com a Bessarábia (por critérios étnicos e, acima de tudo, estratégicos) para se criar o Estado unificado da Moldávia.</p> <p>Etnicidade: 31,9% da população da região autônoma são moldavos, 30,4% são russos e 28,8% são ucranianos. Apesar de não serem a maioria absoluta da região, a cultura russa está impregnada na sociedade transnístria.</p> <p>Língua: russo é a língua principal da região.</p> <p>Religião: 91% da população transnístria segue o Cristianismo Ortodoxo russo.</p>
Geopolítica	<p>Importância geoestratégica: manter a Crimeia sob o domínio russo tem a função de assegurar que Moscou continue exercendo sua influência sobre a região do Mar Negro (vital para os interesses estratégicos, econômicos e energéticos do país). A aproximação irreversível entre a Ucrânia e o Ocidente motivou o temor de Moscou de que a área estratégica da Crimeia caia, definitivamente, nas mãos norte-americanas ou europeias.</p> <p>Importância militar: é em Sevastopol onde fica estacionada a principal base militar da Rússia, a Frota do Mar Negro.</p>	<p>Importância geoestratégica: é através da Transnístria que a Rússia consegue conservar a Moldávia – uma <i>buffer zone</i> entre a Rússia e o Ocidente – em sua esfera de influência. O envolvimento russo no processo de paz visa influenciar a negociação de um arranjo constitucional que seja favorável aos seus interesses, que é prevenir o país de entrar definitivamente para a estrutura da UE e da OTAN.</p>
Economia	<p>Os portos da Crimeia asseguram o fluxo ininterrupto de <i>commodities</i> na região do Mar Negro (onde passam 25% das exportações russas); potencial turístico; e grande potencial energético na região (há inúmeros depósitos de petróleo e gás natural inexplorados no Mar Negro).</p>	<p>É pela região da Transnístria onde passam os principais gasodutos que levam o gás russo em direção à Europa. Manter a sua influência sobre Tiraspol, portanto, dá a Moscou o poder de influenciar também a sua atuação sobre a Moldávia, país que depende integralmente do fornecimento de gás pelos gasodutos presentes em seu território para sobrevivência.</p>

Fonte: elaborado pelo autor

Como pode ser constatado, há inúmeras similaridades entre a Crimeia e a Transnístria, o que leva os analistas internacionais a acreditarem que o Kremlin possui um desejo semelhante de anexação. No que tange às questões identitárias, ambas as regiões contêm uma maioria russa (ou de descendentes de russos) significativa, um passado compartilhado, a língua russa está amplamente disseminada e a religião predominante é um ponto que une as duas áreas a Moscou. Assim, a Rússia poderia invocar o princípio básico de sua “Concepção de Política Externa”, que garante uma “proteção abrangente dos direitos e interesses legítimos dos cidadãos russos e compatriotas residindo no exterior” (RÚSSIA, 2013). Vale ressaltar que Vladimir Putin utilizou essa justificativa para anexar a Crimeia, afirmando que “reserva-se o direito de proteger os russos étnicos que vivem na Ucrânia” (ENGLUND; LALLY, 2014).

Já em relação à geopolítica, as similitudes se mantêm. Ambas as áreas são vistas como pontos nevrálgicos pela Rússia para se alcançar um objetivo maior de política externa. A Crimeia é de utilidade vital para Moscou manter seu comércio exterior, pois o Mar Negro é a única saída do território russo para os mares quentes e principal rota de passagem que liga diretamente a Rússia com seus principais parceiros comerciais: os países europeus. Ademais, é em Sevastopol que está estacionada a sua principal frota naval há séculos, localizada estrategicamente para impedir qualquer aventura ocidental na zona de influência russa. Para Moscou, é imprescindível manter a Crimeia sob o seu domínio, porquanto assim pode controlar diretamente qualquer tentativa dos países ocidentais em se estabelecerem nessa região estratégica. O avanço da OTAN e da UE para as bordas da Rússia (principalmente após a adesão de Romênia, Polônia, Bulgária e os três países bálticos nos anos 2000), e o flerte da Moldávia e da Ucrânia com os referidos blocos acionaram o alerta em Moscou de que a região poderia, enfim, passar a ser controlada pelos países ocidentais, em especial os EUA, rival histórico da Rússia. Dmitri Trenin (2011) demonstra qual o sentimento nacional russo em relação a Washington:

What is the problem with NATO enlargement? I try to understand what bothers Russia about NATO enlargement. My conclusions are roughly as follows. For Russia this is a virtual problem. It has to do with the belief among the Russian political elite that the chief goal of the United States remains the same as ever: to humiliate Russia as much as possible and, if feasible, break Russia up into pieces and subordinate it to America's will. That is putting it crudely, of course, but this is the essence of the U.S. foreign policy agenda. [...] This is, unfortunately, a real and important factor. Viewed from this perspective, NATO enlargement is part of a plan to encircle Russia, to weaken Russia, to put pressure on Russia, and so on. Going into a little more detail, it turns out that NATO enlargement means the final amputation of Russia's extremities, an encroachment on Russia's zone of privileged interests, creating platforms for the Pentagon (TRENIN, 2011, p. 48-49).

Também cabe destacar a observação de Vladimir Putin em relação à OTAN durante o discurso de reconhecimento da Crimeia:

Crimea is our common historical legacy and a very important factor in regional stability. And this strategic territory should be part of a strong and stable sovereignty, which today can only be Russian. Otherwise, dear friends (I am addressing both Ukraine and Russia), you and we – the Russians and the Ukrainians – could lose Crimea completely, and that could happen in the near historical perspective. Please think about it. Let me note too that we have already heard declarations from Kiev about Ukraine soon joining NATO. What would this have meant for Crimea and Sevastopol in the future? It would have meant that NATO's navy would be right there in this city of Russia's military glory, and this would create not an illusory but a perfectly real threat to the whole of southern Russia. These are things that could have become reality were it not for the choice the Crimean people made, and I want to say thank you to them for this. But let me say too that we are not opposed to cooperation with NATO, for this is certainly not the case. For all the internal processes within the organisation, NATO remains a military alliance, and we are against having a military alliance making itself at home right in our backyard or in our historic territory (KREMLIN, 2014).

Na concepção russa, trata-se, portanto, de garantir a segurança do país, que vê ameaças à identidade dos russos étnicos da Crimeia, a seus interesses econômicos, à estabilidade política e, principalmente, ameaças estratégico-militares, o que se coaduna com a noção ampliada de segurança da Escola de Copenhague que se mantém na teoria dos CRS.

O mesmo se aplica à questão transnístria. Trenin (2001) observa que são três os interesses russos em relação à região autônoma: geopolítico, geoestratégico e humanitário, que também se associam à segurança do país, conforme os escritos de Buzan e Wæver. O autor entende que o interesse geopolítico significa exercer influência sobre a Transnístria de forma a conseguir controlar a Moldávia, através da sua participação na CEI e de acordos políticos e econômicos bilaterais, além de prevenir sua fusão com a Romênia (segurança política e econômica). Já o interesse geoestratégico se refere à manutenção da presença militar na área para prevenir a acessão da Moldávia à OTAN (segurança militar). Por último, o interesse humanitário se relaciona à garantia de um tratamento justo dos russos que habitam a região, o que, na verdade, equivale à preservação da identidade especial da Transnístria (segurança societal). Como a aproximação moldava do Ocidente, nos últimos anos, tem significado um distanciamento cada vez mais profundo da Rússia, o Kremlin entende que a única forma de manter certa influência sobre o país é exercendo algum tipo de dominação sobre o regime separatista de Tiraspol. É por essa razão que Moscou mantém um interesse firme em um arranjo constitucional na Moldávia que eleve o *status* da Transnístria para a de um ente federado.

O último elemento de semelhança entre a Crimeia e a Transnístria reside na economia. Como pode ser percebido através do quadro comparativo, por meio das duas regiões a Rússia consegue

salvaguardar seus ganhos econômicos, principalmente no domínio de maior destaque do país: o energético. Isso ocorre porque, na Crimeia, há um grande potencial inexplorado de recursos energéticos que a Rússia só poderá se valer ao obter o controle total da região. A rapidez com que respondeu à solicitação dos habitantes crimerianos para a anexação é interpretada por muitos analistas internacionais como um desejo de apropriar-se da área onde, recentemente, foram identificadas novas bacias de petróleo e gás natural (BEBLER, 2015, p. 45). No que tange à Transnístria, a situação é um pouco distinta, pois não há recursos naturais inexplorados na região. O destaque que Moscou dá para a área reside no fato de os principais gasodutos que ligam a Rússia à Moldávia passarem por ali. Assim, entende-se que, ao manter seu domínio sobre o regime de Tiraspol, a Rússia consegue pressionar Chisinau a agir conforme seus interesses, já que a dependência excessiva que a Moldávia tem do gás russo a deixa com poucas opções nesse tabuleiro. Há, portanto, interesses econômicos russos semelhantes no tocante às duas regiões.

Apropriar-se das duas áreas é fundamental aos planos de Moscou de cimentar seu poder sobre a região do Teatro Ocidental. Percebe-se, desse modo, que manter a Moldávia e a Ucrânia sob o domínio russo serve ao projeto de poder da política externa do país, uma vez que ambos os países são necessários para a Rússia alcançar, com êxito, seu objetivo precípua: o retorno de seu *status* de superpotência no cenário internacional. O recente alargamento da OTAN e da UE para próximo das portas da Rússia determina uma atuação incisiva na região onde deseja manter sua influência, como é o caso da Ucrânia e da Moldávia. Portanto, a assimetria no tratamento conferido à Crimeia e à Transnístria tem um objetivo comum: assegurar o seu poder sob uma área estratégica ao país ameaçada pela expansão das potências ocidentais.

5.4 AS PARTICULARIDADES DOS CASOS DA CRIMEIA E DA TRANSNÍSTRIA

Como foi visto no tópico anterior, há inúmeras afinidades entre os casos da Crimeia e da Transnístria que tendem a corroborar a leitura de alguns analistas internacionais de que o próximo movimento da política externa russa seja o de anexação daquela região autônoma da República da Moldávia. Essa interpretação, entretanto, não se coaduna com as aspirações do Kremlin. Entende-se que mesmo que os dois territórios tenham características semelhantes que estão em harmonia com os interesses russos, há causas mais profundas que levam ao tratamento diferenciado dos dois casos. Em primeiro lugar, é necessário fazer uma análise macro-orientada, apontando as discrepâncias entre Ucrânia e Moldávia, razão principal para a atuação distinta da política externa russa nos casos específicos das suas regiões autônomas para, somente então, fazer uma reflexão micro-orientada a

respeito dos casos da Crimeia e a Transnístria para responder, enfim, à pergunta de pesquisa.

5.4.1 Assimetrias nas relações russo-ucranianas e russo-moldavas

Conforme amplamente analisado nos capítulos anteriores, há discrepâncias significativas nas relações russo-ucranianas e russo-moldavas. O quadro comparativo abaixo demonstra, de forma sucinta, porque que os três elementos discutidos condicionam uma atuação mais incisiva de Moscou em relação a Kiev do que a Chisinau.

Tabela 10: Quadro sinóptico comparativo das principais características da Ucrânia e da Moldávia em relação à Rússia

Elemento	Ucrânia	Moldávia
Identidade	<p>História: conectada à história russa desde a sua formação, com o Rus de Kiev, e na maior parte de seus dez séculos de existência.</p> <p>Etnicidade: 77,8% da população majoritária do país são considerados ucranianos étnicos, enquanto os russos equivalem a 17,3% dos habitantes. É necessário salientar, contudo, que a maior parte dos russos habitam a região da Crimeia e do leste do país, como Donetsk e Lugansk, locais dominados pela cultura, língua e descendência russa.</p> <p>Religião: a Igreja Ortodoxa russa é a corrente majoritária seguida pelos ucranianos, principalmente quando se analisa as populações ao sul e ao leste da Ucrânia.</p> <p>Língua: semelhança entre o russo e o ucraniano. Por esse motivo, a língua russa é amplamente disseminada no país, principalmente nas regiões sul e leste do país.</p>	<p>História: ligação recente com a história russa (fez parte do Império Czarista de 1812 a 1919 e, da URSS de 1940 a 1991). Em grande parte de sua história, a Moldávia esteve conectada à Romênia.</p> <p>Etnicidade: apesar de os russos serem o terceiro maior grupo étnico do país, eles correspondem a apenas 5,9% total da população da Moldávia.</p> <p>Religião: a Igreja Ortodoxa russa é a corrente majoritária seguida pelos moldavos</p> <p>Língua: o moldavo é praticamente um dialeto do romeno, motivo pelo qual a identificação com essa língua é muito maior do que com o russo. No entanto, a grande presença histórica de russos na região condicionou a língua a ser amplamente disseminada no país.</p>
Geopolítica	<ul style="list-style-type: none"> – Importância como uma “<i>buffer zone</i>” entre a Rússia e o Ocidente; – Localização estratégica como país de trânsito dos principais gasodutos que levam o gás russo até os consumidores europeus (60% de todos os recursos energéticos russos em direção à Europa obrigatoriamente passam 	<ul style="list-style-type: none"> – Importância como uma “<i>buffer zone</i>” entre a Rússia e o Ocidente; – Localização estratégica como país de trânsito dos gasodutos que levam o gás russo até os principais consumidores europeus, apesar de a utilização desses gasodutos para o trânsito dos recursos energéticos russos ser muito menor (apenas 10%) do que daqueles localizados em território ucraniano (60%).

	por esses gasodutos); – Importância histórica, econômica, militar e étnica da Crimeia e da base de Sevastopol.	
Economia	– Alta dependência russa dos gasodutos e oleodutos que passam pelo território ucraniano: Bratsvo, Soyuz e o Druzhba (cerca de 60%). – Alta dependência ucraniana da energia russa (cerca de 95%) ¹²⁶ ; – Alta dependência ucraniana do mercado consumidor russo para seus produtos exportados (cerca de 30%). Considerando os países isoladamente (e não na qualidade de bloco regional), a Rússia continua sendo o parceiro comercial mais efetivo da Ucrânia.	– Baixa dependência russa dos gasodutos que passam pelo território moldavo (cerca de 11%). – Alta dependência moldava da energia russa (100%); – Alta dependência moldava do mercado consumidor russo para seus produtos agrícolas (cerca de 25%).

Fonte: elaborado pelo autor

Em primeiro lugar, no tocante à identidade, há relativamente menos aproximações entre a Moldávia e a Rússia. A proximidade do país com a cultura romena e sua política de “desrussificação”, conduzida no pós-independência, condicionaram uma afinidade frágil entre os dois países, diferentemente do que ocorre na Ucrânia, onde há um passado compartilhado, similitudes étnicas, linguísticas e até religiosas mais evidentes. Embora o russo e a religião ortodoxa sejam amplamente disseminados, não se pode afastar o peso da questão étnica para a proximidade cultural entre os dois povos, pois, devido à presença menor de russos étnicos na região, a possibilidade de manobra de Moscou se torna muito inferior àquela existente na Ucrânia. Assim, a possibilidade de abolição da lei ucraniana que dava liberdade às regiões do país de estabelecerem o russo como segunda língua oficial causou grande preocupação no Kremlin, que via os interesses de seus compatriotas afetados no país.

Em se tratando da geopolítica, é inegável que os dois países servem aos mesmos interesses de Moscou: contrabalancear a influência ocidental para as bordas da Rússia. Ucrânia e Moldávia fazem parte da mesma região, o Teatro Ocidental – ou Nova Europa do Leste, de acordo com Dmitri Trenin (2011) afirma se tratar de uma *buffer zone* estratégica que protege e separa a Rússia do Ocidente. A aproximação desses dois países com a OTAN e com a UE, identificada por Trenin, é o principal fator que determina a atuação mais assertiva de Moscou:

The New Eastern Europe is a new geopolitical reality. Geographically placed between the Russian Federation and the European Union, it has a whole set of interesting features. Each

¹²⁶ Conforme já citado, em 2014, ocorreu uma grande queda na dependência do gás russo devido à abertura de um novo gasoduto que permitiu a importação de gás da Europa. Assim, em 2014, a dependência do gás russo ficou em apenas 33%.

of the three countries is conscious of belonging to Europe in terms of culture and civilization and focused on building a nation-state as its most important task.[...] Characteristic of all the NEE countries is the striving—the quite natural striving—for independence from Russia. For countries that emerged from the Soviet Union, independence is, above all, independence from the country or part of the empire (union state) that was associated with the imperial center (TRENIN, 2011, p. 40-41).

Esse interesse desmedido de Kiev em aproximar-se da Europa Ocidental e afastar-se da influência russa foi o principal motor da crise ucraniana de 2014. Segundo King (2008), a região do Mar Negro vem se tornando a nova fronteira estratégica da Europa e EUA em termos securitários e comerciais, razão pela qual exercer influência sobre a Ucrânia é fundamental para o projeto de poder de OTAN e UE. O interesse vital se assenta na função prioritária do Mar Negro de corredor de trânsito para o escoamento das reservas de hidrocarbonetos do Mar Cáspio e da Ásia Central, que funcionam como importante fonte de diversificação de fornecedores de energia para a Europa, que ainda depende amplamente do abastecimento do gás russo.

Muito do interesse russo em agir quando da intensificação dos protestos em Kiev deve-se ao fato de temer o avanço da influência ocidental sobre o país, principalmente na região estratégica da Crimeia. Entende-se que a decisão de anexá-la à Federação Russa reside na preocupação em perder sua proeminência sobre a península em função do avanço da OTAN. Larlecianne Piccolli (2012) destaca que há tempos a movimentação ocidental na região da Crimeia tem provocado preocupações quanto a segurança:

A preocupação russa com a Ucrânia voltou a ganhar destaque quando do exercício militar “*Sea Breeze 2011*”, entre Ucrânia e Estados Unidos. As manobras militares conjuntas levaram ao Mar Negro cruzador estadunidense a *Monterey*, uma embarcação do porte Ticonderoga dotado do sistema antimísseis *Aegis*, capaz de interceptar o sistema missilístico russo. O fato alertou as autoridades russas para possíveis alianças profundas de seu aliado com o Ocidente, abrindo as portas de uma região estratégica e colocando-se ao alcance dos sítios lançadores de mísseis balísticos intercontinentais russos (PICCOLLI, 2012, p. 23-24).

Assim, de acordo com os cálculos de política externa do Kremlin, se essa região continuasse nas mãos da Ucrânia, mais cedo ou mais tarde a Rússia perderia a sua influência. Como a região da Crimeia tornou-se vital também para os interesses de europeus e norte-americanos, a única saída, naquele momento, foi anexá-la definitivamente. A sucessão de acontecimentos em Kiev no final de 2013 e início de 2014 davam a entender que o avanço ocidental sobre a Ucrânia era irreversível, pois, dessa vez, contou com o apoio considerável da população ucraniana.

Quando se analisa a geopolítica para o caso moldavo, é possível compreender o porquê de o tratamento para os dois países ser discrepante. Embora tenha importância semelhante para o projeto de Grande Potência de Vladimir Putin e de fazer parte da *buffer zone* estratégica que protege a

Rússia do Ocidente, o interesse russo é minimizado por três motivos principais: a baixa dependência que a Rússia tem dos gasodutos que passam por seu território (que está em torno de 10%); a inexistência de recursos energéticos de vital importância; e a sua localização não privilegiada quando se compara com a Ucrânia, pois, apesar de fazer parte oficialmente da região do Mar Negro, a sua condição de país mediterrâneo a conduz a uma condição marginal tanto para a Rússia quanto para os interesses do Ocidente. Desse modo, é compreensível o destaque dado à Ucrânia no que tange a questão geopolítica e geoestratégica, uma vez que a perda daquela área de influência seria muito mais custosa para os interesses econômico-estratégicos da Rússia.

Em se tratando da economia, o entendimento é similar. Na Ucrânia, as vantagens econômicas são superiores às da Moldávia, justamente porque aquele pequeno país encrustado entre a Ucrânia e a Romênia dispõe de poucos atributos econômicos que convençam tanto a Rússia quanto as potências ocidentais. Embora o avanço da UE seja algo latente no país, principalmente após a assinatura do Acordo de Associação, em 2014, o ponto de maior preocupação de Moscou, que é o avanço da OTAN, não encontra meios de se consolidar, pois a Moldávia é constitucionalmente um país neutro em termos militares. Assim, com uma ameaça reduzida de perda desse importante aliado para o bloco euro-atlântico, entende-se que a Rússia prefere não se envolver em novos conflitos que possam manchar mais a sua imagem perante os demais países do Complexo Regional de Segurança Pós-Soviético.

Baseando-se nos fatos expostos, conclui-se que, tanto identitária, quanto geopolítica e economicamente, a Ucrânia é mais relevante para a Rússia e para o Ocidente do que a Moldávia. A irreversibilidade do rumo ucraniano em direção à Europa, que, dessa vez, contava com um amplo apoio da opinião pública, somada à possibilidade de abolição do russo como segunda língua oficial do país não deixou outra alternativa aos russos senão defender seus interesses. De acordo com os cálculos do Kremlin, a atitude da nova coalizão pró-Ocidente que passou a governar a Ucrânia após a destituição de Viktor Yanukovitch transmitia uma dupla ameaça securitária: a repressão da identidade, cultura e língua russa dentro da Ucrânia (que poderia afetar seriamente a auto-determinação da Crimeia) e a acessão do país à OTAN no curto prazo, pondo em risco à segurança militar do CRS Pós-Soviético do Teatro Ocidental (TRENIN, 2014, p. 06).

Portanto, entende-se que a política externa russa é, certamente, diferenciada para os dois países, mas muito em função das ameaças de perda de sua influência na Ucrânia ser muito maior na atualidade do que na Moldávia.

5.4.2 Distinções na abordagem para a Crimeia e a Transnístria

Embora sejam indiscutíveis as semelhanças das situações da Crimeia e da Transnístria, é possível perceber a diferença de tratamento conferido por Putin ao analisar os fatos recentes quando comparamos os dois casos. O objetivo, aqui, é demonstrar que, diferentemente do que entende o comando da OTAN, que afirmou que “a Rússia tem uma grande força na fronteira leste da Ucrânia e há uma grande preocupação que ela possa representar uma ameaça à região separatista de Transnístria” (CROFT, 2014), a incorporação da Transnístria pela Federação Russa é altamente improvável, devido a essa atitude não se coadunar com seus objetivos sobre a Moldávia.

Em primeiro lugar, é notável o fato de a Rússia se recusar a reconhecer a independência transnístria, preferindo apoiar futuras negociações que decidirão o *status* da região autônoma. Sobre esse fato, cabe mencionar uma breve passagem de Devyatkov:

[...] Not only Moldova, the EU, and the United States but Russia as well now insist that Transnistria has no right to international recognition. Deputy Minister of Foreign Affairs Sergei Gubarev announced that if Transnistria wants independence, it should fly to the moon. Russian Minister of Foreign Affairs Lavrov also issued a noteworthy statement: “The truth lies somewhere in the middle. But it is crystal clear that no international institution supports the idea of Transnistrian independence or Moldova as a unitary state. We should try to find a special *status* (DEVYATKOV, 2012, p. 57).

O governo russo entende que, ao apoiar a independência transnístria ou reconhecer seu *status* de país independente, abriria precedentes para as regiões da Rússia que também desejam separação, como é o caso da Chechênia. Essa república russa, localizada nas montanhas do norte do Cáucaso, declarou sua independência da Rússia em 1991, ação que desencadeou conflitos armados entre os grupos nacionalistas chechenos e o exército russo em duas ocasiões: 1994 e 2003. Sendo assim, para evitar novos conflitos no interior do país – vale lembrar que a Chechênia é uma importante área produtora de petróleo – os russos preferem não criar pretexto para a secessão.

Entretanto, entende-se que os motivos para a não anexação são muito mais profundos. Em primeiro lugar, a área não tem vantagens econômicas ou geopolíticas que justifiquem uma intervenção russa. Quando comparada à península da Crimeia, há interesses históricos visíveis na região do Mar Negro, área de grande viabilidade estratégica e econômica para a Rússia. A Transnístria, em contrapartida, tem um fraco potencial demográfico, um mercado doméstico extremamente reduzido, e, principalmente, uma carência de recursos naturais. Vale ressaltar que o território tem apenas 4.000 Km².

Devido à sua economia ser fortemente orientada para exportação de produtos industriais (há grandes indústrias, herdadas da Era Soviética, localizadas no território transnístrio), há uma grande sensibilidade a qualquer alteração na situação econômica de seus principais parceiros. A forte crise econômica que abateu os países europeus e a Rússia nos últimos anos levou à instabilidade e

ineficiência de sua economia, que passou a depender amplamente da ajuda financeira vinda de Moscou (CALUS, 2013, p. 01). Além disso, a área não é contígua ao território russo, o que dificultaria ainda mais as relações de Moscou com aquele diminuto território. Como afirma Calus:

Financial assistance received from Russia – both indirectly (so-called gas subsidies) and directly (humanitarian aid) – is, along with the incomes from exports and expatriate workers' remittances, a key element which makes it possible for the Transnistrian economy to function (CALUS, 2013, p. 04).

Em segundo lugar, caso ocorresse uma anexação da região, a probabilidade de a Moldávia – um país empobrecido e fortemente dependente da agricultura – anexar-se à Romênia seria muito maior do que nos dias de hoje. Devido ao fato de sua população ser culturalmente próxima da Romênia e desejar aproximar-se do Ocidente, as chances de unificação seriam muito elevadas, o que contraria os interesses russos na Moldávia. Vale lembrar que o país faz parte do projeto de poder de “Grande Potência” da Rússia e, ao perdê-lo para a Romênia, perdê-lo-ia também para a OTAN e para a UE.

Essa aproximação identitária da Moldávia com a Romênia também explica o terceiro motivo pelo qual a anexação é improvável. Ao incorporar a região à Federação Russa, haveria uma forte reação dos aliados ocidentais. Como a Romênia é o vizinho mais próximo (que possui interesses claros na área, além de contar com um grande número de cidadãos romenos na Moldávia) e faz parte tanto do bloco europeu quanto da aliança euro-atlântica, a resposta poderia ser um conflito armado de grandes proporções. De acordo com a avaliação de Mearsheimer (2014), a Rússia não estaria preparada para uma guerra, pois além de ter um exército inexpressivo, se encontra em uma grave crise financeira, que se agravou com as duras sanções impostas pelos EUA e UE.

Por fim, cabe citar o motivo considerado mais relevante. Compreende-se que a Rússia não tem interesse em anexar a Transnístria, pois, ao fazê-lo, perderia sua influência em toda a Moldávia, o que contraria todo o projeto de poder de “Grande Potência” vislumbrado pelo Kremlin. O motivo pelo qual o país se recusa a acatar qualquer processo de paz que não inclua a transformação da Transnístria em uma federação deve-se ao fato de temer perder a sua dominação sobre a Moldávia para os aliados ocidentais. Maria Raquel Freire (2011) faz uma interessante análise a respeito dos interesses de Moscou com o processo de paz moldavo-transnístrio:

A Federação Russa tem se revelado um jogador inconsistente no processo de paz. Mantém ligações com a Transnístria e tem demonstrado o seu apoio público à liderança em Tiraspol, mas continua a apoiar a integridade territorial da Moldávia. A estratégia russa é uma resposta dupla às exigências de respeito pela integridade territorial, não esquecendo os desafios separatistas no interior da própria Rússia, mas também ao desejo de controle e influência no espaço pós-soviético, onde a perpetuação dessa situação permite margem de

manobra a Moscou, conferindo-lhe poder adicional sobre as autoridades em Chisinau e mantendo uma presença militar às portas da Europa e bem próximo dos Bálcãs (FREIRE, 2011, p. 85).

De forma similar, Kaljurand (2008) mostra os reais interesses russos:

Historically, Moldova belongs to Russia's sphere of influence and, like other CIS countries, makes up one brick in Russia's buffer wall against NATO. Russia's intention has therefore always been to keep control over these areas and integrate them into its own security network. Moldova's hands are tied. On the one hand, Moldova has committed itself to the European integration process. On the other hand, in addition to the fact that Moldova is deeply dependent on Russian energy, it also has to deal with a "frozen conflict" zone, Transnistria, which is supported politically, economically and militarily by Russia. 80% of the Transnistrian economy is controlled by Russia. Russia has about 1,500 Russian troops in Transnistria, some 20,000 tons of armament, and peacekeepers. [...] Russia is using the unresolved territorial conflict of Transnistria as a bargaining tool. The price for the resolution of the conflict is a federal framework for Transnistria, substantial rights for Transnistrian parliamentarians, recognition of Russian property in Transnistria, special status for the Russian language and commitment to permanent military non-alliance (KALJURAND, 2008, p. 03-04).

Como já citado no capítulo quatro, caso a Moldávia se transformasse em um Estado federado, a Transnístria e a Gagáuzia teriam direitos parelhos aos da Moldávia no Parlamento moldavo e na Corte Constitucional do país, podendo, assim, utilizar seu direito de veto para bloquear qualquer ação que fosse contrária a seus interesses, como a integração mais aprofundada com a UE, por exemplo.

Conclui-se, portanto, que anexar a Transnístria é um fato altamente improvável, pois, além de não representar nenhum ganho significativo para a política externa russa – tanto em termos geopolíticos, mas, principalmente, econômicos –, esse ato tiraria o poder de a Rússia influenciar diretamente a Moldávia. Entende-se que a razão para o conflito transnístrio não ter sido resolvido até os dias de hoje, mais de 20 anos depois do início das hostilidades, deve-se à falta de interesse russo de prosseguir com as negociações. Ressalta-se, novamente, que Moscou tem demonstrado interesse em apenas um cenário: fazer da Moldávia um estado federado, em que a Transnístria e a Gagáuzia seriam entes autônomos, com competências iguais perante o Poder Legislativo e o Poder Judiciário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As assimetrias verificadas na política externa russa em relação à Crimeia e à Transnístria revelaram que, de forma diversa à conjectura da OTAN e de muitos analistas internacionais, a anexação daquela região da Moldávia é improvável de se concretizar. Como se provou identitária, geopolítica e economicamente, aquele pequeno território não representaria ganhos significativos para a política externa russa que justificasse o risco de uma escalada militar com a OTAN. Além disso, a razão considerada mais relevante para a não anexação atravessa todos os três elementos em destaque nesta discussão. O fato principal a justificar a falta de interesse de Moscou em resolver a questão transnístria relaciona-se com projeto de Grande Potência do Kremlin. Não interessa à Rússia anexar a Transnístria e, muito menos, transformá-la em um Estado independente, pois, em qualquer dessas duas hipóteses, a Rússia perderia sua influência sobre a Moldávia, algo que não está nos planos de Moscou. É por esse motivo que seu interesse precípua gira em torno de transformar a Moldávia em um Estado federado, em que a Transnístria e a Gagáuzia alcancem um *status* elevado e igual ao da Moldávia. Dessa forma, a Rússia conseguiria manobrar a política moldava ao influenciar a Transnístria, que teria o poder de bloquear internamente qualquer ação que fosse contrária à identidade russa no país, assim como impedir que uma integração mais aprofundada com os países ocidentais se concretizasse.

Resta evidente, portanto, que há fortes razões que justificam a negativa de Moscou quando da solicitação de Tiraspol em anexar-se à Federação Russa. Entende-se que há um juízo descomedido de analistas internacionais quando afirmam que a Rússia poderia interferir no conflito transnístrio, anexando a região ao seu país, pois não foram encontradas evidências que justifiquem tal atitude.

Para embasar todo o estudo, foi utilizada a Teoria dos Complexos Regionais de Segurança, de Barry Buzan e Ole Wæver. Seu arcabouço teórico materialista e contrutivista explicou os três elementos em destaque na análise das relações russo-moldavas e russo-ucranianas, e a concepção ampliada de segurança foi bem-sucedida na leitura da atual configuração de forças do cenário internacional. Após a crise ucraniana, que desembocou na anexação da Crimeia, em 2014, as ameaças à segurança mostraram-se não apenas focadas nos setores econômicos e societal, mas, principalmente, voltadas ao campo político e militar. Além disso, elas representam uma penetração de outras potências naquele CRS que, desde o final da Guerra Fria, era dominado pelos interesses

da potência regional, a Rússia.

Como pôde ser observado ao longo do trabalho, essas ameaças põem em risco tanto a estabilidade doméstica de Ucrânia e Moldávia, quanto a estabilidade global, uma vez que a atual configuração do cenário internacional, gerada pela crise, é de confrontação e de acirramento das disputas de interesse entre Rússia e as grandes potências ocidentais, representadas por Europa e EUA. Enquanto a Rússia de Vladimir Putin tenta retomar sua condição de grande potência no mundo pós-Guerra Fria, ela esbarra nos interesses das potências ocidentais, que desejam assegurar uma nova área de influência naquele espaço que historicamente foi dominado por Moscou para alcançar um objetivo maior: impedir o ressurgimento de uma Rússia fortalecida, o que poria em risco o arranjo das grandes potências nas relações internacionais de hoje.

Também apresentou-se um panorama histórico das relações russo-ucraniano-moldavas. Não se poderia entender a conjuntura atual e o porquê do destaque dado aos três elementos sem contextualizar o leitor de como se formaram as relações da Rússia com os dois países. Entende-se que as interações do pós-Guerra Fria se delineiam da forma como são vistas em função de séculos de aproximação, interdependência, subjugação e até mesmo de conflito, contribuindo para explicar o atual contexto identitário, geopolítico e econômico no que tange aos três países.

Para se compreender a razão da anexação da Crimeia e da não anexação da Transnístria, identificou-se que três fatores contribuíam para explicar a singularidade das interações. Cabe, aqui, demonstrar que esses três elementos selecionados efetivamente corroboraram para responder à pergunta de pesquisa. Em primeiro lugar, examinou-se o fator identitário. Durante a investigação, foi detectado que há, de fato, uma presença significativa de russos étnicos ou descendentes de russos em ambos os países, sendo que, nas duas regiões em destaque para essa pesquisa – Crimeia e Transnístria –, eles equivalem à grande parcela da população. A presença constante de russos na região somada ao passado compartilhado, devido à constância com que os dois países estiveram sob domínio russo, contribuíram para que a língua russa e a religião ortodoxa se disseminassem na área. Ou seja, haviam fortes semelhanças culturais e identitárias que forneciam o combustível necessário para que a Transnístria se transformasse na nova Crimeia. No entanto, foi identificado que, apesar da proximidade identitária dos dois países com Moscou, há uma afinidade mais frágil entre a Moldávia e a Rússia. A proximidade do país com a cultura e identidade romena, somada à presença menor de russos étnicos na região tornam a possibilidade de manobra de Moscou muito inferior àquela existente na Ucrânia. Assim, diz-se que o elemento identitário é um dos fatores que corrobora a tese da distinção do tratamento do Kremlin para as duas regiões autônomas, mas não se pode afirmar que esse seja o mais relevante.

O segundo fator analisado foi o geopolítico. Na pressuposição inicial, acreditava-se que não

existia um fator que fosse mais destacado para se compreender a distinção de tratamento da política externa russa para os casos da Moldávia e da Ucrânia. No entanto, ao final deste estudo, chegou-se à conclusão que, devido à forte ameaça de penetração de OTAN e UE no subcomplexo do Teatro Ocidental, a geopolítica tornou-se um forte determinante para as atuação diferenciada no que tange à Crimeia e a Transnístria. Identificou-se que os dois países servem aos mesmos interesses de Moscou: contrabalancear a influência das potências ocidental para as fronteiras da Rússia, pois essa é uma área estratégica que protege o Estado russo do Ocidente. Contudo, constatou-se que a região do Mar Negro tornou-se uma área de interesse estratégico para OTAN e UE, motivo pelo qual Ucrânia e Moldávia estão no cerne da política expansionista de ambos os blocos. Assim, a atuação mais assertiva da Rússia na região é justificada pela ameaça à sua primazia junto aos países do Teatro Ocidental, uma vez que, concretizados os ideais de OTAN e UE, haveria o ingresso decisivo da grande potência europeia e da superpotência estadunidense nessa área.

Notou-se, no entanto, que o interesse russo é muito mais patente sobre a Ucrânia. A crise de 2014 corroborou a tese de que a anexação da Crimeia foi um gesto urgente de Moscou, pois a penetração de UE e OTAN – com o aval de grande parte da população de Kiev – colocava em risco a proeminência russa sobre a península que, como foi visto, tem importância histórica, étnica, econômica e militar imensurável para a Rússia. No que tange ao caso moldavo, o interesse russo é minimizado por três motivos identificados: a sua localização não é tão privilegiada como a da Ucrânia; inexistência de recursos energéticos de vital importância e a baixa dependência de gasodutos que passam pelo território do país. Portanto, é compreensível o destaque dado à Ucrânia quando se trata da geopolítica, pois a perda daquela área de influência seria muito mais custosa aos cálculos econômico-estratégicos da Rússia do que a Moldávia.

A não anexação da Transnístria justifica-se por ser uma região estrategicamente irrelevante para os interesses de Moscou, principalmente por ser uma área diminuta e não contígua ao território russo. Apesar de a Moldávia ter seguido o mesmo caminho da Ucrânia e ter assinado o Acordo de Associação com a UE, o risco de penetração da OTAN nesse país é ainda muito baixo, pois Chisinau está constitucionalmente impossibilitada de associar-se a qualquer tratado militar. É importante lembrar que, para os russos, o ingresso da aliança euro-atlântica é muito mais ameaçador para a segurança do país do que a UE. A Ucrânia, de forma diversa, aboliu a sua cláusula constitucional que assegurava a sua permanente neutralidade militar, abrindo a possibilidade de ingresso do país no tratado, o que foi plenamente calculado pela Rússia como uma ameaça explícita na ocasião da anexação da Crimeia.

No que tange ao fator econômico, observou-se que esse elemento é mais destacado do que o identitário quando se analisam os interesses russos nos dois países. Assim, é possível pôr a

economia como um dos determinantes da atuação diferenciada da política externa russa para os casos da Crimeia e da Transnístria, pois, pode-se dizer que ela é complementar à geopolítica. A penetração das potências ocidentais na Ucrânia coloca em risco os interesses econômicos de Moscou, que abrangem, principalmente, a dependência russa dos gasodutos e oleodutos que passam pelo país. Porém, destaca-se a importância econômica da Crimeia, pois ali há um grande potencial energético inexplorado e é, também, onde se localizam os portos que asseguram o fluxo ininterrupto de *commodities* russas pela região do Mar Negro. Quando se analisa o caso da Moldávia e, mais especificamente, da Transnístria, não se encontram semelhantes atributos econômicos que justifiquem uma atuação mais assertiva e a anexação do enclave autônomo por parte da Rússia. Os ganhos econômicos seriam nulos para sustentar o risco de uma potencial confrontação militar com a OTAN, no caso de uma intervenção da Romênia para proteger a suas fronteiras e os seus nacionais na Moldávia. A Rússia não tem conexão por mar e nem por terra com a Moldávia, o que dificultaria a proteção da Transnístria, aumentando a vulnerabilidade russa.

Portanto, após análise minuciosa dos três fatores para os dois países, conclui-se que eles foram essenciais para se responder satisfatoriamente à pergunta de pesquisa. De fato, a hipótese inicial de que há uma distinção no tratamento dos dois países se concretizou, pois eles importam de maneira diversa aos interesses de Moscou. Por possuir atributos geopolíticos, econômicos e identitários que justificam um interesse desmedido por parte da Rússia, a Ucrânia sofreu com a perda territorial da Crimeia em 2014. Como já citado, acredita-se que essa medida foi tomada de forma emergencial em função da ameaça iminente de assimilação e cooptação de Kiev – e, conseqüentemente, da Crimeia – pelo bloco europeu e pela aliança militar euro-atlântica.

A título de contribuição de pesquisa, sugere-se um estudo similar para a outra região autônoma da Moldávia – a Gagáuzia – que encontra algumas proximidades com o caso transnístrio. O pouco conhecimento sobre o tema no Brasil não afasta a relevância que um estudo aprofundado sobre os Estados não reconhecidos do CRS Pós-Soviético teria para a academia brasileira. Pesquisas dessa amplitude intencionam contribuir para a inserção do Brasil nas reflexões a respeito das relações internacionais contemporâneas, em especial sobre a política externa de um parceiro estratégico brasileiro dentro dos BRICS: a Rússia. Convém ao Brasil ser um dos atores mais interessados na análise da política externa russa recente, na medida em que o país eurasiático é um grande parceiro comercial, político e econômico de Brasília. É necessário que o Brasil mantenha estudos permanentes e expressivos sobre a Rússia, para que, com isso, se torne um centro de excelência nas pesquisas sobre esse importante parceiro. Todas as atitudes da Rússia, no cenário internacional, trazem, em maior ou menor grau, reflexos para o Brasil, uma vez que Rússia e Brasil mantém laços estreitos de cooperação dentro dos BRICS.

REFERÊNCIAS

ABDELAL, Rawi. **National Purpose in the World Economy**. Ithaca: Cornell University Press, 2001.

ACHARYA, Amitav. The Emerging Regional Architecture of World Politics. **World Politics**. Vol. 59, pp. 629-652, Jul 2007.

ADAM, Gabriel P. **As relações entre Rússia, Ucrânia e Belarus e o papel que nelas exercem os recursos energéticos**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. 273 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

ALLISON, R.; LIGHT, M.; WHITE, S. **Putin's Russia and the Enlarged Europe**. London: Blackwell Publishing Ltd., 2006.

AREL, Dominique. **The Hidden Face of the Orange Revolution: Ukraine in Denial Towards Its Regional Problem**. Ottawa: Nationalities Papers, 2006.

_____. **“The Orange Revolution”**: Analysis and Implications of the 2004 Presidential Election in Ukraine. Cambridge: Cambridge University, 2005.

BACZYNSKA, Gabriela; HUDSON, Alexandra. Russia accuses EU of seeking Ukraine “sphere of influence”. **Reuters**. Moscou: 14 Fev 2014. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2014/02/14/us-ukraine-russia-eu-idUSBREA1D0PT20140214>> Acesso em: 23 Jan 2015.

BALZER, HARLEY. **Vladimir Putin Academic Writings and Russian Natural Resource Policy**. Washington: Problems of Post Communism, vol. 53, nº 01, January-february, p. 48-49, 2006.

BARROCAL, André. A Segunda Guerra Fria. Entrevista com Luiz Alberto Moniz Bandeira. **Carta Capital**. São Paulo, 05 Mar 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/a-segunda-guerra-fria-4728.html>> Acesso em: 20 Mar 2015.

BARROSO, Durão. **Address by President Barroso at the Opening of the Milan General Assembly**. Milão: 09 Dez 2013. Disponível em: <http://europa.eu/rapid/press-release_SPEECH-13-1043_pt.htm?locale=en> Acesso em: 16 Jan 2015.

BARSUKOV, Iuri; POPOV, Egor. A Rússia precisa do petróleo da Crimeia? **Gazeta Russa**. 20 Mar 2014. Disponível em: <<http://br.rbth.com/economia/2014/03/20/a-russia-precisa-do-petroleo-da-crimea-24729.html>> Acesso em: 22 Jan 2015.

BEBLER, Anton. Crimea and the Russian-Ukrainian conflict. **Romanian Journal of European Affairs**. Vol. 15, N. 1, Mar 2015, pp. 35-54.

BOBICK, Michael S. Separatism Redux: Crimea, Transnistria and Eurasia's de facto states. **Anthropology Today**. V. 30, N. 3, Junho 2014.

BRUCE, Chloe. Power Resources: the political agenda in russo-moldovan gas relations. **Problems of Post-Communism**. V. 54, N. 3, Mai-Jun 2007. pp. 29-47.

BRZEZINSKI, Zbigniew. The premature partnership. **Foreign Policy**. Edição de Março-Abril de 1994. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/49687/zbigniew-brzezinski/the-premature-partnership>> Acesso em 18 Jan 2015.

_____. **The Grand Chessboard: American Primacy and its Geoeconomic Imperatives**. New York: Basic Books, 1997.

BUSHKOVITCH, Paul. **História Concisa da Rússia**. São Paulo: Edipro, 2014.

BUZAN, B. **People, states and fear: An Agenda for security Analysis in the Post-Cold War Era**. Brighton: Weatsheaf, 1991.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers – The Structure of International Security**. London: Cambridge University Press, 2006.

BUZAN, B., WAEVER, O.; DE WILDE, J. **Security: A New Framework for Analysis**, Colorado: Lynne Rinner Publishers, Inc., Boulder, 1998.

CALUS, Kamil. An aided economy: The characteristics of the Transnistrian economic model. **Centre of European Studies**. N. 108, 14 Mai 2013. Disponível em: <http://www.osw.waw.pl/sites/default/files/commentary_108.pdf> Acesso em: 20 Fev 2015.

_____. The Iasi-Ungheni pipeline: a means of achieving energy dependence from Russia? Moldova's attempt at gas supply diversification. **Centre for European Studies**. N. 118, 08 Out 2013. Disponível em: <<http://www.osw.waw.pl/en/publikacje/osw-commentary/2013-10-11/iasi-ungheni-pipeline-a-means-achieving-energy-independence>>. Acesso em: 10 Fev 2015.

CEBOTARI, Svetlana. The Republic of Moldova between neutrality and NATO membership status. **Postmodern Openings**. Ano 1, V. 3, Set 2010. Disponível em: <<http://postmodernopenings.com/wp-content/uploads/2010/10/The-Republic-of-Moldova-between-Neutrality-and-NATO-Membership-Status.pdf>> Acesso em: 31 Jan 2015.

CHURCHILL, Winston. The Russian Enigma. **BBC Broadcast**, 1939.

CHURRO, João M. B. M. **A Geopolítica enquanto instrumento de afirmação mundial da Rússia**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2013. 184 f. Dissertação (Mestrado em Estratégia) - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, 2013.

CIOBANU, Vitalie. **Quo vadis, Moldova?** Lviv: European Integration Studies Centre, Multi-M Publishing House, 2007.

CROFT, Adrian. OTAN alerta para ameaça russa à região separatista na Moldávia. **Reuters Brasil**. 23 Mar 2014. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRSPEA2M00820140323?pageNumber=2&virtualBrand>>

[dChannel=0&sp=true](#)> Acesso em: 19 Fev 2015.

DAVYDOV, Igor. **The Crimean Tartars and their influence on the “Triangle of conflict”**: Russia- Crimea-Ukraine. Smashwords edition, 2014.

DEVYATKOV, Andrey. Russian Policy Toward Transnistria: between multilateralism and marginalization. **Problems of Post-Comunism**. V. 59, n. 03, Maio-Junho, 2012. pp. 53-62.

DRAGNEVA, Rilka; WOLCZUK, Kataryna. **Russia, the Eurasian Customs Union and the EU: cooperation, stagnation or rivalry?** London: 2012. Disponível em: <http://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/Research/Russia%20and%20Eurasia/0812bp_dragnevwolczuk.pdf> Acesso em: 23 Jan 2015.

DONALDSON, Robert H.; NOGEE, Joseph L. **The Foreign Policy of Russia: Changing Systems, Enduring Interests**. New York: M. E. Sharp, 2005.

DUQUE, Marina Guedes. O Papel da Síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**. Vol. 31, N. 3, Set-Dez 2009, pp. 459-501. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292009000300003> Acesso em: 22 Mar 2015.

EMMOTT, Robin. Putin warns Ukraine against implementing EU deal. **Reuters**. Bruxelas: 23 Set 2014. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2014/09/23/us-ukraine-crisis-trade-idUSKCN0HI1T820140923>> Acesso em: 22 Jan 2014.

ENERGY POLICY of Republic of Moldova. **Rodica Zadnipru State Chancellery**. Jun 2011. Disponível em: <<http://eneken.ieej.or.jp/data/3923.pdf>> Acesso em: 10 Fev 2015.

ENGLUND, Will. Transnistria, the breakaway region of Moldova, could be Russia's next target. **The Washington Post**. Estados Unidos, 24 Mar 2014. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/world/europe/transnistria-the-breakaway-region-of-moldova-could-be-russias-next-target/2014/03/24/c68c50a4-be46-4042-a192-6813e93380bc_story.html> Acesso em: 19 Fev 2015.

_____ ; LALLY, Kathy. Putin says he reserves right to protect Russians in Ukraine. **The Washington Post**. Kiev: 04 Mar 2014. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/world/putin-reserves-the-right-to-use-force-in-ukraine/2014/03/04/92d4ca70-a389-11e3-a5fa-55f0c77bf39c_story.html> Acesso em: 19 Fev 2015.

ENTENDA por que Ucrânia e Rússia brigam pelo controle da Crimeia. **Folha de S. Paulo**. São Paulo: 07 Mar 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/03/1422015-entenda-porque-ucrania-e-russia-brigam-pelo-controle-da-crimea.shtml>> Acesso em: 20 Fev 2015.

EUROPEAN COMISSION. **EU-Russia Energy Relations**. Brussels, 2012. Disponível em: <http://ec.europa.eu/energy/international/russia_en.htm>. Acesso em: 21 Jan 2015.

FISCHER, Sabine. The European Union and security in the Black Sea region after the Georgia crisis. **Southeast European and Black Sea Studies**. V. 9, N. 3, Set 2009. pp. 333-349.

FREIRE, Maria Raquel. **A Rússia de Putin**: Vectores estruturantes de política externa. Coimbra:

Almedina, 2011.

GELB, Bernard A. **Russian Natural Gas: Regional Dependence**. Congressional Research Service, Jan 2007. Disponível em: <<http://www.au.af.mil/au/awc/awcgate/crs/rs22562.pdf>> Acesso em: 31 Jan 2015.

GHINEA, Cristian. Integrating Ukraine and Moldova in EU's energy security plans. **European Policy Center Commentary**. 23 Jun 2014. Disponível em: <<http://aei.pitt.edu/56467/>> Acesso em: 07 Fev 2015.

GLEASON, Abbott. **A Companion to Russian History**. Londres: Blackwell Publishing, 2009.

GONZÁLEZ, Ángel P. Minorías rusas em la antigua URSS. **Afers Internacionals**. N. 51-52, pp. 25-43, 2001. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/RevistaCIDOB/article/view/28199>> Acesso em: 11 Jan 2015.

GORODETSKY, Gabriel. **Russia between East and West: Russian Foreign Policy on the threshold of the 21st Century**. London: Frank Cass Publishers, 2003.

HEINTZ, Monica. Republic of Moldova versus Romania: the Cold War of national identities. **Journal of Political Science and International Relations**. V. 2, N.1, 2005. pp. 71-81.

HUNGARY lured into AGRI natural gas pipeline project. **Sofia News Agency**. Sofia: 14 Fev 2011. Disponível em: <<http://www.novinite.com/articles/125268/Hungary+Lured+into+AGRI+Natural+Gas+Pipeline+Project>> Acesso em: 11 Fev 2015.

HUNTINGTON, Samuel P. **O Choque de Civilizações**. São Paulo: Ed. Objetiva, 1a edição, 1997.

HUYSMANS, Jef. Revisiting Copenhagen: or, on the creative development of a security studies agenda in Europe. **European Journal of International Relations**. Vol. 4, N. 2, pp. 226-255, 1998.

JACKSON, Nicole. **Russia Foreign Policy and the CIS: theories, debates and actions**. London: Routledge, 2003.

KALJURAND, Riina. Russian influence on Moldovan politics during the Putin Era (2000-2008). **International Centre for Defense Studies**. Nov 2008. Disponível em: <<http://www.icds.ee/fileadmin/failid/Riina%20Kaljurand%20-%20Russian%20influence%20on%20Moldovan%20politics%20during%20the%20Putin%20era%20%282000-2008%29.pdf>> Acesso em: 29 Jan 2015.

KASHI, David. Could Moldova be the next Crimea? Ethnic Russians in Transnistria call on Moscow for accession. **International Business Times**. Estados Unidos, 18 Mar 2014. Disponível em: <<http://www.ibtimes.com/could-moldova-be-next-crimea-ethnic-russians-transnistria-call-moscow-accession-1562140>> Acesso em: 19 Fev 2015.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Power and Interdependence**. New York: Longman, 3a Ed., 2001.

KING, Charles. **The Moldovans: Romania, Russia, and the politics of culture**. Estados Unidos:

Hoover Institution Press Publications, 2000.

_____. The Wider Black Sea Region in the Twenty-First Century. In: HAMILTON, Daniel; MANGOTT, Gerhard (Ed.). **The Wider Black Sea Region in the 21st Century: Strategic, Economic and Energy Perspectives**. Washington, D.C.: Center for Transatlantic Relations, 2008.

KLUSSMANN, Uwe; SCHEPP, Matthias; WIEGREFE, Klaus. NATO's Eastward expansion: Did the West break its promise to Moscow? **Der Spiegel**. Berlin: 26 Nov 2009. Disponível em: <<http://www.spiegel.de/international/world/nato-s-eastward-expansion-did-the-west-break-its-promise-to-moscow-a-663315.html>> Acesso em: 22 Jan 2014.

KOLOSSOV, Vladimir. Importância estratégica do Mar Negro. **Gazeta Russa**. 17 Mar 2014. Disponível em: <http://br.rbth.com/politica/2014/03/17/importancia_estrategica_da_zona_do_mar_negro_24657.html> Acesso em: 31 Jan 2015.

KOROLKOV, Aleksandr. Porque a Crimeia pertencia à Ucrânia. In: RÚSSIA HOJE: Publicação da Embaixada da Rússia no Brasil. **Crimeia**. Brasília: V. 05, 2014.

KORT, Michael. **A brief history of Russia**. Nova York: Facts on File, 2008.

KREMLIN. Address by President of the Russian Federation. **The Kremlin**. 18 Mar 2014. Disponível em: <<http://eng.kremlin.ru/news/6889>> Acesso em: 22 Jan 2015.

KRILOV, Anton. Autoridades locais temem efeito dominó na Transnístria. **Gazeta Russa**. Vzgljad, 02 Abr 2014. Disponível em: <http://br.rbth.com/internacional/2014/04/02/autoridades_locais_temem_efeito_domino_na_transnistria_24947.html> Acesso em: 19 Fev 2015.

KUBICEK, Paul. **The History of Ukraine**. Westport: Greenwood Publishing Group, 2008.

KUREEV, Artiom. Se dispara el número de maniobras militares en las fronteras de Rusia. **Russia Beyond the Headlines**. 26 Mar 2015. Disponível em: <http://es.rbth.com/internacional/2015/03/26/se_dispara_el_numero_de_maniobras_militares_en_las_fronteras_de_48559.html> Acesso em: 27 Mar 2015.

KUZIO, Taras. Identity and National-Building in Ukraine: Defining the Other. London: **SAGE Publications**, vol. 1, 2001. p.p. 343-365.

LIEVEN, Anatol. **Ukraine and Russia: A Fraternal Rivalry**. Washington: United States Institute for Peace, 1999.

LO, Bobo. **Vladimir Putin and the evolution of Russian foreign policy**. London: Blackwell Publishing Ltd, 2003.

_____. **Russian Foreign Policy in the Post-Soviet Era: Reality, Illusion and Mythmaking**. London: Palgrave Macmillan, 2003.

LOWENHARDT, J.; HILL, R. J.; LIGHT, M. A Wider Europe: the view from Minsk and Chisinau. **International Affairs**. n. 77, p. 605-620, 2001.

LOZOVANU, Dorin. Regional distribution of ethnic groups in the Republic of Moldova according with the 2004 Census data. **Lucrarile Seminarului Geografic Dimitrie Cantemir**, N. 34, 2012.

MAKARYCHEV, Andrey. Russia's Moldova Policy: soft power at the service of Realpolitik? **Ponars Eurasia Policy Memo**. N. 94, Mar 2010. Disponível em: <http://www.ponarseurasia.org/sites/default/files/policy-memos-pdf/pepm_094.pdf> Acesso em: 25 Jan 2015.

MANKOFF, Jeffrey. **Russian Foreign Policy: The return of great power politics**. London: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

MEARSHEIMER, John J. Why the Ukraine crisis is the West's fault: the liberal delusions that provoked Putin. **Foreign Affairs**. V. 93, n. 5, p. 1-12, Setembro-Outubro, 2014.

MEFFORD, Brian. **Analysing annexation targets in Ukraine and frozen conflicts**. 27 Mar 2014. Disponível em: <<http://www.brianmefford.net/analyzing-annexation-targets-ukraine-frozen-conflicts-2/>> Acesso em: 18 Fev 2015.

MIELNICZUK, Fabiano. Identidade como fonte de conflito: Ucrânia e Rússia no pós-URSS. **Revista Contexto Internacional**. Rio de Janeiro: v. 28, n.1, Janeiro/Junho, 2006. pp. 223-258. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292006000100004> Acesso em: 18 Jan 2015.

_____. A crise ucraniana e suas implicações para as Relações Internacionais. **Revista Conjuntura Austral**. Vol. 5, n.º. 23, Abr-Mai. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/46849/29136>> Acesso em: 16 Jan 2015.

MITRASCA, Marcel. **Moldova: a Romanian province under Russian rule**. Nova York: Algora Publishing, 2002.

MOLDÁVIA. Constituição (1994). **Constituição da República da Moldávia**. 29 Jul 1994. Disponível em: <http://ijc.md/Publicatii/mlu/legislatie/Constitution_of_RM.pdf> Acesso em: 31 Jan 2015.

MOLDOVA INAUGURATES Iasi-Ungheni pipeline. **Energy Global**. 29 Ago 2014. Disponível em: <<http://www.energyglobal.com/pipelines/business-news/29082014/Moldova-inaugurates-new-gas-pipeline-761/>> Acesso em: 11 Fev 2015.

MOSHES, Arkady. Will Ukraine join (and save) the Eurasian Customs Union? **PONARS Eurasia Policy Memo**. N. 247, Abril 2013. Disponível em: <<http://www.ponarseurasia.org/memo/will-ukraine-join-and-save-eurasian-customs-union>> Acesso em: 23 Jan 2015.

MUTH, Sebastian. Linguistic Landscape on the other side of the border: signs, language and the construction of cultural identity in Transnistria. **International Journal of the Sociology of Language**. V. 2014, Issue 227, Maio 2014. pp. 25-46.

NODIA, Ghia. The Wounds of Lost Empire. **Journal of Democracy**. V. 20, N.2, Abril 2009. pp. 34-38.

NYGREN, Bertil. **The Rebuilding of Greater Russia**: Putin's Foreign Policy towards the CIS Countries. New York: 1ª edição. Routledge. 2007.

O'LOUGHLIN, John; TALBOT, Paul F. Where in the World is Russia? Geopolitical Perceptions and Preferences of Ordinary Russians. **Eurasian Geography and Economics**. Columbia: vol. 46, nº 01, 2005. pp. 23-50.

PANIC, Branka. Societal Security: security and identity. **Carl Schmitt and Copenhagen School of Security Studies**. N. 13, pp. 29-38, Abr-Jun 2009.

PARLICOV, Victor; SOITU, Tudor. The Gaze Industry in RM: the burden of ignorance and the cost of errors. Institute for Development and Social Initiatives (IDIS). **Politice Publice**. 2002. pp. 1-39.

PECEQUILLO, Cristina S. **A União Europeia**: os desafios, a crise e o futuro da integração. Rio de Janeiro: Elsevier, 1ª ed., 2014.

PEISKER, Katherine. **Mapping Religion and Politics in Ukraine**. Harvard University, [2011?]. Disponível em: <<http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic923280.files/finalproject.pdf>> Acesso em: 20 Mar 2015.

PERPLEXED by Putin's bet in Ukraine. **The Moscow Times**. Moscou: 01 Nov 2004. Disponível em: <<http://www.themoscowtimes.com/sitemap/free/2004/11/article/perplexed-by-putins-bet-in-ukraine/227323.html>> Acesso em: 16 Jan 2015.

PERRIE, Maureen. **The Cambridge History of Russia – Volume 1**: from Early Rus' to 1689. New York: Cambridge University Press, 2006.

PICCOLLI, Larlecianne. **Europa enquanto condicionante da política externa e de segurança da Rússia**: o papel da defesa antimíssil. Porto Alegre: UFRGS, 2012. 73 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PLOKHY, Serhii. **The origins of the Slavic nations**: Premodern identities in Russia, Ukraine and Belarus. Reino Unido: Cambridge University Press, 2006.

PRAVOSUDOV, Serguei. Las perspectivas del gas ruso en Europa. **Russia Beyond the Headlines**. 11 Mar 2015. Disponível em: <http://es.rbth.com/opinion/2015/03/11/las_perspectivas_del_gas_ruso_en_europa_48125.html> Acesso em: 12 Mar 2015.

_____. The “New Eastern Europe”: What to do with the histories of Ukraine, Belarus and Moldova? **East European Politics and Societies**. V. 25, N. 4, Nov 2011. pp. 763-769.

PROFILE: European Union. **BBC News**. 25 Fev 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-24367705>> Acesso em: 22 Jan 2015.

PROTSYK, Oleh. Nation-building in Moldova. In: KAROLEWSKI, I. P.; SUSZYCKI, A. M. **Nation and Nationalism**: Political and Historical Studies. Wrocław: Atut, Jan 2007.

PUTIN SIGNS Law Terminating Black Sea Fleet Agreements with Ukraine. **Sputnik**

International/RIA Novosti. 02 Abr 2014. Disponível em: <<http://sputniknews.com/russia/20140402/188988510/Putin-Signs-Law-Terminating-Black-Sea-Fleet-Agreements-with.html>> Acesso em: 22 Jan 2015.

PUTIN, Vladimir. **Russia at the Turn of the Millenium.** 30 Dez 1999. Disponível em: <<http://pages.uoregon.edu/kimball/Putin.htm>> Acesso em: 19 Jan 2015.

REGIÕES DE LUGANSK E DONETSK declaram independência da Ucrânia. **Folha de S. Paulo.** 12 Mai 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/05/1453083-regioes-de-lugansk-e-donetsk-declaram-independencia-da-ucrania.shtml>> Acesso em 19 Jan 2015.

ROZOFF, Rick. Absorção gradual da Ucrânia pela OTAN. **Rede Voltaire.** Chicago: 29 Abr 2014. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article183510.html>> Acesso em: 16 Jan 2014.

RUMER, Eugene B. Eurasia letter: Will Ukraine return to Russia? **Foreign Policy**, 1994, n. 96, pp. 129-145.

RUSSIA. **The Foreign Policy Concept of Russian Federation.** Washington, Jun. 2000. Disponível em <<http://fas.org/nuke/guide/russia/doctrine/econcept.htm>> Acesso em: 27 Out 2014.

RUSSIA. **The Foreign Policy Concept of Russian Federation.** Moscou, Jul. 2008. Disponível em <<http://www.mid.ru/bdomp/ns-osndoc.nsf/1e5f0de28fe77fdcc32575d900298676/869c9d2b87ad8014c32575d9002b1c38!OpenDocument>> Acesso em: 22 Jan 2015.

RUSSIA. **The Foreign Policy Concept of Russian Federation.** Moscou, Fev. 2013. Disponível em <http://www.mid.ru/brp_4.nsf/0/76389FEC168189ED44257B2E0039B16D> Acesso em: 19 Jan 2015.

RUSSIA AND TURKEY agree on Turkish Stream onshore route. **RT.** 09 Fev 2015. Disponível em: <<http://rt.com/business/230487-turkish-stream-new-route/>> Acesso em: 12 Mar 2015.

RÚSSIA formaliza anexação da Crimeia e Ucrânia declara iniciada a fase militar. **O Estado de S. Paulo.** 18 Mar 2014. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,russia-formaliza-anexacao-da-crimea-e-ucrania-declara-iniciada-fase-militar,1142307>> Acesso em: 20 Jan 2015.

SANTOS, Norma B.; VILLA, Rafael D. Buzan, Waeber e a Escola de Copenhague: Tensões entre o Realismo e a abordagem sociológica nos estudos de segurança. In: LIMA, M. C; MEDEIROS, M. A.; REIS, R. R. (org.). **Clássicos das Relações Internacionais.** São Paulo: Hucitec Editora, 2a Ed., 2011, pp. 117-151.

SECRIERU, Stanislav. Russia's foreign policy under Putin: CIS Project renewed. **Revista Unisci.** Madri: n. 10, Jan 2006. Disponível em: <<http://pendientedemigracion.ucm.es/info/unisci/revistas/UNISCI10Secrieru.pdf>> Acesso em: 18 Jan 2015.

SEGRILLO, Angelo. **Os Russos.** São Paulo: Contexto, 2012.

_____. A Rússia em Novo Contexto Estratégico Mundial: uma análise histórica. **Revista**

Política Externa. v. 17, n° 03, 2008.

SIMONSEN, Sven G. “You take your oath only once”: Crimea, the Black Sea Fleet, and national identity among Russian officers. **Nationalities Papers.** Vol. 28, N.2, 2000.

SKORDAS, Achilles. Transnistria: another domino on Russia's periphery? **Yale Journal of International Affairs.** V. 1, n. 1, Summer/Fall 2005. Disponível em: < <http://yalejournal.org/wp-content/uploads/2011/01/051103skordas.pdf> > Acesso em: 28 Jan 2015.

SLOVAKIA UKRAINE gas pipeline agreed. **Market Business News.** 27 Abr 2014. Disponível em: <<http://marketbusinessnews.com/slovakia-ukraine-gas-pipeline-agreed/19560>> Acesso em: 18 Fev 2015.

SOLCHANYK, Roman. Kravchuk inaugurated Ukrainian president. **Daily Report,** RFE/RL, 06 Dez 1991. Disponível em: <<http://www.friends-partners.org/friends/news/omri/1991/12/911206.html>> Acesso em: 18 Jan 2015.

SOLOVIEV, Vladimir. Moscow's next victim. **Foreign Policy.** Estados Unidos, 03 Set 2014. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2014/09/02/islamic_state_vs_al_qaeda_next_jihadi_super_power > Acesso em: 19 Fev 2015.

SPANU, Vlad. Why is Moldova poor and economically volatile? In: LEWIS, Anna. **The EU and Moldova: On a fault-line of Europe.** Kogan Page, 2004. Disponível em: <<http://moldovafoundation.org/why-is-moldova-poor-and-economically-volatile/>> Acesso em: 10 Fev 2015.

_____. Kravchuk warns Russia. **Daily Report,** RFE/RL, 15 Jan 1992. Disponível em: <<http://www.friends-partners.org/friends/news/omri/1992/01/920115.html>> Acesso em: 18 Jan 2015.

SOLOVIEV, Vladimir. Moscow's next victim. **Foreign Policy.** Estados Unidos, 03 Set 2014. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2014/09/02/islamic_state_vs_al_qaeda_next_jihadi_super_power > Acesso em: 31 Jan 2015.

STENT, Angela E. Restoration and Revolution in Putin's Foreign Policy. **Europe-Asia Studies.** Vol. 60, N. 6, pp. 1089-1106, Ago 2008.

STERN, Jonathan. **The Russian-Ukrainian Gas Crisis of January 2006.** London: Oxford Institute for Energy Studies, 2006.

SZPORLUK, Roman. Ukraine: from an imperial periphery to a sovereign state. **Daedalus.** 1997, Vol.126(3), p.85-119.

TAKI, Victor. 1812 and the Emergence of the Bessarabian Region: Province-building under Russian Imperial Rule. In: DUMITRU, Diana; NEGURA, Petru. **Moldova: A Borderland's Fluid History. Euxeinos: Governance and Culture in the Black Sea Region.** St. Gallen: Journal of the Center for governance and culture in Europe. 17 Dez 2014. Disponível em: <<http://www.gce.unisg.ch/~media/internet/content/dateien/instituteundcenters/gce/euxeinos/euxein>>

[os%2015%2016_2014.pdf](#)> Acesso em 10 Jan 2015.

TANNO, Grace. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**. Vol. 25, N. 1, Jan-Jun 2003, pp. 47-80. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v25n1/v25n1a02.pdf>> Acesso em: 22 Mar 2015.

THAROOR, Ishaan; THORP, Gene. Maps: How Ukraine became Ukraine. **The Washington Post**. 09 Mar 2015. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/blogs/worldviews/wp/2015/03/09/maps-how-ukraine-became-ukraine/>> Acesso em: 13 Mar 2015.

THE RUSSIAN ENIGMA. London: BBC Broadcast, 01 Out 1939.

THORUN, Christian. **Explaining Change in Russian Foreign Policy: The Role of Ideas in Post-Soviet Russia's Conduct Toward the West**. London: Palgrave Macmillan, 2009.

TOLZ, Vera. Rethinking Russian-Ukrainian Relations: A new trend in nation-building in Post-Communist Russia? **Nations and Nationalism**: vol. 8, n. 02, 2002. pp. 235-253.

TOMÉ, Luis. O grande jogo geopolítico nos espaços do “Espaço Pós-Soviético”. **Geopolítica: Centro Português de Geopolítica**, N.1, Set, 2007. p.p. 187-240. Disponível em: <[http://europasia.net/docs/9.Grande Jogo Geopolitico Espacos Pos Sovieticos.pdf](http://europasia.net/docs/9.Grande_Jogo_Geopolitico_Espacos_Pos_Sovieticos.pdf)> Acesso em: 21 Jan 2015.

TRANSNISTRIA (unrecognized state) Overview. **World Directory of Minorities and Indigenous Peoples**. Disponível em: <<http://www.minorityrights.org/5195/transnistria-unrecognised-state/transnistria-unrecognised-state-overview.html>> Acesso em: 29 Mar 2015.

TRENIN, Dmitri. **The End of Eurasia: Russia on the border between geopolitics and globalization**. Washington: Carnegie Moscow Center, 2001.

_____. Russia and the New Eastern Europe. **Russian Politics and Law**, Vol. 49, N.6, Nov-Dez 2011.

_____. Russia's Perspective on the Wider Black Sea Region. In: HAMILTON, Daniel; MANGOTT, Gerhard (Ed.). **The Wider Black Sea Region in the 21st Century: Strategic, Economic and Energy Perspectives**. Washington, D.C.: Center for Transatlantic Relations, 2008.

_____. The Ukraine Crisis and the resumption of Great-Power rivalry. **Carnegie Moscow Center**. Moscou: 2014. Disponível em: <http://carnegieendowment.org/files/ukraine_great_power_rivalry2014.pdf> Acesso em: 04 Fev 2015.

TSYGANKOV, Andrei P. **Pathways After Empire: National Identity and Foreign Economic Policy in the Post Soviet World**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2001.

_____. Mastering Space in Eurasia: Russia's geopolitical thinking after the Soviet break-up. **Communist and Post-Communist Studies**. N. 36, pp. 101-127, 2003.

UKRAINE: desire for unity amid worries about political leadership, ethnic conflict. **Pew Research**

Global Attitude Project. 08 Mai 2014. Disponível em: <<http://www.pewglobal.org/2014/05/08/chapter-1-ukraine-desire-for-unity-amid-worries-about-political-leadership-ethnic-conflict/>> Acesso em: 20 Jan 2015.

UKRAINE'S SHARP Division. **BBC News.** 23 Abr 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-europe-26387353>> Acesso em: 22 Jan 2015.

UKRAINE TO DITCH Russian gas completely – prime minister. **RT.** 16 Fev 2015. Disponível em: <<http://rt.com/business/232731-ukraine-zero-gas-dependence/>> Acesso em: 18 Fev 2015.

UKRAINE VOTES to drop non-aligned status. **BBC News.** 23 Dez 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/news/world-europe-30587924>> Acesso em: 22 Jan 2015.

VAROL, Tugce. **The Russian foreign energy policy.** Macedonia: European Scientific Institute, 2013. Disponível em: <<http://eujournal.org/files/journals/1/books/TugceVarol.pdf>> Acesso em 24 Jan 2015.

VERNADSKY, George. **A History of Russia.** New York: New Home Library, 1944.

VLADIMIR PUTIN CANCELA construcción de gasoducto South Stream. **La Nación.** 01 Dez 2014. Disponível em: <http://www.nacion.com/mundo/europa/Vladimir-Putin-construccion-South-Stream_0_1454654823.html> Acesso em: 24 Jan 2015.

WALLANDER, Celeste; LEGVOLD, Robert. **Swords and Sustance: The Economics of Security in Belarus and Ukraine.** Massachusetts: American Academy of Arts and Sciences, 2004.

WILSON, Andrew. **The Ukrainians: Unexpected Nation.** New Haven: Yale Nota Bene, 2002.

_____. **Ukraine's Orange Revolution.** London: Yale University Press, 2005.

WILSON, Josh. Resolving the Crimean Crisis: What will Russia have on table? **School of Russian and Asian Studies.** 04 Mar 2014. Disponível em: <http://www.sras.org/resolving_the_crimea_crisis> Acesso em: 17 Fev 2015.

WOEHREL, Steven. **Moldova: background and US Policy.** Congressional Research Service, 2014. Disponível em: <<http://fas.org/sgp/crs/row/RS21981.pdf>> Acesso em: 31 Jan 2015.

_____. **Russian energy policy toward neighboring countries.** Congressional Research Service, Set 2009. Disponível em: <<https://www.fas.org/sgp/crs/row/RL34261.pdf>> Acesso em: 31 Jan 2015.

YUSHCHENKO reitera vontade de integração na UE e na OTAN. **G1 Notícias.** 15 Nov 2006. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1351178-5602,00-YUSHCHENKO+REITERA+VONTADE+DE+INTEGRACAO+NA+UE+E+NA+OTAN.html>> Acesso em: 22 Jan 2015.

ZAZHIGAYEV, Boris. The Evolution of the Russia Diaspora in Independent Ukraine. **Russia in Global Affairs,** vol. 04, n° 03, Jul-Set, 2006, pp. 176-189.

ZIEGLER, Charles E. **The history of Russia.** California: Greenwood Publishing, 2009.

